



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE NO NORTE**

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**Juventude e participação política: analisando a práxis dos movimentos sociais de  
juventude**

Luana Isabelle Cabral dos Santos

Natal

2018

Luana Isabelle Cabral dos Santos

**Juventude e participação política: analisando a práxis dos movimentos sociais de  
juventude**

Tese de doutorado elaborada sob orientação do  
Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto e  
apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Psicologia da Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte, como requisito parcial à  
obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto

Natal  
2018

Universidade Federal do Rio Grande No Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A tese “Juventude e participação política: analisando a práxis dos movimentos sociais de juventude”, elaborada por Luana Isabelle Cabral dos Santos, foi considerada aprovada por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de DOUTORA EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

BANCA EXAMINADORA

Oswaldo Hajime Yamamoto (presidente) \_\_\_\_\_

Ilana Lemos de Paiva \_\_\_\_\_

Ilena Felipe Barro \_\_\_\_\_

Maria de Fátima Pereira Alberto \_\_\_\_\_

Elisa Guaraná de Castro \_\_\_\_\_

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -

CCILA

Santos, Luana Isabelle Cabral dos.

Juventude e participação política: analisando a práxis dos movimentos sociais de juventude / Luana Isabelle Cabral dos Santos. - Natal, 2018.

233f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-Graduação em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto.

1. Juventude - Tese. 2. Participação política - Tese. 3. Movimentos sociais - Tese. I. Yamamoto, Oswaldo Hajime. II. Título.

Elaborado por Heverton Thiago Luiz da Silva - CRB-15/710

Dissidência ou a arte de dissidiar  
Há hora de somar  
E hora de dividir.  
Há tempo de esperar  
E tempo de decidir.  
Tempos de resistir.  
Tempos de explodir.  
Tempo de criar asas, romper as cascas  
Porque é tempo de partir.  
Partir partido,  
Parir futuros,  
Partilhar amanheceres  
Há tanto tempo esquecido.  
Lá no passado tínhamos um futuro  
Lá no futuro tem um presente  
Pronto pra nascer  
Só esperando você se decidir.  
Porque são tempos de decidir,  
Dissidiar, dissuadir,  
Tempos de dizer  
Que não são tempos de esperar [...]  
É tempo de rebeldia.  
São tempos de rebelião.  
É tempo de dissidência.  
Já é tempo dos corações pularem fora do peito  
Em passeata, em multidão  
Porque é tempo de dissidência  
É tempo de revolução.  
(Mauro Iasi)

À juventude, de perto e de longe,  
Brasileira, latino-americana e mundial,  
Do campo e das periferias  
Negra, indígena, branca.  
Por inspirar e resistir!

## **Agradecimentos**

A reta final da escrita vai se aproximando e uma das últimas preocupações é não esquecer de agradecer a todas as pessoas envolvidas, principalmente, porque entendo que é impossível produzir conhecimento de forma isolada, sem interlocuções, sem parcerias, sem trocas e partilhas... Antes de iniciar a sessão de agradecimentos, propriamente dita, é preciso dizer que não foi fácil escrever uma tese em meio a uma conjuntura tão difícil, com um acirramento da luta de classes, com desgastes políticos e emocionais, com cobranças, prazos, projetos científicos e projetos de vida, com perdas e com ganhos. Nessa conjuntura tão esmagadoramente difícil, eu não estava sozinha e isso fez toda a diferença!

Antes de fazer a seleção, eu não me achava preparada para iniciar um doutorado – com todo o peso e responsabilidade que esse título carrega, com tanta expectativa em produzir um trabalho relevante, em não decepcionar as pessoas e nem a mim mesma – e de fato não estava, mas, geralmente é isso, não estamos preparadas para vários acontecimentos na nossa vida, ainda que eles sejam bastante desejados e esperados. Então, meu primeiro agradecimento vai para meu orientador – Oswaldo – foi depois de uma conversa com ele que eu decidi que tentaria a seleção e, pasmem, deu certo! Gratidão pelas palavras de incentivo, pelo choque de realidade, pela parceria e paciência. Desculpa se eu não fui a orientanda modelo ou se te deixei preocupado, mas foram muitos processos que atravessaram esse período e como dizem por aí “o tempo da tese não é, necessariamente, o tempo que precisamos para amadurecer teórica e pessoalmente”.

Também aproveito o embalo e agradeço imensamente a Ilana, minha parceira – de academia e de vida – e que muito contribuiu com o meu desenvolvimento como profissional, pesquisadora e como pessoa. Agradeço a Isabel, profa. querida, que não parece, mas tem um coração enorme, capaz de fazer com que a gente se sinta acolhida nessa selva, que pode ser/se tornar a academia. Nunca um pedido meu foi desconsiderado por você e isso tem muita importância! Aos demais coordenadores/as do GPME – Lud, Pablo, Fellipe – obrigada pelos momentos de aprendizado, pela ética, pelo compromisso como docentes e por exercerem tão bem e com tanto compromisso a posição que ocupam.

Aos demais colegas do GPME, grupo que participo desde 2008, gratidão pelas constantes partilhas, recebam todas/os o meu abraço. As/os companheiros de OBIJUV, nem sei como agradecer... O Observatório cresceu, se desenvolveu, virou referência,

virou compromisso ético-político, virou um filho (?) coletivo e essa história está só começando, agradeço especialmente a: Fê, Dani, Candida, Sophi, Jena e a todas/os que passaram e que estão no PPJUV comigo! Vocês são show! Aproveito ainda para agradecer a Pós-Graduação, especialmente a Lizi, que sempre me atendeu prontamente, na mínima dúvida ou questão. Como aprendi com Candida, agradeço ao povo brasileiro, por ter podido ter uma bolsa e assim ter condições de fazer quase todo o doutorado sem precisar ter um segundo trabalho. Agradeço as professoras membro dessa banca de defesa: Ilena, Ilana, Fátima e Elisa – vocês foram disponíveis e acolhedoras e isso fez com que eu tivesse certeza que tinha que ser vocês, nesse momento.

Agradeço a minha família, que acredita tanto em mim, muito mais do que eu mesma e que torce muito pelo meu sucesso e pela minha realização. E que mesmo com todas as dificuldades não me impede de seguir atrás dos meus sonhos e projetos: mainha, voinha, voinho, tias e tios, sobrinhos/as, primos/as, estão todos no meu coração. Aos amigos, minha família escolhida, meus irmãos e irmãs, meus parceiros/as, ombros e mãos estendidas, companheiros/as de uma vida e de uma jornada, gratidão! Tenho uma rede de amigos bem grandinha, então é difícil agradecer individualmente, mas preciso destacar alguns que são mais próximos e que acompanharam mais de perto esse doutorado: Joy, Ju, Carol, Lívia, Malu, Dessa, Fefa, Victor, Keyla, Quel, Rafa, Bel, Rafa P.. E as/os amigas/os que não entendem muito bem o que é um doutorado, mas que me dão força mesmo assim: Amanda, Flávia, Pedro, Ramon, Beto, Fábio, Lucélia, Ceci, Letícia, Larissa, Raquel, Lets. São muitos os/as envolvidos/as nesse projeto coletivo e se eu tiver esquecido alguém, perdão, galera, mas vocês estão no coração!

Por fim, não poderia ser diferente, gratidão ao universo e as juventudes que nos inspiram na construção de uma sociedade verdadeiramente livre.



## Sumário

<b>Sumário.....</b>	<b>9</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>11</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>12</b>
<b>Resumen.....</b>	<b>13</b>
<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>14</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>17</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>19</b>
<i>A ação política numa perspectiva emancipatória .....</i>	<i>19</i>
<i>Conjuntura Política no Brasil pós-constituição de 1988.....</i>	<i>25</i>
<b>Capítulo 1: O Panorama da juventude contemporânea: conceito, condições e possibilidades de intervenção.....</b>	<b>37</b>
<b>1.1 A produção sobre juventude: resgatando os primeiros estudos.....</b>	<b>37</b>
<b>1.2 Atualização do debate sobre o conceito e a juventude .....</b>	<b>50</b>
1.2.1 O conceito de juventude e os aspectos normativos .....	58
<b>1.3 Condições sociais da juventude brasileira contemporânea .....</b>	<b>61</b>
1.3.1 Condição juvenil e “questão social” .....	62
<b>1.4 Juventude e transformação social: antigo e novos desafios.....</b>	<b>72</b>
<b>Capítulo 2: Estado, Movimentos Sociais e Juventude .....</b>	<b>79</b>
<b>2.1 O Estado Moderno e a perspectiva de Democracia representativa.....</b>	<b>79</b>
2.1.1 Democracia e lutas políticas.....	86
<b>2.2 Juventude e Movimentos Sociais: aproximações, marcos e ação política .....</b>	<b>90</b>
2.2.1 Conceito e características dos movimentos sociais.....	91
2.2.2 O surgimento dos movimentos sociais no Brasil .....	98
<b>Atualidade dos Movimentos Sociais.....</b>	<b>102</b>
2.2.3 O movimento estudantil de ontem e de hoje: semelhanças e diferenças .....	105
2.2.4 Movimentos sociais de juventude: pautas, demandas, ação política.....	110
<b>Capítulo 3: Método .....</b>	<b>119</b>
<b>Considerações iniciais.....</b>	<b>119</b>
<b>3.1 Breve descrição dos Movimentos Sociais de Juventude .....</b>	<b>120</b>
<i>Pastoral de Juventude .....</i>	<i>120</i>
<i>Pastoral de Juventude Rural.....</i>	<i>122</i>
<i>Pastoral de Juventude do Meio Popular .....</i>	<i>123</i>
<i>Levante Popular da Juventude .....</i>	<i>124</i>
<i>Fórum Nacional de Juventude Negra .....</i>	<i>126</i>
<i>Rua – juventude antipolítica.....</i>	<i>127</i>

<b>3.3 Momentos da pesquisa.....</b>	<b>128</b>
Momento 1: entrevistas semiestruturadas.....	128
Momento 2: consulta aos documentos dos movimentos .....	130
<b>3.1 A respeito da análise dos dados .....</b>	<b>131</b>
<b>Capítulo 4: Apresentação e discussão dos resultados .....</b>	<b>132</b>
<b>4.1 Eixo 1: Histórico do movimento .....</b>	<b>135</b>
4.1.1 Passado, presente e futuro em diálogo.....	142
<b>4.2 Eixo 2 - Estrutura do movimento.....</b>	<b>145</b>
1. Conformação geral do movimento.....	145
2. Aspectos teórico-práticos .....	161
4.2.1 Organizar para transformar: algumas considerações sobre a conformação que os movimentos apresentam e a perspectiva de práxis social. ....	175
<b>4.3 Eixo 3 - Movimento Social de Juventude, Estado e Sociedade .....</b>	<b>178</b>
4.3.1 A práxis social da juventude e sua relação com o Estado e a sociedade. ....	198
<b>4. 4 Eixo 4 - Movimento Social de Juventude e a transformação da realidade .....</b>	<b>203</b>
4.4.1 O mundo que temos e o mundo que queremos: algumas reflexões sobre o processo de transformação da realidade social. ....	208
<b>Considerações finais: Juventude que ousa lutar – sobre juventude, participação e transformação social .....</b>	<b>213</b>
<b>Referências.....</b>	<b>223</b>
<b>Apêndice 1 .....</b>	<b>232</b>
<b>Apêndice 2 .....</b>	<b>233</b>

## Resumo

Não existe um consenso sobre o conceito de juventude, mas, atualmente, as/os jovens são concebidos como sujeitos de direitos e atores sociais importantes na sociedade contemporânea. Nos últimos anos, a juventude brasileira tem aparecido com destaque na sociedade a partir das mobilizações e manifestações das quais são protagonistas, desde os atos em espaços públicos à ocupação das escolas públicas, atuando como um conjunto de atores que confronta a ordem e *o status quo*. Dessa forma, surge como objetivos dessa tese: discutir a práxis dos movimentos sociais de juventude no Brasil, a partir da atuação política dos mesmos e, de modo mais específico, analisar em que medida a ação política desses movimentos contribui para a construção de um projeto emancipatório para a juventude. Para consecução de tais objetivos, realizamos oito (8) entrevistas semiestruturadas com representantes das coordenações nacionais dos movimentos sociais juvenis, visando entender e analisar a estrutura e organização dos mesmos, assim como, a perspectiva de transformação da realidade e emancipação que eles apontam. Além das entrevistas, utilizamos documentos fornecidos pelos movimentos ou que estão nos seus sites para complementar as informações. Os movimentos pesquisados foram: Levante Popular da Juventude (LPJ), Rua anticapitalista, Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE). A escolha dos mesmos teve como pressupostos o reconhecimento nacional – são movimentos nacionalizados –, assim como, buscamos garantir certa representatividade da juventude (urbana, rural e negra). Com a ajuda do software para análises qualitativas – QDA Miner – conseguimos organizar as entrevistas transcritas e codificá-las, resultando na construção de 4 eixos temáticos e 20 códigos a eles associados. Os resultados apontam que a organização social é importante para os militantes dos movimentos e, nesse sentido, eles/as acreditam que a juventude tem muito a contribuir na transformação da realidade; além disso, podemos perceber novas formas de participação política que fogem dos modelos convencionais/tradicionais de participação, ainda que estes sejam considerados importantes. Também destacamos a dificuldade da juventude ser compreendida como um sujeito político – como pode ser observado por meio das elevadas taxas de índices de violência, desemprego e baixa escolaridade – que, por sua vez, contribui para que um projeto emancipatório não se efetive. Esperamos ter contribuído com reflexões que permitam avançar o entendimento acerca do fazer político dos movimentos sociais de juventude, tendo em vista não só as possíveis estratégias de emancipação, como também a forma pela qual essas ações se articulam com a perspectiva de ruptura com o atual modelo de sociabilidade.

**Palavras-chave:** juventude, participação política, movimento social juvenil, emancipação juvenil.

## Abstract

There is no consensus on a single concept of youth, however, currently, young people are conceived as subjects of law and important social actors within contemporary society. In the last few years, Brazilian youth has gained attention after having been protagonists in several mobilizations and demonstrations, from marches in public spaces to the occupation of public schools, acting as a conjunction of actors which challenge the *status quo*. Thus, this thesis aims to: discuss the praxis of youth social movements in Brazil, considering their political practice and, more specifically, analyzing how this political practice contributes to the building of an emancipatory program for youth. To achieve these goals, we performed eight (8) semi-structured interviews with representatives from the national coordination bodies of a few youth social movements, pointing towards the understanding and analysis of their structure and organization, as well as their take on the ideas of society transformation and emancipation. In addition to the interviews, we used documents supplied by these movements or available on their websites to further our set of information. The movements investigated were: Levante Popular da Juventude (LPJ), Rua anticapitalista, Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) and Fórum Nacional da Juventude Negra (FONAJUNE). These choices had as premises their national recognition – these are nation-wide movements –, as well as the intention to cover a certain range of representation (urban, rural, black youths). With the support of a software for qualitative analysis – QDA Miner – we were able to organize the transcribed interviews and code them, which resulted in 4 different theme axes and 20 codes associated to them. The results suggest that social organization is significant for the activists in these movements and that, in that sense, they believe the youth has a lot more to contribute to the transformation of reality; besides that, we could take notice of new forms of political participation, which diverge from conventional/traditional participation models, even if the latter are still considered important. We also highlight the difficulty young people face in being understood as political subjects – as it can be observed in the high violence, unemployment and low-literacy rates – and that, in its turn, grants that an emancipatory program does not come into effect. We expect to have played a part in advancing the discussion around the political doings of youth social movements, considering not only possible emancipation strategies, but also the way in which they articulate in the hope of breaking ties with the current model of sociability.

**Keywords:** youth, political participation, youth social movement, youth emancipation.

## Resumen

No existe un consenso sobre el concepto de juventud, pero actualmente, los jóvenes son concebidos como sujetos de derechos y actores sociales importantes en la sociedad contemporánea. En los últimos años, la juventud brasileña ha aparecido con destaque en la sociedad a partir de las movilizaciones y manifestaciones de las cuales son protagonistas, desde los actos en espacios públicos a la ocupación de las escuelas públicas, actuando como un conjunto de actores que confronta el orden y el *status quo*. De esta forma, surge como objetivos de esta tesis: discutir la praxis de los movimientos sociales de juventud en Brasil, a partir de la actuación política de los mismos y, de modo más específico, analizar en qué medida la acción política de esos movimientos contribuye a la construcción de un proyecto emancipatorio para la juventud. Para lograr estos objetivos, realizamos ocho (8) entrevistas semiestructuradas con representantes de las coordinaciones nacionales de los movimientos sociales juveniles, buscando entender y analizar la estructura y organización de los mismos, así como la perspectiva de transformación de la realidad y emancipación que ellos apuntan. Además de las entrevistas, utilizamos documentos proporcionados por los movimientos o que están en sus sitios para complementar la información. Los movimientos investigados fueron: Levante Popular da Juventude (LPJ), Rua - juventude anticapitalista, Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) y Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE). La elección de los mismos tuvo como presupuestos el reconocimiento nacional - son movimientos nacionalizados -, así como, buscamos garantizar cierta representatividad de la juventud (urbana, rural y negra). Con la ayuda del software para análisis cualitativos - *QDA Miner* - conseguimos organizar las entrevistas transcritas y codificarlas, resultando en la construcción de 4 ejes temáticos y 20 códigos a ellos asociados. Los resultados apuntan que la organización social es importante para los militantes de los movimientos y, en ese sentido, ellos/as creen que la juventud tiene mucho que contribuir en la transformación de la realidad; además, podemos percibir nuevas formas de participación política que huyen de los modelos convencionales / tradicionales de participación, aunque estos sean considerados importantes. También destacamos la dificultad de la juventud ser comprendida como un sujeto político -como puede ser observado por medio de las elevadas tasas de índices de violencia, desempleo y baja escolaridad- que a su vez contribuye a que un proyecto emancipatorio no se efectúe. Esperamos haber contribuido con reflexiones que permitan avanzar el entendimiento acerca del hacer político de los movimientos sociales de juventud, teniendo en cuenta no sólo las posibles estrategias de emancipación, sino también la forma en que esas acciones se articulan con la perspectiva de ruptura con el actual modelo de sociabilidad.

**Palabras clave:** juventud, participación política, movimiento social juvenil, emancipación juvenil.

## **Lista de Siglas**

AL: América Latina

ANPJ: Assembleias Nacionais da Pastoral da Juventude

AUC: Ação Universitária Católica

CCCS: Center for Contemporary Cultural Studies

CONJUVE: Conselho Nacional de Juventude

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

DST: Doença Sexualmente Transmissível

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

ED: Estatuto do desarmamento

EJ: Estatuto da Juventude

ENE: Encontro Nacional dos Estudantes

ENEJUNE: Encontro Nacional de Juventude Negra

FIES: Programa de Financiamento

FONAJUNE: Fórum Nacional da Juventude Negra

FSM: Fórum Social Mundial

GPR: Grupos de Produção e Resistência

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JAC: Juventude Agrária Católica

JEC: Juventude Estudantil Católica

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros

ME: Movimento Estudantil

MPL: Movimento Passe Livre

MS: Movimentos Sociais

MSJ: Movimentos Sociais de Juventude

MST: Movimento dos sem-terra

OBIJUV: Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência

OIJ: Organização Internacional da Juventude

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PEA: População Economicamente Ativa

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

PJ: Pastoral da Juventude

PJB: Pastoral da Juventude do Brasil

PJE: Pastoral da Juventude Estudantil

PJMP: Pastoral da Juventude do Meio Popular

PJR: Pastoral da Juventude Rural

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROUNI: Programa Universidade para Todos

PT: Partido dos Trabalhadores

QDA: Qualitative Data Analysis

SNJ: Secretaria Nacional de Juventude

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura



## **Apresentação**

De que adianta a produção de um conhecimento desvinculado da realidade social? Acreditamos que busca pela escrita de um trabalho que seja ao mesmo tempo científico e que dialogue com os contextos ou fenômenos estudados deve pautar a trajetória daqueles que se inserem na pesquisa para não perdermos de vista o compromisso com a sociedade e com os atores que a compõem. Nesse sentido, reconhecemos que sem a existência dos movimentos sociais, especialmente, os de juventude esse material não poderia ser construído. Também é preciso ressaltar a nossa inserção, por meio do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV), em estudos e pesquisas sobre violência, violação de direitos, homicídios juvenis, etc., tais estudos nos ajudam a entender as engrenagens que configuram essas problemáticas e nos fornecem subsídios para refletir e apontar fissuras e possibilidades. É nesse aspecto da fissura que acreditamos ser o momento de pensar sob uma nova ótica, a perspectiva da resistência e da luta.

A trajetória no OBIJUV me colocava como questão a participação do Estado na garantia dos direitos da juventude, por meio da oferta de política públicas – tema que discuti no mestrado –, ao mesmo tempo em que me trazia questões relacionadas aos limites dessa atuação. Nesse sentido, o projeto de doutorado surgiu da busca por respostas no âmbito da ação estatal que pudessem se traduzir em alguma perspectiva de emancipação para as/os jovens, ao mesmo tempo em que, também me produzia inquietações o fato de não ouvir a própria juventude acerca das possibilidades de conquistas de direitos e de um projeto emancipatório. Inicialmente, tentei abarcar esses dois caminhos e, após a qualificação, precisei delimitar um foco e optamos por investigar a ação política dos movimentos sociais de juventude, uma vez que o Brasil e o mundo estavam/estão passando uma crise econômica, política e social intensa, contribuindo para que novos atores emergjam, com destaque para os movimentos sociais de juventude.

Para sustentação teórica desse estudo baseamos nossa reflexão na teoria social marxiana e marxista, principalmente, a partir da categoria de emancipação política e humana, assim como da noção de Estado e democracia. E para nortear ou orientar as discussões e debates que realizamos, partimos do seguinte conjunto de questões: qual o papel dos Movimentos Sociais de Juventude na atual conjuntura social e política do Brasil? O que os movimentos sociais juvenis reivindicam? Como essas pautas e

bandeiras de luta podem contribuir para a emancipação da juventude? Tais questionamentos ajudaram a configurar os objetivos desta tese, quais sejam: discutir a práxis dos movimentos sociais de juventude no Brasil, a partir da atuação política dos mesmos e, de modo mais específico, analisar em que medida a ação política desses movimentos contribuem para a construção de um projeto emancipatório para a juventude.

Assim, nos propomos a refletir sobre essas questões e apresentar contribuições teóricas que nos permitam avançar no entendimento acerca dos movimentos sociais de juventude e suas reais possibilidades de atuação tendo em vista não só as possíveis estratégias de emancipação da juventude como também a forma pela qual essas ações se articulam com a perspectiva de ruptura com o atual modelo de sociabilidade.

Com essas questões e objetivos em perspectiva, consideramos ser necessária uma introdução que já aponte as categorias que serviram de fundamentos teóricos para a análise dos dados, assim como, que forneceram elementos para compreender a atual conjuntura brasileira e a emergência dos movimentos sociais de juventude. Com relação aos capítulos teóricos, propusemos uma discussão sobre juventude, abarcando a construção desse conceito e a condição da juventude brasileira; em seguida, apresentamos uma discussão sobre Estado e democracia, alinhada a uma análise acerca do surgimento dos movimentos sociais e a atualidade dos mesmos. Após a fundamentação teórica, expusemos o método ou a trajetória metodológica e, no capítulo seguinte, realizamos a exposição dos resultados e discussão dos mesmos. Finalizamos com as considerações finais, por meio da qual, apontamos uma análise geral desse estudo, tentando construir um *link* entre os objetivos e os achados, assim como, apontar elementos para novas reflexões e estudos.

## **Introdução**

O radicalismo político é a manifestação de um tipo peculiar de consciência social, isto é, histórica, desenvolvida pelo jovem em condições determinadas (Otavio Ianni)

### ***A ação política numa perspectiva emancipatória***

A ideia de ação política, do ponto de vista prático, remete à noção de práxis social, uma vez que significa o agir humano, atividade humana ou atividade do ser social que realiza uma ação baseada em uma intencionalidade, ou seja, a ação política humana não é possível de outra forma que não seja orientada a um fim/finalidade. É nesse sentido, que refletimos sobre a ação política dos movimentos sociais de juventude e a relação dessa ação com a perspectiva de emancipação, na perspectiva Marxiana.

De acordo com Soares (1975), no que diz respeito à política vista como atividade prática do humano é preciso ainda fazer duas distinções: a) política em sentido amplo, representado pelas ações cotidianas que visam a satisfação dos interesses individuais e/ou coletivos. Nesse aspecto, as pessoas agem politicamente em prol dos seus interesses e; b) política em sentido restrito, em que essa atividade prática é uma forma particular de atuar, representando o exercício de um poder organizado que vai orientar a vida de um determinado agrupamento humano e, nesse sentido, a ação prática é realizada por grupos políticos com vistas a realização do que a sociedade demanda.

Sobre isso, gostaríamos de destacar dois pontos: o primeiro é o fato de que tanto no sentido amplo quanto restrito, a ação humana está orientada para a realização de algo, seja esse algo uma necessidade individual ou coletiva, o que leva ao segundo ponto que é, justamente, a ideia de política como poder organizado de um indivíduo ou grupo (na perspectiva marxista, podemos substituir por classe) para opressão de outro – indivíduo ou grupo (Tonet, 2005). Nesse sentido, é preciso fazer uma ressalva ao segundo ponto, uma vez que o caráter histórico, social e processual da atividade humana faz com que a opressão não seja algo dado e imutável, isto é, a opressão de uma classe sobre a outra, em última instância, contém em si mesma as ferramentas para a libertação da classe oprimida.

Definida a ideia de ação política, precisamos esclarecer a concepção de emancipação que traz Karl Marx e como tal categoria nos ajuda a entender em que

medida podemos (nós, o ser genérico humano), de fato, sermos livres. Lowy (2002) chama a atenção para o fato de que a teoria da revolução de Marx é o fio condutor, que unifica os demais temas sobre os quais ele discorre (economia política, filosofia, história), e que dá sentido à obra Marxiana, mesmo entendendo que o objetivo da teoria de Marx era desvelar o funcionamento da sociabilidade capitalista/burguesa. Para Lowy (2002), a teoria da revolução (política e social) de Marx e, conseqüentemente, a perspectiva subjacente de emancipação (política e humana) estão presentes de forma mais incisiva em alguns textos e obras da “juventude” do autor e são essas obras que servem de embasamento e, ao mesmo tempo, ponto de partida para a nossa reflexão nesse trabalho.

Analisando o processo histórico, Marx constatou que a perspectiva de emancipação política foi um avanço em comparação com as relações de servidão presentes na sociedade feudal, mas também constatou que essa mesma perspectiva representava o projeto de ascensão da burguesia e não eliminava a exploração do homem pelo homem. Tonet (2005) vai dizer que, para Marx, a emancipação política tem sua origem na passagem da sociabilidade feudal para a capitalista, isto é, na consolidação da sociedade burguesa fundada no trabalho assalariado. Nesse sentido, para que a compra e venda de trabalho ocorra é preciso garantir a existência de homens livres e iguais, em termos políticos e jurídicos.

Para entender a defesa pela emancipação política é interessante perceber o que se opera na burguesia. No processo de superação da sociabilidade feudal e revolução capitalista, a burguesia, classe em ascensão, ocupava o lugar de classe revolucionária uma vez que desafiava a ordem vigente e buscava promover a derrocada do feudalismo e instaurar um novo momento histórico. A partir do desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista e de todas as estruturas (políticas, econômicas e sociais) das quais o capital se utiliza para garantir sua reprodução, a burguesia se estabelece como classe dominante. Dessa forma, com a instalação do capitalismo e a vitória da burguesia, ela se torna classe “consolidada”, pois seus interesses se direcionam à manutenção desse regime, ou seja, suas ações eram e são pela defesa dos interesses do capital e da sociedade democrática burguesa. É nesse sentido que a burguesia se transforma de classe revolucionária para reacionária/conservadora – dos direitos e da ordem que havia efetivado (Souza & Domingues, 2012) – e também é nesse sentido que a emancipação política atende ao objetivo do projeto burguês, na medida em que garante uma igualdade formal em um cenário de desigualdade real.

Ainda sobre emancipação política, Souza e Domingues (2012) apontam que no livro “Para a Questão Judaica”, Marx faz uma dura crítica a Bruno Bauer, expondo a diferença entre emancipação política e a emancipação humana e enfatizando o que elas representavam em termos históricos concretos. Para Bauer a questão se resolveria com o abandono da religião, isto é, judeus e cristãos deveriam passar a ter uma relação humana ao invés de uma relação religiosa e, assim, atingiriam civicamente a emancipação (Marx, 2009). O que Bauer desconsiderava é que a liberdade que o homem tem ao se livrar da religião não promove emancipação humana, é uma liberdade limitada e se refere a uma perspectiva de emancipação política, apenas. A crítica de Bauer é de ordem teológica e só faz sentido porque o Estado ainda não tinha se libertado da religião, no entanto, se o Estado se emancipa da religião, a crítica perde o sentido, porque a religião deixa de ser um dos fundamentos e passa a ser um fenômeno da limitação mundana, algo que diz respeito a um exercício individual dos sujeitos (Marx, 2009).

Na discussão com Bruno Bauer sobre a Questão Judaica e com Arnold Ruge nas Glosas Críticas, Marx buscou nas condições materiais a compreensão da emancipação política e a sua diferença em relação à emancipação humana. A emancipação política não elimina a religião, assim como, não elimina as contradições na sociedade e não produz a liberdade e a igualdade efetiva entre a humanidade, naquele momento, ela diz respeito à liberdade do Estado frente à religião. É disso que se trata quando ele diz que o homem emancipa-se politicamente da religião ao bani-la do direito público (Estado) para o direito privado (dos homens). Nesse sentido, a religiosidade do homem não deixa de existir, ela continua presente como uma expressão individual (Marx, 2009). Diz Marx (2010):

Vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal” - ou seja, ele considera que o problema da emancipação política se resolve na crítica da religião (p. 38).

Marx (2010) finaliza apontando que:

A emancipação política do judeu, do cristão, do homem religioso de modo geral consiste na emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à religião como tal. Na sua forma de Estado, no modo apropriado à sua essência, o Estado se emancipa da religião, emancipando-se da religião do Estado, isto é, quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado. A emancipação política em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuada, isento de contradições, da emancipação humana (p. 38)

Não há discordâncias sobre o fato de que a emancipação política constitui um avanço, mas os seus limites são evidentes e podem ser constatados nas sociedades em que ela se realizou. A emancipação política consiste na perspectiva de “Estado livre sem que o homem seja um homem livre” (Marx, 2010, p. 39), uma vez que a liberdade jurídica, política e social não pode se realizar para todos da mesma forma na sociedade burguesa. A emancipação política, portanto, se relaciona com a conquista de cidadania, da participação, de direitos – civis, sociais e coletivos. De acordo com Araújo (2013), Marx fala que a humanidade não necessariamente precisa passar pela emancipação política para chegar a emancipação humana, porque não é algo etapista, porque não é algo que “naturalmente” vai acontecer, nesse caso, pode ser uma estratégia desde que se tenha em perspectiva a superação desse modelo de sociabilidade fundado na exploração do homem pelo homem.

Uma das possibilidades de entender a emancipação política é, justamente, o fato de que ela pode se dar para pequenos grupos<sup>1</sup>, o mesmo não podemos dizer sobre a perspectiva da emancipação humana, porque a mesma significa a liberdade plena do ser humano genérico, qualquer humano. Em resumo, emancipação política não é a mesma coisa que emancipação religiosa, como trata Bauer, e nem é o estágio final do desenvolvimento humano, como alguns sustentam, uma vez que possibilitaria infinitos aperfeiçoamentos. Quando Bauer faz essa afirmação, Marx diz que não é isso, que há uma incorreção ou distorção. A forma como vai sendo construída a argumentação Marxiana, fornece os elementos para a compreensão de que a perspectiva da revolução burguesa e, conseqüentemente, da emancipação política proposta, como dissemos, é limitada. Essa é a emancipação possível dentro do modo de produção capitalista, que se traduz no cotidiano a partir do exercício da cidadania e de uma ordem democrática de direito, na qual se aceita a ideia de que o povo governa, mas se entende que, na prática, nem todos os sujeitos são considerados cidadãos, com possibilidades reais (e não

<sup>1</sup> Por exemplo, durante muito tempo as mulheres não tinham direito ao voto e não eram reconhecidas como “cidadãs”, isto é, seus direitos eram restritos, o que fazia com que elas permanecessem a sombra dos maridos e atreladas a vida doméstica. Hoje, o cenário nos países ditos democráticos é outro, as mulheres são reconhecidas como cidadãs políticas, votam, e podem se candidatar a cargos, por exemplo. Nesse aspecto, podemos dizer que elas conquistaram a emancipação política – de acesso e garantia de direitos civis, políticos e sociais – ainda que continue a existir a reprodução de um modelo de relação baseada no patriarcado e no machismo.

somente simbólicas) de intervir no governo, visto que ainda permanecem intactas as raízes ou determinantes da desigualdade social (Souza & Domingues, 2012).

A perspectiva de se supor e defender a necessidade da cidadania é, justamente, pelo fato de que é preciso a existência de trabalhadores assalariados em condições de vender sua força de trabalho a capitalistas que detêm os meios de produção. Tonet (2005) diz que “por mais direitos que o cidadão tenha e por mais que esses direitos sejam aperfeiçoados, a desigualdade de raiz jamais será inteiramente eliminada, é uma barreira intransponível, portanto, a perspectiva do mundo cidadão é uma impossibilidade” (p. 03). Ele continua apontando os aspectos positivos que a conquista de cidadania pode ter, mas ressalta o que ela é e o que representa: “expressão e condição de reprodução da desigualdade social e, por isso, da desumanização” (p. 03). Em outras palavras, Souza e Domingues (2012), citando Marx, vão dizer que é uma cidadania meramente formal e que por isso não poderia ser o ponto de chegada para a classe trabalhadora.

Por outro lado, Marx não se exime de apresentar o que seria, então, emancipação humana; pelo contrário, ele avança na perspectiva da emancipação humana que seria, portanto, o projeto a ser levado a cabo pelo proletariado/classe trabalhadora, a classe que Marx e Engels considera verdadeiramente revolucionária (Marx & Engels, 2008), uma vez que os interesses do proletariado/trabalhadores colocam em cheque a permanência do capitalismo, consequentemente, faz ruir tudo aquilo que contribui para a reprodução desse sistema, desde o modelo de produção e acumulação a partir do trabalho assalariado até as superestruturas que funcionam como engrenagens do capital. É a classe operária/trabalhadora organizada que seria capaz de eliminar a relação de dominação e exploração vigentes nessa sociabilidade e tal processo só poderia acontecer, na leitura de Marx, por meio de uma revolução social.

A revolução social deve ser o objetivo máximo, porque é a única que poderá resultar numa sociedade verdadeiramente humana, ou seja, numa sociedade emancipada (Marx, 2009). Dessa forma, a título de conclusão, Marx (2009) declara que a luta do proletariado deve ser social, pois a política não altera sua condição material, portanto, o proletariado/classe trabalhadora deve orientar as suas lutas políticas não com o objetivo de chegar ao poder e colocar o Estado ao seu serviço, pois a manutenção do Estado implica permanecer restrito aos seus limites e dar continuidade a exploração e dominação, uma vez que o Estado é a forma política que dá sustentação ao capitalismo. As lutas políticas da classe revolucionária devem orientar-se pela lógica da revolução

social, que destruindo a máquina estatal, abre caminho para a realização de outro modelo de sociabilidade. Como será essa nova sociedade não é possível dizer ou afirmar com certeza, só podemos ter alguns vislumbres, no sentido de que uma parte humanidade não será mais explorada por outra parcela da humanidade ou dominada pela mercadoria, terá, portanto, a possibilidade de ser livre para desenvolver toda a sua potencialidade.

Em resumo, emancipação política está relacionada à ideia de cidadania, conquista de direitos (civis, políticos e sociais) e democracia, enquanto que a emancipação humana se refere à possibilidade de pleno desenvolvimento da humanidade e transformação da realidade social, por meio do aumento da capacidade de escolhas do ser genérico. Nesse sentido, para que seja possível a emancipação humana é preciso acabar com a dominação das coisas/mercadorias sobre o homem, dito de outra forma, é preciso uma modificação estrutural nas formas de produção da vida material uma vez que a emancipação humana diz respeito ao desenvolvimento do ser humano e transformação desse modelo de sociabilidade.

Tonet (2005), inspirado em Marx, fala que a busca pela emancipação humana é a busca por uma forma de sociabilidade não mais assentada na venda e compra do trabalho, ou seja, baseada na desigualdade, mas uma sociabilidade de homens livres, em outro tipo de relação que prescinde de toda a estrutura que o capital impõe para a sua reprodução e, por outro lado, crie as condições para o trabalho associado. Para isso, são necessárias duas condições: grande desenvolvimento das forças produtivas e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário. Com isso posto, os indivíduos poderão ter acesso a todas as objetivações (materiais e espirituais) que constituem o patrimônio da humanidade, poderão se desenvolver amplamente, e estabelecerão relações de solidariedade uns com os outros. É preciso destacar que ao contrário da possibilidade de se estabelecer uma cidadania mundial, a emancipação humana é uma possibilidade real, fruto da luta da própria humanidade.

Destacamos, por fim, um momento importante na jornada de lutas da classe trabalhadora: a Primavera dos povos, em 1848, em que – de forma mais organizada e consciente – a classe trabalhadora compreendeu as relações de exploração existente na sociedade burguesa, situação reveladora da sua condição de classe oprimida, e, ainda mais importante, os trabalhadores puderam perceber que esse tipo de relação é inerente a sociabilidade do capital. A primavera, nesse contexto, significou o entendimento de que os interesses do proletariado/trabalhadores e os da burguesia/capitalistas são



antagônicos e irreconciliáveis. É inspirada na luta dos trabalhadores que tentamos aproximar a discussão sobre emancipação para os dias de hoje, buscando refletir sobre a ação política de um grupo específico, a juventude – oriunda das classes populares – que é posta em dois lugares pelo Estado, lugares esses que tanto indicam o reconhecimento desse grupo como cidadãos ensejando as condições para a emancipação política dos jovens quanto os elegem como inimigos do Estado e da sociedade e, por causa desse lugar, a juventude periférica tem sido criminalizada e exterminada, fazendo parte de um grupo denominado “os matáveis”, aqueles que não importam e não servem aos interesses do capital. Portanto, essa tese também se trata de um texto de resistência, que une elementos teóricos e reflexivos acerca da práxis dos movimentos sociais de juventude.

A seguir abordaremos alguns elementos sobre a conjuntura brasileira, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que simbolizou, em termos teóricos e práticos, um avanço na conquista e consolidação de direitos. Esse breve resgate que chega a atualidade faz emergir tensões, questionamentos e reflexões acerca do papel dos movimentos sociais, especialmente, dos movimentos de juventude em face do contexto de recrudescimento de direitos e, ao mesmo tempo, possibilidade emancipatória.

### ***Conjuntura Política no Brasil pós-constituição de 1988***

Com o processo de redemocratização do país, a partir da segunda metade dos anos 1980, e o fim da ditadura civil-militar que deixou como marca um contingente imenso de desaparecidos políticos, pessoas torturadas e/ou assassinadas, deu-se início a construção da nova Constituição Federal. Foi a partir do processo de corrosão da ditadura, em grande medida dada a atuação dos movimentos sociais e sindicais – do ABC, principalmente – (Coutinho, 2002) que o Brasil superou esse momento político e deu início a outro, cimentado sobre a construção de uma Constituinte chamada de “cidadã”, por estabelecer um conjunto de direitos (trabalhistas, sociais, políticos) e de responsáveis pela garantia e efetivação dos mesmos. Além disso, a Constituição já apontava mecanismos de participação e controle social, como a criação de conselhos setoriais e de direitos e a possibilidade legítima de organização da classe trabalhadora em sindicatos, por exemplo.

Em que pese o momento de reabertura política e a possibilidade de retomada da democracia, é fato que o Brasil é herdeiro de um passado remoto e recente baseado em uma cultura de violência, expropriação, racismo e patriarcado. Essas características ajudam a entender a configuração não só da nossa história, mas também os ataques constantes aos direitos estabelecidos e as formas de resistência da população, como por exemplo, a organização tanto de setores da sociedade quanto de grupos da mesma em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

Os governos que sucederam o momento de redemocratização brasileira buscaram, rapidamente, implantar uma agenda neoliberal em consonância com o que estava acontecendo mundialmente. Adotou-se um pacote de medidas que privilegiava a atuação do mercado, impondo altos juros e inflação, ao mesmo tempo em que, as políticas públicas eram precarizadas e promoviam um parco acesso aos mínimos sociais, por parte da população, colocando em prática a perspectiva do Estado mínimo – em que pouco se oferece a sociedade em termos de direitos e acesso a políticas sociais e públicas, em contramedida, o Estado fornece todo o suporte para a livre atuação do mercado. Ao governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) tivemos os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Foram cerca de 12 anos (incluindo aqui os governos de Luís Inácio Lula da Silva e os governos Dilma Rousseff) em que vislumbramos certa melhoria nas condições gerais de vida da população, uma vez que o Brasil estava a pleno desenvolvimento e existia estabilidade política, social e econômica, a partir da manutenção de um governo de coalizões e de uma conjuntura internacional que favorecia esse desenvolvimento.

Nesse sentido, foi possível implantar políticas de transferência de renda, de acesso à universidade, fortalecer conselhos e o controle social, assim como, foi possível controlar o índice de desemprego devido a melhora dos índices de desenvolvimento e ao aumento do trabalho informal e precarizado – o Brasil era a “galinha dos ovos de ouro” da América Latina. Um país de dimensão continental, com um quadro de desigualdade regional considerável, mas que estava conseguindo manter o seu ritmo de desenvolvimento econômico e social, se fazendo presente como uma das maiores economias a nível mundial.

Coutinho (2002) vai dizer que a ascensão de Lula a presidência do Brasil, com uma votação bastante expressiva, se deu em paralelo ao crescimento ou retomada dos partidos políticos, especialmente, do PT e a uma conjuntura internacional adversa, marcada por sucessivas derrotas da esquerda. É fato que o governo de Lula possibilitou

conquistas expressivas no campo dos direitos, porém, por outro lado, também garantiu que setores capitalistas continuassem expandindo seus lucros – em um cenário que combinava políticas econômicas e sociais. A “opção” pela manutenção de um governo de coalizões, realizado pelo PT, foi produto de uma conjuntura nacional difícil, uma vez que o governo controlava o executivo, mas não tinha a maioria do parlamento. Como já dito e também salientado por Mascaro (2016), durante os anos do governo Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, o Brasil cumpriu com as etapas de crescimento econômico previstas e ao mesmo tempo possibilitou a inclusão social das classes populares, por meio do aumento do acesso ao consumo.

O esgotamento do governo de coalizão e a derrota, da direita, na eleição presidencial em 2014, fez com que os setores conservadores passassem a elaborar as condições ou determinações do golpe, que aconteceu em abril de 2016<sup>2</sup>, após a votação na Câmara e Senado federais. Nesse período, diversas manifestações exigindo que se respeitasse a constituição e a “jovem” democracia se espalharam pelo Brasil – em consonância também com outros países da América Latina (AL) que estavam passando por situações semelhantes. Sem resultados favoráveis à democracia, uma vez que o golpe saiu vencedor, a presidenta foi retirada do governo e se instalou – não sem oposição e resistência – o governo de Michel Temer.

Não pode ficar de fora dessa breve e sucinta análise a crise econômica que se instala em 2008 (em termos mundiais) e que gera consequências de várias ordens às sociedades. Com relação ao Brasil, Mascaro (2016) vai dizer que a crise brasileira é tanto uma crise do capitalismo mundial quanto uma crise das experiências de governos de centro-esquerda na AL. Em resumo, temos o seguinte cenário: crise política intermitente desde 2005; crise econômica mundial com consequências nacionais a partir de 2008; e crise social exacerbada a partir de 2013. Esse encadeamento de acontecimentos vai forjando um panorama que é agudizado pós eleição de 2014, com a vitória de Dilma Rousseff, com uma margem não tão alta de diferença para o segundo colocado e numa votação que teve número expressivo de votos brancos e nulos.

Sobre a explosão da crise em seus vários conteúdos e formas, é preciso notar que a primeira estratégia do capital diante das consequências de algo dessa magnitude é

<sup>2</sup> Temos clareza de que o golpe jurídico, parlamentar e midiático não foi um evento isolado, mas um processo que se intensificou após as eleições de 2014 e que ainda está em curso, no entanto, não iremos nos ater a essa análise, nesse momento.

buscar saídas por meio de manobras ainda inseridas em um sistema de valores democráticos, em que pese sejam medidas antipopulares e que prejudicam a classe trabalhadora. Quando essas manobras por dentro da legislação dão certo, o Estado e capital seguem sua vida tranquila e quando essas ações não funcionam, aí sim, o Estado dito democrático de direito, se utiliza de outros expedientes, acionando a sua faceta repressiva e adotando medidas ainda mais autoritárias. Um exemplo emblemático foi a aprovação da Lei nº 13.260/2016, ainda no governo Dilma Rousseff, que regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo<sup>3</sup>, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista. A Lei antiterror possui 20 artigos que versam, basicamente, sobre o que é considerado terrorismo e quais as penalidades imputadas (Brasil, 2016).

Nesse sentido, percebemos que em muitos dos atos que são considerados crimes de terrorismo, o Estado poderia ser declarado culpado, como a utilização de gases tóxicos para dispersar multidões em manifestações e atos públicos. Outro elemento dessa análise é que se antes os movimentos e coletivos já eram criminalizados, hoje é ainda mais fácil que isso aconteça, pois existe uma lei que autoriza tal medida, ficando a cargo da interpretação da justiça classificar como terrorismo ou não tais ações realizadas pelos movimentos e coletivos na tentativa de assegurar direitos. Fica evidente que a Lei e o sistema de justiça são instrumentos de controle do Estado sobre a população e mais uma faceta do Estado repressivo, uma vez que fornece elementos para que conflitos entre a sociedade e os aparatos do Estado sejam direcionados ou resolvidos via judicialização. O Brasil não tem histórico de ações terroristas – como as apontadas na legislação –, o que nos leva a refletir sobre: quem lucra com a aprovação dessa Lei?

Atualmente, é preciso levar em consideração os avanços democráticos obtidos – pós-constituição de 1988 e, principalmente, durante os anos 2000 –, porém, não podemos perder de vista a onda conservadora que se alastra na sociedade, com ataques sistemáticos aos direitos sociais, trabalhistas e humanos. Nesse sentido, é preciso lembrar que ações progressistas e movimentos de resistência e insurreição popular que contribuem para diminuir ou minimizar os efeitos perversos do capital também são

<sup>3</sup> O Art. 2º da Lei nº 13.260/2016, determina que terrorismo “consiste na prática, por um ou mais indivíduos, dos atos previstos no inciso 1º [...], com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”.

acompanhadas, por outro lado, do aumento da repressão, do autoritarismo e do controle. Nesse aspecto, presenciamos a utilização do chamado “aumento gradativo da força”, que nada mais é do que a adoção de táticas, por parte da segurança pública, menos letais, como: *spray* de pimenta, bala de borracha, gás lacrimogêneo, táticas bastante utilizadas nas manifestações de 2013 e nas que se seguiram, cujo teor era de reivindicação e luta. Em resumo, a reprodução do modo de produção capitalista é assentada na exploração, conflito e antagonismos entre classes, fazendo com que permaneçam dificuldades de estabilização da sociedade, mesmo com a irrupção de contratendências (Mascaro, 2016).

Falando um pouco mais sobre o junho emblemático, ou seja, os atos e manifestações que marcaram o primeiro semestre de 2013, ocorridos na véspera das eleições. Em todo o Brasil, vivenciamos um período de verdadeiros levantes organizados ou protagonizados<sup>4</sup>, em grande medida, pelas juventudes. Rolnik (2013) vai falar que as jornadas de junho colocaram em evidência uma série de disputas, tanto simbólicas, quanto concretas, perturbando a aparente paz, tranquilidade e prosperidade produzida nos anos anteriores. O que ficou claro, durante essas ações, foi justamente a variedade de vozes rebeldes, assim como, a diversidade de agendas mal resolvidas, repletas de contradições que, por outro lado, geravam espaço também para o retorno da utopia. Consideramos que são nesses momentos de maior efervescência e disputa que é possível operar rupturas na ordem, a questão posta é: e depois? Como e por onde caminhar para dar prosseguimento ou vazão, de forma crítica e esclarecida, a essas oportunidades?

No livro “Cidades Rebeldes”, há uma coletânea de textos que falam sobre esse momento político do Brasil e fazem análises sobre as revoltas do “busão” e as jornadas de junho. Rolnik (2013) cita Ruy Braga quando ele afirma que “a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é a chave para interpretar a maior revolta popular da história brasileira – o tal direito a ter direitos” (p.06) e cita também a análise de Carlos Vainer (p. 06) que diz que “a fagulha desse processo foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos, convocada pelo Movimento Passe Livre”. Porém,

<sup>4</sup> Utilizamos o conceito de “Protagonismo juvenil” não no sentido liberal, individual e meritocrático, mas na perspectiva de participação ou engajamento político e coletivo que determina uma forma específica de atuação da juventude, uma participação não mais secundarizada, pelo contrário, ativa, mobilizadora que diz do fazer político de atores sociais.

sabemos que a onda de protestos não se esgotou na pauta da mobilidade urbana, pelo contrário, em última instância colocou em xeque o modelo de democracia que estava posto.

Rolnik (2013) continua analisando as jornadas sob a perspectiva do direito à cidade, apontando a questão dos megaeventos (Copa do Mundo de futebol e Olimpíadas) e a lógica de limpeza social imprimida para que as cidades mudassem suas aparências para receber os turistas, enquanto que a agenda da mobilidade e reforma urbana foram paulatinamente abandonadas. Como afirma Rolnik (2013) “a fagulha das manifestações não surgiu do nada: foram anos da constituição de uma nova geração de movimentos, que entre *catracas*, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas” (p. 07).

Situação semelhante ocorreu em 2011, no Chile, em que desde o fim da ditadura operou-se uma agenda neoliberal extremamente conservadora, um exemplo disso, é a educação superior que, em pouco tempo, foi privatizada e virou uma mercadoria como outra qualquer. Esse modelo começa a gerar mal estar devido às consequências que produz: endividamento, má qualidade do ensino, problemas de inserção laboral, etc. De acordo com Barroeta e Sandoval (2014), esse cenário de mal estar dá origem ao ciclo de protestos ocorridos em 2011 que, por sua vez, demonstraram o protagonismo político da juventude, a partir da adoção de ações não convencionais que tiveram lugar nos espaços públicos.

Calil (2015) no texto “Estado, democracia e resistências: as jornadas de junho no Brasil” faz um paralelo muito interessante das jornadas de junho aqui no Brasil e as jornadas de lutas sociais ocorridas em Portugal e na Espanha e, inclusive, aponta elementos muito semelhantes entre esses três países, desde 2012. Segundo Calil (2015) havia uma grande heterogeneidade de manifestantes e de pautas, o que ficava visível por meio dos cartazes que eram erguidos e dos gritos e palavras de ordem, eram pessoas que se organizavam em coletivos/instituições e pessoas que nunca tinham ido para um ato ou manifestação, sem nenhuma experiência nesse âmbito, mas que se dispunham também a disputar os rumos das mobilizações, muitas vezes, levados ou cooptados por outros grupos. Porém se pudermos apontar algo que era central seria a questão do acesso e ampliação dos direitos sociais e contra o sucateamento e desmonte das políticas. Nas palavras de Calil (2015):

As mobilizações, ao mesmo tempo, tensionaram os limites e contradições da democracia brasileira, em termos análogos ao já ocorrido em diversos países europeus no mesmo período,

tendo como resposta principal o acirramento das medidas repressivas e a afirmação de concepções especialmente restritas e excludentes de democracia (p. 01)

O autor aponta que as jornadas de junho produziram dois efeitos distintos. Por um lado, como já dito, foram marcadas por uma forte reação fascista e autoritária colocados em prática por meio de uma série de expedientes que vão desde a diminuição ou perda do direito a livre manifestação, passando pela modernização do arsenal repressivo até chegar a discursos sobre um modelo, meramente, parlamentar de democracia. Como sabemos que os antagonismos de classes e as relações que são estabelecidas se dão em uma perspectiva dialética, o outro lado dessa questão, diz respeito às insurgências por meio da ação direta dos coletivos e movimentos sociais e também da utilização das mídias alternativas, capazes de romper com as estruturas da mídia hegemônica e dar voz às manifestações, além de mostrar os excessos cometidos pela força repressiva durante esses momentos. Calil (2015) chama a atenção, justamente, para esse segundo efeito ao demonstrar que o caminho pode ser a partir do acúmulo de lutas contra-hegemônicas, assim como, das articulações entre grupos, coletivos e movimentos sociais que produzem alternativas de enfrentamento e resistência à barbárie e retorno a garantia dos valores democráticos.

Sobre a situação da Espanha e de Portugal, Calil (2015) aponta um contexto bem semelhante no que se refere ao ataque aos direitos sociais, em nome da crise, e, por outro lado, a crescente onda de mobilizações (Indignados – na Espanha – e Geração à Rasca, em Portugal) que ensejou também uma forte reação repressiva, por parte do Estado. Assim como no Brasil, as manifestações em Portugal uniam jovens, trabalhadores, desempregados, aposentados – uma variedade de sujeitos em uma diversidade de condições – que se coalizavam em prol de melhorias de acesso a serviços e políticas e que foram convocados a partir das redes sociais.

As manifestações na Espanha possuem um ordenamento diferente do que acontece no Brasil e em Portugal, lá o governo e a polícia podem autorizar ou não as manifestações nas ruas, dificultando a organização dos atos, fazendo com que a ocorrência se torne “ilegal” e “autorizando” um uso abusivo da força policial, com a justificativa de ser tais ações crimes de “resistência pacífica”. Também na Espanha foi instituída uma legislação chamada de “Lei de Segurança Cidadã”, que atingia simultaneamente os movimentos autonomistas que fazem frente a subjugação do Estado Espanhol e os movimentos de contestação política identificados com os *indignados*. Conhecida como “Lei da Mordaza”, a Lei de Segurança Cidadã, assim



como a nossa Lei antiterrorismo, reforça o sentimento de uma “democracia em suspenso” (Calil, 2015, p.03)

Em comum nesses três casos (Brasil, Portugal e Espanha) visualizamos uma marca repressiva e violenta na atuação da polícia que, sabemos, não é de hoje, porém, percebemos que é essa atuação que dá a tônica na forma como os Estados lidam com situações de contestação e insurgências populares nas ruas. Outro fator associado a essa marca é, justamente, a questão da criminalização dos movimentos sociais e o indiciamento de vários dos seus líderes, como uma estratégia de desmobilização e abafamento dos clamores populares.

Voltando a análise mais uma vez para os acontecimentos do Brasil, foram muitas e diversas as ações arbitrárias desencadeadas pelo aparato repressivo do Estado em junho e nos meses que se seguiram, muitas delas claramente à margem de qualquer legalidade. A ação da polícia demonstrou a que e a quem se destina, muito mais do que proteger a integridade física das pessoas, a polícia é treinada para agir de forma seletiva, racista e contribuir para a gestão da pobreza. Presenciamos atos covardes, como o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, prisões arbitrárias, apreensão de materiais de jornalistas e celulares daqueles que ousavam registrar as manifestações. Um dos exemplos desse momento foi o que aconteceu com o Rafael Braga, que faz parte da população em situação de rua e que foi preso durante as manifestações de junho e, recentemente, foi julgado e condenado. Naquele período, seu crime tinha sido portar uma garrafa de “pinho sol” na mochila. É desse caráter seletivo que falamos, quando a polícia e a justiça agem de acordo com a cor dos sujeitos e, a partir disso, o criminaliza - Rafael foi condenado com base no depoimento de policiais. Outra ação que nos chama atenção foi mencionada por Calil (2015) que diz de uma tentativa de se criar uma suposta “comissão de investigação”, pelo então governador Sérgio Cabral, com o objetivo de quebrar o sigilo telefônico e de internet dos manifestantes.

É preciso refletir sobre o papel da mídia hegemônica que assim como a justiça e a polícia possui um papel decisivo na condenação de movimentos e pessoas, assim como, são responsáveis pela formação da opinião pública, influenciando – em uma lógica binária – aqueles que são culpados e causadores da desordem social e aqueles que tentam manter o *status quo*. No caso das manifestações de junho, em um primeiro momento, as principais emissoras de televisão e os seus portais condenavam os “baderneiros” e “desocupados” que interromperam a sensação de paz reinante. Em



seguida, com a impossibilidade de sustentar esse discurso, a mídia golpista faz o inverso, passa a garantir a legitimidade dos atos e disputar o discurso e a direção do movimento. Exemplo disso, foi a cobertura da rede globo de televisão, que ao final “buscou converter as manifestações em um ‘movimento cívico contra a corrupção’, entendida de forma abstrata e genérica, além de qualificar as manifestações como ‘nacionalistas’ e ‘anti-partidárias’” (Calil, 2015, p.06)

Outro ponto emblemático das manifestações de junho é o caráter pluriclassista e heterogêneo que dá margem para preocupações e alertas referentes ao avanço do conservadorismo em sua face mais extrema e chamando a atenção para um novo golpe militar. Não há dúvidas de qual grupo ou setor se beneficiaria com a propagação de tais ideias, no entanto, por mais que tenha existido um exagero em se difundir a tomada de poder por parte do exército, é certo que a extrema direita tem sim ganhado espaço, a partir da bandeira “anti-corrupção” e em prol da promoção ou retomada da estabilidade institucional. Calil (2015) fala sobre a visibilidade dessas ideias e movimentos de direita, quase exclusivamente, nas redes sociais, sem ter tido efetividade da realidade concreta. O que percebemos é que existe sim um corpo teórico e prático que se movimenta ao redor de um maior conservadorismo e recrudescimento, apontando saídas para a crise de caráter verdadeiramente fascista, mas também nós da esquerda ou dos setores mais progressistas temos dado espaço para que isso ocorra ao reproduzir e compartilhar, ainda que fazendo a crítica e/ou rechaçando, nas redes sociais, discursos e vídeos dos representantes desse ideário.

Diante desse cenário de crise e, ao mesmo tempo, insurgências populares, temos enquanto academia, uma responsabilidade enorme em disputar discursos, mentes e corações na perspectiva do garantismo dos direitos sociais e humanos, contribuindo para alargar fissuras e promover transformações reais na sociedade. Concordamos com Mascaro (2016) quando ele diz que após as ditaduras na AL, as esquerdas, de modo geral, apostaram no caminho da democracia via fortalecimento do direito e das instituições. É essa mesma parte da esquerda que considera possível e factível transformar a realidade via reformas, pois se baseia na perspectiva de “cidadania como solo básico da civilização” e “democracia como valor universal”, no entanto, ainda sob a égide do capitalismo. Como salienta Mascaro (2016):

Sem um mínimo de enfrentamento das contradições do capitalismo, sua sociabilidade traga avanços pontuais e engendra, inclusive, variada gama de retrocessos [...]. Na América Latina e no Brasil, nas décadas recentes, a esquerda acomodou-se à ideia de que direito e cidadania são

emancipatórios. Enquanto houver sustentação ideológica do direito, da cidadania e da democracia como dados naturalizados, as lutas de esquerda *apenas* administrarão o capitalismo.

No contrafluxo do que foi exposto, destacamos a atuação dos movimentos ou coletivos juvenis que têm ganhado não só força, mas legitimidade ao ponto dos movimentos serem chamados a engrossar as fileiras das lutas. Melucci (1996) utiliza a expressão “ação direta” para classificar as ações coletivas que surgem muitas vezes de forma espontânea, sem muita organização, mas que constituem experiências alternativas no exercício da democracia. Vimos que muitos jovens estão organizados em coletivos nos quais predominam a horizontalidade, a reivindicação e ocupação do espaço público como lugar de ação política, além dessas características, também são esses coletivos que se utilizam das tecnologias da informação e das redes sociais com o intuito de estabelecer uma conexão em rede cada vez maior.

Em vários momentos históricos, é perceptível a abertura da juventude para se mobilizar e aderir politicamente a determinadas lutas, tanto em prol dos próprios interesses, como em nome dos interesses mais gerais, de todos. Alguns pesquisadores falam no acúmulo de fatores sociológicos e biológicos que permitem essa adesão de forma mais efetiva, além da própria situação juvenil, na qual os jovens, de modo geral, estão mais abertos às possibilidades. Talvez por isso a observação da história indique que os movimentos que visam alguma ruptura em relação a estruturas sociais hegemônicas, que começam a se mostrar incompatíveis com os projetos e condições objetivas de vida e de convivência desse segmento, atraem fortemente a sua participação (Silva, 2015).

Sobre a atuação da juventude, Castro (2008) vai dizer que condições políticas e subjetivas estão vinculadas, por isso se fala na construção de laços sociais como algo importante coletivamente. É por meio das inserções que as juventudes fazem que os sentimentos de pertencimento e coletividade vão produzindo ressonâncias e possibilitando a reflexão e engajamento de adolescentes e jovens em causas ou movimentos sociais. Ainda de acordo com Castro (2008), as experiências dos sujeitos nos espaços de disputas contribuem para forjar a subjetividade política e o entrelaçamento dessas relações faz com que os sujeitos passem a participar de ações e da construção de espaços comuns, visando a obtenção de ganhos coletivos e sociais.

Todo o contexto social e político narrado teve reverberação no presente trabalho uma vez que os coletivos e movimentos de juventude estavam e estão organizados na resistência ao governo e aos ataques de direitos promovidos pelo mesmo, em prol de

uma resposta ou solução para a crise econômica que, vale lembrar, é mundial, isto é, desde 2008 não só o Brasil, mas países de todo o mundo têm tido que pensar em soluções e saídas para a crise. É fato que em países de economia periférica e capitalismo tardio, as consequências da crise têm sido maiores e mais arrasadoras, o que é utilizado para justificar medidas de austeridade. No entanto, existem saídas diferentes para visões de mundo diferentes; só para citar um exemplo: enquanto partidos conservadores caminham no sentido de ataque aos direitos da classe trabalhadora, por meio de ajustes fiscais, reformas trabalhistas, da previdência, e da terceirização, setores progressistas apostam na taxação das grandes fortunas e reforma da política.



## **Capítulo 1: O Panorama da juventude contemporânea: conceito, condições e possibilidades de intervenção**

A juventude que conhecemos hoje e a juventude sobre a qual realizamos estudos, reflexões e produzimos conhecimento já se modificou consideravelmente ao longo da história, desde que surge como uma categoria na sociedade. Para entender essas modificações, voltamos um pouco no tempo e buscamos refletir sobre a conformação desse conceito como categoria na sociedade contemporânea para, posteriormente, trazer elementos sobre a condição e situação juvenil, assim como, as visões da sociedade e Estado atreladas a esse segmento.

### **1.1 A produção sobre juventude: resgatando os primeiros estudos**

Para entender como a juventude surge como grupo social e um ator importante na sociedade, é necessário partir do momento atual e retornar no tempo, buscando o período em que se começa a estudar esses sujeitos que até então não existiam como atores e/ou categoria. Por isso, a seguir traremos um resgate histórico, no qual são apresentadas as principais correntes sociológicas que se debruçaram sobre esse tema. É possível verificar que muitos estudos surgiram após a segunda guerra mundial, nesse contexto, a juventude começou a despontar como mão de obra e mercado consumidor, além de que as demandas e situação de “exclusão” já impactavam os comportamentos desse segmento, provocando preocupação para o poder público e a sociedade.

Bao e Colognese (2011), no texto “A geração que nos critica é aquela que nos criou: gerações, juventude, mudança social” apontam as reflexões de dois estudiosos que se debruçaram sobre o desenvolvimento da juventude como categoria sociológica: Mannheim e sua obra “O problema das gerações” e, em seguida, Eisenstadt que reflete sobre o mesmo assunto no livro “De geração a geração”.

Para Mannheim, a juventude é, de fato, a força renovadora da sociedade, ou seja, o contato que a juventude de cada época estabelece com o tempo exterior aos sujeitos lhe proporciona uma forma própria e original de compreender e viver a realidade social. A formação de novas coletividades geracionais é uma forma de institucionalizar essas mudanças. Por sua vez, Eisenstadt (1976) realiza sua análise a partir do funcionamento das instituições para determinar que quanto mais complexa uma sociedade, maior a chance de que a juventude possa percorrer caminhos desviantes em seu processo de socialização.

A relação social entre os jovens (os grupos juvenis) seria um mecanismo de regulação dos comportamentos sociais entre aspectos específicos da instituição familiar e o universalismo do corpo social mais amplo. Apesar de se tratar de tradições de pensamento distintas, o que existe em comum entre os dois estudiosos é o fato de que ambos creditam à juventude a possibilidade da mudança social. De modo geral, os autores concluem que a juventude pode ter um papel ambivalente marcado pela integração ou pela ruptura da estrutura social a depender das condições sócio-históricas, econômicas e culturais (Bao & Colognese, 2011).

As indagações mais sistemáticas sobre a juventude começaram a surgir por volta da década de 1920, a partir de dois enfoques: a Perspectiva Antropológica e os estudos sociológicos da Escola de Chicago. O primeiro nome da perspectiva antropológica é Franz Boas (Corrente Culturalista Norte-Americana), que vai estudar a influência dos contextos culturais nos temas relacionados à idade. Boas critica a perspectiva da ortogênese, predominante na época entre os antropólogos, que falava na propensão inata de evolução da vida, a partir de uma força interna ou externa. Ao contrário, Boas acreditava que existem distintos desenvolvimentos históricos e que estes resultam de diferentes processos e intervenções (Islas, 2009).

Outros dois nomes importantes da perspectiva antropológica foram Ruth Benedict e Margaret Mead – referências nos estudos sobre juventude. Essas pesquisadoras forneceram enormes contribuições ao desbancar, por meio dos seus estudos, teóricos que defendiam uma teoria uniformizadora em que os comportamentos são tidos como iguais, independente dos contextos socioculturais. Benedict deixa clara a influência da cultura na determinação dos papéis desenvolvidos pelos indivíduos e, assim, amplia sua proposta conceitual sobre a idade. Ela estabelece relações de oposição que diferenciam jovens e adultos, as três mais importantes são: responsabilidade (adultos) – não responsabilidade (jovens), relação domínio (adultos) – submissão (jovens) e o papel sexual contrastado (Islas, 2009).

Já Mead, por meio dos seus livros “Coming of age in Samoa”, publicado em 1928, e “Culture and commitment: a study of generation gap”, dos anos 1970, elabora uma tipologia de como se inter-relacionam as velhas e as novas gerações de acordo com o tipo de sociedade: a) pós-figurativa – que possui lenta transformação e na qual os jovens aprendem com os adultos; b) co-figurativa – onde as mudanças são moderadas e as novas e velhas gerações aprendem com seus pares e; c) pré-figurativas – aqui as transformações ocorrem de forma acelerada e há uma inversão por meio da qual os

adultos podem aprender com os jovens. As perspectivas e estudos de Mead e Benedict garantiram uma alternativa aos estudos biopsicológicos universalistas, muito influenciados pelas ciências positivistas da época (Islas, 2009).

A Escola de Chicago – primeiro corpo teórico de trabalhos especializados em sociologia urbana – surge entre os anos de 1920 e 1930, com a proposição de estudos que buscavam esclarecer a natureza da cidade a partir de suas partes. A realidade que se apresentava exigia certa preocupação em reunir dados sobre os traços “indesejáveis” da sociedade industrial em pleno desenvolvimento. A primeira Escola de Chicago tinha como representante Frederic M. Thrasher (precursor dos estudos sobre delinquência), que pesquisou os grupos juvenis, delimitando três tipos de estrutura das gangues: a) tipo difuso: sem estrutura e nem liderança; b) tipo solidificado: com alto grau de lealdade, com as próprias cerimônias de iniciação, senhas, diversos rituais, etc; c) tipo convencionalizado: menos perigosos, se organizavam ao redor de alguma atividade lúdica. O enfoque de Thrasher era microssociológico, ou seja, estava interessado na dinâmica (normas, comportamentos, origem, práticas institucionalizadas, fins e propósitos dos grupos) do pequeno grupo (Islas, 2009).

William Foote Whyte fazia parte da segunda Escola, que surge após a segunda guerra mundial. Whyte publica o livro “Sociedade de esquina”, em 1943, que foi tido um verdadeiro guia da observação participante em sociedades complexas, sendo considerado um manuscrito atual, ainda hoje, não só por abordar temáticas relacionadas à juventude, organização social das gangues e dos bairros pobres, mas também pelo trabalho riquíssimo de campo que foi realizado, de acordo com Moura (2006) e Valladares (2007).

Nesse livro, o autor descreve quatro tipos de organização: a gangue de esquina, o clube organizado por “rapazes formados”, a organização mafiosa e a política partidária. Os dois primeiros abrigam os “peixes miúdos”: os “rapazes de esquina”, que ocupam a posição mais baixa na hierarquia social, e os “rapazes formados”, que se encontram em meio a trajetórias de ascensão social. Já os gângsteres e os políticos são os “peixes graúdos”, ocupam o topo da hierarquia local. Mas cada “tipo”, identificado por Whyte, é construído a partir da observação e da descrição de trajetórias de indivíduos e grupos concretos com os quais o autor não só entrou em contato, mas atuou de forma ativa em ações, disputas e projetos conjuntos (Moura, 2006).

Outra divisão possível, dentro da literatura sociológica, para abordar o tema são as correntes teóricas: geracional e classista. A primeira lida com o fenômeno a partir do

determinante biológico, que seria a definição de um período cronológico da vida do indivíduo. Já a segunda questiona a unicidade do conceito de juventude e propõe o tratamento diferenciado deste fenômeno de acordo com a heterogeneidade das trajetórias individuais imposta pela estratificação social (Lima, 2016). As teorias críticas sociológicas da juventude, em suas variantes geracional e classista, foram determinantes a partir da segunda metade do século XX. Essas teorias criaram e inovaram importantes conceitos, como: geração, moratória social e subculturas, além de demarcar novos temas, como conflito de gerações, movimentos juvenis, cultura e lazer. Em suma, as concepções de juventude elaboradas pelas teorias tradicionais foram, em grande medida, superadas pelas perspectivas geracional e classista (Groppo, 2015).

A corrente geracional envolve vários conteúdos que têm em comum o fato de conceber a juventude como uma fase da vida sob o enfoque da socialização (Islas, 2009). A questão central a se discutir no âmbito da corrente geracional é a dualidade continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais. Sobre isso, o quadro teórico dominante se baseia nas teorias da socialização, desenvolvidas pelos funcionalistas, ou nas teorias das gerações. Para a primeira, os conflitos intergeracionais são concebidos, na maioria das vezes, como “disfunções” ocorridas no processo de socialização, enquanto que nas teorias das gerações, faz sentido existir “descontinuidades” intergeracionais, inclusive, para existir a própria teoria das gerações, posição semelhante a de Einstein (Pais, 1990).

Para qualquer uma das teorias da corrente geracional (da socialização ou das gerações), as descontinuidades são a base da formação da juventude como uma geração social, o que garante a singularidade desse grupo frente aos demais. Nesse sentido, leva-se em consideração a ideia de que cada geração social é determinada a partir de uma autoreferência a outras gerações sociais, das quais se vê de forma diferente. Essa corrente admite a existência de uma cultura juvenil que, em certa medida, se opõe a cultura de outras gerações, como a adulta. É justamente essa oposição que pode gerar descontinuidades intergeracionais (rupturas, conflitos, crises) que traduzem certa tensão ou confrontação entre as gerações, aqui especificamente, entre os jovens e os adultos.

Enquanto que a perspectiva da socialização contínua pensa esse momento de forma diferente, ou seja, não existiria grandes fricções ou conflitos, os jovens são socializados de acordo com as normas e valores predominantes entre as gerações anteriores. Essa perspectiva foi dominante nos anos 1950, a partir do discurso médico e psicológico (dominante, na época) que associava a adolescência a um período de crise



de puberdade e a juventude a um período “difícil”, de maturação psicológica, que deveria levar a idade adulta (Pais, 1990).

É importante destacar que tanto em um como no outro caso, a renovação ou continuidade da sociedade depende da relação que se estabelece entre as gerações novas e antigas. De acordo com a corrente geracional, as experiências, problemas, demandas e circunstâncias são vivenciadas pelos indivíduos como membros de uma geração e não como membros de uma classe social – argumento defendido pela corrente classista –, para que se entenda melhor: é por ser jovem que aquele sujeito vivencia determinada situação e não por ser rico ou pobre. Dessa forma, os signos de continuidade e descontinuidade poderão se manifestar por meio de processos de socialização que se dão a partir de instituições específicas, como a família, a escola e a vizinhança, que fazem com que uma série de crenças, normas, valores e símbolos sejam internalizados pelas gerações mais jovens e reproduzidos no cotidiano.

Por outro lado, se a internalização desses signos não for feita de modo apropriado, pode gerar fracionamentos culturais entre as gerações. Esses fracionamentos podem ser resultado da consistência da cultura transmitida pelas instituições citadas e/ou pelos comportamentos e atitudes do “mundo adulto”, que são percebidos de uma forma diferente, pelos mais jovens, dificultando o processo de integração do acúmulo das várias gerações.

O espanhol José Ortega y Gasset é um dos estudiosos dessa corrente. Ele publicou em 1923, um artigo intitulado “a ideia das gerações”, em que afirma que geração é o compromisso mais dinâmico entre massa e indivíduo, em outras palavras, os homens são indivíduos do seu próprio tempo. Segundo Ortega y Gasset, as épocas podem ser de dois tipos: a) cumulativas, são momentos em que os “velhos” dirigem, enquanto os jovens se submetem e; b) eliminatórias e polêmicas, momentos em que os jovens tomam as rédeas, tempos de iniciação e beligerância construtiva. Na nossa perspectiva, é difícil entender e analisar um determinado período histórico de forma binária ou por meio de uma só perspectiva, no entanto, o exercício é tentar entender o que se destaca mais nesse período, a partir da percepção do papel que esses grupos desempenham.

O autor acrescenta que são necessárias quatro gerações para encerrar uma etapa histórica, e estas agiriam da seguinte forma: caberia a primeira impor uma nova sensibilidade vital e criar um novo estilo; a segunda chega com um mundo mais estruturado ao qual adere com um certo entusiasmo; a terceira é a geração dos

“herdeiros”, que se encontram instalados em algo já consolidado; e a quarta geração já não pertence a época, e expressa apenas uma referência a velha atitude. Ortega y Gasset dedica uma parte da sua obra “a rebelião das massas” para falar da juventude, afirmando que o século XX se caracteriza pelo extremo predomínio dos jovens (Islas, 2009).

Por fim, para a corrente geracional, a reprodução social se limita a análise das relações intergeracionais que podem ser – ou não – de conservação e sedimentação das formas e conteúdos presentes nas relações sociais entre as gerações.

Outra perspectiva sobre o tema é trazida pela corrente classista, que argumenta que a reprodução social se dá por meio da reprodução das classes sociais e é, justamente, por considerar a perspectiva de classe social que essa corrente critica a perspectiva de juventude associada somente a “fase de vida” (Pais, 1990).

Para a corrente classista, o trânsito da juventude para a idade adulta é sempre orientado por mecanismos de reprodução classista, não apenas no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, mas também outros aspectos, por exemplo, as culturas juvenis – elas são sempre culturas de classe, isto é, são entendidas como relações antagônicas entre classes. Sobre as culturas juvenis pensadas pela via da corrente em questão, elas são consideradas, em muitos casos, como “culturas de resistência”, pois são negociadas em um quadro histórico social e cultural determinado por relações de classe e desafiam o consenso ou a ideologia dominante. Outra característica é o caráter político que as culturas juvenis trazem sempre nos seus repertórios, em outras palavras, os rituais dessas culturas são marcados pela capacidade de manifestar resistência contra algo ou alguma perspectiva de dominação e criar espaços culturais e modos de organização, em contrapartida.

Thompson (1977) sugere que a noção de classe implica entender que as relações sociais são historicamente constituídas, isto é, as classes não existem sem estarem em relação com outras classes. No entanto, ele destaca que mesmo entre jovens pertencentes a uma mesma classe social, é possível encontrar modos de vida e apropriações distintas. Concordamos com esse autor quanto à perspectiva de que a condição juvenil está situada em um contexto político, social e econômico capitalista e que isso gera implicações nos modos de vida e nas vivências desse grupo.

Lima (2016) aponta duas juventudes: a experimentada pelos filhos da burguesia e outra, bastante restrita e quase ausente, vivenciada pelos filhos dos operários. Para o autor, ignorar tais diferenças de classes no estudo da juventude significa contribuir para a ideologia dominante de reprodução de privilégios. Nesse raciocínio, os valores

compartilhados pelos jovens seriam reflexos dos valores de suas correspondentes classes sociais. Especificamente, a cultura juvenil seria uma vertente da luta de classes moderna e a ação social, cultural e política dos jovens, ressaltada e valorizada pela corrente classista, seria aquela de contestação e resistência a ordem vigente. Tal viés de análise se justificaria pela intenção de desmistificar o conceito homogêneo de juventude, a partir da demonstração dos efeitos que as desigualdades sociais possuem para a determinação da trajetória de indivíduos de diferentes classes.

Apresentamos a seguir o enfoque Funcionalista ou a perspectiva Estrutural-Funcionalista, que nasce posteriormente, no período do conflito bélico da segunda guerra mundial. Um dos representantes desse enfoque é Shmuel N. Eisenstadt, já citado aqui, que tenta explicar a transmissão geracional mediante a socialização. Para ele, a distribuição dos papéis com base na diferença de idades se torna fundamental, inclusive, porque produz papéis complementares que ajudam na transição entre idades. Dessa forma, Eisenstadt (1976) vai articular as categorias de idade em um “continuum”, ou seja, cada idade levando a outra idade superior com maior acúmulo de experiências; esse tipo de enfoque é considerado um avanço no sentido de que passa a analisar os jovens em relação a outras idades e não em si mesmos.

Por volta da década de 1960, Eisenstadt se dedicará a explicar o movimento de protestos e as mudanças que ocorrem no contexto da modernização das sociedades e que se contrapuseram a toda uma concepção de “sociedades integradas” apresentadas pelos enfoques funcionalistas. Segundo Eisenstadt (1976), em sua teoria, as “divergências” entre as gerações têm origem na discrepância entre a família e o sistema social global, ou seja, em todos os casos de fatores sociais, como: convulsões sociais, mobilidade social, mudanças sociais, discriminação, enfim, qualquer situação de desajustamento, tem em comum essa discrepância.

Quando os padrões de comportamentos não são adquiridos na unidade familiar, o indivíduo precisa mudar de padrões. De acordo com essa perspectiva, o comportamento inconformado do jovem se restringe a uma crise específica de idade social, perdendo-se de vista as determinações estruturais do todo e individualizando a questão.

Na segunda metade do século XX iria se desenvolver, de modo mais sistematizado, as teorias críticas. As teorias críticas da juventude vão – em grande medida – contestar os sentidos tradicionais da vinculação dos indivíduos à estrutura social e, não necessariamente, a ideia básica da sociologia estrutural-funcionalista, até

então hegemônica, que pensa a juventude como socialização secundária. As primeiras teorias críticas combinavam, sob diferentes enfoques, a noção de geração e a noção de moratória social – que consideramos arbitrária, pois se refere à uma pequena parcela da juventude que, por pertencerem a classes sociais médias ou altas, têm mais tempo para se qualificar e se preparar para o mercado de trabalho – talvez indicando uma dificuldade em se libertar de uma concepção “naturalista” da juventude.

Por outro lado, essas mesmas teorias também reconheciam o papel ou potencial das juventudes no que dizia respeito à transformação das sociedades. No entanto, esse reconhecimento do potencial transformador das gerações mais jovens não culminou com a produção de uma posição radical, mas sim em uma perspectiva estritamente reformista, o que incluía a desconfiança dos movimentos juvenis que despontariam nos anos 1960 (Grosso, 2015). A partir dos anos 1960, as teorias críticas passam a se desenvolver adotando uma posição politicamente mais progressista do que em anos anteriores, a partir de estudos mais consistentes sobre a estrutura socioeconômica e a vivência da juventude, o que torna essa a característica principal dessas teorias (Grosso, 2015).

De forma geral, no primeiro momento, as teorias críticas valorizaram o potencial contestatório dos jovens, que, naquele contexto, era visto como positivo e capaz de renovar as sociedades, possibilitando o desenvolvimento e avanço civilizatório, em detrimento das concepções que relacionavam a juventude e seu potencial a “desvios” e “anormalidade”. Num segundo momento, a juventude passou a ser concebida como um período de experimentação de papéis sociais e de moratória social, a partir do “afrouxamento” das normas sociais em relação aos jovens. O terceiro momento é marcado pelo avanço no processo de “desnaturalização” da categoria juventude, no que se refere à consciência sobre o caráter social e cultural que esta categoria exprime. Isso se deu em duas partes, tanto o papel das instituições sociais (escola, família, legislações, mundo do trabalho, Estado) foi melhor entendido como etapas importantes no curso da vida, quanto o caráter “natural” e “biológico” dessa fase foi relativizado e ressignificado pela cultura e sociedade.

No quarto momento, as teorias críticas iniciaram o processo de reconhecer a diversidade de vivências dos jovens, a partir da classe social, do gênero, raça/cor, nacionalidade, entre outros fatores que atravessam essa fase. Em virtude disso, uma parte da corrente classista se direciona para as teorias pós-críticas da juventude. O quinto momento é o de valorização das “subculturas” juvenis, especialmente, pelos

estudos culturais. Durante esse momento, as experimentações de pequenos grupos e coletivos que, em alguma medida, ressignificam ou transgridem a cultura hegemônica e os valores sociais vigentes são cada vez mais valorizados, inclusive, são eles que vão trazer à tona novos valores, comportamentos e bens culturais que vão ser integrados ao mercado, sem perder a relação com a perspectiva da resistência e da transgressão (Groppo, 2015).

Groppo (2015) vai situar Karl Mannheim entre os estudiosos críticos, pois é a partir da leitura do mesmo que se conforma uma terceira via, dentro da teoria das gerações, entre o marxismo e o funcionalismo. Mannheim vai se distinguir da perspectiva estrutural-funcionalista pela ênfase que é dada ao potencial transformador presente na juventude que, por sua vez, é visto como algo positivo, não como desvio, disfunção ou perigo (Groppo, 2015). A proposta apresentada por Mannheim parte da recusa do tempo cronológico e se baseia na proposta do tempo vivencial, que se passa a partir do “estrato geracional” em que o sujeito se situa. Também concebe essa experiência ou vivência como diversa, que tem lugar a partir da posição social de cada sujeito que dão origem a pensamentos e comportamentos capazes de circunscrever o indivíduo em processo histórico determinado (Islas, 2009).

Abriremos um parêntese maior para tratar das questões levantadas por Mannheim, cujas contribuições trazem reflexões interessantes para pensar o papel e a atuação da juventude na sociedade. Algumas das suas indagações são: qual o significado da juventude na sociedade? Como a juventude pode contribuir para a vida em sociedade? (Mannheim, 1980). Para responder essas questões é necessária uma análise da história e do contexto concreto das sociedades, entendendo a juventude não terá sempre o mesmo significado, papel ou influência.

Mannheim (1980) fala da juventude como recurso, isto é, uma reserva que está latente, pronta para ser utilizada em caso de necessidade. Nos países estáticos, de mudanças graduais, a juventude é vista como reserva latente, no entanto, suas potencialidades são negligenciadas, pois não há vontade de romper com as tradições existentes na sociedade, ou seja, não há interesse em inovações, mudanças ou rupturas. Contrariamente às sociedades estáticas, temos as sociedades consideradas dinâmicas, que se utilizam enormemente das potencialidades e cooperação da juventude, aqui se diferencia, apenas, como ocorrerão as mudanças – por reformas: não há alteração do *status quo* e por revolução: há transformação da realidade social. Nesse sentido, a “nova vida”, oriunda das transformações protagonizadas pelas juventudes, só será vivida pelas

gerações mais novas, que viverão os novos valores. Mas é preciso ressaltar que essa “reserva” só é posta em marcha quando a revitalização é necessária para o ajustamento às circunstâncias novas e rápidas. Ou seja, não é a qualquer momento que se utiliza as reservas latentes, somente quando está em jogo a necessidade de atualizar a sociedade para situações que exigem inovações rápidas.

De acordo com essa ideia, somente através de formas específicas de integração, que variam no contexto histórico de cada época, as reservas latentes podem ser mobilizadas e integradas produtivamente na sociedade. Com relação à juventude, como exatamente, ela pode ser utilizada como reserva latente? A resposta vem no sentido de considerar o aspecto revitalizador que a juventude traz, pelo fato de que os jovens não estão, ainda, completamente capturados pelo *status quo*, nesse sentido, a juventude não é, de imediato, nem progressista e nem conservadora, porém pode ser uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade em uma ou outra direção.

Isso porque, segundo essa corrente, a introdução mais sistemática do sujeito na atuação social e política começa na adolescência e esse processo continua durante a juventude, em que o jovem passa a ter mais cuidado e responsabilidade sobre si mesmo ao mesmo tempo em que família e Estado passam a ser menos acionados. É também nessa fase que os sujeitos começam a se identificar e se articular com grupos e movimentos que pensam ou agem social e politicamente, de forma que ele concorda e acredita (Mannheim, 1980). Esses dois pontos acima respondem ao porquê dos jovens não estarem ainda capturados ou acomodados às engrenagens sociais.

Por fim, falaremos da Escola de Birmingham e da perspectiva francesa. A escola abarca as pesquisas feitas no Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), fundado na universidade dessa região do Reino Unido em 1963, apresenta uma série de pesquisas sobre juventude. Os estudos provenientes da Escola de Birmingham unem uma série de elementos provenientes do marxismo, com destaque para a discussão sobre a relação infraestrutura-superestrutura, mas, principalmente, uma releitura de Gramsci (vinculado ao marxismo humanista), por meio do uso do conceito de hegemonia que, nesse caso, é utilizado para explicar as culturas juvenis, os meios de comunicação, questões de raça/cor e gênero.

Islas (2009) também fala sobre a relação ambivalente entre a Escola de Birmingham e a Escola de Frankfurt, na qual se aproximam em alguns pontos – ao considerar que as superestruturas têm funções específicas, como a superestrutura

ideológica – e se diferenciam em relação à outros – por exemplo, o entendimento da sociedade como unidimensional ou a questão da cultura de massas como pseudocultura.

Os chamados “pais fundadores” da Escola de Birmingham, que fizeram parte do primeiro período (1963 a 1969) são: Raymond Williams, Edgar Thompson e Richard Hoggart. Durante a presidência de Williams, Thompson e Hoggart, o CCCS vai reagir contra o elitismo cultural que prevalecia na Inglaterra naquela época, revalorizando a cultura popular. Durante o segundo período, que vai até 1988, os principais nomes eram: Stuart Hall e Richard Johnson (diretores do CCCS), é nessa direção que se tem a criação da revista, do mestrado, de grupos de pesquisas e um espírito coletivo de produção. Essa estrutura possibilita a consolidação institucional e acadêmica dos estudos culturais ali desenvolvidos e a ampliação do seu impacto na própria universidade de Birmingham e em outras universidades.

Podemos citar como importantes contribuições dessa escola os estudos das subculturas, que inicia com o trabalho de Phil Cohen, em que ele analisa a reação dos jovens operários às mudanças estruturais e a resolução dos conflitos pela via da ideologia, isto é, mediante, nesse caso, as subculturas juvenis. Cohen cria um método que influenciou o restante do grupo, ele pressupôs a análise em três planos: histórico (a partir da problemática de classe), estrutural ou semiótico (os subsistemas simbólicos) e fenomenológico (considera a forma de vida dos seus integrantes). Posteriormente, John Clarke e Tony Jefferson, afirmaram que as subculturas juvenis devem ser abordadas não de perspectivas idealistas, mas a partir de sua gênese social, histórica e cultural concretas, em que elas negociam com as estruturas hegemônicas. Segundo Islas (2009), a obra mais acabada da Escola de Birmingham é o trabalho coletivo de Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, intitulado “*subcultures, cultures and class*”, de 1975, em que eles vão definir o conceito de cultura e sua vinculação com classes sociais; e, o termo “cultura juvenil” e sua substituição pelo termo “subculturas juvenis”.

O CCCS tinha como objetivo refutar a ideia de uma cultura juvenil universal e, nesse sentido, mostrar que as “subculturas” juvenis derivam, essencialmente, da cultura de classe da qual os membros de grupos fazem parte, qual seja: a classe trabalhadora britânica. A forma como é empregado o termo “subculturas” também tem um teor diferente dos estudos da perspectiva estrutural-funcionalista, pois refletem os modos de elaboração e respostas que os grupos jovens dão, a partir da classe a qual pertencem, indicando a cultura da sua classe e as condições de vida dos que dela fazem parte. O termo “subcultura” é utilizado nesses casos, pois indicam a forma peculiar como a



juventude de determinada classe responde ao meio social, que é diferente das respostas dadas pelos adultos, uma vez que os dois grupos (adultos e jovens) são de posição etária e geracional diferentes.

Alguns autores como Clarke (1982) e Abramo (1994) vão dizer que as “subculturas” juvenis não são “construções ideológicas”, apenas, mas também contribuem como forma de negociar espaços e sentidos na esfera da luta pela hegemonia cultural. Da mesma forma, possibilitam que os jovens negociem e ofereçam resistência à cultura dominante, por isso a importância da existência das “subculturas”. No caso dos jovens operários ingleses, por exemplo, temos duas situações: a) a existência das “subculturas” têm relação com as condições mais gerais do operariado, naquele momento, e dão respostas às mudanças vividas pela classe operária no pós-guerra, que segmentaram, fragmentaram, diminuíram a solidariedade; e, b) a questão da identidade de classe ao opor trabalhadores qualificados a trabalhadores menos qualificados, bem como nacionais e imigrantes, a partir das transformações dos bairros operários e da política conciliatória ensejada pelo Partido Trabalhista e os sindicatos.

Por outro lado, essas “subculturas” exprimem dilemas que são próprios dos jovens da classe trabalhadora, quais sejam: entrar no estrato mais qualificado do operariado x ficar entre os desqualificados e manter o puritanismo tradicional da classe x adotar a nova ideologia de consumo. Diante do enfraquecimento das referências de classe, as “subculturas” expressam a busca de referenciais positivos para os jovens trabalhadores, além de expressar a valorização, para os jovens, dos espaços de lazer e diversão (Grosso, 2015).

Já a perspectiva Francesa pode ser apresentada a partir de dois enfoques com contribuições originais. O primeiro deles é a teoria da complexidade, de Edgar Morin, na qual ele esboça a preocupação com os jovens que estavam sendo produzidos em uma sociedade de massas e de consumo de massa. Ele apresenta algumas características da juventude desse tempo: armadura comum (roupas), determinados tipos de maquiagem, alguns tipos de propriedades (como instrumentos ou coleções), linguagem com a utilização de superlativos (super, fenomenal, entre outros), cerimônias de comunhão (shows) e heróis – nessa perspectiva, são elementos que remetem ao juvenil e o juvenil remete ao mundo. Morin também fala da necessidade de desenvolver um pensamento complexo, que seja capaz de vincular e distinguir sem, contudo, desunir (Islas, 2009).

O segundo enfoque é apresentado pela perspectiva construtivista e pode ser sintetizada pelo texto clássico de Bourdieu, de 1978, “A juventude não é mais que uma



palavra”. Nesse manuscrito, ele afirma que as relações entre idade social e biológica são muito complexas e, portanto, podem estar sujeitas a manipulação, por exemplo, a ideia de conceber os jovens como uma unidade social, com os mesmos interesses, pelo simples fato de compartilharem uma categoria de idade. A proposta que Bourdieu apresenta traz uma relação entre a estrutura social e a produção de sujeitos para, partindo dessas teorizações, formular os conceitos de classes de idade e de gerações.

Para ele, a estrutura social está dentro de um sistema relacional, hierárquico e capitalista que vai determinar uma apropriação dos produtos socialmente produzidos de forma diferente. Mas nem tudo está perdido, pois os sujeitos extrapolam suas posições originais, uma vez que são também todo o acúmulo das posições anteriores que foram incorporadas por meio da percepção, ação e apreciação, determinando diversas posições em distintos campos (Islas, 2009).

Seguindo essa construção conceitual, a perspectiva da classe de idades exige que o pesquisador delimite os grupos sociais e, no interior desses grupos, a partir da dinâmica de reprodução social, ele vai reconstruir as diferenças existentes dividindo por classes de idade, o que se difere da perspectiva positivista, porque o pesquisador precisa está imerso no campo e no fenômeno estudado. Essa “divisão” em classes de idade ocorre mediante uma série de variáveis, como: deveres, privilégios, formas de agir que, por sua vez, são delimitadas por momentos de transição (casamento, primeiro trabalho, etc.), produzido historicamente.

Por fim, é preciso tecer alguns comentários sobre o surgimento da **Juvenologia**, que nada mais é do que grupos de pesquisadores que se debruçam sobre temas juvenis. Três deles tiveram influência na América hispânica, o primeiro foi Leopold Rosenmayr que, junto com Klaus Allerbeck, formaram uma dupla intergeracional que causou grande impacto. Em seguida, surgiu Franco Ferraroti, que se dedicou a estudar os problemas da juventude, sua contribuição se refere, sobretudo, a análise dos instrumentos utilizados para indagar sobre as realidades juvenis. O último é Michael Brak, que se preocupava com a vinculação “delinquência-juventude”. Brak faz uma revisão de todos os enfoques desenvolvidos historicamente até o princípio da década de 1980 em torno do conceito juvenil (Islas, 2009).

Depois desse resgate histórico, talvez alguns se perguntem “por que estudar os clássicos?” ou “por que partir dos estudos clássicos?”. É inevitável pensar no acúmulo de materiais teóricos existentes sobre as temáticas que estudamos, particularmente, acerca da juventude. As perspectivas teóricas apresentadas acima nos dão uma

dimensão de como o olhar sobre os/as jovens muda ao longo do tempo, a depender de fatores históricos, culturais, econômicos, teóricos e políticos, ou seja, a conjuntura na qual as pesquisas são desenvolvidas, direcionam o tipo de conhecimento que é gerado e este pode significar conformidade e manutenção de determinados pensamentos considerados hegemônicos ou podem indicar rupturas significativas. Assim, como diria Cruz (2014), a relação entre o hoje e o ontem é, essencialmente, dialética, uma vez que o acúmulo do passado pode impulsionar o futuro tanto para algo mais progressista e revolucionário quanto para o seu oposto.

## **1.2 Atualização do debate sobre o conceito e a juventude**

Durante todo o desenvolvimento do século XX, as sociedades humanas estabeleceram transformações profundas naquilo que se refere às relações sociais entre jovens e adultos. Os conceitos relacionados aos ciclos de gerações perderam sua precisão, fases de vida se alargaram, a expectativa de vida aumentou (de modo geral), entre outras mudanças (Carrano, 2003).

Como apresentado na primeira parte deste capítulo, os estudos na década de 1920, cujo um dos expoentes era a Escola de Chicago faziam referência aos desvios sociais; já nos anos 1950 e 1960, o que se sobressaia eram os estudos geracionais, considerando a juventude como fator de inovação social; os anos 1960 observaram uma efervescência de movimentos contestatórios com participação da juventude e, nesse aspecto, os estudos que situavam os jovens como propulsores das mudanças sociais.

Interessante perceber que ainda hoje muitos estudos relacionam juventude à violência ou periculosidade, demonstrando que existe uma “monocultura analítica”, como denomina Carrano (2003), e indicando o fato de que a ciência pode contribuir para reforçar estereótipos de todos os tipos, atuando de forma aliada com ideários mais conservadores e reacionários, muitas vezes, e perdendo de vista que muitas das problemáticas que atravessam a juventude são oriundas da estrutura social, que estabelece determinados padrões de relacionamento entre as pessoas e destas com o contexto no qual ela se insere.

Esses mesmos estudos contribuem para reforçar distorções no entendimento sobre a juventude hoje e são utilizados como fonte de dados que subsidiam medidas de controle, repressão e punição desse grupo. Novamente, de acordo com Carrano (2003), o que acontece é uma miopia, onde só se enxerga o aspecto da violência na juventude.

Outro viés é o entendimento da categoria sociológica juventude associada à possibilidade de transformação, de inovação e de mudança. Esses aspectos dizem respeito aos dois principais imaginários que rodam a sociedade: juventude como problema e juventude como esperança. A juventude como esperança deposita uma enorme pressão em cima dos jovens, que tem que demonstrar que estão aptos, que são inovadores e criativos, que têm todas as respostas e o espírito “revolucionário” para transformar a sociedade.

Algumas outras visões sobre a juventude que convivem e/ou reforçam as posições apresentadas anteriormente, são: juventude como período preparatório – nessa perspectiva, a juventude não é vista como uma fase em si, mas sim como uma fase de transição entre a infância e a idade adulta, com isso as políticas públicas que são pensadas visam a preparação dos jovens para o mundo adulto, por meio da educação/formação. Tal perspectiva apresenta algumas limitações, como a visão homogênea da juventude, como se todos os jovens pudessem viver o período chamado de “moratória social”, quando, na verdade, pouquíssimos têm essa oportunidade, além de que não pensa e visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente, que atuam no aqui e agora. Esse enfoque ainda orienta boa parte das ações dirigidas aos jovens, mas foi mais predominante até os anos 1950, na América Latina.

Outro enfoque é a perspectiva da juventude como etapa problemática, que já mencionamos, na qual os jovens aparecem pela via dos problemas que ameaçam a “ordem social”. Dentro dessa lógica, as políticas são de caráter compensatório e focalizadas nos setores juvenis em situação de vulnerabilidade social, o que é colocado como limitador é a questão de se construir uma percepção generalizadora da juventude que acaba por estigmatizá-la como um problema social. No Brasil, esse enfoque foi predominante entre os anos 1980 e 1990, mas ainda é atual quando vai se fundamentar ou justificar ações voltadas para essa parcela da juventude, evidenciando a possibilidade de enfrentar a problemática do envolvimento dos jovens com a violência a partir da política pública. A superação dessa abordagem vem a partir da ideia do jovem como solução, que é a terceira perspectiva (Abramo, 2005).

O terceiro enfoque coloca o jovem como ator estratégico do desenvolvimento, numa perspectiva da juventude como “esperança” e “salvação”. Essa perspectiva atende ao mesmo público jovem que é considerado em vulnerabilidade ou “excluído”, porém sob um novo olhar que é o da formação de capital humano e social para enfrentar os problemas sociais que afetam grandes contingentes de jovens, além de atualizar as

sociedades para as exigências de desenvolvimento que, por sua vez, são postos pelos novos padrões mundiais. Em outras palavras, o desenvolvimento está na ordem do dia e a juventude é o ator estratégico para efetuar isso. Esse enfoque também tem limitações e problemas, um deles é, justamente, a ideia de desenvolvimento a qual os jovens terão papel, nesse sentido, usam-se os termos: “protagonismo juvenil” e “agentes de mudança”, deixando a juventude em uma situação delicada, pois é como se eles/as fossem os únicos ou os principais responsáveis pelas transformações na sociedade.

Outro problema é ao considerar os/as jovens como atores estratégicos de mudança corre-se o risco de enxergá-los apenas pelas lentes do engajamento político e papel cívico, além de colocá-los como os únicos capazes de produzir inovações e mudanças, ignorando, primeiro as demandas e necessidades específicas e, segundo, invisibilizando a atuação de outros sujeitos e movimentos sociais, além de contribuir para alimentar uma falsa polarização entre jovens e adultos. Contudo, é inegável que essa concepção avança ao entender os jovens como sujeitos ativos, criativos, dinâmicos e com potencialidades para responder aos desafios impostos pelas mudanças e inovações tecnológicas que se originam nas transformações produtivas.

Por fim, o quarto enfoque que vê os jovens como sujeitos de direitos. Nessa perspectiva, a juventude é entendida como fase única e singular do desenvolvimento pessoal e social e os jovens deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. Essa concepção foi inspirada nos paradigmas que reagiam às políticas para infância e para as mulheres, depois da década de 1990. Ela propõe uma superação da visão negativa sobre os jovens e se orienta pela noção de cidadania e direitos. De acordo com Abramo (2005) estamos caminhando para adotar, de forma mais efetiva, essa perspectiva, pois parte-se do entendimento que dentre os enfoques vigentes, essa perspectiva tem sido a que avança mais no sentido de criar políticas universais, diversificadas e que atendam as reais necessidades dos jovens, assim como suas capacidades de contribuição e participação.

O próximo período, cujo marco se dá na década de 1980, é marcado pelos estudos da chamada “delinquência juvenil” em áreas como a sociologia, psicologia e ciências sociais aplicadas. Todo o comportamento “desviante” ou que atentasse contra a “ordem” social vigente, assim como comportamentos tidos como antissociais (drogadição, atos infracionais) requeriam intervenções, no sentido de readaptação à vida social (Castro, Aquino & Andrade, 2009). Ou seja, várias das questões que perpassavam a vida dos jovens e que os tornavam suscetíveis a se envolverem com a violência

acabavam por recair sobre a juventude, caracterizando-a como um problema social, exigindo ações do Estado capazes de enfrentar essa situação.

Por volta dos anos 1990, há um movimento de efervescência de movimentos juvenis e isso impacta as pesquisas que são realizadas que, nesse momento, se centram em entender os próprios jovens e essas novas formas de organização juvenil – quais suas demandas, como se dá sua participação política, os comportamentos ligados à cultura, arte, tecnologia, saúde, etc.

Dessa forma, de acordo com Silva (2015), podemos falar de um campo temático de estudos sobre a juventude, no Brasil, a partir dos anos 1990. Foi mais ou menos nesse período que a configuração dos temas relacionados à juventude e do papel social que os jovens ocupam começava a indicar um novo olhar, gerando novas formas de entendimento e discussão. Além de que, esse grupo começava a se consolidar como parte importante da população economicamente ativa (PEA), assim como era considerado, em grande parte, um grupo em situação de vulnerabilidade social (no campo e na cidade). Essa situação de vulnerabilidade dizia respeito a questões como: dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pelo crescimento dos fenômenos de inclusão perversa, decorrentes da crise do trabalho e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de vivenciar essa fase e de estruturar projetos de vida (Abramo, 2005).

Apesar de todo o interesse em se estudar sobre a juventude e os/as jovens, definir o conceito de juventude é um desafio ainda hoje para muitos estudiosos e pesquisadores dada a dificuldade de circunscrever essa fase em um conjunto de características e condições que, na prática, se relacionam com a construção histórica e social da sociedade contemporânea. Em muitos casos, se define juventude dizendo o que ela não é ou em comparação com o conceito de adolescência. León (2005) fala que, em grande medida, a imprecisão e a superposição entre os dois termos ainda permanece, o que pode levar a ambiguidades que podem resultar em invisibilidades e desconsiderações de situações específicas de cada grupo, podendo gerar a exclusão de múltiplos sujeitos dos processos de participação atuais.

Situamos nosso trabalho nos estudos sobre juventude e, dessa forma, vimos que a definição de juventude pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração. Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma

correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente. As mudanças em cada período histórico vão determinar novos papéis aos grupos sociais, nesse sentido, cabe ressaltar que a noção de juventude é resultante da experiência social de determinado tempo histórico; entretanto, as sociedades tendem a adotar critérios mais simples para definir o que é um/a jovem – geralmente, como mencionado, se utiliza a faixa de idade na qual a juventude está circunscrita.

Os que defendem essa perspectiva assumem que a necessidade dessa delimitação tem implicações práticas e funcionais ao pensar em políticas públicas, definir a idade de escolarização, classificação de programas televisivos, idade mínima para o trabalho profissional, etc. Carrano (2003) fala que ainda é comum, em alguns contextos, definir a categoria juventude associando a idade cronológica e a imaturidade psicológica, o que não concordamos, uma vez que há muitos outros atravessamentos que tornam essa fase única e singular, além dos determinantes maturacionais. O autor sinaliza justamente isso, ou seja, que ainda que se utilize a faixa etária para delimitar a juventude, é preciso ter em perspectiva que existem elementos outros que ultrapassam essa dimensão.

Concordamos com a crítica às abordagens que terminam fragmentando o sujeito, ao analisá-lo sob o prisma biológico, sociológico, psicológico e cultural, separadamente, perdendo de vista a complexidade que é esse indivíduo. Autores de diferentes épocas identificaram na juventude os elementos de mudança, individuais, mas principalmente, da própria sociedade que se renova no confronto com a tradição. A referência ao jovem, hoje, precisa levar em consideração as características das sociedades complexas (Carrano, 2003).

É justamente pelo fato de ser uma categoria que foi construída socialmente, a partir de determinantes históricos, culturais, sociais e econômicos, assim como acontece com os demais conceitos de infância, adolescência, fase adulta e velhice, que a juventude ganha um caráter dinâmico e processual, indicando que diferentes épocas e momentos históricos produzem diferentes entendimentos do que seria esse período entre a infância e a fase adulta. Um motivo de diferenciação dessa categoria é que ela “surge” com a consolidação do modo de produção capitalista, enquanto modo de produção hegemônico. León (2005) diz que é também pelo fato de que a juventude é construída socialmente que, somente em algumas sociedades, esse segmento se destaca, adquirindo maior visibilidade para o Estado e a sociedade.

No entanto, acreditamos que da mesma forma que vivemos um capitalismo que é global, com especificidades em determinados países, também acreditamos que essas categorias e sua importância não se restringem mais a territórios e regiões, basta que visualizemos as manifestações que eclodiram pelo mundo nos últimos anos e que contaram com grande participação da juventude. Reguillo (2002), resume essa questão ao apontar que:

La juventud como hoy la conocemos es propiamente una ‘invención’ de la posguerra, en el sentido del surgimiento de un nuevo orden internacional que conformaba una geografía política en la que los vencedores accedían a inéditos estándares de vida e imponían sus estilos y valores. La sociedad reivindicó la existencia de los niños y los jóvenes, como sujetos de derecho y, especialmente, en el caso de los jóvenes, como sujetos de consumo (p. 23).

Essa característica heterogênea da juventude faz com que tenha vigência as necessidades básicas, de todos os seres humanos, mais as necessidades específicas, uma vez que a juventude é uma fase própria, com possibilidades e limitações que lhes são peculiares. Por isso, por exemplo, a ideia de moratória atende, apenas, a uma necessidade de homogeneização desse período e dessas pessoas. Nesse sentido, é mais interessante pensar que é nessa fase que os jovens passam por experiências (individuais, sociais, familiares, culturais, etc.) que vão dar origem a sentimentos de pertencimento e construção de identidade.

Em termos de políticas, até os anos 1970, ser jovem era ser estudante e as políticas públicas se limitavam a políticas educacionais. Era a categoria de estudante que caracterizava a juventude, em decorrência do entendimento de que a juventude era um período preparatório marcado, fundamentalmente, pela formação escolar. Nesse sentido, o jovem é compreendido como sinônimo de modernidade, o que significava um destaque para esse período no que se refere à aquisição de novos conhecimentos e atitudes – desejadas ao desenvolvimento do país –, obtidas por meio da formação, além disso, a juventude significava a rejeição e/ou transformação de todos os sistemas postos. Por outro lado, os jovens que ingressavam precocemente no mercado de trabalho não eram vistos como “jovens”, somente nos casos em que se desviavam, se tornando alvos de preocupação social, nesses casos, a ideia era “resgatar” esses jovens da condição de “marginalidade” em que se encontravam. As respostas do Estado – como era de se esperar – se deram de forma dicotômica, ou seja, aos jovens oriundos da classe média e alta, era realizado um investimento em políticas educacionais e de formação em geral e



aos jovens pobres e das camadas populares, que poderiam vir a se tornar problemas sociais, as medidas tinham um caráter “protetivo” e punitivo (Abramo, 2005).

A partir de meados dos anos 1970, o cenário se modifica, com a retomada dos movimentos estudantis – destacamos aqui a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1977, durante o Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) –, participando ativamente da luta pelo fim do regime civil-militar. No entanto, após a redemocratização em 1985-87, o movimento estudantil vai perdendo sua força e, para alguns, também vai perdendo a capacidade de legitimação e representação social do que caracteriza a juventude. É a partir dos anos 1990 que os jovens voltam a adquirir visibilidade para o poder público; num primeiro momento, ganhou visibilidade a situação dos jovens que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho e ter oportunidades para criar projetos de vida. Em seguida, o noticiário começou a veicular notícias relacionadas à problemas de saúde vinculados a comportamentos de risco (gravidez na adolescência, uso abuso de drogas, DSTs), além do envolvimento dos jovens com a violência, como autores, mas principalmente como vítimas, aumentando os índices de homicídios juvenis. Essas questões fazem com que o paradigma da juventude como etapa problemática retornasse com mais força, o que implica uma atuação do Estado e da sociedade visando conter tais comportamentos considerados de “risco” (Abramo, 2005).

Algumas iniciativas de prevenção e inserção dos jovens foram realizadas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) que já lidavam com ações para crianças e adolescentes, o que gerou consequências positivas e negativas, como a compreensão de que os jovens são sujeitos de direitos e que seus problemas e demandas são produzidos socialmente e, por outro lado, a dificuldade de tratar os jovens com uma ótica diferente da criança e do adolescente, isto é, superar as ações de proteção e tutela e pensar estratégias de desenvolver autonomia e participação. Mais tarde, algumas empresas e fundações empresariais passam a desenvolver ações para a juventude – principalmente atividades que contribuíssem para a formação e inserção no mercado de trabalho – como foco da responsabilidade social que precisavam desenvolver. A maioria dessas instituições privadas começou suas ações sob o paradigma do jovem como problema e paulatinamente substituíram para a perspectiva do jovem como ator estratégico do desenvolvimento local. A atuação dessas instituições junto às ONGs possibilitou a disseminação de conceitos como “protagonismo juvenil” e mais recentemente “empreendedorismo” (Abramo, 2005).



Na concepção clássica da sociologia, o fim da juventude abarca, de modo geral, cinco dimensões: terminar os estudos; viver do próprio trabalho; sair da casa dos pais e estabelecer-se numa moradia pela qual torna-se responsável ou corresponsável; casar; ter filhos (Abramo, 2005). Estas cinco condições são uma tradução moderna para os fatores que, em todos os períodos históricos, definem a condição de adultos: depois do período de preparação, estar apto a produzir e reproduzir a vida em sociedade, assumindo as responsabilidades pela sua condução. No entanto, se esse período se alonga na sociedade moderna, ele pode comportar durações e ritmos bastante diferentes de acordo com os contextos sociais e também com as trajetórias de cada indivíduo.

Para Novaes (2007), a partir dos anos 1980 e 1990, novos sentimentos passam a determinar a vivência da juventude, são eles: a) medo de sobrar (não achar lugar no mundo) – é diferente para as diferentes juventudes; b) medo de morrer precoce e violentamente (paradoxo: tempo de experimentar e viver intensamente) vem de um tripé: proliferação de armas de fogo; tráfico de drogas/lavagem de dinheiro; acidentes de trânsito. O sentimento de medo existe para todos, mas é mais intenso em um grupo do que em outro; c) medo de se sentir desconectado em um mundo conectado o tempo todo – aglutina um pouco dos medos anteriores. Todos esses “medos” influem diretamente nas trajetórias e projetos de vida que são, muitas vezes, construídos a duras penas pelos jovens.

De acordo com León (2005), trajetórias de vida são reflexos das mudanças experimentadas nos modelos e processos de entrada na vida adulta. O “trânsito” de uma situação de “dependência” (infância) para uma situação de aparente autonomia social tem se modificado ao longo do tempo, como nos sugere Pais (2001) ao falar nas trajetórias iô-iô ou reversíveis, que são características marcantes na atualidade e que dizem das dificuldades que a juventude tem encontrado nesse processo, como a inserção no mercado de trabalho e a necessidade de cada vez mais qualificações. Sobre essa perspectiva é importante pontuar o que temos ressaltado ao longo desse estudo, isto é, a questão de que a juventude não é homogênea e experencia essa fase de modos diversos. Portanto, a concepção de uma trajetória linear, na qual a transição da escola para o trabalho se dava de forma mais previsível, pode ser atribuída apenas a uma pequena parcela de jovens. Hoje, até para essa parcela, a situação se torna repleta de incertezas, em virtude da reestruturação produtiva, do acesso a um conjunto maior de dados, informações e de contextos de violências e violações de direitos cotidianos.

Sobre a condição juvenil<sup>5</sup> e, especificamente, sobre ser jovem atualmente é notório que essa condição varia de acordo com o que está em jogo: demandas e disputas, inclusive, tem-se entendido que o alargamento da faixa etária até os 29 anos é reflexo desse processo de constante mudança, isto é, o atual alargamento da faixa etária, dos 24 para os 29 anos, vem, por exemplo, da dificuldade de inserção profissional dos jovens (mudanças no mercado de trabalho), segundo a Organização Internacional da Juventude (OIJ), assim como do aumento da expectativa de vida da população (Novaes, 2007). Outros fatores também são importantes nessa delimitação, indicando que a juventude não é uma fase transitória ou intermediária entre a infância e a vida adulta, mas si uma fase em si, com suas particularidades e demandas.

### **1.2.1 O conceito de juventude e os aspectos normativos**

Falando em termos normativos, é por volta da década de 1960, período da Guerra Fria, que se tem, pela primeira vez, um documento explicitamente dirigido a juventude. É dessa época a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos, representando a necessidade de colaboração internacional pela paz, não dialogando com as necessidades concretas da juventude. Em 1985, é declarado o Ano Internacional da Juventude, por meio da Resolução nº 40/14, que representou a possibilidade de ações mais concretas, a partir de diretrizes para que os países construíssem políticas de juventude, mas ainda com foco no desenvolvimento, paz e participação.

Em 1987, é convocada a Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Juventude na Ibero-América, na Espanha, onde foi articulada a criação da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), órgão que conta com a participação de 21 países, dentre eles o Brasil. Em 1992, esse órgão é criado, durante a VI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude. Nesse mesmo ano, o Fórum Mundial de Juventude das Nações Unidas, estabelece o Plano de Ação de Braga, declarando que “os jovens são potenciais colaboradores da promoção dos direitos humanos e no progresso e

<sup>5</sup> De acordo com Abramo (2008), a condição juvenil tem relação com a forma como a sociedade atribui conteúdos e significados a essa fase da vida, enquanto que a situação dos/as jovens revela a vivência da condição juvenil – aqui entra em cena a classe social, o gênero, a raça/etnia as quais os/as jovens pertencem.

desenvolvimento social das nações” (p. 78-79), superando o mito da periculosidade juvenil e avançando na perspectiva da juventude como sujeitos de direitos e potencialidades. Parte do nosso esforço tem sido o de entender o processo histórico que permitiu a aparição da juventude como um grupo com características, pautas e demandas específicas e, ao mesmo tempo, diversificadas.

No Brasil, durante os anos 1990, uma nova emergência do tema se produz, principalmente, centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, como mencionado anteriormente. A década de 1990 é marcada por importantes iniciativas nas quais destaca-se o encontro das várias juventudes, fazendo com que as discussões e demandas por políticas públicas de juventude ganhem mais peso, e contribuindo para a mudança no olhar sobre a juventude, considerando agora os jovens como sujeitos de direitos.

As respostas produzidas pelo Estado e movimentos sociais para problemáticas relacionadas aos adolescentes não conseguiram abranger as demandas e necessidades apresentadas pela juventude. Daí surge, de forma mais sistemática, a pauta da juventude demandando diagnósticos e políticas e dando relevância a um grupo que até pouco tempo nem sequer existia no tecido social enquanto grupo específico. Isso se deu em virtude de um longo processo histórico, permeado por marcos políticos, sociais, culturais, econômicos e legais, nacional e internacionalmente. Em 2005, na convenção ibero-americana de direitos da juventude, os países presentes reconheceram que a juventude é uma fase própria, que deve ser vivida de forma plena, possibilitando aos jovens o exercício integral dos seus direitos.

É interessante perceber que, em 2015, completamos 30 anos desse marco histórico e estamos longe de conseguir concretizar o resgate histórico necessário com a nossa juventude. É nos dias de hoje que nos deparamos com índices de homicídios juvenis maiores do que nos países com situação de guerra instalada, é nos dias atuais, com uma população que representa um quarto da população total do Brasil, que assistimos a permanência de índices altos de desemprego juvenil e é nos dias de hoje que não conseguimos romper com a reprodução da desigualdade social, que afeta milhares de jovens.

A partir dos anos 2000 intensificaram-se as discussões, estudos, diagnósticos, assessorias e pesquisas realizadas por diversos órgãos, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Cidadania, Universidades, etc. Após a

compilação desse material é que são pensadas ações mais efetivas e articuladas como a elaboração do Plano Nacional de Juventude – Projeto de Lei (PL nº 4530/2004) –, pela Comissão Especial da Juventude, precedida de ações como audiências públicas e seminários nacionais sobre temas relacionados aos jovens e as organizações de pertença dos mesmos. Atualmente, a Lei ainda aguarda ser votada na Câmara dos Deputados, seguindo para as demais instâncias posteriormente.

Em seguida, ocorreu a elaboração do Estatuto da Juventude (EJ) – O Projeto de Lei 27/2004 – pela Comissão Especial da Juventude, que foi aprovado e implantado na forma da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Após o PL nº 4530/2004 e PL nº 27/2004, tivemos a criação da Lei nº 11.129/2005, que cria a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUBE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) – com o objetivo de ofertar uma qualificação profissional em caráter de urgência para os jovens em situação de vulnerabilidade. Os artigos desta Lei devem estar em conformidade com a nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que se refere ao ECA. É inegável o avanço que a criação da Secretaria e do CONJUBE traz no âmbito da garantia de direitos para a juventude, ainda que também seja preciso reconhecer que somente essas ações por mais importantes que sejam não garantem o reconhecimento dos jovens como grupo social e político diverso, que possui interesses e necessidades específicas.

Diante de tais medidas, entendemos que o governo buscou construir um desenho institucional mínimo que assegurasse certa unidade para a consolidação de políticas e formas democráticas de gestão (Santos, 2013). Essas iniciativas são um passo a mais na consolidação do lugar da juventude brasileira, como atores sociais e políticos que requerem ações concretas do Estado no enfrentamento às situações concretas de desemprego, baixa qualificação, violência, etc., que configuram um quadro de vulnerabilidade social e econômica, atingindo um número alto de jovens. Segundo Novaes (2012), esse novo contexto permitiu que a linguagem dos “direitos” passasse a dar novo sentido e significado a um conjunto de demandas da juventude.

De acordo com o que foi exposto, percebemos que já conseguimos caminhar um pouco, mas ainda temos muito a conquistar e efetivar em termos de direitos sociais para juventude. Um último ponto que tem se tornado evidente é a questão da via de mão dupla, ou seja, tanto as ações destinadas aos jovens sofrem influência de uma representação normativa da faixa etária jovem, quanto às políticas de juventude podem moldar as imagens dominantes da representação social desse segmento. A relação é

dialética, nas palavras de Léon (2005), tanto a sociedade produz e orienta uma determinada concepção de juventude, como a juventude, ao se relacionar, produzir, criar e etc., retroalimenta ou causa ruptura com a concepção de si mesma predominante na sociedade. É fato que precisamos avançar muito mais na perspectiva da construção de uma sociedade que respeite, valorize e passe a enxergar a juventude como um dos componentes ou atores da sociedade.

### **1.3 Condições sociais da juventude brasileira contemporânea**

A condição juvenil se refere à um conjunto de fatores que implica ser jovem ou vivenciar a juventude na contemporaneidade. Quando se fala em novas condições juvenis, estas dizem respeito às mudanças sociais experimentadas globalmente nas últimas décadas, que exprimem a passagem da lógica da sociedade industrial para a sociedade informacional ou do conhecimento, as quais estão influenciando com maior força os modos de vida das pessoas, especialmente, dos jovens, além de estruturarem mudanças aceleradas no funcionamento das sociedades (León, 2005).

Com relação à “situação social” dos jovens, essa questão nos remete à análise territorial e temporal concreta, e faz referência à como os diversos jovens **vivem** e experimentam sua condição juvenil, em um espaço e um tempo determinado. Ao se pensar a situação social dos jovens, alguns elementos vêm a tona, como o alargamento ou prolongamento dessa fase devido a necessidade de mais formação ou de melhoria da qualificação e, por conseguinte, retardo na inserção trabalhista, o que leva a um possível atraso na constituição da própria família e dependência em relação aos lares de origem, assim como menor autonomia (León, 2005). De acordo com Melucci (1989), não é possível deduzir de forma direta as ações da juventude a partir da sua condição social e, se não é possível – considerando a diversidade da juventude –, será possível pensar como são originadas as ações que movem os jovens e em que direção elas partem?

De acordo com Ianni (1968), “o regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude, pela importância que assumem no campo da ação política, se tornando, em muitos casos, elemento decisivo dos movimentos sociais” (p 225). Em vários países, inclusive aqui no Brasil, movimentos sociais e políticos encontram na juventude seus líderes e/ou seus agentes, ou seja, seus principais protagonistas nas lutas e pautas a que se propõem. Para ele, já naquele momento, a juventude era uma categoria

e um grupo em disputa, dado a sua diversidade, pluralidade e existência em vários âmbitos e setores da sociedade e, atualmente, é perceptível que essa disputa ainda existe. Esse fato por si só comprova que da juventude de grupos de igreja a juventude engajada em partidos políticos e movimentos sociais, ao contrário do que se diz, a juventude está longe de ser um grupo amorfo, sem peso e sem participação política.

Nesse estudo, focamos nossas reflexões e análises na juventude das classes populares, que vivência, nesse período, situações que a colocam em vulnerabilidade social<sup>6</sup>, pela dificuldade de acesso aos direitos sociais básicos. Para essa reflexão dois pontos devem ser considerados: a) não perder de vista a especificidade da condição juvenil frente a outros momentos do ciclo de vida – nesse sentido, é importante ter clareza sobre o que constitui a condição juvenil nesta conjuntura histórica específica, quais os elementos que a constituem e quais os desafios que são postos; e, b) o desafio que se coloca é definir os direitos que garantem a vivência dessa condição de forma digna e satisfatória (León, 2005). Essas duas tarefas (conceitual e política) se conectam e são importantes para entender as demandas, necessidades e potencialidades presentes nesse grupo.

### **1.3.1 Condição juvenil e “questão social”**

Atualmente, o Brasil, em seus documentos legais e políticas públicas, considera juventude a população entre 15 e 29 anos. Carrano (2007) aponta a subdivisão existente dentro desse grupo, quais sejam: jovens-adolescentes (15 a 18 anos), jovem-jovem (19 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos). Nesse sentido, segundo o autor, o jovem adolescente possui desafios de várias esferas: para alguns a permanência na escola (ensino fundamental ou ensino médio) se torna difícil em virtude das dificuldades financeiras, da necessidade de trabalhar ou ainda pelo fato de que a escola deixa de ser atrativa, seja pelas condições de infraestrutura, pela ausência de professores ou porque estes não estão qualificados; outro ponto é a afirmação da identidade de gênero e sexualidade, que diante das possibilidades de experimentação, ainda estão se “acomodando” e isso pode ter repercussões, principalmente, se pensarmos que - na

<sup>6</sup> Vulnerabilidade juvenil: aqui considerada as dificuldades no acesso aos direitos básicos ou mínimos sociais, tais como: saúde, educação pública de qualidade, lazer, cultura e trabalho decente.

maior parte das vezes - as escolas não estão preparadas para lidar com essas situações; com relação ao trabalho e a geração de renda, existe a dificuldade na busca do primeiro emprego, que acaba virando uma saga em busca de certificados de qualificação profissional.

Outros aspectos estão relacionados ao difícil acesso às novas tecnologias e bens de consumo, ainda que os jovens sejam, cotidianamente, bombardeados por meio das propagandas, uma grande parcela da juventude permanece de fora, sem acesso ou com acesso precário as TICs; também se coloca a questão dos desafios relacionados aos cuidados com o corpo, relacionamentos afetivos, a convivência familiar e os de ordem de uma atuação política, como a possibilidade de inserções em grupos, movimentos e coletivos. É importante ressaltar que os jovens-adolescentes são sujeito de direitos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, portanto, estão cobertos pela lógica da Proteção Integral, assim como também são assistidos pelo Estatuto da Juventude - legislação mais recente.

O jovem-jovem, de 18 a 24 anos, enfrenta desafios bem parecidos com os citados acima, como: a questão relacionada ao desenvolvimento e qualificação educacional; a inserção e permanência no ensino superior; dificuldades para se inserir no mercado de trabalho em condições dignas, ou seja, em trabalhos com carteira assinada e garantia dos direitos trabalhistas ou com o desenvolvimento do trabalho autônomo/empreendedor; o desafio da constituição de uma nova família ou a permanência na casa dos pais; a falta ou precário acesso às políticas de cultura, lazer e mobilidade, isto é, de políticas que deem possibilidade de usufruir da cidade, dos territórios, etc; além das questões relacionadas à permanência ou migração/mobilidade do seu território (sobretudo os jovens do campo/rurais).

Com relação ao jovem-adulto, de 25 a 29 anos, ainda encontramos questões pendentes, mas, principalmente, situações mais próximas à vida adulta. Os jovens-adultos encaram demandas como a conclusão do ensino superior e a consolidação no mercado de trabalho, seja como assalariado ou como empreendedor; dificuldades de acesso à moradia própria, assim como, a falta de mobilidade e usufruto da cidade. De modo geral, para todo o espectro da juventude, temas gerais como o enfrentamento à violência, ao racismo, ao preconceito geracional, as condições de trabalho não-decentes e acesso a formação de qualidade, são questões que perpassam essa fase, em maior ou menor intensidade, a depender das condições que são dadas (Silva, 2014).



Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013) –, a faixa etária de 15 a 29 anos, que equivale a  $\frac{1}{4}$  da população brasileira, deve permanecer estável até 2022, período em que se estima que a quantidade de pessoas nessa faixa deva decrescer no país. Como já mencionado, o conceito de juventude abrange variados aspectos (biológicos, sociológicos, políticos) que, juntos, delimitam o segmento juvenil. Isso quer dizer que todo esse grupo pertence a uma mesma situação contextual como consequência de terem vivido o mesmo momento histórico. Dessa forma, a juventude brasileira contemporânea – que estaremos nos referindo –, nasceu no final da década de 1980 e início da década de 1990, em um país que se recuperava de um período autocrático e reconquistava a democracia.

Em geral, na sociedade, o jovem é projetado a partir de duas lentes: a demografia e as páginas policiais, dando uma ideia de que os jovens são muitos e são, potencialmente, perigosos. Essa leitura - na nossa perspectiva - equivocada da juventude, demanda um tipo de intervenção do Estado, que passa a lidar com os problemas sociais que envolve esse segmento, a fim de controlar e punir qualquer possibilidade de “desvio”. Esses elementos ajudam na reflexão da questão juvenil como uma expressão da “questão social”<sup>7</sup>, ou seja, alguns autores defendem que o grau de vulnerabilidade e “exclusão”, no qual a maior parte da juventude se encontra é parte integrante da “questão social”.

Para ter uma ideia desse grau de vulnerabilidade que perpassa as condições de vida da juventude, de acordo com dados do PNUD (2012), a população entre 15 e 29 anos, como mencionado, equivale a cerca de 50 milhões – a população total do Brasil atingiu uma marca de mais de 200 milhões, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2016). Dessa população de jovens, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, no ano de 2009, 12,9% das internações hospitalares de pessoas de 0 a 29 anos de idade foram relacionadas a causas externas. Os principais envolvidos, em sua maioria, são homens - cerca de  $\frac{1}{4}$  das internações hospitalares -, entre 10 e 29 anos (IBGE, 2012).

<sup>7</sup> “Questão social” é aqui compreendida como um conjunto de problemáticas políticas, econômicas e sociais – desigualdade, desemprego, fome, doenças – postas em evidência a partir do surgimento da classe operária no processo de conformação da sociedade capitalista (Iamamoto & Carvalho, 1983; Netto, 2007)



Com relação às taxas de ocupação profissional, entre os jovens de 16 e 17 anos de idade, a taxa foi de 28,6% em 2011 – contando os jovens que só trabalham e os que trabalham e estudam –, enquanto que 59,5% deles somente estudam. Devido à necessidade de trabalhar desde cedo, existe uma alta proporção de jovens entre os 18 e 24 anos que não completaram o nível médio de ensino (11 anos ou mais de estudo) e não estavam frequentando escola, caracterizando um quadro de “evasão precoce”<sup>8</sup> do sistema escolar. Em 2011, a proporção diminuiu, mas ainda era cerca de 30% de jovens fora da escola, sem ter completado o nível médio de ensino (IBGE, 2012).

A dificuldade em se manter estudando é reflexo do pouco incentivo de adentrar e permanecer no ensino superior, devido, em grande medida, às escassas políticas de permanência nas universidades. Sabemos que as políticas públicas que contribuem para a permanência dos jovens na escola/universidade são insuficientes, tendo em vista que muitos deles são oriundos das classes populares e necessitam, por vezes, deixar o ambiente estudantil para ingressar no mercado de trabalho ou conciliar essas duas esferas. Essa situação também revela um quadro perverso, pois, na medida em que o jovem possui baixa escolaridade, o próprio mercado vai inseri-lo nos postos mais degradantes e insalubres, os chamados “subempregos” – que são, em grande parte, informais e precarizados (Cavalcante, Alves & Santos, 2016).

No que se refere aos dados sobre trabalho, no Brasil, entre os adolescentes e jovens de 16 a 24 anos, em 2011, somente 13,1% deles tinham rendimento superior a dois salários mínimos (IBGE, 2012). Percebe-se, assim, que a grande parte de jovens desse grupo tem um rendimento de trabalho baixo, algumas vezes, o salário é inferior ao piso salarial estabelecido em lei, indicando o envolvimento desses jovens em trabalhos precários, sem garantias trabalhistas e totalmente informais. No caso dos jovens que estão buscando o primeiro emprego, muitas vezes, o maior interesse é obter alguma experiência profissional. Essa busca induz ou facilita, em alguns casos, a propensão a aceitar trabalhos sem carteira assinada ou a inserir-se em ocupações com baixa taxa de formalização e rendimento, principalmente os/as jovens negros/as.

<sup>8</sup> Considera-se “evadidos” os jovens que frequentaram a escola ou os programas sociais, chegando mesmo a completar alguma de suas etapas, no entanto, não permaneceram na escola ou nos programas até à sua conclusão.

De modo geral, a população jovem<sup>9</sup> é o grupo mais afetado pelos homicídios, cerca de 39,3% de jovens foram assassinados. Se adicionarmos outras situações que levam a morte da juventude – consideradas causas externas, como os acidentes –, esse índice cresce para 73,2% (Waiselfisz, 2013). Esses índices demonstram como é alta a vitimização da juventude, mas quando observamos os números relativos aos homicídios de jovens negros, percebemos que a situação é ainda mais grave. Entre 2004 e 2014 houve um aumento de 388,8% de mortes dessa população (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2016), esses dados colocam em xeque toda uma herança histórica de segregação e racismo do qual essa população é vítima (Cavalcante, Silva & Santos, 2016).

Cerqueira e Moura (2013) apontam que a vitimização dos jovens constitui, além de um grave problema social, também um grave problema para a economia. A partir do estudo de Soares (2005) esse argumento ganhou ainda mais força, pois ele constatou que a redução da taxa de mortalidade foi a principal força por trás do desenvolvimento econômico nos países ocidentais, nos séculos anteriores. Mas de que forma as mortes prematuras podem causar impactos negativos na economia? Mortes prematuras representam um alto custo de bem-estar social, pois diminui a expectativa de vida e, portanto, a capacidade de produção e de consumo dos indivíduos, que estão exatamente na idade produtiva. Por isso, estudos e estimativas sobre o custo da violência são considerados importantes, pois dão a dimensão econômica do problema, além de que são cruciais no planejamento de políticas públicas mais efetivas (Cerqueira & Moura, 2013).

No que se refere aos homicídios, a piora se deu em dois planos. Não apenas a letalidade juvenil aumentou de maneira exponencial, mas as vítimas tornaram-se gradativamente mais jovens. Sobre isso, as principais vítimas dos vários tipos de mortes violentas são em sua esmagadora maioria homens, jovens e negros (pretos e pardos). São eles que morrem de forma violenta, indeterminada e também de acidentes fatais (Cerqueira & Moura, 2013). É o que também aponta, reiteradamente, as várias edições do Mapa da Violência, ou seja, é a população jovem masculina a principal vítima de homicídios, tanto comparada à população jovem feminina, bem como quando comparada a população em geral.

<sup>9</sup> O Mapa da Violência considera população jovem, os sujeitos entre 15 e 24 anos.

Esses jovens vivem duplamente uma situação de risco, na medida em que têm baixa escolaridade, estão em situação e vulnerabilidade e/ou pobreza e possuem poucas oportunidades no mercado de trabalho. Tais situações adversas podem contribuir para a inserção dos mesmos no cometimento de atos infracionais (furtos, roubos, tráfico de drogas, entre outros), colocando suas vidas em constante risco (Cavalcante, Alves & Santos, 2016).

Dentre os jovens que morrem, a juventude negra registra os números mais altos de homicídios, caracterizando um quadro de extermínio ou genocídio desse grupo. Segundo a última publicação do Atlas da Violência (2017), aos 21 anos de idade – quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil –, negros possuem 147% a mais de chances de serem vitimados por homicídios, em relação aos outros indivíduos (brancos, amarelos e indígenas). Diante desse quadro que tem piorado a cada ano, sem que o Estado dê uma resposta efetiva, pelo contrário, sendo muitas vezes, ele mesmo o ator desses homicídios – seja pela omissão ou seja pela ação do seu braço armado –, o Movimento Negro brasileiro vem denunciando o racismo e o que eles chamam de extermínio ou genocídio da juventude negra.

É emblemático perceber que, tendo a população brasileira aproximadamente 50 milhões de jovens, 77% dos jovens que sofreram homicídios são negros (Anistia Internacional, 2015), ainda que o total de jovens brasileiros negros (pretos e pardos) seja pouco mais de 50%. Essa desproporcionalidade é analisada por alguns autores, entre eles, Moraes e Ramos (2013), que falam que existe um perfil de jovens que são vítimas de homicídios, essa juventude tem bem definida sua cor/raça, classe, condição social, gênero e território/endereço.

O racismo é apontado em alguns estudos como uma das questões por trás das mortes dos jovens negros. O racismo é a expressão da desigualdade racial, que tem início, no nosso país, durante o período da escravização. Ao longo do desenvolvimento do Brasil, essa perspectiva não só não é superada como ganha contornos os mais variados, influenciando as relações entre pessoas e grupos, além de se incorporar nas estruturas e instituições do Estado, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. Enquanto sistema, o racismo está fortemente presente nas práticas, atuações e relações, consequentemente, as pessoas reproduzem comportamentos e posturas racistas, julgando as outras por sua cor e aparência (Fonseca, 2015).

Podemos dizer que o racismo atua em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. O racismo institucional faz parte das engrenagens sociais e está fortemente

relacionado ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ele diz respeito à forma como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial, retroalimentando e naturalizando o preconceito e a violência. Nesse sentido, percebemos que o racismo institucional tem relação direta com os homicídios de jovens, segundo o Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional da Organização das Nações Unidas (2014), o Relatório Final da CPI da Violência Contra Jovens Negros e Pobres (2015) e a publicação “Você Matou Meu Filho”, da ONG Anistia Internacional (2015). A publicação da ONG Anistia Internacional, apresenta uma reflexão sobre os altos índices de homicídio em decorrência da ação policial, braço coercitivo do Estado, corriqueiramente caracterizado por “auto de resistência”<sup>10</sup> (Cavalcante, Alves & Santos, 2016).

Tem se repetido os dados sobre as armas de fogo serem os principais instrumentos utilizados para a prática dos homicídios. Segundo dados do IPEA (2016), em 2014, 44.861 pessoas sofreram homicídio em decorrência do uso das armas de fogo, o que correspondeu a 76,1% do total de homicídios ocorrido no país. Após a sanção do Estatuto do Desarmamento (ED), em 2003, os números diminuíram um pouco, no entanto, a violência letal com uso de arma de fogo, no Brasil, continua alta, com dados só comparáveis a alguns poucos países da América Latina, sendo tal indicador bem superior aos 21%, que representa a média dos países europeus (IPEA, 2016). Essa situação nos faz pensar que se não existisse ED, esses números poderiam ser bem piores, mas que, de fato, sem uma intervenção direta no controle da produção e comercialização de armas, os homicídios por armas de fogo irão continuar.

No geral, a morte prematura de jovens devido às violências custa ao país cerca de 1,5% do PIB nacional, o que equivale a R\$ 79 bilhões a cada ano (Cerqueira & Moura, 2013). O problema se torna ainda mais grave e emergencial se consideramos que, a partir de 2023, o país sofrerá uma diminuição substancial na proporção de jovens em relação à população geral, ou seja, nossa pirâmide etária sofrerá novas alterações. Segundo os economistas, essa dinâmica demográfica implicará dificuldades das gerações futuras, principalmente, no que se refere ao mercado de trabalho e a previdência social, com um necessário aumento da produtividade. Consideramos que

<sup>10</sup> Os “autos de resistência” se referem as notificações que as polícias fazem nos boletins de ocorrência (BO), quando há morte de jovens, principalmente pobres e negros, por supostamente terem resistido a abordagem policial.

essa perspectiva merece ser analisada com mais calma e que, além dos fatores econômicos, existem fatores de outras ordens que merecem mais destaque, como o fato de vivermos uma epidemia de homicídios juvenis e o impacto dessas mortes para milhares de pessoas – familiares, amigos e comunidade.

Também são apontadas consequências e implicações dessas índices na área da saúde, na dinâmica demográfica e no processo de desenvolvimento econômico e social, uma vez que 46,4% dos óbitos de homens na faixa etária de 15 a 29 anos são ocasionados por homicídios (IPEA, 2016). Esse é mais um dos motivos que torna a questão da violência e dos homicídios uma questão de primordial importância para toda a sociedade.

O Mapa da Violência caracteriza a morte dos jovens no Brasil como, majoritariamente, causada por fatos classificados como causas “externas”, o que exclui mortes naturais ou em razão de doenças. Segundo os dados dessa publicação, em 1980 as causas externas já eram responsáveis pela metade exata (50%) do total de mortes dos jovens no país. Em 2012, dos 77.805 óbitos juvenis registrados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 55.291 tiveram sua origem nas causas externas, ou seja, 71,1% dos jovens mortos no país, naquele ano, morreram em razão de, sobretudo, homicídios e acidentes de trânsito. Segundo o referido estudo, 71,1% da causa de morte entre os jovens são classificadas como externas, e entre os não jovens elas representam 8,8%. Com relação aos acidentes de trânsito, a situação é desafiadora devido à maior facilidade de compra de carros e motos, o que fez aumentar também o número de acidentes e, conseqüentemente, de vítimas.

Segundo o Mapa do Encarceramento, de 2016, a população carcerária é composta em sua maioria por jovens e, com relação aos jovens negros (no Brasil), eles foram 18% mais encarcerados do que os jovens não negros. É um contexto que nos chama a atenção para um sistema de justiça formal e “informal” que opera no cotidiano da sociedade. Esse sistema opera por meio da seletividade, tendo em vista a gestão militarizada da miséria que, por sua vez, representa uma modalidade eficiente de controle das classes pobres, ou seja, a seletividade é uma das formas mais eficientes de coerção e controle utilizadas a favor do Estado na luta de classes e opera, em certa medida, a partir da reprodução do racismo institucional. Parte-se da perspectiva de que a seletividade penal se expressa quando são realizados constrangimentos e seleções de atores sociais específicos pelo sistema de justiça, gerando tratamentos arbitrários e desiguais (IPEA, 2016).

No campo da segurança pública e da justiça criminal, essa seletividade opera tanto pela via do racismo quanto pela via da pobreza, mais ou menos da seguinte forma: aos detentores de bens sociais é dado passe livre pela justiça e suas infrações atraem pouca atenção das instâncias judiciais, enquanto aqueles que são negros, oriundos da classe trabalhadora e mais pauperizadas atraem quase toda a repressão penal e encontram mais dificuldades em acessar a justiça, pois são sempre considerados protagonistas dos conflitos (Sinhoretto, 2014).

Como uma expressão do sistema de justiça, vemos que a letalidade policial é a expressão mais dramática da falta de democratização das instituições responsáveis pela segurança pública no país (IPEA, 2016). Toda essa conjuntura de mortes violentas coloca o Brasil como o país com o maior número absoluto de homicídios, mais do que países em guerra declarada. Em outras palavras, nossos índices de mortalidade representam mais de 10% dos homicídios registrados no mundo e, além disso, numa comparação com uma lista de 154 países com dados disponíveis para 2012, o Brasil, com estes números de 2014, estaria entre os 12 com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes (IPEA, 2016)

É preciso entender que a exposição constante a uma situação de ausência de direitos e, ao mesmo tempo, presença da violência, ameaça a sobrevivência da juventude, além de produzir sequelas físicas, emocionais e psicológicas (Paiva & Oliveira, 2015). Em tempos como esses, assegurar direitos nunca foi algo tão difícil. Vivemos constantes ataques contra conquistas legitimamente efetivadas por meio das legislações, como a Constituição Federal e os Estatutos (da Criança e do Adolescente e, mais recentemente, da Juventude). No entanto, projetos de lei ou emendas constitucionais são criadas a todo instante, fazendo com que esses mesmos direitos pareçam ultrapassados ou ilegítimos, como é o caso da PEC 171, entre outras semelhantes, que propõe a redução da idade penal de 18 para 16 anos. Essa proposta é mais uma forma de legitimar o estado penal e punitivo, que muito se apoia na mídia comercial e sensacionalista que distorce informações e que se baseia em interesses de grupos específicos que querem o encarceramento em massa dos adolescentes e, assim, não só reproduzir o modelo do sistema prisional, mas investir em cada vez mais presídios e cadeias, como resposta para o problema da violência e, por outro lado, como oportunidade de lucro para empresas que financiam o sistema de segurança privada (Cavalcante, Alves & Santos, 2016).

Os dados apresentados (acidentes, homicídios, baixa escolarização e dificuldades de “inserção” no mercado de trabalho, com características de precariedade) comprovam a situação de vulnerabilidade da juventude, que se agrava quando há falta de investimento, tanto nas políticas, quanto nas instituições que as operacionalizam. Esse cenário mostra uma realidade em que o jovem parece não conseguir se inserir em espaços de participação social e escolarização formal e que, por sua vez, deixam a desejar na perspectiva de fornecer a essa juventude oportunidades que garantam projetos de vida. E quando os jovens conseguem algum tipo de “inserção”, ela é, muitas vezes, precária e incerta.

Essas lacunas nos espaços de formação e participação aprofundam ainda mais as marcas de uma inclusão perversa, que tem nesse segmento populacional seus principais atores, revelando o grau de desigualdade que permeia a sociedade e indicando que há um papel social para todos os sujeitos, mas que nem todos alcançarão possibilidades reais de mudanças, transformações e desenvolvimento das suas potencialidades. Visualiza-se, ainda, uma realidade na qual o jovem é punido e julgado arbitrariamente, pela sociedade e Estado e este se utiliza, muitas vezes, dos seus aparatos de controle e repressão para exercer controle e punição sobre a juventude, em detrimento do fortalecimento de políticas sociais públicas.

Léon (2005) nos oferecem alguns pontos para fazer avançar o debate sobre juventude, são eles: a) cresce a compreensão da necessidade de se formular respostas diferenciadas para as questões juvenis; b) a entrada na vida adulta não acontece de forma linear, são, geralmente, trajetórias múltiplas, despadronizadas e com características reversíveis; c) devido à complexidade da condição e situação juvenil não há apenas um tema ou eixo que pode ser apontado como central, que resolveria a questão da juventude, pelo contrário, é necessário um conjunto de ações que possam, articuladamente, cobrir múltiplas dimensões da vida dos jovens; d) todos os jovens do país cabem na categoria “juventude” e, se todos os jovens cabem nessa definição, a todos eles devem ser garantidos os direitos humanos fundamentais referentes a essa condição; e) também é importante rever a determinação da família como foco central da ação das políticas, uma sugestão é que os próprios jovens possam ser beneficiários de programas de transferência de renda, como por exemplo, o bolsa família.



#### **1.4 Juventude e transformação social: antigo e novos desafios**

Em vários documentos recentes de políticas de/para a juventude (Guias de Programas e Planos, por exemplo), bem como o Estatuto da Juventude, destacam o conceito de juventude aliado à ideia de cidadania ativa, participação, emancipação, exercício do controle social e jovens como protagonistas do desenvolvimento. Nesse sentido, há uma valorização da juventude e de alguns dos aspectos a ela relacionada que também se referem a formas ativas de atuar na sociedade. Dessa mesma forma, a juventude passa a ser vista a partir da sua organização em grupos, associações, instituições, movimentos, redes e demais espaços de auto-organização, mas também espaços de controle social e de construção de políticas como os Conselhos de Juventude – nas três esferas: nacional, estadual e municipal (Silva, 2014).

Mesmo antes, os partidos políticos de esquerda, até então, apostaram na juventude como uma fonte de mudança e transformação social, atribuindo aos jovens o papel de atores juvenis em processos de mobilização política-social. Abramo (2005) fala que o ator político, por excelência, para os partidos sempre foi o movimento estudantil, pois por mais que se estimulasse a participação dos jovens no movimento operário e sindical, acabava que, nesses casos, a identidade trabalhadora sempre prevalecia.

Como indicado por alguns sociólogos, especialmente Mannheim, a juventude sempre esteve, de um lado, associada a perspectiva da inovação e transformação social, por sua posição mais “distanciada” dos compromissos e constrangimentos sociais, ou seja, a juventude não tinha “obrigações formais” com a sociedade. Como se atribuía a juventude essa força mobilizadora, mas que não tinha um direcionamento muito claro, a ação dos partidos foi, em certa medida, a interferência na condução das lutas estudantis, através da militância organizada no movimento e por meio da conexão de bandeiras de lutas estudantis com os programas partidários (Silva, 2014). No entanto, as pautas e demandas específicas e que iam além das questões educacionais quase nunca foram pensadas e elaboradas pelos partidos e, somente, muito recentemente, a proposição de políticas públicas de juventude começou a aparecer como pauta dentro dos mesmos.

Novaes (2013) fala que são poucos os estudos sobre as juventudes ligada a partidos políticos. Uma possível explicação seria a clássica desvalorização dos partidos políticos na sociedade como um todo e, outra possibilidade, é o interesse acadêmico e político, que é maior pelas novidades produzidas nos movimentos, grupos e redes juvenis, que possuem estruturas mais flexíveis e suas atuações imediatas. Em entrevistas



aprofundadas, a filiação a partidos frequentemente se apresenta como uma possibilidade na trajetória de vida de jovens lideranças de diferentes grupos e movimentos. E o inverso também ocorre, com jovens de movimentos sociais que depois se inserem em partidos políticos. Por fim, atualmente, é notório que os jovens de diferentes partidos têm insistido na articulação de “pautas de juventude” dentro dos programas partidários, inclusive, passando a pensar a estrutura partidária de forma que ela se torne mais atrativa para outros jovens.

Com relação aos movimentos sociais, é fato que eles foram e continuam sendo importantes atores na reconstrução e consolidação da democracia no Brasil, sempre atuando na perspectiva de expressar as demandas dos sujeitos “excluídos” e “silenciados” da vida política. No entanto, tais movimentos não enxergaram, inicialmente, a juventude como um segmento específico com pautas e necessidades também particulares, limitando a preocupação com os jovens no sentido, apenas, de criar /formar novas lideranças (Silva, 2014). É sabido que não é de hoje que existem movimentos formados por jovens, reivindicando participação e efetivação de direitos ao Estado. Em 1920, os jovens se fizeram presente na Semana de Arte Moderna, de modo a serem vistos como propulsores de novas ideias e concepções de nação e Estado (Caccia-Bava, 2004). E entre os anos 1930 e 1950, os jovens continuaram mobilizados e tinham como principal característica o apoio ao movimento operário e a participação em projetos que visavam a unificação nacional. Dentre os principais movimentos de juventude, podemos citar: a juventude integralista; a organização do movimento estudantil com a fundação da UNE (União Nacional de Estudantes) e o movimento religioso em torno da Ação Católica, que se desdobrava em três “núcleos”: AUC (Ação Universitária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e JEC (Juventude Estudantil Católica) (Novaes, 2013).

A década dos anos 1960 trouxe novos desafios para o movimento estudantil e para as juventudes partidárias. Os jovens estudantes - considerados como parte da vanguarda mobilizadora da nação - foram impelidos a tomar posições no debate entre os diferentes modelos desenvolvimentistas em disputa. Discutia-se, nessa conjuntura, reformas de base, na qual se inseria o debate sobre a reforma universitária, assim como, reflexões mais amplas que indicavam diferentes caminhos e ações, como os questionamentos: cristianismo e/ou marxismo? Reforma ou Revolução? Socialismo em um só país ou vários modelos de socialismo? As Respostas para tais questões indicavam posturas diferentes das diversas organizações políticas e influenciaram as trajetórias de

vida dos jovens que as compunham ou que simpatizavam com as mesmas. A interrupção desse período de efervescência política e social veio com a instauração do regime civil-militar que, no Brasil, se instalou em 1964. Hoje, o movimento estudantil universitário renova suas pautas ao abraçar bandeiras e causas específicas e também próprias, referentes à ética e às relações democráticas no espaço acadêmico, além de incorporar na sua agenda novos temas debatidos na sociedade como a questão do meio ambiente, o debate sobre cotas e direitos humanos em geral (Novaes, 2013).

Recentemente, em 2015 e 2016, o Brasil vivenciou um processo ímpar de participação e mobilização juvenil por meio do movimento de ocupação das escolas públicas. Em 2015, cerca de 200 escolas em São Paulo foram ocupadas por estudantes secundaristas que resistiram a proposta do governo Alckmin de reestruturação do sistema educacional estadual, que previa o fechamento de várias escolas e o remanejamento de alunos e professores. Os protestos dos estudantes teve como resultado a suspensão dessa medida. Em 2016, os estudantes – liderados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) – voltaram a ocupar as escolas, dessa vez em todo o país. O motivo foi a votação da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, que congelava os “gastos” do governo pelos próximos 20 anos e da Medida Provisória nº 746/2016, que trata da reforma do ensino médio sem que tivesse existido um momento anterior de debate com a sociedade. A partir desses exemplos, é possível verificar que a luta do movimento estudantil não arrefeceu, que existe organização e disposição para lutar pelos direitos da juventude e que quando a conjuntura aperta, os/as jovens estudantes continuam resistindo.

Continuando esse breve resgate histórico, podemos dizer que os primeiros movimentos e manifestações com participação juvenil, que estiveram estabelecidos até o início dos anos de 1980, eram compostos, em sua maioria, por jovens oriundos das classes médias e que a atuação estudantil era vista pela sociedade como sinônimo de “movimento juvenil”. Como já dissemos, esse quadro se modifica por volta dos anos 1990, quando se diversifica a face social dos jovens mobilizados (Abramo, 1997). Segundo Novaes (2013):

Até os anos 1970, os atores juvenis estavam praticamente restritos aos jovens estudantes de classes médias e às juventudes partidárias, a chegada dos anos 1990 deu visibilidade para várias formas de movimentação entre jovens dos mais distintos setores sociais. Grupos, redes e movimentos juvenis que, de maneiras fluidas, horizontalizadas, dinâmicas e multicêntricas desenvolvem ações na dimensão da cidadania.

Até esse período não existia atenção e atendimento às demandas específicas da juventude, ou seja, a situação dos jovens ganhava mais visibilidade e dimensão, no entanto, essas questões não eram traduzidas para a linguagem da política e dos direitos. Grupos artísticos e culturais (de hip hop, reggae, capoeira, teatro) e grupos interessados em esportes (skate, por exemplo) representavam os jovens negros e periféricos das grandes e médias cidades, dando visibilidade às tensões, contradições, aspirações e desejos e gerando identificação com milhares de jovens em outros territórios, mas que se encontravam em situação semelhante. Esses grupos passaram a produzir diálogo com outros movimentos sociais, formando redes e ampliando seus contatos. Começava a surgir grupos juvenis dentro dos movimentos gerais, como grupos de jovens feministas no movimento de mulheres ou grupo de jovens negros dentro do movimento negro.

Além dos movimentos já consolidados, os grupos “insurgentes” começam a estabelecer diálogo com os poderes públicos, reivindicando ações e espaços de participação. Num primeiro momento, essas reivindicações tiveram respostas no formato de festivais, shows, oficinas, centros comunitários/culturais, etc. Paralelamente, os atores juvenis mais tradicionais (juventude partidárias e entidades estudantis) também introduziram uma agenda de ações, exigindo respostas institucionais por parte do governo. Se reivindicava, nesse momento, o direito a participação que, aliada a ideia de diversidade da juventude e das suas demandas, poderiam possibilitar a inserção em diferentes espaços e contextos de formulação e controle social de políticas públicas (León, 2005). São os jovens oriundos de projetos sociais e culturais que se encontraram com jovens periféricos em espaços comuns e começaram a se agregar em coletivos e grupos. Esse conjunto de jovens mais tarde se associa formal ou informalmente aos jovens dos movimentos organizados (movimento estudantil e movimento partidário), reivindicando pautas mais amplas e formando esse caldo de situações e demandas que temos hoje.

Chegamos aos anos 2000 com o seguinte cenário, de acordo com Novaes (2012): 1) o movimento estudantil deixa de ser visto como sinônimo de movimento juvenil; 2) os movimentos (formais e informais) juvenis passaram a revelar mais variedade, riqueza e dinamismo do que no passado; 3) as expressões “jovens como sujeito de direitos” e “políticas públicas de juventude” se tornam visíveis e começam a ser disseminadas e incorporadas no âmbito da sociedade civil e do poder público.

Em vários momentos históricos, é perceptível a abertura da juventude para se mobilizar e aderir politicamente a determinadas lutas, tanto em prol dos próprios

interesses, como em nome dos interesses mais gerais, de todos. Como já mencionado, alguns pesquisadores falam no acúmulo de fatores sociológicos e biológicos que permitem essa adesão de forma mais efetiva, além da própria situação juvenil, na qual os jovens, de modo geral, estão mais abertos as possibilidades. Talvez por isso a observação da história indique que os movimentos que visam alguma ruptura em relação a estruturas sociais hegemônicas, que começam a se mostrar incompatíveis com os projetos e condições objetivas de vida e de convivência desse segmento, atraem fortemente a sua participação (Silva, 2014).

Em momentos como esse, os jovens costumam tomar parte da ação, se organizando, mobilizando e construindo estratégias que os colocam, em posição de destaque. São também nesses momentos, de maior mobilização e participação, que essa juventude assume lugares de destaque e relevo social, sendo, em certa medida, absorvidos nas hierarquias sócio-institucionais, podendo ocorrer o que alguns denominam de cooptação dos movimentos sociais. A estratégia de cooptação tem sérios impactos na estrutura organizativa dos movimentos e grupos, pois desmobiliza a ação e enfraquece as lutas, principalmente, as que reivindicam mudanças estruturais.

É importante destacar que da mesma forma que existe certa “tendência” ou inclinação da juventude para a ação social; há, por outro lado, uma “exigência” da própria sociedade para que os jovens se mostrem dispostos à mobilização e intervenção, porque essa é uma das formas dela renovar seu quadro de liderança. Dito de outra forma, os momentos de maior participação popular são tidos como momentos privilegiados de formação de quadros para a vida futura da sociedade. Não é por acaso que muitos movimentos organizados, com ideias e interesses específicos se aproveitam da atmosfera de conflitos e disputas para convencer e arregimentar a juventude (Silva, 2014) ou para tomar para si os “ganhos” oriundos dos momentos de manifestações.

No dossiê Juventudes e a Desigualdade no Urbano, publicado em 2015, pela revista *Le Monde Brasil*, há uma série de artigos interessantes, destacamos dois deles: “Juventudes urbanas: o que podemos fazer juntos?” e “Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis”. Esses artigos dão exemplos práticos de organização da juventude e seus avanços. É fato que os anos 2000 ampliaram o olhar e a visibilidade acerca da participação e mobilização juvenis e mostraram a diversidade e heterogeneidade que conformam esses movimentos, mas que, por outro lado, são grupos que agem de forma horizontal e dinâmica, com a utilização de referenciais no universo juvenil, como a criatividade, ousadia, irreverência.

Durante diferentes edições do Fórum Social Mundial ocorreram acampamentos da juventude, reunindo jovens ligados aos espaços tradicionais de participação, como sindicatos, partidos, movimento estudantil e pastorais, assim como movimentos novos, com pautas generalistas, voltados para os mais diversos ativismos, como: antiglobalização, meio ambiente, expressões culturais. Os acampamentos mostraram que nenhum tipo de organização tem o monopólio de “representação” da juventude contemporânea, demonstrando uma das características principais da juventude contemporânea que é, justamente, a diversidade. Foi possível ver jovens com diferentes trajetórias, acionando identidades múltiplas (não necessariamente excludentes), com diferentes experiências de militâncias (simultâneas ou consecutivas) e que transitam na sociedade civil e/ou em esferas governamentais.

A edição do Fórum Social Mundial (FSM) de 2005 foi estratégica para unir e criar diversos espaços juvenis, que hoje são referência quando falamos em movimentos sociais juvenis de destaque, como o Levante Popular da Juventude, o Movimento Passe Livre-Brasil, além da demarcação do lugar da juventude com a divulgação do documento final do Projeto Juventude, produzido pelo Instituto Cidadania por encomenda do então presidente Lula. Após consulta nacional, esse documento demandava a criação de um espaço institucional “de juventude” em nível federal, o que veio a se concretizar em junho do mesmo ano, com a Lei n. 11.129, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

O mesmo Fórum Social Mundial de 2005 foi cenário da plenária de fundação do Movimento Passe Livre (MPL) que, segundo o próprio movimento, tem como características ser autônomo, apartidário, horizontal e independente. Sua bandeira de luta é um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. Antes do MPL, tivemos experiências que exigiam a gratuidade e uma melhor qualidade do transporte público, com destaque para a “Revolta do Buzu”, que ocorreu em Salvador, em 2003 e a “Revolta da Catraca”, que aconteceu em Florianópolis, em 2004. O MPL se utiliza de um repertório que agrega e inova, com a utilização de: mídia independente; assembleias horizontais; aulas públicas; pressão em torno de projetos de lei; “ação direta” (ocupação de terminais de ônibus, bloqueios de vias urbanas, “catracaço”). Nascido em um contexto de movimento estudantil de ensino médio, o MPL não se caracteriza, somente, como “de juventude”, porém tem grande participação desse segmento.

Também durante essa edição do FSM, ocorreu o Encontro Nacional do Movimento Hip Hop, que reuniu jovens de diferentes cidades brasileiras, como parte de um importante processo de transformação do estigma de morar na periferia (o estigma do “endereço”) em um emblema gerador de arte, reconhecimento e compromisso social. A partir das ações protagonizadas durante o Fórum, passou a chamar a atenção dos grupos ali presentes a grave situação de violência vivida pela juventude negra nas periferias das cidades brasileiras, fazendo com que essa pauta se tornasse prioritária entre movimentos, redes e coletivos juvenis. Sabemos que os bairros periféricos de regiões metropolitanas sempre foram vistos como bolsões de pobreza, onde as pessoas quase não tinham acesso as poucas políticas públicas existentes, com a presença de poucos ou de nenhum equipamento cultural e, em contrapartida, com a proliferação da violência e violação de direitos, de todas as ordens. Esses lugares são, geralmente, apropriados em torno de ideias negativas e depreciativas, todavia, os movimentos culturais, principalmente, passaram a ressignificar o uso desse termo (periférico), caracterizando-o a partir da arte produzida nesses locais. À medida que sai da invisibilidade e se organiza, a periferia passa a ser um território reconhecido (interna e externamente) e a sua produção cultural se torna uma evidência de que os “periféricos”, vistos até então de forma negativa e pejorativa, são pessoas produtivas e criativas. Esse reconhecimento fortalece os laços de pertencimento ao território, além de gerar frentes coletivas de lutas.

Ainda assim, reconhecemos que os homicídios de jovens são um fato e resultado de processos históricos e da criminalização da juventude pela justiça, polícias – em certa medida, o braço armado do Estado - e mídia, que cotidianamente reforça o imaginário social de periculosidade da juventude. Outro aspecto é o reconhecimento de que a situação exige o combate ao racismo institucional – fortemente arraigado nas instituições, públicas e privadas –; a integração de políticas (de segurança, educação, trabalho, lazer, saúde e assistência social); o acesso à justiça, como um direito; o fim dos questionáveis “autos de resistência”; e a necessária reforma das polícias, a partir, por exemplo, da perspectiva da desmilitarização. Vemos que a democracia brasileira sofre diversos ataques do conservadorismo e de bancadas de fundamentalismo religioso e da indústria da bala. Sabemos, hoje, que nada está dado e nenhum direito está irrefutavelmente garantido, nesse sentido, os movimentos de juventude tem um papel importante em fazer avançar a luta pelos direitos humanos e sociais e não permitir nenhum passo atrás.

## **Capítulo 2: Estado, Movimentos Sociais e Juventude**

### **2.1 O Estado Moderno e a perspectiva de Democracia representativa**

Esse tópico trata-se de tentar entender, no primeiro momento, a origem, natureza e funções que o Estado cumpre no Modo de Produção Capitalista, tendo em vista a sua conformação enquanto Estado Moderno durante o desenvolvimento e consolidação deste sistema. Nos baseamos nos pressupostos marxianos e marxistas, no entanto, ressaltamos que a preocupação de Marx não era formular uma teoria política sobre o Estado, mas entender a gênese, desenvolvimento e crise ou derrocada da sociedade capitalista. Nesse processo, algumas categorias também foram analisadas por ele, é o caso da construção teórica sobre o Estado – superestrutura que contribui para a reprodução do modo de produção capitalista –, classes sociais, entre outras. A segunda parte se refere à uma discussão inicial sobre democracia, buscando resgatar elementos da gênese da democracia representativa que vigora nos países “ocidentais”, dando foco ao desdobramento que esse modelo adquire no capitalismo moderno.

Ao discutir sobre a origem e natureza da atuação do Estado pretendemos refletir sobre com qual propósito o Estado moderno nasce e a serviço de que e, ao pensar sobre as funções e papel do mesmo, trazemos a perspectiva de uma atuação que realiza uma mediação entre as classes sociais. Concordamos com Lenin (1917) quando ele diz que a necessidade de compreender a gênese do Estado surge da necessidade real e concreta de superá-lo e, nesse processo, perceber que não cabe mais imputar reformas ao mesmo, buscando alterá-lo de alguma forma, pois isso não modifica a estrutura da sociedade. Ainda de acordo com Lenin (1917), o reconhecimento do que é o Estado e das suas funções no processo de reprodução social deve, portanto, está atrelado a perspectiva de superação do capital – só assim faz sentido pensar e produzir conhecimento sobre o mesmo. A mesma ideia é compartilhada por Tonet (2016) quando afirma que “o Estado não pode vir como mediador para a construção de uma nova ordem social, ele tem que ser destruído, pois é [um dos] responsável pela manutenção da exploração do homem pelo homem” (p.03)

No livro Estado e Revolução, Lenin destaca alguns tópicos que servem de argumento e nos ajudam a entender as funções que o Estado exerce na sociabilidade do capital. O primeiro deles é o Estado como produto do antagonismo de classes, uma vez



que aparece como, quando e onde os antagonismos de classe não podem concretamente ser conciliados, ao mesmo tempo em que, é a própria existência do Estado que demonstra que esses antagonismos são inconciliáveis (Lenin, 1917). Pensar que é possível conciliar os interesses dos trabalhadores com os da burguesia é supor que os problemas sociais são oriundos da (má) gestão ou direção que o governo emprega ao Estado. Nesse caso, bastaria que forças revolucionárias assumissem o controle do Estado, como observa Tonet (2016), e realizassem as mudanças necessárias. Porém, na nossa análise, por mais bem intencionadas que essas forças fossem seria impossível construir uma sociedade igualitária, livre e humanizada porque a própria existência do Estado comprometeria o livre desenvolvimento da humanidade.

Continuando o raciocínio de Lenin (1917), a partir do momento em que existe uma divisão da sociedade em classes e que essas classes possuem interesses e demandas que não só são antagônicas, mas irreconciliáveis, é necessário se forjar uma estrutura que dê conta de mediar essa relação – o Estado. Em alguns momentos, o Estado vai atuar de forma repressiva – por meio do seu aparato jurídico-militar – e, em outros, vai ser permissível as reivindicações dos trabalhadores – por meio do atendimento de demandas.

A forma Estado que concebemos, hoje, é o que chamamos de Estado moderno (capitalista/burguês). Portanto, o Estado, nos marcos da sociabilidade burguesa, “surge” com o fim da sociedade feudal, que não consegue mais dar conta de um conjunto de situações provenientes das transformações nas relações produtivas e sociais. Nesse sentido, novas opressões e formas de luta surgem superando as antigas e as próprias relações vão se complexificando, fazendo com que se tenha a necessidade de uma instância capaz de atender às necessidades reprodutivas do capital. No universo da ontologia marxiana, é possível afirmar que o Estado responde a uma necessidade social posta pelas sociedades de classes.

Nascido da sociedade, num movimento de ininterrupta sociabilização desta última, o Estado é um atributo da vida social que tem por base a divisão hierárquica do trabalho e a propriedade privada. Surge - como mencionado - a partir do momento em que as sociedades vão se tornando cada vez mais heterogêneas, ao passo que os antagonismos sociais, que emergem pelo trâmite das mediações econômicas, passam a fazer parte da vida cotidiana. De acordo com Mandel (1977) quando se concretiza a divisão social do trabalho, com a divisão da sociedade em classes e a consolidação do capitalismo como modelo econômico, aparece junto a instância do Estado e já aí é



definida a sua natureza. Dessa forma, como salienta Ribeiro (2014), a transferência do poder político à propriedade privada vai marcar todo o desenvolvimento ocidental e, nesse sentido, o Estado moderno é resultante do momento em que a burguesia se desvencilha do antigo regime, ainda que as bases do surgimento do mesmo tenham se originado no momento anterior, isto é, no período de acumulação primitiva do capital.

Antes de continuar, gostaríamos de pontuar que toda referência ao conceito ou ideia de Estado moderno faz sentido considerando ser esta a forma política que o mesmo assume na transição da idade média para a moderna, em que muitas regiões se unificam como Estados. Isso quer dizer que se nas sociedades pré-capitalistas o político e o econômico estão presentes numa mesma estrutura, no modo de produção capitalista, o político - e as instâncias que ele envolve e que são condição para a reprodução do sistema - é “separado” do econômico. Nesse sentido, as características que o Estado possui e as funções que executa estão em relação com o modo de produção capitalista que, por sua vez, determina também a forma de sociabilidade entre os sujeitos (Bizerra, & Gois, 2014).

O Estado também não é apenas o comitê gestor da burguesia, pois sua própria forma política se erige como poder distinto da imediatidade dos domínios de classes, grupos ou indivíduos. Mascaro (1976) aponta que, se o Estado é burguês, isto tem causas muito mais profundas do que simplesmente a eventual captura do seu aparato pela burguesia, a existência da forma política estatal é índice indispensável a reprodução capitalista. O caráter contraditório que o Estado assume já indica a sua posição na correlação de forças entre as classes, segundo Lenin (1917), para Marx, o Estado é concebido como uma instância de dominação de uma classe sobre outra e, por outro lado, de submissão de uma classe a outra, contribuindo para abafar ou amortecer as lutas. De acordo com Lenin (1917), o Estado é essa (super)estrutura que “aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem ser objetivamente conciliados” (p. 03), ou seja, ele é o “produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (p. 03).

No Manifesto do Partido Comunista, Marx (2008) vai dizer que cada etapa de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político que lhe era correspondente (p. 11). Nesse manuscrito, Marx chama a atenção para 1. O papel revolucionário que a burguesia desempenhou na superação do feudalismo e 2. O fato de que essa classe não existe sem revolucionar, a todo instante, os instrumentos de produção e, conseqüentemente, as próprias relações sociais. Acompanhando o

pensamento de Marx e concordando com ele, Ribeiro (2014) vai dizer que a origem do Estado moderno está, justamente, no momento de emancipação política da burguesia e, acrescenta:

[...] Todas essas transformações operadas pela burguesia são, para Marx, revoluções políticas, quer dizer, formas de aperfeiçoamento da máquina estatal e de sua dominação. Em cada momento desse processo, os interesses materiais da fração dominante refletem uma correspondente e específica forma de Estado (p. 81).

Outro ponto que merece esclarecimento se refere à ideia de que o Estado Moderno é capitalista. Nesse sentido, o Estado é capitalista porque sua gênese tem imbricações diretas não só com o desenvolvimento do capitalismo, mas principalmente, a sua existência e atuação são condições para a própria reprodução do capital. Como salienta Mascaro (1976), existe uma ligação intrínseca entre ambos e não necessariamente porque o aparelho estatal foi capturado pela burguesia, mas sim – muito mais – por razões que são estruturais. Mais uma vez, ressaltamos que a legitimidade do poder do Estado é tensionada, o tempo todo, pela luta dos diferentes interesses que existem na sociedade cindida em classes. Nesse sentido, como aponta Mascaro (1976): “a luta de classes é tanto o seio no qual brota a forma política quanto o alvo da própria institucionalização estatal” (p. 60), ou seja, o Estado é o exemplo emblemático da luta de classes, na medida em que reconstitui e é reconstituído por esta.

Quando dizemos que existe um tensionamento entre as classes que repercute no Estado, também estamos chamando a atenção para o fato de que o mesmo tem que ser visto como uma (super)estrutura complexa, que não se limita a aspectos instrumentais, pelo contrário, ele é perpassado e perpassa todas as relações sociais. Por isso, o Estado está inserido em redes diversas, como quando pensamos em sistemas culturais incorporados ou que fazem parte do próprio desenvolvimento das sociedades, como o machismo, racismo, etc. Vamos citar dois exemplos para que as ligações possam ser visualizadas: Mascaro (1976) vai apontar que ao criminalizar o racismo que é explícito, o Estado legitima o preconceito implícito, da mesma forma, ao conceber a manutenção de papéis sociais direcionados à mulheres e homens – cabendo a primeira a tarefa de protetora do núcleo familiar e responsável pela reprodução do companheiro – o Estado capitalista reforça a lógica patriarcal das relações de gênero.

Vimos que, em sua modalidade moderna, a ação reguladora do Estado burguês, independentemente da forma por ele assumida no desenvolvimento do capitalismo, não possui natureza revolucionária, sendo, portanto, por sua funcionalidade à reprodução da

dominação de classes, impotente para alterar a sociedade civil e levar a cabo a emancipação dos indivíduos (Bizerra & Gois, 2014). A partir desse prisma, a tese ou viés reformista do Estado perde toda a sua argumentação. Concordamos com Engels (1995), quando ele aponta em que medida o Estado serve como mediador dos conflitos sociais, uma vez que se coloca em uma posição que o distingue da atuação do capital, ainda que essa posição seja para garantir a reprodução da sociedade de classes:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade [...]. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (p. 61).

Continuando o raciocínio, Mandel (1977) vai dizer que da mesma forma que o Estado surge em um dado momento histórico da humanidade, ele está condenado a deixar de existir do decurso desse mesmo processo evolutivo. É uma instância que nasce da cisão da sociedade em classes, como uma ferramenta nas mãos da classe dominante, visando a manutenção da relação de dominação da burguesia e subordinação da classe trabalhadora e que irá desaparecer no momento que essa dominação desaparecer. Nesse sentido, vale salientar que não é porque o Estado é burguês e age a serviço da classe dominante que os trabalhadores devem ficar indiferentes a forma ou regime adotado pelo Estado (parlamentar, democrático, ditadura, etc), pelo contrário, como diz Mandel (1977):

Quanto mais liberdade tiverem os operários na sua organização e na defesa das suas ideias, tanto mais se desenvolverão dentro da sociedade capitalista as sementes da futura democracia socialista e tanto mais facilmente terá, historicamente, o advento do socialismo. Por isso, devem os operários defender os seus direitos democráticos contra todas as tentativas de os reduzir (leis anti-greves, instituição de um "Estado forte") ou de os esmagar (fascismo). (p. 10)

Isto posto, como nos lembra Tonet (2016), a essência da revolução não se encerra na tomada do poder político ou na tomada do Estado, por isso não é suficiente que a classe trabalhadora reivindique o Estado para si. A essência da revolução é a transformação da forma do trabalho, isto é, a superação do trabalho assalariado e instauração do trabalho associado – fundamento do socialismo. Alguns estudiosos, como Tonet, chamam a atenção de que não se pode perder de vista a perspectiva econômica no que se refere à mudança das relações sociais de produção, ainda que a

discussão seja acerca do Estado ou de aspectos políticos, porque essas perspectivas (econômica, social e política) estão totalmente imbricadas e relacionadas.

Segundo Tonet (2004), a existência e permanência do modelo de trabalho assalariado implica na necessidade de que haja um grupo de pessoas “livres” para vender e comprar força de trabalho, isto é, implica na necessidade de uma igualdade formal que, por sua vez, é baseada em uma desigualdade real. Na teoria, a existência de uma Constituição e de legislações específicas deveria garantir o mesmo tratamento para todas as pessoas, mas na prática, a produção de desigualdade constante e estrutural, faz com que as condições de vida e oportunidades sejam distintas e, em não sendo as mesmas, a garantia de uma igualdade constitucional faz com que a desigualdade permaneça e se torne, muitas vezes, abissal.

Como Marx analisou: “toda revolução dissolve a velha sociedade; neste sentido é social” e “toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política” (Marx, 2015, p. 13), por isso a necessidade de levar em consideração o trabalho associado no processo de “definhamento” do Estado. Em outro trecho do livro “A ideologia alemã”, Marx vai comentar que “um determinado modo de produção está ligado a um determinado modo de cooperação social, daí a história da humanidade deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria”. Por fim, Rossi (2016) analisando a obra de Lenin e seguindo a lógica do pensamento marxiano vai dizer que para o definhamento do Estado é preciso que ocorra o definhamento do capital, o que só irá ocorrer com a superação da subordinação do trabalho pelo capital, isto é, com a superação do capitalismo.

Com relação às funções e papel do Estado moderno, segundo Ribeiro (2014), o Estado, desde seu início, realiza funções sociais comuns que ultrapassam as que outras instituições menos abrangentes (famílias, escolas, etc.) têm condições de executar. O cumprimento dessas funções implica a divisão social do trabalho e a apropriação, por alguns grupos sociais, dos excedentes produzidos por outros grupos. Estado e propriedade privada se desenvolvem juntos, mas, como mostrou a história, sua dissociação ocorre no curso do longo processo que culmina no Estado moderno e no modo de produção capitalista plenamente desenvolvido (Ribeiro, 2014)

Gruppi (1996) vai apontar que a depender da perspectiva adota, há diversas interpretações acerca do papel do Estado, por exemplo, para Hegel, o Estado é a instituição que representava os interesses da coletividade, enquanto que a sociedade civil, representa os interesses particulares. Continuando sua análise, Gruppi (1996)

salienta que Marx tinha uma visão distinta – como esboçado – já que entendia que a sociedade civil criava e legitimava o Estado. O autor finaliza a análise argumentando que já naquela época – e ainda hoje – o Estado era/é burguês, isto é, volta sua atuação para atender os interesses da burguesia e não da coletividade. Ribeiro (2014) chama a atenção de que mesmo no interior do capitalismo, o Estado pode assumir várias formas (do regime democrático à ditaduras civis e militares) sem que isso modifique seu papel fundamental na estrutura de comando político do modo de produção capitalista. Como já apontado, o Estado é sempre Estado de uma classe economicamente dominante e, portanto, por isso, o Estado se transforma numa máquina de opressão. Para Ribeiro (2014) esse é o fundamento da perspectiva marxiana de Estado.

Nesse sentido, em última instância, o Estado é um mantenedor da ordem uma vez que se utiliza de seus aparatos repressivos (jurídico, midiático, militar, etc) para garantir a reprodução do capitalismo. De acordo com Montañó (2011), o Estado executa três tipos de funções: a) possibilita a criação de condições gerais de produção; b) estabelece repressão sempre que há ameaças a reprodução do capital; c) promove a integração das classes subalternas e a legitimação da ordem. Mas o Estado não faz isso sozinho, ou seja, sua ação coercitiva ou consensual não é suficiente - uma vez que Estado, capital e trabalho não podem ser suprimidos individualmente ou existirem sem que os outros existam -, são necessários um conjunto de aparatos.

Nesse sentido, existe no Estado a estrutura jurídica que legitima a desigualdade social, o pauperismo e opera a seletividade dos sujeitos, garantindo que o Estado possa continuar em uma posição aparentemente a parte da sociedade. Disso decorre que os três poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário) estão comprometidos com a reprodução do sistema, sem que o Estado seja identificado como o gerente dos interesses da classe dominante. Citaremos o exemplo da polícia - braço armado do Estado -, que está a serviço da manutenção da ordem e que, em virtude disso, possui legitimidade para atuar de forma desigual e seletiva, sendo extremamente eficaz no que concerne o extermínio de determinados grupos sociais, assim como a justiça, que se utiliza de expedientes os mais arbitrários para criminalizar e punir a pobreza.

De acordo com Bizerra e Gois (2014), o Estado é, nesse aspecto, uma exigência do sistema para evitar que o mesmo seja perturbado e, com esse objetivo, ele cria e recria formas mistificadas que escamoteiam a exploração capitalista, fazendo com que se acredite que esta é algo “normal”. Nesse processo, os sujeitos são culpabilizados pela situação de miséria em que se encontram e ainda pagam o preço pela situação de

vulnerabilidade e pobreza, quando não os problemas sociais são postos na conta da administração - má gestão ou falta de assistência.

Bizerra e Gois ((2014) destacam a relação dialética entre Estado e capital, na medida em que ao mesmo tempo em que o Estado moderno encontra-se “inchado” por excessos de burocracias, necessitando do capital como função metabólica, o capital necessita da estrutura de comando que o Estado moderno possibilita para os ajustes e correções que demandam a sua reprodução.

### **2.1.1 Democracia e lutas políticas**

Alguns autores apontam a perspectiva da democracia como forma de governo, indicando um contrato social entre os chamados “cidadãos” e o Estado. Concordamos com a ideia de que a perspectiva da democracia como forma de governo é interessante para o Estado burguês, pois, ao se defender que todos devem ter seus direitos civis e políticos assegurados – como dissemos, o capitalismo precisa de trabalhadores formalmente livres para vender sua força de trabalho –, o tema da desigualdade real fica camuflada ou é vista como de responsabilidade dos indivíduos. De todo modo, é perceptível que o Estado capitalista vive em constante tensão: ele serve a interesses particulares, mas não pode deixar de acalmar as inquietações sociais, então, ao mesmo tempo em que, ele fala em cidadania para todos, ele pratica a opressão e repressão disfarçada de diversas formas e se utilizando dos seus aparelhos repressivos e ideológicos.

Tonet (2009) vai dizer que a democracia é sempre uma forma política e, em sendo uma forma política, deve sua existência a uma forma trabalho, o que leva a consideração de que não se pode desconectar capital e democracia na sua forma moderna. Em outras palavras, Tonet (2009) aponta que a democracia é:

Uma forma de liberdade necessariamente limitada. Não importa quão aperfeiçoada ela seja, não importa quanto ela possa diminuir a desigualdade social, ela jamais poderá arrancar (e nem sequer identificar) a raiz dessa desigualdade, que é a propriedade privada, uma vez que ela repousa sobre essa própria raiz. [...] Consequência disto é a impossibilidade de os homens serem efetivamente livres (p. 09).

O autor continua, apontando agora que, para Marx, o fato da democracia se tratar de uma liberdade limitada não diminui a relevância das objetivações democráticas possíveis e conquistadas, portanto, não se trata de desqualificar a importância da

democracia ou dos avanços civilizatórios conquistados sob a perspectiva da democracia, trata-se de compreender sua função e seus limites. Em sendo a possibilidade de emancipação política a única forma de emancipação possível e real no contexto do capitalismo, é preciso entender que os autores não são contra a democracia, mas ressaltam que ela é insuficiente ou inadequada para levar a construção da emancipação humana.

Tonet (2009) vai apontar que existe um conjunto de marxistas (herdeiros da social democracia) que apostam que a democracia - que contempla a perspectiva de cidadania - seria a forma elevada possível da liberdade humana e que essa liberdade se concretizaria com a superação dos entraves postos pelo capital. Como resultado desse pensamento, surge – o que Tonet chamou – o “caminho democrático para o socialismo”, que tem como base a ideia de que o Estado é ineliminável da sociedade e pode funcionar como um instrumento para a eliminação das desigualdades sociais. Em que pese essa perspectiva ser defendida por alguns grupos dentro do marxismo, Tonet (2009) salienta que ela se assemelha a perspectiva liberal, em que o Estado seria o regulador das relações entre os homens. Nesse caso, em ambas as concepções, o Estado é visto como necessário, no entanto, para os liberais a desigualdade é fruto do comportamento individualista dos homens e para os marxistas “democráticos”, o Estado contribuiria para extirpar a desigualdade depois que fosse desinvestido do seu caráter de classe.

Lowy (2002) aponta que, para Marx, a democracia revolucionária era um aspecto inerente ao processo de transição para o comunismo e não, apenas, uma dimensão ocasional. Falando em momento de transição, Tonet (2009) vai citar a má “interpretação” da ideia de ditadura do proletariado que, na sua visão, se refere à uma nova forma de relação entre as classes – em que o Estado está “subordinado” aos interesses da classe trabalhadora –, na transição de um modo de produção para outro e num dado período histórico. E aí, nesse momento, a democracia estaria a serviço dos interesses da classe trabalhadora (maioria) em detrimento dos interesses da burguesia (minoridade). Para o autor, esse período irá durar o tempo necessário para que o trabalho associado supere o trabalho assalariado e se estabeleça, inaugurando, assim, uma nova forma de sociabilidade humana.

Calil (2015) vai chamar atenção para fato de que para realizar uma reflexão crítica sobre a democracia, deve-se ter como ponto de partida o entendimento de que, no modo de produção capitalista, a democracia tem um conteúdo de classe, com variações



(dentro de certos limites) do seu conteúdo social e político a depender do movimento de correlação de forças - luta de classes -, assim como, ela não possui um formato estático. Rossi (2016), refletindo sobre a análise de Lenin, vai concordar com a ideia de que a democracia no capitalismo é burguesa e, na prática, beneficia somente os ricos (classe dominante), o autor também vai chamar a atenção de que, ainda assim, é preciso não desmerecer os avanços e conquistas democráticas. Com isso, também se ressalta a necessidade histórica da ditadura do proletariado, uma vez que, é nesse momento que a classe trabalhadora poderá estender a democracia para além dos limites do capital. Nesse período transitório, em que ainda existe algo que se assemelha ao Estado, é preciso que a democracia esteja comprometida com os trabalhadores para, no momento seguinte - comunismo -, se tornar desnecessária e supérflua.

Wood (2003) vai apontar, a partir dos seus estudos, o momento em que a democracia é “aceita” pela burguesia e pelos liberais. Esse processo se dá no final do século XVIII com a redução da definição de democracia ao paradigma representativo. A autora vai discutir o surgimento da supremacia parlamentar – tida como a base da democracia representativa – e vai dizer que esse modelo foi construído para obliterar o poder popular, nas suas palavras: “quanto mais inclusivo se tornava o termo ‘povo’, mais as ideologias políticas dominantes insistiam na despolitização do mundo fora do Parlamento e na deslegitimação da política ‘extraparlamentar’” (Wood, 2003, p. 178). Calil (2015), refletindo sobre a análise de Wood, fala que se utilizando dessa estratégia, o capitalismo conseguiu fazer com que a perspectiva da democracia representativa fosse vista como a legitimação da igualdade civil, em que pese sua coexistência com a desigualdade social, que não é sequer posta em xeque.

Para que a democracia representativa funcione é preciso que o Estado lance mão, principalmente, dos seus aparatos ideológicos, além de ser fundamental a passividade política da classe trabalhadora e sua subordinação à dinâmica parlamentar (Calil, 2015). O parlamento é o tipo de imbróglio que permite ao mesmo tempo o esvaziamento do poder popular e o gerenciamento dos conflitos das frações da classe dominante. Isso se dá, na medida em que a democracia deixa de significar exercício do poder popular ou do governo coletivo e passa a representar, apenas, garantias constitucionais e processuais que, por sua vez, são garantias - na letra da constituição - para todos e na prática, para poucos (Calil, 2015). Decorre daí a importância da radicalização das lutas sociais.

Em que pese a sociedade se manter num grau de desenvolvimento estável, no capitalismo sempre existirão os momentos de crise da acumulação e, nesses momentos,



o consenso burguês deixa de existir. Espera-se que nessas situações a classe trabalhadora possa emergir de forma organizada, aumentando o tensionamento da luta de classes. O resultado desse acirramento tanto pode ser o rompimento com a democracia representativa e a instalação de governos autocráticos para garantir a manutenção da dominação social, quanto pode gerar um momento de questionamento da ordem social e ruptura de acordos, em atendimento aos interesses da classe trabalhadora. De toda forma, como aponta Calil (2015):

A burguesia só opta por uma ruptura institucional e instalar uma forma abertamente ditatorial se não conseguir restringir as liberdades democráticas, retomar a iniciativa política e reafirmar sua hegemonia dentro da “democracia”. A alternativa preferencial é a busca por uma reconfiguração restritiva dos direitos e condições de organização das classes subalternas que não implique no fechamento do Parlamento nem no cancelamento das eleições, mantendo vigente a formalidade da democracia representativa, mas ao mesmo tempo permitindo a criminalização (“democrática”) dos movimentos construídos pela classe trabalhadora. Em situações como esta, a percepção de que “a democracia está em suspenso” é apenas parcialmente verdadeira, pois deixa de considerar que o núcleo fundamental da concepção burguesa/liberal de democracia não remete à ampla e irrestrita liberdade de organização para todos, mas essencialmente aos procedimentos constitutivos da representação parlamentar e da dinâmica eleitoral (p. 05)

Gramsci (2001) nos ajuda a compreender melhor a forma de dominação utilizada pela burguesia, a partir da perspectiva de hegemonia, ele define esse conceito como: “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (p. 95). Calil (2015) esclarece essa definição afirmando que a hegemonia é “a capacidade de uma classe ou fracção de classe em estabelecer o horizonte ideológico no qual as demais classes se movem” (p. 04). No Estado burguês quem determina esse horizonte moral e intelectual que todos (devem) seguir, é a burguesia, portanto, a hegemonia tem - verdadeiramente - um caráter de classe.

Como podemos visualizar a aplicação dessa hegemonia no Estado moderno? Calil (2015) vai citar, mais uma vez, o exemplo da dinâmica parlamentar que reduz a democracia ao seu aspecto meramente representativo, de acordo com o paradigma liberal, ao mesmo tempo em que transmite a ideia de que todos participam efetivamente do governo. O interessante da análise que o autor traz, baseado em Gramsci, é que a sociedade e os trabalhadores, especialmente, não estão simplesmente assumindo e internalizando hegemonia burguesa, os autores reforçam a ideia de outra hegemonia

possível, resultado da ação e intervenção da classe trabalhadora nas lutas sociais. Essa perspectiva contra-hegemônica precisaria, para se afirmar, da organização das camadas subalternizadas e da construção de instrumentos e aparelhos que estariam a serviço dessa classe.

Fernandes (1989) ressalta o papel da classe trabalhadora organizada e conclama a todos para assumir a posição socialista em prol de uma democracia verdadeiramente proletária, voltada para as “tarefas revolucionárias imediatas”. Nas palavras dele:

É urgente que se faça isso com método, organização e firmeza, para que a democracia a ser criada não devore o socialismo, convertendo-se em um sucedâneo bem-comportado do aburguesamento da social-democracia e da social-democratização do comunismo. Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos (p. 13)

O Brasil, ao longo da sua história, alternou regimes de governo, registrando momentos de democracia interrompidos por ditaduras e vice-versa. Atualmente, vivemos no que se acostumou chamar de Estado democrático de direito, na perspectiva de um governo baseado na representação parlamentar. No tópico seguinte abordaremos o surgimento dos movimentos sociais e a atualidade dos mesmos, a partir das reflexões acerca dos movimentos sociais de juventude.

## **2.2 Juventude e Movimentos Sociais: aproximações, marcos e ação política**

Como já refletimos e apresentamos acima, vários momentos da história brasileira, a juventude esteve presente e teve uma atuação importante no questionamento de determinadas estruturas e, em alguns casos, na própria mudança da realidade social. Talvez, justamente, por não ser uma categoria estática, ter relação com o contexto sócio histórico do seu tempo e ser símbolo do novo e da contestação, a juventude pode ser considerada um medidor social (Silva, 2014).

Atualmente, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade, a juventude é tida como uma categoria social que evidencia os dilemas contemporâneos (Paula, 2014). Ao mesmo tempo, quando associamos essa perspectiva de juventude com a discussão e análise dos movimentos sociais é possível tecer considerações sobre o funcionamento das sociedades, revelando a complexidade das relações de tensão e interesses de classes (Bem, 2006). Bem (2006), afirma que as formas, conteúdos e atuações dos movimentos

têm estreita relação com as determinações conjunturais, históricas e macroestruturais, servindo também como um medidor do funcionamento da sociedade.

Se pensarmos que o potencial que a juventude carrega pode ser canalizado para a ação política, construindo um movimento social, essa junção pode ser capaz de provocar grandes fissuras no tecido social, produzindo tensões e contribuindo para alterar a correlação de forças em prol de um projeto popular.

De acordo com Gohn (2011), em consonância com o pensamento de Touraine – um dos importantes estudiosos sobre movimentos sociais –, os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Para eles, os movimentos colocam em evidência as energias de resistência ao *status quo* naquilo que se tem de mais opressivo ao mesmo tempo em que é capaz de produzir inovação e liberdade. Esse movimento de rechaço e construção se dá na medida em que as energias são canalizadas e, de modo coletivo, potencializadas a partir de uma práxis social propositiva. Nesse sentido, é a partir desses entendimentos que destacamos a relevância de estudos que se propõem a refletir sobre a participação política da juventude e, no nosso caso, entender a configuração dos distintos movimentos sociais, compostos por jovens e que atuam na sociedade brasileira.

### **2.2.1 Conceito e características dos movimentos sociais**

Uma das maiores estudiosas sobre movimentos sociais é a socióloga Maria da Glória Gohn que tem uma enorme e consolidada contribuição na área e que tem ajudado a produzir conhecimento sobre o tema, inclusive, associando a discussão sobre movimento social à educação. É a partir da conceitualização que ela faz que norteamos as reflexões desse capítulo, entendendo e concordando com a premissa de que os movimentos sociais “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes, por meio das redes e articulações que estabelecem no cotidiano que, por sua vez, indicam uma reflexão sobre a conjuntura social, política e econômica do país” (Gohn, 2011, p. 355).

Gohn (2011) aponta que os movimentos sociais já existem a muito tempo e que, num plano mais imediato, sempre existirão, uma vez que as condições materiais de vida e sobrevivência da população não se alteraram e situações adversas continuam impulsionando a necessidade da existência de movimentos sociais. Ou seja, ao não superarmos o modo de produção capitalista, persistem situações oriundas do grande

abismo provocado pela desigualdade econômica e social, o que provoca, por sua vez, a emergência e proliferação de movimentos, coletivos e organizações preocupados em enfrentar ou resistir a tais mazelas (Duriguetto, Souza & Silva 2009).

De acordo com Duriguetto, Souza & Silva (2009), a existência dos movimentos sociais sinaliza, portanto, os desdobramentos da “questão social”, podendo indicar também que um maior acirramento das tensões sociais contribui para que os movimentos apareçam e se articulem mais. Como aconteceu na década de 1980, Sherer-Warren (2014) ressalta, justamente, como as atuações contribuíram para avanços significativos na política no que tange aspectos da cidadania e conquista de direitos, impactando, por exemplo, a dimensão do papel do Estado.

Gohn (2011) define movimentos sociais (MS) como:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.) até as pressões indiretas (p. 335).

Nesse sentido, os movimentos têm atuado através de redes locais, nacionais, regionais, internacionais e virtuais – uma vez que a internet tem sido espaço privilegiado de comunicação e articulação dos mesmos na contemporaneidade. De acordo com Souza (2008), movimento equivale a ações coletivas que são organizadas, possuem certa temporalidade e que realizam análise de conjuntura de forma crítica em relação ao que está posto – seja de qual ordem for. Definições como essa contribuem para circunscrever melhor não só o que são movimentos sociais e o que não é, mas também para revelar a importância que eles têm na sociedade que, por sua vez, guarda inúmeras diferenças com a atuação das ONGs. As ONGs, geralmente, realizam ações voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade, mas, de forma geral, não têm como base a formação política dos seus participantes.

Guimarães e Guerra (2013) e Guimarães e Barros (2013) vão falar sobre as três principais abordagens sobre movimentos sociais, são elas: culturalista-acionalista; pensamento pós-moderno e paradigma marxista. A primeira e a segunda teoria possuem aspectos semelhantes no sentido de que os chamados novos movimentos sociais não consideram a contradição capital-trabalho. Especificamente, a perspectiva culturalista-acionalista, como o nome já diz, destaca o papel da cultura, identidade e solidariedade entre seus membros, assim como, evidencia o caráter difuso e não classista do

movimento (Touraine, 1989). Já os movimentos embasados nas correntes pós-modernas, de modo geral, ignoram a centralidade dos conflitos de classe para pensar e construir sua ação política, dando especial ênfase ao papel dos sujeitos e a uma dimensão subjetiva dos fenômenos o que faz com que a realidade seja compreendida a partir de fragmentos. Essa perspectiva seria o que Braz (2011) aponta como uma das posições que ignora ou nega a luta dos trabalhadores, ao diluir a luta de classes em diversos particularismos.

As outras posições, dentro dessa vertente, seriam o catastrofismo fatalista, que se sustenta na ideia de que não há o que fazer e, por outro lado, a cultura do possibilismo que propõe uma colaboração de classes sem, no entanto, apresentar um projeto ou alternativa real. As abordagens citadas esquecem o papel ativo dos sujeitos ao construir e produzir a própria história em um movimento dialético que se dá por meio de sua práxis social e que é capaz de gestar projetos coletivos de sociedade, o que vai na contramão de um posicionamento de passividade e conformismo (Guimarães & Guerra, 2013).

A análise proposta por Guimarães e Guerra (2013) parte da terceira teoria apresentada, que diz respeito à perspectiva marxista, que incorpora a categoria totalidade, e que as autoras acreditam ser importante para apreender o real em suas múltiplas determinações. Essa perspectiva entende a realidade levando em consideração a totalidade histórica e ontológica, que envolve aspectos sociais que são tanto objetivos quanto subjetivos e é nessa lógica que as autoras destacam o que disse Marx e Engels: “a história de toda a sociedade é até hoje a história da luta de classes” (Marx & Engels, 2008, p. 08). Concordamos com a leitura realizada por Guimarães e Guerra, uma vez que reconhecemos o caráter dinâmico, processual e dialético da realidade.

Mesmo com todas as transformações pelas quais as sociedades passaram, ainda é o antagonismo de classes que faz com que a história se movimente, interferindo nas relações sociais que são determinadas pela contradição capital-trabalho daí, novamente, a centralidade da luta de classes. Porém, Guimarães e Guerra (2013) ressaltam que isso não quer dizer que mediações não são importantes e que não existem outras possibilidades – movimentos políticos/sociais – de resistência e rebeldia desenvolvidas pelos sujeitos que contribuem para a conquista de direitos. De acordo com Gohn (2007):

As teorias marxistas sobre movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Ela [a problemática das classes] é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes,

os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações (p. 173).

Já Pinheiro (2010) faz uma leitura diferente do adjetivo classista. Para o autor, esse termo é atribuído “àqueles movimentos que adotam a perspectiva de classe do lugar que sua base social ocupa nas estruturas sociais, ou seja, não se aplica a outros movimentos que não adotam essa perspectiva, embora apresentem elevado senso crítico (incluindo retórica classista, mas não perspectiva) em relação ao *status quo* e suas demandas e/ou objetivos possam ser identificados como de classe” (p. 111). Nesse caso, movimento de mulheres, culturais ou ambientalistas que envolvem pessoas de diversas classes sociais e que, mesmo tendo nos seus objetivos ou horizonte a transformação da realidade social não poderiam ser caracterizados como classistas, uma vez que a perspectiva de classe de sua base social é diversa. Para Pinheiro (2010), os movimentos considerados classistas

Articulam a crítica do lugar que sua base social ocupa nas relações sociais de produção com a crítica da experiência imediata e dos diferentes lugares de subordinação ocupado em outras esferas da vida social, de modo que o reconhecimento da pluralidade identitária não adquire a forma de competição por recursos ou de luta redistributiva; ao contrário, é a unidade na diversidade, pois o denominador comum é a exploração e a interpelação ideológica que constrói uma imagem de inferioridade dos produtores diretos a partir das suas diversas experiências (p. 113)

Um exemplo desse raciocínio do autor é o Levante Popular da Juventude – movimento social organizado por jovens, das periferias, do campo e estudantes – que articula a experiência de ser jovem ao fato de serem das classes populares. Iremos refletir sobre o Levante e outros movimentos sociais de juventude um pouco mais adiante.

Ainda sobre esse assunto, de acordo com Pinheiro (2010), os movimentos sociais classistas costumam se apresentar com essa indicação, mas o que garante sua legitimidade é o fato de que a crítica sobre a sociedade é produzida a partir do lugar ocupado pela sua base social na dinâmica de produção. O segundo ponto de argumentação é a relação entre a demanda desses movimentos e a orientação ideológica que lhes dá sustentação. Poderíamos citar, nesse caso, o Rua – Juventude Anticapitalista, como um exemplo do que Pinheiro diz, ou seja, o Rua no próprio nome já diz qual sua orientação ideológica e ao se dizer anticapitalista também deixa claro qual o lugar social de onde parte. Pinheiro (2010) ainda alerta que “há uma tendência à desmobilização após a conquista da reivindicação, mas o objetivo a que se propõem os

obriga a um esforço para manter a base mobilizada, assim como, dar à demanda conquistada um tratamento diferente do habitual” (p. 111).

Continuando a sua argumentação, de acordo com Pinheiro (2010), os movimentos sociais são representativos de manifestações concretas da realidade e surgem, exatamente, para demonstrar a insatisfação e descontentamento de determinada ordem social. Geralmente, as demandas dos movimentos surgem em virtude de interpretações dessa mesma ordem social e dos lugares funcionais que são direcionados ou ocupados pelos indivíduos, remetendo a organização das estruturas sociais e vice-versa. Pinheiro (2010) diz que

A hierarquia dos lugares funcionais é efeito da divisão social do trabalho e da especialização da produção cultural e, estas, por sua vez, mantêm com as relações sociais de produção uma relação dialética de condicionamento mútuo ou pressuposição mútua. Isto significa que as relações (sociais) de produção capitalistas pressupõem formas simbólicas compatíveis; relações nas quais a liberdade de uma das partes (o trabalhador) de utilizar sua propriedade (a força de trabalho) conforme sua necessidade depende da liberdade e interesse da outra parte (o capitalista) de utilizar a sua; portanto, relações de dominação/subordinação contraditoriamente representadas por formas simbólicas de liberdade e igualdade (p. 112).

A análise de Pinheiro (2010) corrobora o pensamento marxiano e marxista de que a divisão da sociedade em classes sociais, isto é, de um grupo que vende sua força de trabalho para sobreviver e um grupo (menor) que compra essa força e a explora, gera desigualdades de diversas ordens (materiais, simbólicas) e contribui para a reprodução de lugares de subordinação e dominação, respectivamente. Sem que se altere a ordem social e se opere a ruptura do capitalismo, essa distribuição desigual pode sofrer variações, a partir da correlação de forças, mas ela nunca será extinta.

Para concluir as observações sobre o raciocínio desse estudioso, adicionamos um último elemento, a questão de que a luta dos movimentos por reconhecimento ou reafirmação das suas identidades pode, em alguma medida, conduzir ao obscurecimento de que a bandeira que levantam já é parte da luta de classes. Nesse sentido, é imprescindível refletir sobre esse ponto uma vez que ele não é consensual dentro dos movimentos, já que existe lá também disputas e correlações de forças que podem pender para um ou outro lado em razão da análise conjuntural que o próprio movimento faz.

O que consideramos interessante e questionamos, junto com Pinheiro (2010) é: será que os movimentos sociais de juventude – muitos deles oriundos de acúmulos de outros movimentos – que não perderam de vista a luta classista e o fim do capitalismo como finalidade última têm uma forma de atuação e ação política diferente dos



movimentos sociais de juventude que deixaram e deixam como secundária a luta de classes, em prol de uma valorização ou prioridade da luta identitária? Ressaltamos que não pretendemos realizar nenhuma comparação nesse sentido, entre os movimentos estudados, no entanto, fica a reflexão para estudos futuros. Também ressaltamos que pautas identitárias são legítimas e têm sua razão de existir, no sentido do enfrentamento as opressões, na maioria dos casos. O intuito aqui é chamarmos a reflexão para a questão de que é preciso pensar a interseccionalidade dessas pautas, ou seja, ganhamos muito mais quando conseguimos articular a luta de classes com o enfrentamento ao racismo, machismo e LBGTfobia, por exemplo.

Acreditamos, dessa forma, que a perspectiva teórica que orienta a práxis dos movimentos sociais tem relação com a dimensão de luta que os mesmos buscam, no sentido de que é por meio das teorias que se fornecem elementos para fomentar uma visão de mundo que, por sua vez é capaz de subsidiar orientações para as ações políticas dos movimentos e contribuir para que seus membros compreendam porque o objetivo do movimento não se esgota com a conquista de determinada demanda ou reivindicação. Uma vez que as condições materiais e subjetivas permanecem sem qualquer alteração mais radical, a luta não terminou e mais do que isso, a luta social é a ferramenta e estratégia para que se altere essas mesmas condições. Como fruto da processualidade histórica, cresce a necessidade de que os movimentos se renovem e amadureçam, sejam, portanto, capazes de realizar uma leitura crítica de cada momento e propor uma linha de ação política alinhada ao horizonte de superação da sociedade de classes.

De acordo com Gohn (2011), existe uma série de características que contribuem para identificarmos o que é um movimento social e no que eles diferem de outros tipos de agrupamentos, como as associações ou Organizações Não-Governamentais. De modo geral, podemos dizer que os movimentos sociais possuem identidade; têmpositor/es e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade; têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam um conjunto de demandas práticas; têm certa continuidade e permanência; podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Ou seja, são muitos os fatores que conformam os movimentos sociais e, na atualidade, eles costumam apresentar uma perspectiva civilizatória que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática, além disso tudo, ainda



Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais (Gohn, 2011, p. 336-337).

Segundo Gohn (2011), o fato de existirem movimentos sociais ao longo de toda a nossa história – se pensarmos neles como uma aglutinação de sujeitos que se juntam para realizar algum tipo de ação – acaba gerando inovações na cultura, arte, sociedade. Consideramos que esse aspecto da possibilidade de inovação já é uma contribuição importante dos movimentos sociais, que também se renovam com a renovação dos seus membros e com as formações internas que realizam. Nesse sentido, Guimarães (2016) destaca o investimento em formação política, indicando a importância do capital cultural para a construção do percurso militante. No entanto, apesar de considerarmos esse capital um recurso valioso por ampliar a nossa visão de mundo, ele depende de vários fatores para estar presente, o que faz com que para uma grande parcela de militantes não seja possível desenvolvê-lo mais do que outros sujeitos. É preciso lembrar que muitos jovens chegam até o movimento ou coletivo por um interesse específico, e a partir daí eles podem ou não se identificar com as pautas, bandeiras e atuação política, portanto, esse tipo de inserção não deve ser negligenciado ou secundarizado.

Pinheiro (2010) esclarece que as pessoas, de modo geral, conhecem determinado movimento depois de presenciarem alguma ação do mesmo, que é justamente a ferramenta de pressão ou constrangimento utilizada para que o Estado atenda as reivindicações e demandas. Dessa forma, concordando com Gohn, Pinheiro (2010) afirma que os movimentos precisam ter uma demanda (algo percebido como uma carência, algo que falta) e/ou um objetivo que pode ou não está diretamente ligado a demanda. Além do objetivo/demanda, os movimentos, em geral, possuem um “como”, que é a forma (estratégia, ferramenta) que o mesmo utiliza para atingir o objetivo ou sanar a demanda e que, por sua vez, indica a perspectiva de luta e o quadro de referências na qual o movimento se sustenta e se insere, respectivamente.

Gohn (2011) ainda menciona outro elemento que caracteriza os movimentos sociais que é a criação de uma identidade para pessoas e grupos antes dispersos, gerando nos seus membros o sentimento de pertencimento social. O sentimento de

pertencimento é muito importante durante o desenvolvimento de adolescentes e jovens, é como se o grupo funcionasse como um espelho e fosse possível perceber e se reconhecer naquela imagem, além de que pertencer a algo coletivo também gera aprendizados que vão para além de demandas individuais. Também é nos grupos ou coletivos que acontecem vivências e experimentações que vão confrontar ou reforçar a importância daquele lugar para os sujeitos. Guimarães (2016) afirma que a experimentação nesses espaços mostra-se mais significativa, uma vez que o jovem aprende com seus semelhantes, sem muitas hierarquias impostas e segregações, isso permite outra forma de identificação e sentimento de pertencimento, que aliada a formação política e militante torna as vivências uma experiência capaz de conectar a juventude daquele determinado movimento.

### **2.2.2 O surgimento dos movimentos sociais no Brasil**

Bem (2006) faz uma interessante periodização do surgimento dos movimentos sociais no Brasil, baseada na análise de Maria da Glória Gohn. Segundo ele, no início do século XIX os movimentos emergem na história do país como fenômenos abrangentes que existiam ao mesmo tempo na zona rural (bem mais habitada que na atualidade) e na zona urbana, possibilitando uma intervenção em ambos os locais que, por sua vez, afetava a produção e distribuição de produtos e bens. A forma mais comum de perceber essa intervenção foram os chamados levantes ou insurreições que, segundo Bem (2006) foram fundamentais para a construção da cidadania sociopolítica do país, mesmo que não tenham tido uma plataforma político-ideológica bem delineada e que tenham sido diferentes dos MS do século XX (se consolidam em torno da luta de classes sociais ou segmentos da sociedade específicos e apresentam paradigmas teóricos, políticos e ideológicos definidos).

É desse período as seguintes lutas: Revolução Pernambucana (1817), rebeliões contra as juntas constitucionais e infantarias lusas (BA, PA, PI, PB), Confederação do Equador (PE), Balaiada (MA), Setembrada e Novembrada (PE), Cabanada (PE, MA, AL, PI), Cabanagem (PA), Guerra dos Farrapos (RS), Sabinada (BA) e Revolução Praieira (PE). Bem (2006) afirma que a estrutura e organização dos movimentos no início do século XIX contribuiu para os sucessivos desmontes e a fragilidade das ações e alianças que eram estabelecidas, uma vez que não existiam classes sociais configuradas.

Já na segunda metade do século XIX, o tom das lutas e insurreições seguia a linha do movimento abolicionista que, por sua vez, absorveu a agenda de lutas sociais do período, marcado por uma intensificação da violência como forma de reprimir as rebeliões (Bem, 2006). Nesse momento, temos de um lado um forte movimento abolicionista que começa a se espalhar para todo o conjunto da sociedade, aliado ao movimento científico da época que contribuiu, em certa medida, para fundar as bases do modo de produção capitalista. Por outro lado, também temos um forte movimento de branqueamento, com a adoção do mito da democracia racial, que tornava a resistência e o desenvolvimento de uma consciência da população negra algo de difícil assimilação (Bem, 2006).

Entramos no século XX com a concentração dos movimentos sociais na zona urbana, que teve um rápido desenvolvimento em decorrência da economia do café. Podemos dizer que se trata de um período de transição em que o velho e o novo convivem, já que ainda persistem problemas antigos, mas somado a eles também surgem novas demandas e formas de articulação, por exemplo, a vinda de trabalhadores imigrantes traz uma nova conformação à sociedade. Bem (2006), fala que é justamente a vinda dos trabalhadores de outros países (principalmente da Europa) que contribui para que comece a existir, no Brasil, uma experiência de organização política da classe trabalhadora, pois é com a chegada deles que organizações anarcosindicalistas passam a funcionar, entre outros processos que tomam lugar nesse período.

É ainda nas duas primeiras décadas do século XX que o Brasil vive importantes processos que contribuem para a criação de uma nova racionalidade dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, do Estado, que segue na tentativa de se industrializar e atrair capital estrangeiro. É nesse momento que se intensifica a perspectiva da limpeza social, com a expulsão das ruas de pessoas pobres e/ou com transtornos mentais, desde crianças a idosos, com vistas a promoção do saneamento urbano, pelo viés sanitário-higienista (Bem, 2006).

Destacamos nesse período, a greve geral em 1917, um marco na nossa história; a formação da coluna Prestes; a semana de arte moderna e o surgimento de associações de classe. Em seguida, o período de 1930 a 1945, é marcado por uma série de ações do Estado no intuito de desenvolver o país, é colocado em destaque o projeto de industrialização, a partir da ruptura da aliança com as elites do campo e incentivo ao desenvolvimento da economia industrial. As cidades começam a se organizar de forma a permitir uma maior e melhor concentração espacial das indústrias que, por sua vez,

também necessitam de organização dos mercados e da força de trabalho. Nesse momento, acontece uma forte migração da zona rural para a urbana, com a ocupação de áreas periféricas (Bem, 2006).

O golpe de Estado de 1937 estabelece uma nova constituição na contramão daquela de 1934. A constituição do Estado Novo prevê o desmonte do sindicalismo e dos partidos políticos ao mesmo tempo em que estabelece interventores – nomeados pelo próprio presidente (Getúlio Vargas). Assim como no período da ditadura civil-militar, de 1964, também foi criado um órgão de imprensa e propagando que ficou responsável pela censura e controle do que era veiculado e, em paralelo, o controle e a repressão aos movimentos também se dava em outros espaços e nas ruas, abafando sua visibilidade e atuações. Entre 1945 e 1964, o Brasil viveu um breve processo de redemocratização, que ficou conhecido como período nacional-desenvolvimentista, devido à ampliação das formas de participação social, retorno do sindicalismo e dos partidos. Nesse mesmo momento, cresce o número de pessoas nas cidades, expandindo o cenário urbano, sem que se tenha uma organização ou estrutura que abarque os migrantes e sem que se tenha regulamentação por parte do Estado, o que faz com que as favelas e periferias sejam os principais locais de moradia. O período de reabertura também traz de volta os movimentos sociais, que conseguem ampliar a atuação uma vez que se retoma o acesso à comunicação e ao sistema de transportes, assim como, os trabalhadores “ganham” novamente o direito a greve e a regulamentação da organização sindical, facilitando a organização política dos mesmos (Bem, 2006).

Bem (2006) afirma que esse momento de reabertura e efervescência política e social, com a intensificação dos conflitos no campo, o surgimento do movimento de moradores da periferia, a atuação dos sindicatos, dos movimentos sociais e do movimento estudantil. Esse caldo de resistência causa impactos no governo e a resposta vem por meio da instauração de um novo regime ditatorial. Esse período tem como marca a repressão, o controle e a vigilância – partidos políticos e movimentos sociais são colocados na clandestinidade, as universidades e o conhecimento produzido passam por censura e controle. A população passa a buscar meios alternativos de se unificar e fortalecer, como a criação de associações comunitárias, comissões de fábrica, clube de mães, movimentos culturais, etc., contribuindo para aumentar os laços de solidariedade.

Como salienta Bem (2006), a repressão e controle desse período não conseguem dissolver a resistência e a conformação de formas alternativas de organização, mas impõem mudanças e restrições mediante uma série de decretos que limitava ou

inviabilizava a atuação desses grupos e a organização de manifestações, atos e passeatas. O autor ainda destaca o papel do movimento estudantil organizado, em alguns momentos, a luta armada e a centralidade da utilização de algumas perspectivas eclesiais, como a Teologia da Libertação e o movimento das Pastorais.

De acordo com Gohn (2011), nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos que surgiram com maior intensidade tinham como horizonte o enfrentamento e oposição à ditadura civil-militar, tanto no Brasil como e outros países da América Latina (AL), influenciados pela Teologia da Libertação, que também era um movimento forte nesses países. Em contraposição, os regimes ditatoriais tinham relação com a necessidade do neoliberalismo se expandir e, portanto, em muitos lugares houve financiamento de países do capitalismo central, seja em termos financeiros seja em formação para os aparatos repressivos do Estado.

Segundo Bem (2006), a situação brasileira na década de 1970 contribuiu para reavivar o movimento social no país, fazendo com que aos poucos uma nova rede de articulação com respaldo da base social passasse a existir e resistir à ditadura. Com a crise do final dessa década, o regime autocrático é deslegitimado, em virtude do aumento do desemprego, inflação e fim da ilusão do acesso ampliado ao consumo. Ainda em 1978, acontece o I Congresso da Mulher Metalúrgica, colocando em pauta as questões de gênero; iniciam-se um conjunto de greves de várias categorias profissionais; e, nos anos 1980, são criados o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST). De forma resumida, chegamos a uma nova década e uma série de transformações significativas acontecem, como o fim da ditadura civil-militar e a construção de uma nova constituição federal, que contou com a imensa participação de coletivos e movimentos sociais que foram peças chave para a derrocada do regime autocrático.

Alguns estudiosos, que consideram a importância da atuação dos movimentos eclesiais e outros, relatam que as ações desses movimentos tinham direcionamento em virtude do período que vivíamos, o que facilitava o estabelecimento de um “inimigo comum” e que após a perda desse inimigo – a ditadura – toda essa efervescência entra em declínio. O fato é que, na análise deles, outras formas de organização (fóruns, associações, frentes, conferências) foram sendo estabelecidas com o retorno da democracia burguesa, a partir do final dos anos 1980 e início da década de 1990. Esse modelo de organização mais institucional entra em vigor com a vigência da nova

constituição federal que dá atenção especial a essas formas de participação popular que, por sua vez, unia sociedade civil e poder público.

Continuando sua periodização dos movimentos sociais, Bem (2006) aponta categorias que eram centrais para a práxis dos movimentos na década de 1990. São eles: cidadania coletiva e exclusão social, a primeira representa a ideia de luta coletiva e a segunda, surge em consequência da intensificação do processo de globalização. O autor explica a diferença entre a perspectiva de exclusão de anos anteriores e o que se passa nesse período, para ele

A marginalidade era tida como fenômeno típico do capitalismo periférico e estava associada a uma parcela de trabalhadores urbanos não integrados a sociedade, na década de 1990, a situação muda sensivelmente, esse fenômeno está articulado a crescente precarização do mercado de trabalho e a fragilização da inserção laboral, que gera uma ‘ruptura progressiva dos laços sociais’ (Lesbaupin, 2000), transformando os “excluídos necessários” de décadas passadas (também conhecido como exército industrial de reserva) em ‘excluídos desnecessários’, colocando-os na posição de inúteis ao sistema e ‘excedentes’ (Bem, 2006, p. 1153)

Entendemos que houve uma mudança na configuração das relações sociais a partir da reestruturação do mundo do trabalho e da expansão do capitalismo, o que produziu a intensificação das sequelas da “questão social” nos países de capitalismo periférico e é o que o autor chama a atenção ao falar sobre o fenômeno da exclusão social.

Por outro lado, essa ruptura do contrato social é um dos impulsionadores do surgimento de novos movimentos sociais, como o de mulheres e o LGBT que, nesse contexto, reivindicavam – e ainda reivindicam – o fim da discriminação. Outro movimento que surge com força no cenário nacional, é o de negros e negras, com pautas e demandas repesadas, e que, apesar das diferenças com os movimentos anteriores, também buscavam a reafirmação da sua identidade e o fim do preconceito e discriminação. Por fim, mas não menos importante, Gohn (2011) aponta os movimentos encabeçados por jovens que apontaram, inicialmente, muito ligados a cultura, em especial, ao hip hop e que hoje são referência de atuação social e política, estando presentes em importantes momentos da conjuntura nacional e mundial.

### **Atualidade dos Movimentos Sociais**

De acordo com Gohn (2013), no início dos anos 2000, os movimentos sociais voltaram a atuar de forma mais intensa como resultado de quatro cenários: o primeiro se

refere à questão da incidência da globalização e os seus impactos nas culturas locais, o que contribuiu para repensar o sentido dos espaços, instituições e políticas públicas articulando com o enfrentamento as consequências desse processo; o segundo diz respeito à ética na política em contraste com os escândalos de corrupção; o terceiro é o fato de que os movimentos se articulam e atuam para além dos muros e espaços institucionais, conseguindo chegar onde a política tradicional não chega; e quarto, a adoção de novas metodologias e modelos de participação e ação política, diferentes das experiências dos anos 1980. Esse último ponto é algo caro a nossa discussão, uma vez que pretendemos discutir as transformações sociais que os movimentos de juventude provocam desde o fato de existirem até a atuação e participação política que eles reinventam ao propor novas formas de mobilização, formação, análises de conjuntura, práticas que aliam a perspectiva social e política e, principalmente, as respostas a um conjunto amplo de reivindicações, demandas e insatisfações.

Nesse sentido, trazemos novamente Gohn (2011) ao refletir sobre a proliferação de coletivos e movimentos que carregam novas identidades e uma diversidade de pautas, sujeitos, demandas; que são pluriclassistas, muitas vezes, transnacionais ao mesmo tempo em que guardam referência com o local/particular. Sobre os movimentos transnacionais, Poupeau (2007) faz uma severa crítica, pois, na sua opinião, são “movimentos [que] transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública [...] A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração, ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade” (p. 47). Em última instância, o mesmo autor afirma que a questão simbólica se sobressai à questões concretas e o movimento acaba perdendo um pouco do seu sentido.

Voltando a análise de Gohn (2011), ela também menciona os novos movimentos sociais que surgem dentro de um novo contexto informacional e agregam esses valores ou conceitos a sua ação política, ou mesmo movimentos que possuem pautas histórias e passam a incorporar novas tecnologias da informação e comunicação, fortalecendo a perspectiva de rede. Gohn (2011) fala que um panorama dos movimentos sociais contemporâneos se organiza ao redor de 13 eixos temáticos de lutas e demandas, são eles: questão urbana, que envolve a inclusão social e direito a cidade; organização popular em torno da perspectiva de canais institucionais de participação e gestão; questões de saúde; questões relativas aos direitos humanos e culturais; questões



relacionadas ao movimento sindical; questões religiosas/diversidade religiosa; questões relacionadas a terra, que envolve povos e comunidades tradicionais; coletivos contra políticas neoliberais e reformas; grandes fóruns de mobilização da sociedade que agrega vários temas; questões relacionadas a cooperativas populares; movimentos pela democratização a comunicação e relacionados a populações que são atingidas pelas construções de barragens/hidrelétricas, etc.

Um ponto nevrálgico na análise dos movimentos sociais é sua relação com os partidos políticos, esse tema é bastante atual nas análises que são realizadas pelos próprios grupos e por alguns estudiosos que se debruçam sobre a atualidade dos movimentos sociais. Guimarães e Guerra (2013) apontam a preocupação dos movimentos em perder sua autonomia ao se distanciar das suas diretrizes e objetivos e se aproximar cada vez mais do que o partido determina. As autoras fazem uma ressalva, no entanto, que é a busca pelo equilíbrio em não perder de vistas as próprias lutas e estratégias para alcançar seus objetivos e ao mesmo tempo não negar a necessária articulação com os partidos políticos – nesse caso, os partidos considerados do campo da esquerda. Esse equilíbrio é importante principalmente numa conjuntura social em que muitos dos militantes têm dificuldade em permanecer articulados e organizados em virtude da ampliação do desemprego ou precarização cada vez maior das condições de trabalho ou ainda da situação de pobreza propriamente dita, que afeta sobremaneira seus membros.

De fato, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na dinâmica de produção capitalista geraram e geram alterações substanciais no seio da classe trabalhadora, com inúmeras dificuldades para a organização política crítica e combativa, juntando a isso a questão de que [vivíamos e vivemos] tempos de reformismos e contrarreformas. Por outro lado, é essa mesma conjuntura que exige que os sujeitos saiam às ruas e continuem mobilizados, uma vez que essa parece ser a estratégia mais eficaz para pressionar o Estado e o mercado. Esse caldo político e social faz com que tenhamos muito mais mobilizações que visem a manutenção de direitos conquistados do que ações políticas em torno da construção e efetivação de um projeto societário, envolvendo os diversos movimentos de esquerda.

Outra ressalva que as autoras fazem se refere à própria expressão do fazer político, uma vez que

A luta pela hegemonia é um projeto societário anticapitalista e exige dos movimentos sociais a capacidade política de estabelecer alianças com outros sujeitos individuais e coletivos, mas



também requer a necessidade de identificar mecanismo de atuação da direita, por exemplo, a forma histórica de ação política da direita é convencimento + apassivamento das pressões sociais, por meio da truculência/repressão/coerção com objetivo de invisibilizar, despolitizar as contradições sociais e lutas políticas. [...] Além de criminalizar os movimentos, desacreditando-os e deslegitimando-os. Dessa forma, o desafio é estabelecer um tipo de aliança considerando as particularidades e também os interesses de cada organização política ou movimento, ao mesmo tempo em que se busca sair do isolamento, construindo, assim, uma unidade popular com “mobilização das energias, para a construção de uma alternativa real” (Guimarães & Guerra, 2013, p. 69).

Com relação à organização dos movimentos sociais no novo século, Gohn (2011) os caracteriza como ações integradas e articuladas (campo e cidade, por exemplo) e que extrapolam as fronteiras, a partir da utilização de novas ferramentas e modalidades de comunicação, muito atreladas ao desenvolvimento das TICs. Outro destaque que a autora faz se refere à preocupação com a formação militante, além de que assuntos, temas e preocupações que geram unidade entre os movimentos, tais como: crítica sobre as causas da miséria, exclusão e conflitos sociais e a busca e a criação de um consenso que viabilize ações conjuntas (Gohn, 2011). A preocupação da autora reside na possibilidade de dispersão e falta de homogeneidade que, em dado momento ou contexto, pode levar a fragmentação, além de questões relacionadas a diferenças teóricas.

### **2.2.3 O movimento estudantil de ontem e de hoje: semelhanças e diferenças**

Ainda que não seja foco da nossa análise, considerando o fato de que o Movimento Estudantil (ME) ou formado por estudantes é constituído sobretudo por jovens e que tem um papel relevante na história do Brasil, faremos alguns comentários. Nesse sentido, acreditamos que, desde a sua constituição, o ME é responsável por aglutinar uma parcela da juventude preocupada com uma série de questões, que extrapolavam e extrapolam o contexto educacional, além de mostrar a força da juventude organizada e também fornecer elementos que contribuíram ou serviram de inspiração para a conformação de movimentos sociais de juventude, especialmente do meio urbano.

De acordo com Paula (2014), a importância do movimento estudantil tem relação com a possibilidade de uma formação privilegiada no que diz respeito à política, construção de lideranças e de uma elite de estudantes no meio universitário. Ela continua sua discussão apontando o movimento estudantil como uma “instância de luta

contra os privilégios” (p. 02) e que também milita em prol da democratização do acesso a universidade, em franca oposição ao caráter mercadológico do ensino. É nesse âmbito que se trava uma constante batalha para garantir a inserção e permanência dos alunos, ao mesmo tempo em que como instituição que faz parte da sociedade cindida em classes, a universidade reproduz os mesmos processos de desigualdade e “exclusão”.

Paula (2014) também chama a atenção para a questão da crise da universidade, com tentativas de desmonte, enxugamento de gastos e possibilidade de privatizações. Essa crise não é de hoje, no entanto, tem ganhado novos contornos na atual conjuntura após o golpe jurídico, parlamentar e midiático que depôs a então presidenta Dilma Rousseff e colocou em seu lugar Michel Temer que, desde o início da sua gestão, tem colocado em pauta e votação uma série de reformas desastrosas para as classes populares, como já mencionado.

Toda a situação da educação e, especialmente do ensino superior, é permeada por disputas ideológicas. Nesse sentido, a universidade também tem um papel relevante ao “recrutar” novos membros que conformam a elite de intelectuais do país que, por sua vez, pode ser considerada elite duas vezes: no primeiro plano por conseguir acessar a universidade pública e, no segundo, pela formação privilegiada da qual faz parte, em um país que possui milhões de pessoas analfabetas completas ou funcionais e que boa parte dos seus jovens não terminou o ensino básico (Paula, 2014). Portanto, ainda hoje, é preciso lembrar de como e quem constitui a universidade, esse lócus privilegiado de conhecimento e cultura, e que atuação do movimento estudantil é ainda extremamente necessária, em que pese toda a crítica a forma como esse movimento vem atuando e as concessões que foram e são feitas para que determinados grupos mantenham a direção.

Em paralelo ao desenvolvimento e expansão do ensino superior público, também tivemos o investimento nas instituições privadas de ensino que foram beneficiadas com as políticas educacionais implementadas nos últimos anos. Se por um lado essas políticas (FIES, PROUNI, etc.) possibilitaram o acesso das classes populares à universidade, na perspectiva de democratização do acesso ao ensino superior, por outro, a lógica mercadológica se expandiu com enorme força nessas instituições, que passaram a atender as demandas do mercado ao mesmo tempo em que contribuíram para um deslocamento da oferta de ensino a favor da juventude da classe trabalhadora.

O movimento estudantil participou de forma ativa da luta pela democratização do Brasil e reabertura política, sendo uma ferramenta importante e estratégica nos anos de intensificação da repressão que matou milhares e deixou outros tantos desaparecidos,

durante as décadas de 1960 e 1970. Já no final dos anos 1980, o movimento dá sinais de desmobilização e fragilidade, no entanto, é preciso que reflitamos sobre o papel que o movimento passou a desempenhar no pós ditadura, algo que talvez não tenha ficado claro para os seus militantes, na época, e que por isso pode ter gerado um sentimento de “abandono da política”. O que é fato é que o papel desempenhado pelo movimento nos anos da ditadura contribuiu para gerar na sociedade a noção de uma “geração exemplar” (Paula, 2014), que não foge da luta e que não aceita um Estado autoritário, porém, sem um inimigo declarado e forte, sobrou para o movimento rever seu papel, seus objetivos e metas e, a partir dessa reflexão, criar uma nova identidade.

Após esse período, o movimento estudantil ganha novo fôlego ao se inserir na luta pelas **Diretas Já**, durante o período de reabertura política do país, por volta de 1984. Logo em seguida, a juventude está novamente engajada no movimento que ficou conhecido como “caras-pintadas”, no início dos anos 1990, que envolvia o pedido do impeachment de então presidente Fernando Collor de Melo. Muitos estudiosos fazem a análise de que esse período, com exceção do movimento pelo impeachment, era um momento de desmobilização e refluxo, não só do movimento estudantil, mas também o sindicalismo que, nessa análise, passa a reduzir sua atuação a defesa de direitos específicos de cada categoria, indicando a intensificação de ideários neoliberais (Paula, 2002). Segundo Paula (2014), somente o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) conseguiu apresentar crescimento e continuar o processo de mobilização, se fortalecendo, inclusive, como referência para o movimento estudantil e outros movimentos sociais.

Buscando entender a juventude nesses dois períodos (década de 1960 e 1990), Abramo (1997) afirma que no primeiro caso, os mais jovens carregavam a possibilidade de transformação daquela realidade que inspirava “ora temor ora esperança utópica” (p. 30) e que 30 anos depois ficou registrada na história como uma geração “idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social” (Abramo, 1997, p. 30). Spósito (1997) ressalta justamente esse caráter de protagonismo que a juventude incorporou nesse período, era uma posição que colocava em cheque os valores da sociedade e os conflitos entre gerações, que se fazia evidente a partir dos comportamentos éticos e culturais de adultos e jovens. Enfim, a instalação da ditadura civil-militar deixa claro o papel da juventude em ser oposição ao regime e, portanto, alvo de repressão e controle, ao mesmo tempo em que, revela a necessidade de uma

alternativa contra hegemônica e dá esperanças aos que lutavam pelo retorno da democracia.

O imaginário social sobre a juventude nesse período influenciou todo o movimento estudantil que foi se desenvolvendo e que se oponha a ideia da juventude das décadas de 1980 e 1990, vista como indiferente as problemáticas sociais, além de apática, individualista e consumista (Paula, 2014). De acordo com Foracchi (1965), parece que “a atuação estudantil só adquire expressão renovadora quando associada com outras forças de renovação, sua força só ganha vitalidade quando integrada a um processo já desencadeado” (p. 3). Essa ideia se baseia no pressuposto de que a juventude pega carona em um movimento mais amplo já constituído e consolidado e em momentos em que há um processo de instabilidade social, no qual todos são chamados para atuar. Foracchi (1965) continua afirmando que “cada sociedade constitui o jovem à sua própria imagem” (p. 302), o que significa que os valores, comportamentos e atitudes das gerações mais novas vão se moldando ao que a sociedade produz e adota. Essa visão difere do que dizem outros estudiosos, isto é, que o potencial revolucionário da juventude vem justamente do fato de que essa geração ainda não está amarrada e comprometida com os valores sociais e, portanto, pode agir mais livremente.

Desta forma, pode-se dizer que os primeiros movimentos e manifestações com participação juvenil, que estiveram estabelecidos até o início dos anos de 1980, eram compostos, em sua maioria, por oriundos das classes médias e que a atuação estudantil era vista pela sociedade como sinônimo de “movimento juvenil”. E que esse quadro se modifica por volta dos anos 1990, quando se diversifica a face social dos jovens mobilizados (Abramo, 1997). Segundo Novaes (2012)

Até os anos 1970, os atores juvenis estavam praticamente restritos aos jovens estudantes de classes médias e às juventudes partidárias, a chegada dos anos 1990 deu visibilidade para várias formas de movimentação entre jovens dos mais distintos setores sociais. Grupos, redes e movimentos juvenis que, de maneiras fluidas, horizontalizadas, dinâmicas e multicêntricas desenvolvem ações na dimensão da cidadania.

Até esse período não existia atenção e atendimento às demandas específicas da juventude, ou seja, a situação dos jovens ganhava mais visibilidade e dimensão, no entanto, essas questões não eram traduzidas para a linguagem da política e dos direitos. Grupos artísticos e culturais (de hip hop, reggae, capoeira, teatro) e grupos interessados em esportes (skate, por exemplo) representavam os jovens negros e periféricos das grandes e médias cidades, dando visibilidade às tensões, contradições, aspirações e

desejos e gerando identificação com milhares de jovens em outros territórios, mas que se encontravam em situação semelhante. Esses grupos passam a produzir diálogo com outros movimentos sociais, formando redes e ampliando seus contatos. Começam a surgir grupos juvenis dentro dos movimentos gerais, como grupos de jovens feministas no movimento de mulheres ou grupo de jovens negros dentro do movimento negro.

Além dos movimentos já consolidados, os grupos “insurgentes” começam a estabelecer diálogo com os poderes públicos, reivindicando ações e espaços de participação. Num primeiro momento, essas reivindicações tiveram respostas no formato de festivais, shows, oficinas, centros comunitários/culturais, etc. Paralelamente, os atores juvenis mais tradicionais (juventude partidária e entidades estudantis) também introduziram uma agenda de ações, exigindo respostas institucionais por parte do governo. Se reivindicava, nesse momento, o direito a participação que, aliada a ideia de diversidade da juventude e das suas demandas, poderiam possibilitar a inserção em diferentes espaços e contextos de formulação e controle social de políticas públicas (León, 2005). São os jovens oriundos de projetos sociais e culturais que se encontraram com jovens periféricos em espaços comuns e começaram a se agregar em coletivos e grupos. Esse conjunto de jovens mais tarde se associa formal ou informalmente aos jovens dos movimentos organizados (movimento estudantil e movimento partidário), reivindicando pautas mais amplas e formando esse caldo de situações e demandas que temos hoje.

Chegamos aos anos 2000 com o seguinte cenário, de acordo com Novaes (2013): 1) o movimento estudantil deixa de ser visto como sinônimo de movimento juvenil; 2) os movimentos (formais e informais) juvenis passaram a revelar mais variedade, riqueza e dinamismo do que no passado; 3) as expressões “jovens como sujeito de direitos” e “políticas públicas de juventude” se tornam visíveis e começam a ser disseminadas e incorporadas no âmbito da sociedade civil e do poder público.

Em momentos como esse, os jovens costumam tomar parte da ação, se organizando, mobilizando e construindo estratégias que os colocam, em posição de destaque. São também nesses momentos, de maior mobilização e participação, que essa juventude assume lugares de destaque e relevo social, sendo, em certa medida, absorvidos nas hierarquias sócio-institucionais, podendo ocorrer o que alguns denominam de “cooptação dos movimentos sociais”. A estratégia de cooptação tem sérios impactos na estrutura organizativa dos movimentos e grupos, pois desmobiliza a ação e enfraquece as lutas, principalmente, as que reivindicam mudanças estruturais.

Por outro lado, ao aderir a institucionalidade, um militante social pode conseguir dar visibilidade a pautas e demandas da juventude, mobilizando aparatos do poder público e garantido a presença da representação juvenil em espaços institucionais.

Hoje, de acordo com Novaes (2012), o movimento estudantil universitário renova suas pautas ao abraçar bandeiras e causas específicas referentes à ética e às relações democráticas no espaço acadêmico, como quando incorpora na sua agenda novos temas debatidos na sociedade. Além disso, é preciso mencionar o movimento de ocupação das escolas públicas, que ocorreu em algumas cidades do país, com destaque para São Paulo, em virtude da tentativa de reorganização do ensino básico e, em seguida, Curitiba. Nesse caso, foram os estudantes secundaristas que mobilizaram a sociedade e a comunidade próxima às escolas para refletir e discutir sobre a proposta do governador Geraldo Alckmin de fechar escolas consideradas com baixo desempenho ou que eram subutilizadas e realocar os alunos em outras escolas, muitas vezes, distantes de suas casas.

Os estudantes deram uma aula de auto-organização e autogestão, a partir da realização de assembleias e reuniões diárias, eles e elas se responsabilizam pela limpeza, alimentação e a parte pedagógica da ocupação. Esse modelo de gestão não delegava a responsabilidade a uma liderança, ou seja, todos/as participavam das decisões. O exemplo dos “secundas” se espalhou pelo país e gerou discussões de debates mais amplos sobre o próprio futuro da nação. É nesse sentido que acreditamos que o potencial que a juventude carrega pode ser, realmente, transformador e provocar resistência, fissuras, alargando o conceito de participação e interferindo de forma concreta no *status quo*.

#### **2.2.4 Movimentos sociais de juventude: pautas, demandas, ação política**

Trazendo a discussão de emancipação para a seara de reflexão sobre os movimentos sociais, vimos que os anos 1990 marcam o início de algumas mudanças com relação à juventude, em virtude da crescente preocupação com problemáticas como a violência, a evasão escolar e o desemprego. Em áreas consideradas vulneráveis, começaram a proliferar várias ações, por meio das Organizações Não-Governamentais (ONGs), assim como grupos culturais, musicais, artísticos e esportivos, a partir dos quais algumas das demandas da juventude começam a ganhar concretude e serem

levadas aos espaços públicos. Em ambientes e territórios marcados por situações de tráfico de drogas, pobreza e pouca atuação do Estado, tais grupos funcionam como “antídotos” (Novaes, 2012) e contribuem para que esses lugares possam ser ressignificados, ampliando a possibilidade de experimentação, criação estética e fortalecendo os laços de pertencimento e identidade. Esses movimentos vão se articulando e ganhando visibilidade nas comunidades e na sociedade, em geral, ao mesmo tempo em que garante à juventude que suas demandas e necessidades sejam vistas.

Atualmente, temos um cenário de efervescência de movimentos sociais juvenis ligados a várias esferas e com diversos tipos de reivindicações e pautas, das mais específicas (como o enfrentamento a LGBTfobia) até bandeiras mais macroestruturais (como reforma agrária). Segundo Novaes (2012), um denominador comum pode produzir, em determinado momento, uma unidade na diversidade, que é circunstancial, mas que unifica um leque de movimentos em prol de “algo maior”. Para ela, as adesões pontuais fazem parte do modo de organização e constituição do espaço público atual, que também une os jovens engajados em partidos, sindicatos e movimento estudantil.

De todo modo, sabemos que há um longo caminho a ser percorrido para que a juventude seja considerada, pela sociedade e Estado, um ator social e político. Ainda predominam preconceitos e estereótipos que dificultam esse entendimento, assim como, a falta de reconhecimento tanto das vulnerabilidades quanto das potencialidades reais desse segmento. Por outro lado, também é preciso considerar que avançamos algumas casas no campo da conquista de direitos, mas não podemos perder de vista que ainda é preciso muito mais para que os jovens, principalmente os pobres e periféricos, parem de morrer e tenham condições de viver a condição juvenil de forma plena e digna.

Gohn (2011) fala que “o tema dos direitos é fundamental, porque dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório” (p. 346). Concordamos que o tema dos direitos é algo presente e relevante para atuação dos movimentos sociais que, muitas vezes, pautam suas ações em oposição e/ou enfrentamento ao que é imposto pelo governo, e em outros momentos, atua pressionando pela efetivação das políticas públicas que são garantidoras de direitos. Gohn (2011) aposta na ótica dos direitos como ponto de partida para as mudanças e para o alcance de políticas emancipatórias e não meramente compensatórias: “é preciso que sejam respeitados os direitos de cidadania e que se



aumentem progressivamente os níveis de participação democrática da população” (p. 357)

Em vários documentos recentes de políticas de/para a juventude (Guias de Programas e Planos, por exemplo), bem como o Estatuto da Juventude, se destaca o conceito de juventude aliado à ideia de cidadania ativa, participação, emancipação, exercício do controle social e jovens como protagonistas do desenvolvimento. Nesse sentido, há uma valorização da juventude e de alguns dos aspectos a ela relacionados que também se referem as possibilidades ativas de atuar na sociedade. Dessa mesma forma, a juventude passa a ser vista a partir da sua organização em grupos, associações, instituições, movimentos, redes e demais espaços de auto-organização, mas também espaços de controle social e de construção de políticas como os Conselhos de Juventude – nas três esferas: nacional, estadual e municipal (Silva, 2014).

Em décadas anteriores, os partidos políticos de esquerda já apostavam na juventude como uma fonte de mudança e transformação social, atribuindo aos jovens o papel de atores juvenis em processos de mobilização política e social. Abramo (2005) fala que o ator político, por excelência, para os partidos sempre foi o movimento estudantil, pois por mais que se estimulasse a participação dos jovens no movimento operário e sindical, acabava que, nesses casos, a identidade trabalhadora sempre prevalecia.

Como indicado por alguns sociólogos, especialmente Mannheim, a juventude sempre teve, de um lado, associada a perspectiva da inovação e transformação social, por sua posição mais “distanciada” dos compromissos e constrangimentos sociais, ou seja, a juventude não tinha “obrigações formais” com a sociedade. Como se atribuía a juventude essa força mobilizadora, mas que não tinha um direcionamento muito claro, a ação dos partidos foi, em certa medida, a interferência na condução das lutas estudantis, através da militância organizada no movimento e por meio da conexão de bandeiras de lutas estudantis com os programas partidários (Silva, 2014). No entanto, as pautas e demandas específicas e para além das questões educacionais quase nunca foram pensadas e elaboradas pelos partidos e, somente, muito recentemente, a proposição de políticas públicas de juventude começou a aparecer como pauta dentro dos mesmos.

Novaes (2013) afirma que são poucos os estudos sobre as juventudes ligadas a partidos políticos. Uma possível explicação seria a clássica desvalorização dos partidos políticos na sociedade como um todo e outra possibilidade é o interesse acadêmico e político, que é maior pelas novidades produzidas nos movimentos, grupos e redes



juvenis, que possuem estruturas mais flexíveis e atuações imediatas. Por fim, atualmente, é notório que os jovens de diferentes partidos têm insistido na articulação de “pautas de juventude” dentro dos programas partidários e, inclusive, criando um eixo do programa com propostas para esse segmento, além de que cada vez mais percebemos a tentativa de pensar a estrutura partidária de forma que ela se torne mais atrativa para outros jovens, contemplando temas e assuntos que são caros a juventude.

Com relação aos movimentos sociais mais amplos, é fato que eles foram e continuam sendo importantes atores na reconstrução e consolidação da democracia no Brasil, atuando na perspectiva de expressar as demandas dos sujeitos “excluídos” e “silenciados” da vida política. No entanto, tais movimentos não enxergaram a juventude como um segmento específico com pautas e necessidades também particulares, limitando, muitas vezes, a preocupação com os jovens no sentido, apenas, de criar /formar novas lideranças (Silva, 2014). É importante destacar que da mesma forma que existe certa “tendência” ou inclinação da juventude para a ação social, há, por outro lado, uma “exigência” da própria sociedade para que os jovens se mostrem dispostos à mobilização e intervenção, porque essa é uma das formas dela renovar seu quadro de liderança. Dito de outra forma, os momentos de maior participação popular são tidos como momentos privilegiados de formação de quadros para a vida futura da sociedade. Também não é por acaso que muitos movimentos organizados, com ideias e interesses específicos se aproveitam da atmosfera de conflitos e disputas para convencer e arregimentar a juventude (Silva, 2014) ou para tomar para si os “ganhos” oriundos dos momentos de manifestações.

Um aspecto interessante que faz parte do modo de atuação dos movimentos de juventude, inclusive os pesquisados, é a análise da conjuntura política ou diagnóstico social, como uma primeira etapa ou como forma de pensar e organizar as próprias ações e atuação; inclusive, é desse primeiro momento que partem muitas das articulações e atividades propostas. Outro aspecto relevante é a aposta na formação política, tanto para novos membros como para a militância orgânica, em momentos específicos – como as escolas de formação – e de acordo com o calendário estabelecido. Esses aspectos demonstram que novos movimentos incorporaram as experiências de outras organizações, sem se descaracterizarem e sem perderem a dinamicidade e potencial inovador.

De acordo com Gohn (2011) e baseada em Vygotsky: “a aprendizagem no interior de um movimento social, durante e depois de uma luta, são múltiplas, tanto para

o grupo como para indivíduos isolados” (p. 352). Dito isso, ela destaca algumas dessas aprendizagens, são elas: aprendizagem prática, teórica, técnica-instrumental, política, cultural, linguística, simbólica, social, cognitiva, reflexiva, ética e sobre economia. Para fins didáticos, Gohn (2011) analisa separadamente cada uma delas; no entanto, é possível entender a relação entre elas a partir do cotidiano de funcionamento e organização dos movimentos sociais. Podemos fazer uma analogia com o aprendizado que acontece nas escolas, por exemplo, no qual conhecimentos teóricos passam por reflexões de ordem cognitiva, social, simbólica, cultural e ética podendo vir a se tornar uma práxis social em coerência com o que foi aprendido ou se tornar uma ferramenta para outras ações. De acordo com Guimarães (2016), a inserção na militância, para muitos jovens, além do papel educativo e do sentimento de pertencimento, carrega a possibilidade do desenvolvimento da consciência de classe e do papel dos sujeitos como cidadãos políticos e sociais.

No dossiê Juventudes e a Desigualdade no Urbano, publicado em 2015, pela revista *Le Monde Brasil*, há uma série de artigos interessantes, dentre os quais destacamos dois: “Juventudes urbanas: o que podemos fazer juntos?” e “Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis”. Esses artigos dão exemplos práticos de organização da juventude e seus avanços. É fato que os anos 2000 ampliaram o olhar e a visibilidade acerca da participação e mobilização juvenis e mostraram a diversidade e heterogeneidade que conformam esses movimentos, mas que, por outro lado, são grupos que agem de forma horizontal e dinâmica, com a utilização de referenciais do universo juvenil, como a criatividade, ousadia e irreverência.

O Fórum Social Mundial (FSM) também é um espaço privilegiado para entender melhor como se dá a organização dos movimentos sociais de juventude. Durante diferentes edições do Fórum ocorreram acampamentos da juventude, reunindo jovens ligados aos espaços tradicionais de participação, como sindicatos, partidos, movimento estudantil e pastorais, assim como movimentos novos, com pautas generalistas, voltados para os mais diversos ativismos, como: antiglobalização, meio ambiente, expressões culturais. Os acampamentos mostraram que nenhum tipo de organização tem o monopólio de “representação” da juventude contemporânea, demonstrando uma das características principais da juventude contemporânea que é, justamente, a diversidade. Foi possível ver jovens com diferentes trajetórias, acionando identidades múltiplas (não necessariamente excludentes), com diferentes experiências de militâncias (simultâneas ou consecutivas) e que transitam na sociedade civil e/ou em esferas governamentais.

A edição do FSM de 2005 foi estratégica para unir e criar diversos espaços juvenis, que hoje são referência quando falamos em movimentos sociais juvenis de destaque, como o Levante Popular da Juventude, o Movimento Passe Livre-Brasil, além da demarcação do lugar da juventude com a divulgação do documento final do Projeto Juventude, produzido pelo Instituto Cidadania por encomenda do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Após consulta nacional, esse documento demandava a criação de um espaço institucional “de juventude” em nível federal, o que veio a se concretizar em junho do mesmo ano, com a Lei n. 11.129/2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

O mesmo Fórum Social Mundial de 2005 foi cenário da plenária de fundação do Movimento Passe Livre (MPL) que, segundo o próprio movimento, tem como características ser autônomo, apartidário, horizontal e independente. Sua bandeira de luta é um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. Antes do MPL, tivemos experiências que exigiam a gratuidade e uma melhor qualidade do transporte público, com destaque para a “Revolta do Buzu”, que ocorreu em Salvador, em 2003, e a “Revolta da Catraca”, que aconteceu em Florianópolis, em 2004. O MPL se utiliza de um repertório que agrega e inova, com a utilização de: mídia independente; assembleias horizontais; aulas públicas; pressão em torno de projetos de lei; “ação direta” (ocupação de terminais de ônibus, bloqueios de vias urbanas, “catracaço”). Nascido em um contexto de movimento estudantil de ensino médio, o MPL não se caracteriza, somente, como “de juventude”, porém tem grande participação desse segmento.

Também durante essa edição do FSM, ocorreu o Encontro Nacional do Movimento Hip Hop, que reuniu jovens de diferentes cidades brasileiras, como parte de um importante processo de transformação do estigma de morar na periferia (o estigma do “endereço”) em um emblema gerador de arte, reconhecimento e compromisso social. A partir das ações protagonizadas durante o Fórum, passou a chamar a atenção dos grupos ali presentes a grave situação de violência vivida pela juventude negra nas periferias das cidades brasileiras, fazendo com que essa pauta se tornasse prioritária entre movimentos, redes e coletivos juvenis.

Sabemos que os bairros periféricos de regiões metropolitanas sempre foram vistos como bolsões de pobreza, onde as pessoas quase não tinham acesso às (poucas) políticas públicas existentes, com a ausência de equipamentos culturais e, em

contrapartida, com a proliferação da violência e violação de direitos de todas as ordens. Esses lugares são, geralmente, apropriados em torno de ideias negativas e depreciativas, todavia, os movimentos culturais, principalmente, passaram a dar um novo significado ao uso desse termo (periférico), caracterizando-o a partir da arte produzida nesses locais. À medida que sai da invisibilidade e se organiza, a periferia passa a ser um território reconhecido (interna e externamente) e a sua produção cultural se torna uma evidência de que os “periféricos”, vistos até então de forma negativa e pejorativa, são pessoas produtivas e criativas. Esse reconhecimento fortalece os laços de pertencimento ao território, além de gerar frentes coletivas de lutas.

Sobre isso, a tese da juventude com potencial rebelde suscitou vários debates no século XX. Em 1940, como já mencionado, Mannhein afirma a importância da juventude como segmento que é parte das reservas que se acham presentes em todas as sociedades e que podem ser acionadas e mobilizadas pelas estruturas sociais, que as direcionam para as transformações ou a manutenção da ordem. No mesmo caminho, Zanetti (2001) defende, por meio da análise da relação entre juventude e “atitude revolucionária”, que há na juventude uma potencialidade latente que pode ser direcionada a uma transformação estrutural e ainda acrescenta que essa relação significa uma disposição dos jovens para adotar a revolução como saída para os problemas políticos e sociais. É importante entender que tanto Mannhein como Zanetti tratam a juventude não como algo acabado, mas como sujeitos que são construídos historicamente (Silva, 2009), esse olhar sobre a juventude torna possível a aposta nas gerações mais jovens, ainda que ressaltemos que essa “aposta” não está dada, ou seja, não é algo que necessariamente vai acontecer.

Lenin e Trotsky, dirigentes soviéticos e marxistas reconhecidos, escreveram alguns apontamentos direcionados a juventude. Lenin, no texto “As tarefas da juventude revolucionária”, de 1903, afirma que não há um instinto revolucionário juvenil, justamente, por acreditar que a perspectiva revolucionária ou de transformação social não nasce nas pessoas, mas sim é fruto da consciência política e de uma clareza ideológica, que são desenvolvidas nas relações que as pessoas estabelecem umas com as outras. Ainda de acordo com Silva (2009), para Lenin, os jovens (naquele contexto, jovens e estudantes eram sinônimos) são parte da intelectualidade que mais conseguem captar e expressar o desenvolvimento daquilo que é de interesse das classes e dos agrupamentos políticos que constituem a sociedade.

Já Trotsky escreveu, em 1938, uma Carta à Juventude na qual reflete sobre a necessidade de se investigar fatores concretos para que se entenda a relação juventude-revolução. Para ele, um atributo básico da juventude socialista é a capacidade de entrega e sacrifício que faz a história se “mover para a frente”. Porém, ele faz uma ressalva de que apenas o sacrifício não é suficiente sem que se tenha uma consciência clara das leis do desenvolvimento histórico, isto é, para Trotsky, é necessário adquirir conhecimento teórico – proporcionaria a compreensão histórico materialista da sociedade – e experiência de vida e luta, ao mesmo tempo em que, deve-se buscar não dissipar o espírito lutador/revolucionário e a disposição de ir até o final. Como fazer isso? Trotsky fala que é a tarefa da educação e da autoeducação da juventude revolucionária e que a juventude não precisaria repetir velhas fórmulas, poderia partir delas para construir seu próprio perfil e lutar por seus próprios pontos de vista (Silva, 2009). Por fim, sobre a relação com o partido, Trotsky diz: "um partido revolucionário deve necessariamente basear-se na juventude. Inclusive, podemos dizer que o caráter revolucionário de um partido pode ser julgado pela sua capacidade de atrair para suas bandeiras a juventude da classe operária”.

Concordamos com os autores mencionados acima no que se refere às análises sobre a participação política da juventude e a possibilidade revolucionária que esse seguimento pode apresentar. Nesse sentido o que Silva (2009) aponta sobre o debate marxista acerca da juventude de que os papéis assumidos pelos jovens estão condicionados pela realidade e conjuntura de cada sociedade é exatamente o que avaliamos como uma análise precisa e que nos ajuda a entender a ação política dos movimentos sociais juvenis. Essa análise entra em contraste com as que naturalizam a rebeldia juvenil, pois tais reflexões demonstram que o comportamento juvenil está historicamente relacionado as mais diferentes contradições que vivenciamos, sejam elas: de classe, de gerações, de locais (territórios ou endereços), etc. Portanto, não é possível encarar a juventude em geral e nem os extratos mais jovens das classes como um todo homogêneo, como se fosse possível deduzir um comportamento político “inato” ou uma consciência de classe previamente definida. Essas conclusões são as mesmas que fazemos ao analisar a juventude e os movimentos juvenis hoje, são grupos marcados pela heterogeneidade e diversidade que exprimem a condição e situação na qual estão inseridos.

Pinheiro (2009) traz contribuições interessantes sobre a determinação da ação política da juventude. Afirma que a experiência individual de cada um seria a

mobilização mais imediata que poderia ou não ser canalizada ou ser identificada, logo em seguida, por/com um determinado movimento. Esse acúmulo que os movimentos carregam e que são oriundos de suas bases sociais, é fruto de um repertório de tradições culturais e atuações anteriores que possibilitam que os movimentos sempre se renovem, complexifiquem suas ações e repensem as formas de organização, além das bandeiras de luta e reivindicações de caráter atual.

Por fim, poderíamos dizer que as tendências latentes à revolta presentes no comportamento da juventude são consequência ou reflexo do conjunto de condições sociais, econômicas, culturais em que vivem os sujeitos e também produtos de experiências individuais e coletivas. Ou seja, não existe uma natureza interna revolucionária que faz com que o sujeito ao chegar na juventude se torne “rebelde”, o que existe são momentos históricos concretos e específicos, repletos de problemas e necessidades sociais reais que faz com que a juventude – e outros grupos, seguimentos – possa vir a desenvolver o seu potencial revolucionário (Silva, 2009).

### Capítulo 3: Método

Constatar o caráter histórico e social de todos os fenômenos sociais significa, por sua vez, fundamentar a possibilidade de uma transformação também radical do mundo (Ivo Tonet)

#### Considerações iniciais

É preciso descrever o desenho metodológico, isto é, o percurso de trabalho realizado uma vez que nos baseamos na perspectiva de uma produção de conhecimento que contribua para a transformação da realidade, em detrimento de um conhecimento produzido a serviço da manutenção do *status quo*.

Falamos em percurso na medida em que foram muitas idas e vindas até definir qual seria o foco do estudo e como poderíamos atingi-lo. Nesse sentido, é preciso situar o/a leitor/a que durante a escrita dessa tese, foram muitos os atravessamentos políticos e sociais vivenciados no país, como já tratado na introdução. Como marco desse momento histórico, podemos citar o processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff ou, para dar os devidos nomes, o processo de golpe jurídico, parlamentar e midiático que depôs a então presidenta e fez emergir o governo Michel Temer, um governo que desde o início deixou claro a que se dispunha e o que pretendia.

Após a decisão de propor uma reflexão e discussão sobre a ação política dos movimentos sociais de juventude e, em que medida tais ações poderiam contribuir para uma perspectiva de emancipação da juventude, optamos por realizar, no primeiro momento, entrevistas com representantes das coordenações de movimentos nacionais de juventude, **quais sejam**: Levante Popular da Juventude, Rua – juventude anticapitalista, Pastoral de Juventude (incluindo a Pastoral de Juventude do Meio Popular e a Pastoral de Juventude Rural) e o Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE). A escolha dos movimentos foi pautada na tentativa de abarcar certa representatividade (urbano, rural, juventude negra) de movimentos de juventude, assim como, priorizar os movimentos que são nacionalizados, que possuem ramificações em vários estados e que são conhecidos em todo o país. O segundo momento, consta de uma consulta aos documentos produzidos pelos movimentos, na qual se pretendeu complementar as

informações das entrevistas, quando e se necessário, assim como, produzir uma descrição dos mesmos - apresentada abaixo.

Não há como pensar a produção de conhecimento desvinculada de um ponto de vista ideológico, no qual os contextos histórico e social são levados em consideração, assim como os interesses sociais que estão em jogo. Esse ponto de vista ideológico pode ser tanto a partir da perspectiva hegemônica, como a partir de uma perspectiva contra-hegemônica - onde nos situamos. Dessa forma, fugimos da ideia de método na perspectiva gnosiológica - conjunto de regras e procedimento previamente escolhidos (Tonet, 2013) - e buscamos trabalhar com a ideia de uma construção do conhecimento que leve em consideração as determinações de um dado fenômeno, ou seja, entendemos que o conhecimento sobre algo necessita, ao mesmo tempo, do conhecimento desse “algo” (Yamamoto, 2016).

Por fim, esclarecemos que o presente trabalho se coloca ao lado dos milhares de jovens oriundos da classe trabalhadora ou das camadas populares, que são: negros, brancos, periféricos, vivos ou mortos, LGBT, de matriz africana, etc., e que compõem a diversidade da nossa juventude.

### **3.1 Breve descrição dos Movimentos Sociais de Juventude**

A seguir iremos apresentar um pouco da história de cada movimento e algumas informações que contextualizam a atuação dos mesmos para situar melhor o/a leitor/a.

#### ***Pastoral de Juventude<sup>11</sup>***

As informações sobre a PJ também foram retiradas do site do movimento, que apresenta informações atualizadas e várias sessões que nos permite conhecer melhor a história dessa Pastoral, seus objetivos, missão, prioridades, organização, estrutura e metodologia.

A história da Pastoral da Juventude começa pelos anos 70 ou, até antes, com a Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JOC, JUC), nos anos 60. Já no final da década de 1970 e no início dos anos 80 a Igreja vivia um período de grandes expectativas, pois existia uma indicação de se trabalhar pelos pobres e pelos jovens. Esta opção

<sup>11</sup> As informações podem ser acessadas no site: <http://www.pj.org.br/>



possibilitou ampliar o trabalho que vinha sendo desenvolvido com a juventude, para a construção de uma proposta mais orgânica.

Segundo as informações do site, as dioceses passaram a organizar a evangelização dos jovens em pequenos grupos (entre 12 a 25 jovens) e, para melhor acompanhar a organização e formação dos jovens, iniciou-se a articulação de encontros nacionais com o propósito de melhorar a comunicação e proporcionar o intercâmbio e a sistematização de experiências.

A PJ, no seu todo, foi valorizando e incluindo em sua caminhada novas experiências de trabalho com a juventude a partir de seu meio específico: juventude rural, juventude estudantil, juventude universitária e juventude dos meios populares – o que lhe foi exigindo uma nova forma de se articular e se organizar. Os encontros e assembleias eram considerados momentos ricos para refletir sobre o acompanhamento dos jovens para a vida em grupo. Posteriormente, a PJ passa a desenvolver novas reflexões e atividades, tais como: o processo de formação na fé, a metodologia de trabalho com jovens, o mundo do trabalho, a cultura, as políticas públicas de juventude, o planejamento da ação pastoral, entre outras.

A Pastoral da Juventude realizava seu planejamento e suas deliberações durante as Assembleias Nacionais da Pastoral da Juventude (ANPJ). A partir da 11ª ANPJ, contudo, surgiu a PJB (Pastoral da Juventude do Brasil), uma organização onde as quatro pastorais de juventude - PJ, PJR, PJE e PJMP - reivindicavam participação paritária. Essa situação gerou questionamentos para a PJ como tal e como resultado desse processo, a PJ resolveu criar um modelo de organização própria, sem deixar de pertencer ao todo. Em um dado momento, a PJ foi pressionada a se tornar uma pastoral específica e criar uma estrutura própria. Este período foi, também, de intensa produção de cartas, textos e materiais de estudo sobre a identidade (sigla), missão, especificidade.

Hoje a Pastoral de Juventude é bastante consolidada nacionalmente e se estrutura a partir dos grupos de base, coordenações de grupos, coordenações paroquiais, coordenação diocesana, coordenação regional e coordenação nacional. Os eixos prioritários de atuação são: formação, ação, articulação, espiritualidade e transversalidade.

### ***Pastoral de Juventude Rural***

A PJR elaborou um panfleto de divulgação com as principais informações sobre o que é o movimento, a missão e as atuais prioridades. Essa Pastoral surge em 1983, no nordeste e sul do país, como resposta ao preconceito sofrido pela juventude do meio rural (camponesa, quilombola, ribeirinha, indígena). O movimento é composto por jovens unidos pela causa da terra e tudo que a rodeia e que buscam evangelizar outros jovens nos valores da igreja católica. Os grupos de base funcionam como espaços de acolhimento, desenvolvimento pessoal, construção de cidadania, valorização e resgate da identidade camponesa, além de que é nos grupos de base que se trabalha a formação política.

A Pastoral de Juventude Rural tem como missão a formação política cristã e para tanto, elenca oito tarefas para atingir esse objetivo, quais sejam: conhecer as juventudes e seus contextos; realizar trabalho de base, visualizando o engajamento de mais jovens; ajudar na nucleação de grupos de jovens; contribuir na articulação entre grupos; contribuir na organização da PJR e formação de protagonistas; participar da comunidade e contribuir na renovação eclesial; engajar-se nas “esferas do reino” com vistas à transformação da sociedade e a construção de um projeto justo e solidário; e vivenciar os valores cristãos, especialmente, o serviço, a solidariedade e a partilha.

Atualmente, existem quatro prioridades, são elas: se tornar visível aos jovens do campo, nesse sentido, a segunda prioridade é atuar (de forma permanente) no nordeste, uma vez em que é nessa região que se encontra metade da população jovem rural; a terceira prioridade é a aposta na construção de Grupos de Produção e Resistência (GPR), como forma de contribuir para a permanência dos/as jovens no campo, na luta contra o agronegócio e pela implantação da agroecologia; por último, contribuir na construção de uma pauta unitária entre as várias forças que existem no campo, visando existir dignamente nesses territórios.

## ***Pastoral de Juventude do Meio Popular***

No site <sup>12</sup> da PJMP, é possível encontrar uma variedade de informações atualizadas que contam um pouco da história desse movimento, assim como, fornecem elementos sobre a atuação, metodologia, organização e estrutura do mesmo. A título de informação, iremos descrever como se deu a formação desse coletivo e apresentar alguns elementos que a caracterizam como uma Pastoral do Meio Popular. O primeiro encontro aconteceu em julho de 1979, em Olinda - PE, como um encontro de animadores jovens e adultos do meio popular e contou com a participação de 19 dioceses do Brasil. Como resultado foram elencadas algumas prioridades que vão desde a criação de uma coordenação de responsabilidade dos próprios jovens até a preocupação com a utilização de uma pedagogia libertadora, na sua atuação. Esse encontro dá o pontapé para a organização dessa Pastoral, que passa a organizar outros encontros e assembleias ao longo dos anos, assim como, escolas de formação e congressos.

A experiência de alguns anos fazendo pastoral juvenil levou os jovens a sentirem necessidade de levar em conta o meio social na própria organização, uma vez que se percebeu que os jovens de cada meio social têm interesses e anseios específicos. Também os jovens do meio popular têm condicionamentos, problemas e aspirações muito características de sua realidade social. A PJMP é uma articulação pastoral de jovens cristãos da classe explorada: estudantes, operários, comerciários, motoristas, empregados e desempregados. Esses grupos organizados se reconhecem como um setor da Pastoral da Igreja, como membros da classe oprimida e, como tentativa de ser fermento de evangelização, conscientização e ação no meio dos jovens, tendo para isso objetivos, metodologia e organização próprios.

A PJMP se considera uma forma dos jovens empobrecidos da cidade e do campo serem Igreja e, ao mesmo tempo, se engajarem nos organismos intermediários para contribuir com a transformação da sociedade à luz do projeto libertador de Jesus Cristo, na fidelidade à classe oprimida. Os objetivos dessa Pastoral são: levar os jovens do meio popular, da cidade e do campo, a assumirem um compromisso de transformação da sociedade, a partir de sua classe e animados pela fé em Jesus Cristo; ser um espaço de formação e reflexão da vida e da prática dos jovens do meio popular, a

<sup>12</sup>

Para mais informações, consultar o site: <http://www.pjmp.org/>

partir do meio em que vivem ou atuam (escola, trabalho, bairro, sindicato, partido político, etc); e desenvolver uma espiritualidade que liberte, descobrindo e revelando o rosto de Jesus Cristo presente na história e na vida. Além dos objetivos, os/as jovens que constroem a PJMP partem de uma perspectiva de educação a partir da ação, que consiste em retirar lições positivas e negativas do que se realiza visando levar o grupo a um crescimento qualitativo. Por fim, a estrutura é parecida com as outras pastorais, a PJMP possui grupos de base, coordenações diocesanas, coordenações regionais e uma coordenação nacional.

### ***Levante Popular da Juventude***

O Levante produziu uma cartilha para a I Escola de Formação Emerson Pacheco, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 2016. O objetivo do material era, justamente, apresentar o movimento e fornecer elementos que ajudassem a refletir sobre a importância da formação política. Nesse sentido, o segundo tópico desse material trata, justamente, do “quem somos” - nesse ponto, o movimento deixa claro que é resultado de um processo de acúmulo de outros movimentos, sendo herdeiro de uma diversidade de experiências da esquerda.

De acordo com o conteúdo da cartilha, fazer parte do Levante, significa construir uma organização de jovens militantes com o objetivo de preparar outros/as jovens para as lutas em busca da transformação da realidade brasileira. Também nessa cartilha é apresentada uma linha do tempo em que consta os antecedentes de formação do movimento, o período da nacionalização e as influências que serviram de inspiração para a construção do coletivo. Nesse sentido, a Via Campesina<sup>13</sup> teve um papel importantíssimo, foi a partir desse grande movimento que se percebeu a necessidade da formação de uma nova geração de militantes. Portanto, nos anos 2000, os movimentos que compunham a Via buscaram fortalecer processos organizativos internos, já com esse olhar para a juventude. Em 2005, a Consulta Popular, que é considerada um instrumento de referência para diversos quadros que compõem a Via, define em assembleia a necessidade de organizar a juventude da classe trabalhadora e, em especial,

<sup>13</sup> Para mais informações, acessar o site: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>

os jovens da periferia urbana, visualizando que a juventude das grandes periferias urbanas é imprescindível para a luta.

Os primeiros laboratórios de organização dessa juventude surge na periferia de Porto Alegre e, em 2006, já se tem a construção do acampamento de fundação do movimento. Esse acampamento reuniu, em torno de 700 jovens, de todo o estado do RS, eram jovens dos movimentos ligados a Via, da base do movimento de trabalhadores desempregados e outros que foram frutos do processo de mobilização nas periferias e universidade. Nesse momento, as três frentes de atuação – territorial, camponesa e estudantil – já estavam presentes. Como resolução do acampamento, define-se, como prioritárias, as seguintes bandeiras: educação, trabalho, cultura e lazer. O período seguinte foi de mais acúmulo e de tocar as decisões que surgiram. O acampamento nacional, aconteceu em 2012, também no RS e contou com cerca de 1300 jovens, de 15 estados brasileiros. É nesse momento que se firma o Levante como organização nacional, se constrói uma carta compromisso e se consolida a primeira instância do Levante, que é a coordenação nacional. Posteriormente, a estrutura do Levante vai apresentar: as células (grupos de base), secretárias operativas, coletivos (comunicação, formação, agitação, finanças e agitação e propaganda), coordenações estaduais e municipais e setoriais (mulheres, diversidade sexual e gênero, negras/negros).

Por fim, são apontadas três grandes influências que determinaram a configuração do movimento, são elas: a Via Campesina/Consulta Popular, as Pastorais de Juventude e o intercâmbio com movimentos populares da América Latina. A Via e a Consulta contribuíram no sentido de fornecer a linha política a partir da defesa do projeto democrático popular, fazendo com que o Levante assumisse a identidade de ser e fazer parte de um projeto popular; já as experiências das PJs serviram para inspirar metodologias de trabalho, com exceção do elemento religioso, os demais elementos relacionados à afetividade e vida coletiva foram os legados incorporados pelo Levante. Por último, o intercâmbio com os coletivos populares da AL possibilitou incorporar vários elementos identitários dessa cultura política, como os batuques, as músicas, performances, etc.

### ***Fórum Nacional de Juventude Negra***

O documento base para entender o processo de formação do Fórum Nacional de Juventude Negra foi o relatório <sup>14</sup> do Encontro Nacional de Juventude Negra (ENEJUNE), que aconteceu na Bahia, em 2007. Esse documento traz as propostas aprovadas no encontro e também apresenta o Fórum, que foi pensado em paralelo a esse momento e se concretizou durante o encontro. O ENEJUNE reuniu cerca de 700 jovens de todas as regiões do país. A efetivação de um Fórum Nacional de Juventude Negra, procurou articular e promover uma maior participação política e social do (a)s jovens negros (as) de todo o país. O FONAJUNE foi criado para implementar e coordenar as ações apontadas pelos resultados do ENJUNE e contribuir no novo panorama social no contexto étnico/racial. Este Fórum pauta-se numa perspectiva afrocentrada, aglutinando sobre diferentes realidades e perspectivas consensos importantes como o combate ao extermínio da juventude negra e a defesa das reparações e ações afirmativas.

O Fórum, inicialmente, foi composto por jovens negros (as) e sem vínculos religiosos. A iniciativa visou manter uma articulação permanente entre os (as) jovens negros e negras, garantindo a autonomia das articulações estaduais com iniciativas regionais. De modo geral, o FONAJUNE consiste em um espaço de diálogo e aglutinação de grupos, movimentos, organizações e articulações de juventude negra, e demais jovens negros (as) interessados na organização e articulação nacional desta juventude, com perspectivas de ação e intervenção social. O Fórum assumirá um papel ativo e propositivo, visando uma atuação que respeite as diferenças e especificidades, fomentando a inclusão de jovens das periferias e comunidades socialmente excluídas dos processos de participação social, procurando consolidar este espaço como rede de informação e referências, na identificação dos desafios dos grupos (as) negros (as) juvenis e na construção de diretrizes voltadas às políticas públicas e às proposições para o plano de ação da juventude negra.

De acordo com o relatório, a iniciativa de criação do Fórum irá possibilitar o amadurecimento de ideias e argumentos, a geração de conhecimentos, o estímulo à participação cidadã, protagonismo e o empoderamento juvenil negro. O Fórum Nacional

<sup>14</sup> O relatório pode ser acessado pelo link: [http://www.institutobuzios.org.br/documentos/I%20ENJUNE\\_RESOLU%C3%87%C3%95ES.pdf](http://www.institutobuzios.org.br/documentos/I%20ENJUNE_RESOLU%C3%87%C3%95ES.pdf)

de Juventude Negra previu também a consolidação de Fóruns Estaduais, para firmar-se como uma articulação nacional, procurando garantir uma intervenção qualificada em relação aos temas e demandas relacionados à população negra e jovem. Desse processo, saíram resoluções e um regimento para operacionalização da atuação da coordenação do ENEJUNE e do FONAJUNE.

### ***Rua – juventude anticapitalista***<sup>15</sup>

As informações sobre a construção do Rua foram retiradas da resolução construída após o primeiro acampamento, assim como, do site do movimento, que também apresenta informações atualizadas e elementos que nos ajudam a entender um pouco da história de surgimento do Rua. Esse movimento nasce em janeiro de 2014, oficialmente, no I Acampamento das Juventudes Anticapitalistas, realizado em Niterói/RJ, e que reuniu jovens de 21 estados do país.

O I Acampamento reuniu mais de 800 jovens e foi uma iniciativa dos coletivos nacionais “Rompendo Amarras”, Levante e outros coletivos locais. O Rua foi criado em sintonia com o espírito de indignação das jornadas de junho de 2013 no Brasil; do Occupy nos EUA; da Primavera Árabe no norte da África e no Oriente Médio; e dos Indignados na Europa e na América Latina, para questionar o atual modelo de desenvolvimento e de sociedade. Desde 2014, o movimento atua em diversos territórios, com o objetivo de organizar a juventude brasileira em suas lutas anticapitalistas! As Frentes de intervenção política e que constituem o Rua, são: – movimento estudantil universitário e secundarista; antiproibicionista; feminista; LGBT; negros e negras; cultura; moradia; meio ambiente e etc.. Tais Frentes visam acumular forças para o processo de transformação da sociedade e superação do capitalismo.

Segundo as informações do manifesto, a perspectiva anticapitalista está presente porque o movimento se recusa a aceitar uma existência que só satisfaz as necessidades de um pequeno grupo, nesse sentido, a luta é pela eliminação de todas as formas de exploração existentes. Além disso, o movimento fala que o capitalismo refuncionaliza todas as formas de opressões específicas, como, por exemplo, as de gênero, raça e orientação sexual, de forma a utilizá-las para aumentar ainda mais o ganho de poucos empresários. Para os/as integrantes do Rua, a defesa do anticapitalismo só é possível se

<sup>15</sup>

Para mais informações, acessar o site: <https://www.movimentorua.org/>

a sociedade adotar uma prática que - passando por atitudes cotidianas e chegando até a defesa de pautas e bandeiras - combata em cada momento e espaço todas formas de opressões existentes.

Dessa forma, é apontado que o coletivo surge da necessidade de dar consequência prática a luta. Os/as jovens que constroem o Rua falam que só através da construção de espaços e experiências comuns, onde possa existir um intercâmbio entre as diferentes frentes, poderá existir uma ferramenta capaz de, simultaneamente, analisar e transformar a realidade. Pretende-se, portanto, oferecer uma alternativa organizativa a todos aqueles que queiram construir conosco um novo projeto de sociedade, projeto esse que só pode ser concretizado através da construção de uma pauta anticapitalista e libertária. O Rua se declara como aqueles que querem construir uma outra civilização, a partir da contestação da base da sociedade e do movimento de ir a raiz do problema, para assim, promover uma radical transformação social e das condições de vida da juventude. Para tanto, além das Frentes, o Rua possui três setoriais: feminista, negritude e LGBT, assim como vários projetos espalhados pelo país.

### **3.3 Momentos da pesquisa**

#### **Momento 1: entrevistas semiestruturadas**

Procedemos a realização do contato com membros dos movimentos sociais de juventude, citados anteriormente, que residem em Natal/RN; feito o contato, solicitamos que eles/as indicassem representantes da coordenação nacional do movimento do qual fazem parte para a realização das entrevistas. A partir do roteiro (Apêndice 1) construído, buscamos informações sobre os seguintes aspectos: histórico do movimento, estrutura, membros, pautas/bandeiras, metas, objetivos, relação do movimento com a sociedade e com o Estado e a perspectiva de transformação da realidade. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Cabe ressaltar que tomamos os cuidados éticos necessários, isto é, explicamos a cada participante do que se tratava a pesquisa e quais os objetivos, assim como, explicamos que as/os mesmas/os não seriam identificados e que nos comprometíamos a dar um retorno sobre os achados da pesquisa, ao concluir a mesma. Também nos colocamos a disposição para contribuir em algum momento formativo previsto pelos movimentos, caso os mesmos achassem que poderia ser interessante e, por fim, propusemos a assinatura do Termo de



Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE [Apêndice 2]), que continha mais informações sobre o estudo e o meu contato pessoal. Ao todo foram realizadas 8 entrevistas, com oito jovens – acima dos 18 anos – sendo 7 mulheres e 1 homem.

*Tabela 1: organização das entrevistas*

Movimento	Instrumento
Rua (SP)	Skype
Rua (RJ)	WhatsApp
Levante (RJ)	Presencial
PJ (RN)	Presencial
PJMP (RN)	Presencial
PJR (RN)	WhatsApp
FONAJUNE (AM)	Email
Levante RN	Presencial

Utilizamos diferentes estratégias para a consecução desse momento, como mostrado, em alguns casos conseguimos realizar a entrevista presencialmente (Levante, Pastoral da Juventude – do meio popular e rural), em outros realizamos via WhatsApp e Skype (Rua) e em um caso enviamos o roteiro de entrevista por email e a representante do FONAJUNE respondeu e encaminhou de volta, conferimos as respostas e pedimos para que alguns pontos fossem melhor explicitados, o que foi feito pela participante.

A opção pela realização das entrevistas semiestruturadas está em consonância com pesquisas de caráter qualitativo, principalmente, as ciências humanas e sociais, no entanto, é preciso ressaltar que em virtude da conjuntura política do país e das especificidades do campo, algumas adaptações foram necessárias – a realização via Skype e WhatsApp e o envio do roteiro por email – para o sucesso desse momento. Avaliando o retorno obtido, acreditamos que não tivemos muitas perdas, uma vez que estávamos em constante contato com os/as entrevistados/as e era possível tirar dúvidas ou esclarecer algo que não tenha ficado explícito, mesmo no caso do roteiro de entrevista que foi enviado por email, porque temos o contato, via WhatsApp, da participante.

## Momento 2: consulta aos documentos dos movimentos

A consulta aos documentos foi realizada com o intuito de buscar neles informações que queríamos aprofundar ou que os próprios entrevistados diziam que poderiam ser úteis, tais como: resoluções, manifestos, relatórios, análises de conjuntura, textos para formação militante. Além disso, utilizamos alguns desses materiais para proceder a descrição dos movimentos, a qual nos referimos acima.

Esses documentos são fontes de informações bastante interessantes, por alguns aspectos: estão acessíveis (seja virtualmente, seja impressos) o que possibilita o seu registro como fonte de dados; são oriundos de uma decisão coletiva ou consensual sobre o seu conteúdo (mesmo que tratem de assuntos/temas diversos há, necessariamente, um acordo de que aquele conteúdo representa a ideia do coletivo); compõem o acervo de materiais dos movimentos/coletivos; sintetizam ideias e/ou análises relevantes naquele determinado período; etc. Por todas essas questões resolvemos utilizá-los como fonte complementar de informações.

*Tabela 2: Documentos complementares*

<b>Movimento</b>	<b>Documentos</b>
<b>Rua</b>	Análise de conjuntura – 2016; Resoluções do acampamento de fundação; Manifesto político
<b>Levante</b>	Cartilha de textos da 1ª Escola de Formação Emerson Pacheco quem somos; 1º Caderno de debates – preparatório para o II acampamento nacional do Levante
<b>PJ</b>	Quem somos? (histórico, organização, grupos de base) Documentos do Encontro Nacional da PJ (metodologias, textos)
<b>PJMP</b>	Quem somos? (histórico, identidade do movimento, organização, militantes, objetivos e desafios);
<b>PJR</b>	Pautas da PJR em 2016; Quem somos? (histórico, identidade do movimento, grupos, metodologia, missão, articulações); Principais valores.

### 3.1 A respeito da análise dos dados

Os dados da pesquisa serão analisados à luz da perspectiva marxiana e marxista, perspectiva teórico-metodológica desta investigação, sobretudo no que se refere à discussão sobre Estado, participação, ação política e emancipação.

Para a consecução da análise dos dados, utilizamos os eixos temáticos presentes no roteiro de entrevistas e, em seguida, depuramos e os destrinchamos em códigos de análise. Dessa forma, após a leitura das entrevistas transcritas, obtivemos ao final: quatro (4) eixos temáticos e vinte (20) códigos a eles associados. A organização de todo esse material ocorreu por meio do QDA Miner, que é um software de análise qualitativa que ajuda, justamente, a sistematizar as informações oriundas da coleta de dados.

Por fim, após a análise buscamos responder as questões e objetivos da presente tese, na perspectiva de fazer avançar o conhecimento acerca dos movimentos sociais de juventude brasileiros, suas contribuições para a emancipação da juventude e a própria transformação da realidade social.

## Capítulo 4: Apresentação e discussão dos resultados

**“pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro”<sup>16</sup>**

Os resultados que serão apresentados a seguir demonstram a trajetória traçada nesse estudo, isto é, não se trata de uma reflexão e discussão apartadas da realidade social, pelo contrário, a ideia aqui é trazer elementos para compreender essa mesma realidade em suas múltiplas dimensões, mas especificamente, naquilo que diz respeito à ação política da juventude, a partir da atuação dos movimentos sociais juvenis, tendo como horizonte a emancipação desse próprio grupo. Vimos que o cenário social, econômico e político brasileiro pode ser considerado instável ou em situação de crise, o que, por um lado, oportuniza o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais e coletivos e, por outro, torna difícil realizar uma leitura de um cenário que pode – e muda – a todo instante.

É preciso ressaltar que os movimentos que são trazidos nesse estudo possuem características diferentes: existem os que se identificam como movimento social de juventude, os que se dizem um grupo de jovens da igreja e um coletivo de jovens que é um Fórum. Optamos por considerar e denominar todos de **movimentos** por se tratarem de coletivos que são construídos e autogeridos por jovens e são organizados para responder às demandas e necessidades da própria juventude, em primeiro lugar. Guardamos as especificidades de características, mas entendemos que caberia utilizar esse termo pois, assim como reflete Gohn (2011), todos aqueles agrupamentos de pessoas organizadas em prol da reivindicação de suas demandas e que possuem, nas suas ações, um caráter sociopolítico pode ser considerado movimento social.

Dessa forma, como já mencionado, os dados foram coletados a partir de entrevistas realizadas com representantes das coordenações nacionais dos movimentos sociais de juventude e, quando necessário, as mesmas foram complementadas com informações provenientes de documentos produzidos pelos movimentos ou que estavam presentes nos sites dos mesmos. A análise dos dados e, em seguida, a apresentação dos resultados foi pensada a partir dos eixos do roteiro de entrevista, que serviram de

<sup>16</sup> Esses versos são utilizados por vários coletivos e movimentos sociais em atos de rua e manifestações para chamar a atenção sobre o poder da coletividade, da construção coletiva, da união de perspectivas e lutas, além de ser uma forma de incentivar e animar as pessoas.

subsídio inicial para codificar – atribuir uma referência a partes específicas do texto transcrito – e, posteriormente, interpretar esses mesmos códigos. Por exemplo, o eixo relativo ao “histórico do movimento”, teve três códigos associados, são eles: surgimento, contato inicial com o movimento, identidade do movimento; o eixo “Estrutura do movimento” teve nove códigos – pautas ou bandeiras, organização, estratégias e metodologias, formação, material ou documento, representatividade, dificuldades, ações ou atividades e financiamento; o eixo “MSJ, Estado e Sociedade” teve 5 códigos, quais sejam: MSJ e Estado, avaliação de políticas públicas, participação, análise de conjuntura, articulações; por fim, o eixo “MSJ e transformação da realidade” apresenta três códigos: papel da juventude, finalidade do movimento e possibilidade de transformação da realidade. Fazemos a ressalva de que esses códigos só surgiram após a leitura das entrevistas transcritas. A Tabela 3 apresenta os eixos temáticos, os códigos a eles associados e uma breve descrição dos mesmos.

*Tabela 3: Apresentação dos eixos de análise*

<b>Eixos</b>	<b>Códigos</b>	<b>Descrição</b>
<b>Histórico do movimento</b>	Surgimento	Descreve como e quando o movimento surge e, em alguns casos, como estava a conjuntura social e política do país.
	Contato inicial	Descreve quando a/o jovem entrou no movimento e algumas outras informações sobre o contexto de vida do/a militante e/ou relação do contexto de vida com o movimento.
	Identidade	Apresenta o que o movimento significa para a sociedade ou na vida da/o jovem entrevistada/o, assim como, características gerais do movimento que o caracteriza e demarca uma identidade.
<b>Estrutura</b>	Pautas ou Bandeiras	Refere-se às pautas, bandeiras, demandas e reivindicações consideradas prioritárias, no momento, contendo informações relacionadas à forma como surgiram ou foram construídas.
	Organização	Refere-se à organização geral do movimento, que compreende a divisão em: células, núcleos, grupos de base, frentes,

		coordenações, setoriais, coletivos. Além de discorrer sobre a função, configuração e delimitação de cada uma dessas divisões.
	Estratégias e Metodologias	Diz respeito às ferramentas e instrumentos que os movimentos utilizam para atingir suas finalidades e objetivos, assim como as estratégias e metodologias adotadas para atrair e mobilizar mais jovens.
	Formação	Diz respeito aos momentos formativos que os movimentos organizam, podendo indicar se as mesmas acontecem de forma contínua ou se são esporádicas, assim como, informações mais gerais sobre o processo formativo dos/as militantes.
	Material ou documento	Esse código se refere à produção de materiais e conteúdo dos movimentos, tanto os de cunho formativo, quanto o que apresentam as pautas/bandeiras, demandas e reivindicações dos mesmos.
	Representatividade	Esse código se refere às informações sobre quem são os jovens que constroem o movimento, distribuição nacional, foco de atuação, entre outras.
	Dificuldades	O código diz respeito às dificuldades traz elementos sobre o processo de nacionalização e dificuldades gerais do próprio cotidiano de ação/atuação.
	Ações ou atividades	Esse código apresenta as ações ou atividades que o movimento desenvolve como prática política, de forma contínua ou pontual.
	Financiamento <sup>17</sup>	Esse código diz respeito à forma como o movimento se sustenta financeiramente.
<b>MSJ, Estado e Sociedade</b>	MSJ e Estado	Apresenta como a categoria Estado é entendida pelos movimentos sociais e quais as relações que são estabelecidas entre governo e movimentos.
	Avaliação das PPJ	Apresenta a avaliação que os movimentos

<sup>17</sup> O código de financiamento só apareceu na entrevista com o Levante, ainda assim, consideramos ser importante trazê-lo uma vez que o mesmo traz reflexões relevantes sobre o “impacto” da gestão dos recursos no próprio cotidiano de atividades e ações dos movimentos.

		fazem da implantação, oferta e execução de políticas públicas de juventude.
	Participação	Esse código traz a avaliação dos movimentos acerca da participação política da juventude (militante ou não) nos espaços público tradicionais e/ou outros espaços de participação não convencional.
	Análise de conjuntura	Apresenta a análise de conjuntura social, econômica e política do país realizada coletivamente pelos movimentos, que também traduz a leitura dos mesmos sobre a conquista e perda de direitos.
	Articulações	Esse código se refere às articulações políticas que os movimentos estabelecem com outros movimentos, frentes, etc.
<b>MSJ e transformação da realidade</b>	Papel da juventude	Esse código apresenta uma análise do papel e importância da juventude (militante ou não) diante da atual conjuntura.
	Finalidade	Esse código diz da finalidade de existência ou permanência dos movimentos e traz a reflexão sobre as expectativas dos mesmos.
	Possibilidade de transformação	Esse código traz a reflexão sobre as possibilidades de transformação da realidade social em articulação com a atuação dos movimentos.

Apresentamos abaixo as análises que foram realizadas a partir da transcrição e codificação de oito entrevistas semiestruturadas com os/as representantes das coordenações nacionais dos movimentos sociais de juventude.

#### **4.1 Eixo 1: Histórico do movimento**

A história dos movimentos sociais comprova que não é de hoje que as sociedades se organizam e produzem agrupamentos de pessoas que se juntam em prol de alguma causa ou luta, seja por falta de trabalho, de terra, de acessos aos direitos básicos, por reconhecimento, melhores salários ou por qualquer outro tema considerado importante do ponto de vista da necessidade de um grupo de pessoas. A partir do momento que esse agrupamento passa a agir politicamente, possui uma determinada

linha de atuação e se identificar com uma causa, é possível pensar que ali está se formando um coletivo ou movimento social.

A juventude, no Brasil, até a segunda metade do século passado, tinha como principal militância a atuação no movimento estudantil, como espaço prioritário de construção coletiva, com algumas exceções, como a inserção em movimentos sociais mais amplos e sindicatos. Com o passar dos anos, a complexificação das relações sociais, as crises econômicas, as mudanças no mundo do trabalho e a superação de ditaduras e, consequente, reabertura política, uma série de demandas e necessidades da juventude são postas na agenda do governo, assim como a situação de vulnerabilidade desse grupo é exposta para toda a sociedade, principalmente, no que se refere aos dados de homicídios juvenis. O cenário econômico, social e político passou a apresentar uma diversidade de novos atores preocupados não só com os rumos do país, mas também em dar visibilidade as próprias demandas, muito influenciados por uma conjuntura local e internacional de lutas e enfrentamentos aos Estados.

Dessa forma, é por volta dos anos 2000 que as diversas juventudes passam a ser alvo e foco da ação do Estado, por meio da construção de um aparato jurídico-legal e político que garantiu um maior investimento em políticas públicas de juventude, assim como a criação de instâncias que indicavam que, naquele momento, existia uma preocupação com o desenvolvimento dos/as jovens brasileiros. É preciso esclarecer que acreditamos que esse processo é dialético, ou seja, fruto de um movimento de pressão dos coletivos e movimentos de juventude e de direitos humanos, assim como, do entendimento (por parte do governo) de que era preciso fazer algo que impedisse que o cenário de vulnerabilidade piorasse, além da pressão internacional diante dos números crescentes de violência e homicídios.

Nas entrevistas realizadas, quando solicitamos informações sobre o surgimento dos movimentos, pudemos perceber que, com exceção das Pastorais, os movimentos sociais de juventude entrevistados surgiram após os anos 2000 – após a consolidação do cenário apresentado acima –, e passaram a ter expressão e reconhecimento nacional por volta de 2010, com grande destaque para o ano de 2013 devido às jornadas de junho. A seguir, apresentamos alguns trechos que relatam o *surgimento* dos movimentos pesquisados:

O Levante surge em, mais ou menos 2005, 2006, meados aí desses dois anos, é... Por uma iniciativa de movimentos sociais como o MST, uma parcela da juventude rural, o MTD – que é o Movimento dos Trabalhadores por Direitos –,



e muito em torno daquelas atividades que esse campo político já construía de encontros com a juventude do campo, mas também cada vez mais envolvendo a juventude da cidade, inclusive alguns encontros foram significativos, chamados encontro da juventude campo-cidade, que eram iniciativas de construir uma pauta com a juventude que movesse o jovem do campo e o jovem da cidade. Os movimentos mais consolidados que atuavam no campo também, entendendo um pouco a necessidade de tá com o jovem da cidade, especialmente os jovens das periferias. Isso vai ficar no Rio Grande do Sul (RS) até 2011/2012, que em 2011 já tem alguns focos, Minas foi um foco importante. Então, esse grupo que vinha construindo o movimento, essas iniciativas pontuais ou iniciativas articuladas, mas sem essa identidade comum Brasil a fora, então resolvem, em conjunto com todo o processo do RS, nacionalizar essa experiência comum de trabalho com a juventude, então foi um pouco daí que o Levante surge enquanto movimento social [...]. Foi nacionalizado em 2012. No dia 2 de fevereiro, o encontro foi no dia 2 de fevereiro. Foi até o dia 5. E aí participaram 18 estados. As regiões que menos teve gente foi Norte, com um estado (Pará) e a região Centro-Oeste, que não foi nenhum estado. Então foi mais Nordeste (Levante)

O FONAJUNE surgiu em 2007, depois do primeiro encontro nacional de juventude negra na Bahia, em Lauro de Freitas. Foi através do primeiro ENJUNE que passou a se dar prioridade máxima ao alto índice de mortalidade da juventude negra no Brasil, e onde passou a se pensar pelo governo federal em ações de combate a esse extermínio sistêmico da juventude negra (FONAJUNE)

Nacionalmente, ela surgiu em 1983, antes ela era PJMPR (Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural), mas por não atender às especificidades do jovem rural, acabou se tornando a PJR (Pastoral de Juventude Rural), ela surgiu no Rio Grande do Sul (RS) e aqui em Pernambuco (PE) quase ao mesmo tempo. Enquanto estadual, é a partir dessa história que eu posso contar, porque assim, encontro poucas referências da PJR aqui no estado, alguns que participam da PJMP diz que participou de alguns encontros da PJR, mas até agora não vi muita coisa pra dizer que tinha uma história da PJR enquanto estado, aqui sempre foi muito forte a PJMP (PJR)

A Pastoral da Juventude foi pensada num momento em que o Brasil vivia uma situação bem crítica, que era na época da ditadura militar, que foi na década de 70 (...) Apesar da Igreja historicamente estar aliada sempre à estrutura dominante, né? Que nós sabemos disso. Mas, existiam algumas alas dentro da Igreja Católica que eram subversivas mesmo, né? Que estavam ligadas também a questão que no Brasil era muito forte naquela época que era o comunismo, o socialismo, enfim. Nós surgimos porque os bispos do Brasil disseram que queriam uma organização da juventude que pensasse também esse lado social/político e que estivesse engajado nas lutas sociais. Então, a PJ surge aí (...) A gente surgiu aí, né? 43 anos. Esse ano faz 44 anos. Nós celebramos os nossos 40 anos com um processo bem bonito. Assim, de rememorar toda essa construção bonita, né? (PJ)

Em 9 de julho de 1978, em um primeiro momento que houve uma reunião, né, em Recife, Olinda. Foi por padre Sabino Gentili, que trouxe aí com um grupo de jovens naquela época e conseguiu articular e levar a PJMP para alguns espaços da igreja, e até pra fora da igreja mesmo, com o processo de organização de juventude. A gente nasce do berço das comunidades eclesiais de base, então nessa perspectiva mais de formação e de evangelização da juventude empobrecida. Foi muito nesse objetivo de evangelizar e de denunciar as dificuldades que a juventude sofria e que sofre ainda hoje, né? (PJMP)

O Rua foi um coletivo que nasceu de uma fusão entre coletivos que já existiam, particularmente, o “Rompendo Amarras” e o “Levante”, que eram coletivos nacionais de movimento estudantil, mas com a participação também de outros coletivos locais e militantes antiproibicionistas, feministas, do movimento negro, LGBT, enfim. Essa fusão foi construída a partir de uma leitura comum do que significou junho de 2013, na medida em que a gente entendeu que havia uma indignação subterrânea muito grande, em particular, na juventude em relação ao governo, ao regime, ao sistema e que muitas vezes se transformava em uma negação da política e que por isso partindo do princípio que só a luta organizada é que de fato tem capacidade de construir as fissuras necessárias e transformar radicalmente o sistema, a gente entendeu que era preciso juntar lutadores e coletivos que tinham leituras comuns sobre qual deve ser o tipo de organização, qual o programa político, quais os métodos que devem ser construídos no

movimento, dessa síntese nasceu o Rua. A ideia do Rua era construir uma organização que fosse permeável as diferentes pautas de luta e ao diálogo com diferentes vanguardas que se colocavam em luta na juventude [...]. Então, a ideia era tentar pegar todas essas pautas que tem a ver com o contexto brasileiro e como a gente articula todas essas juventudes no mesmo espaço com essa característica antissistêmica. O Rua surge nesses marcos: ser uma ferramenta ampla de juventude, que conseguisse dialogar com todas as formas de resistência que a juventude se traduz, então, com a galera que faz festival de rima no bairro, com a galera que se organiza no movimento feminista, com a galera do movimento da negritude, com os movimentos antiproibicionistas, com a marcha da maconha, né? Que também faz um questionamento antissistêmico muito interessante. Naquela época inclusive com muita atuação da galera das torcidas organizadas, que também faziam o debate de que o esporte também é cultura e tava acontecendo aquele processo também pré-copa dos estádios ficarem mais caros, enfim... Foi uma série de lutas que dialogam muito com o contexto brasileiro, também com a pauta do meio ambiente, relação com os indígenas, os camponeses, etc. o Rua surge para ocupar esse espaço da política que é uma esquerda que rechaça as velhas práticas, que rechaça os velhos acordões e um pouco a capitulação pela qual o PT passou, mas com alternativa, com proposição (Rua)

Nos relatos apresentados, a conjuntura social e política do Brasil aparecem com destaque, podendo indicar que existe um momento em que as pessoas estão mais dispostas a se engajar e a participar de algo coletivo. É como se em dado momento da história não se posicionar, assumir uma luta ou se auto-organizar parecesse absurdo. Outro ponto interessante é o que os/as entrevistados/as refletem sobre a “necessidade” da construção de algo que seja de/para juventude pelos próprios jovens, seja como uma estratégia de ser uma ferramenta, uma alternativa ou algo que venha a somar forças com outros grupos.

Ao indagar sobre o *contato inicial* com o movimento de que faz parte, o que chama a atenção é que muitas aproximações ocorrem pelo caráter afetivo, no primeiro momento, ou de identificação – um amigo convidou ou viu em algum lugar e gostou da proposta. Tais noções podem ser observadas nas falas abaixo:

Eu lembro que eu conheci o Levante de nome, enquanto um movimento social que existe, num estágio de vivência. Então, num estágio de vivência, a gente tinha um debate sobre educação popular e quem fez o debate de educação popular foi um companheiro do Levante do RS, então quando ele veio trazer o debate da educação popular ele trouxe a experiência de trabalho popular com jovens das periferias do RS. Então, em alguma medida, eu também conheci o Levante fruto desse processo dos estágios de vivência, embora a experiência do Levante só conheci quando fui ao RS na oportunidade de um acampamento estadual, em 2011 (Levante)

Eu entrei no grupo por que eu achei bacana. Eram jovens que depois da missa se encontravam para discutir várias coisas. E eu sabia que lá eles conversavam sobre vários temas. E como eu sempre fui muito curiosa, assim, a discutir temas, sobre tudo da realidade, então eu vi que lá era um lugar legal. Então, eu me identifiquei com o local e comecei a participar do grupo de jovens, né? Que é a primeira instância da nossa organização e, prá nós, é a mais importante, porque o grupo de jovens é o centro da ação da pastoral da juventude (PJ)

Laércio era o secretário nacional da PJR, né? No final de 2011. Aí ele passou em vários assentamentos aqui do estado procurando jovens que estavam nas igrejas, que eram referência dentro da igreja católica enquanto grupo de jovens, então indicaram meu nome aqui e ele foi lá na Escola [...] me convidar pra ir a um encontro da PJR (PJR).

Identificamos, pelas falas, que os/as militantes entrevistados/as estão a, pelo menos, três anos construindo o movimento e que as formas de inserção nos mesmos variam. A inserção e posterior permanência pode indicar que, além da identificação com o movimento, há outros elementos que contribuem para que isso ocorra, como aponta a literatura, tais como: relações afetivas e a necessidade de transformar determinada realidade ou contexto.

Do ponto de vista da *identidade do movimento*, é possível perceber a importância da identificação como movimento de juventude, entendendo, inclusive a dimensão e a diversidade que é a juventude e que ela representa. Essa identidade é construída ao mesmo tempo em que o movimento se constrói, refletindo aspectos da própria vida dos militantes. Outro aspecto que precisa ser mencionado é no que se refere à historicidade, ou seja, ser capaz de entender que o que vivemos é fruto de uma

processualidade histórica na qual os homens/mulheres atuam e fazem essa mesma história se movimentar. Por isso, é interessante quando as falas trazem o aspecto da construção, da história e os relacionam com as pautas e bandeiras prioritárias que, em última instância, têm relação com o modelo de sociabilidade posto. Abaixo elencamos alguns trechos das entrevistas que falam sobre os pontos mencionados:

O Levante é um movimento que tá em construção, assim... é um movimento muito recente, né? É um movimento que, do ponto de vista nacional, tem 4 anos. As suas formulações, a sua organização é algo... O seu modelo orgânico, as suas formulações é algo que tá sendo experimentado, né? É algo que a gente tá construindo a partir do que nós temos de referência, mas daquilo que nós temos de impacto na realidade, né? [...] A gente fala enquanto movimento, enquanto movimento popular e movimento de juventude, né? Porque nos colocar enquanto movimento social é um processo, nos colocar enquanto movimento social de juventude, que não fragmenta a juventude, embora a gente saiba que ela tem toda uma diversidade, mas, construir um movimento de juventude nessa perspectiva mais unitária, enquanto que o movimento tem um caráter popular, porque nós não queremos ser um movimento de qualquer juventude, queremos ser um movimento que se afirma a partir da construção de projeto popular para o Brasil e que então se posiciona de uma forma específica, né? Então, com um horizonte estratégico muito claro na transformação social, né? Então, isso é extremamente desafiante e são elementos fundamentais para compreender o que é o Levante hoje, as possibilidades que o Levante tem no futuro e a gente não costuma se identificar como sigla, então não use em seu trabalho a sigla LPJ [...]. A gente tem uma forte tendência de resgatar a historicidade do que tem hoje para a juventude. A juventude é mais imediatista, então vamos reconstruir a nossa história, saber o que tá sendo pautado hoje pelo governo que tem, pela forma que tá tem uma história anterior (Levante)

Por mais que você saia da PJPM, a PJMP vai estar sempre presente em sua vida, porque você vai estar sempre lembrando do que você viveu e do quanto foi importante esse processo de construção de vida para dar outros passos, né? (PJMP)

Acho que o que dá sentido para o Rua é a necessidade de ser anticapitalista, é o anticapitalismo. E o que é esse anticapitalismo pra nós? É porque a gente entende que a gente tem uma sociedade que [sei lá] eram 64 famílias no último estudo da FORBS detém a mesma quantidade de riqueza do que metade da população mais pobre do mundo... Isso é uma contradição que ela fundamenta todas as outras (Rua).

É por que a nossa forma de lidar com o sagrado e a partir da realidade, então não dá pra falar de um Deus distante, mas de um Deus que está aqui e que nos impulsiona a transformar a realidade, então não tem como, por exemplo, falar sobre a vida de Jesus sem falar da militância dele, por exemplo, então uma coisa está interligada a outra (PJ).

É preciso entender em qual conjuntura e de que forma os movimentos sociais de juventude surgem no cenário do país para, posteriormente, entender as ações políticas que eles desenvolvem e em que medida essas ações são reflexo de uma leitura da realidade e dos princípios do próprio movimento, ou seja, perceber a coerência entre fala-ação-intervenção. Para além disso, a história não deve ser secundarizada, a forma como esses grupos se apresentam na sociedade, as demandas que eles trazem, as tarefas que assumem devem ser analisadas a partir desse resgate. Paralelo a esse entendimento, a forma como os/as entrevistados/as relatam o contato inicial também demonstra o investimento político e afetivo que existe nas atividades e que são capazes de gerar identificação e possibilitar que aquele/a jovem passe a ser um/a militante, alguém engajado e totalmente identificado/a com as lutas e bandeiras.

#### **4.1.1 Passado, presente e futuro em diálogo**

Corroborando o nosso pensamento, Gohn (2011) vai dizer que os movimentos sociais estão presentes em toda a história da humanidade, uma vez que eles podem ser entendidos como um agrupamento de pessoas que, ao realizar ações em conjunto, fazem avançar o conhecimento. Como mencionado, optamos por identificar os coletivos de jovens pesquisados como movimentos sociais de juventude, por entender que o que os une e os objetivos que possuem os tornam uma coletividade com o propósito de transformar a realidade (a própria e, de forma mais ampla, da sociedade).

Conhecendo melhor a história dos movimentos sociais de juventude, concordamos também com Castro (2008), quando afirma que o momento em que os movimentos emergem tem relação com o engajamento das pessoas em torno de questões em que há um público comum/bem público ou em que há um mal comum/público a superar. Ou seja, as pessoas se organizam em torno de algo a ser superado ou em torno de algo que envolve o bem comum de todos.

A leitura sobre a necessidade de criação de movimentos próprios da juventude também tem relação com a condição da juventude brasileira e os diagnósticos que foram produzidos, apontando, principalmente, a vulnerabilidade econômica e social desse grupo. Podemos citar como exemplo, a criação do FONAJUNE, que nasce com o objetivo muito definido de enfrentamento da situação de letalidade da juventude negra, uma demanda que foi identificada de números crescentes em relatórios e estudos e que serviu para mostrar problemáticas que não eram discutidas na sociedade, como a questão do racismo, principalmente, o racismo institucional.

Ainda sobre o surgimento dos movimentos entrevistados é interessante perceber que as Pastorais são os coletivos de juventude – aqui estudados – mais antigos, o que pode ser reflexo da presença de grupos da igreja na periferia (urbana e rural) que, por sua vez, contribuiu para que a situação de pobreza e vulnerabilidade fosse mais facilmente identificada e percebida por esses grupos. Já na história de surgimento do Levante, vimos que a perspectiva de criar um movimento próprio de juventude – tanto do campo quanto do meio urbano –, surge do acúmulo que os grupos da Via Campesina produziram, em um dado período histórico, como sinalizado no trecho acima.

Outro ponto que refletimos é que diante da atual conjuntura nacional e internacional, a proliferação de movimentos, redes e frentes de enfrentamento ao ordenamento político e social têm dado nova dinâmica à perspectiva de participação social dos grupos. Muito desses movimentos são compostos por jovens ou contam com a atuação da juventude, de forma articulada, o que propicia alargar a forma convencional de participação e ação política, gerando processos outros, como a ocupação de espaços públicos que, ainda que não seja algo novo, ganha outros contornos.

Com relação ao contato inicial, como ressalta Castro (2008), é importante analisar o que leva os/as jovens brasileiros/as a se engajarem na construção de determinado coletivo ou movimento e, a partir disso, entender como essa participação

tem influências na forma como ele/a se reconhece e se implica na sociedade. De acordo com Klandermans (2002):

Todos os ativistas tiveram um ponto em suas vidas quando adentraram em um movimento. Para alguns, esse foi o resultado lógico de um processo de socialização por eles experimentado; para outros, foi uma questão de conversão. Independente de como tenha sido seu ingresso nos movimentos, as pessoas tendem a desenvolver neles uma carreira (p. 127)

Klandermans (2002) ressalta que independentemente do tipo de inserção que o/a militante teve no movimento, a tendência é que ele/a passe a atuar por longos períodos no mesmo movimento, mas em geral, em outros. Complementando o raciocínio o autor fala que a participação não é algo que surge do nada na vida de uma pessoa, ela faz dos processos de socialização vivenciados pelos indivíduos, desde que estejam aptos biograficamente e disponíveis mentalmente para se inserir em algo que esteja de acordo com o que acreditam.

Castro (2008) chama atenção para o fato de que os sentimentos de pertencimento e responsabilização são aspectos subjetivos relevantes para que um indivíduo se sinta e se perceba como membro de uma sociedade. Nesse sentido, a forma como o movimento se apresenta à sociedade, defende suas pautas/bandeiras e se articula com grupos e coletivos acaba sendo uma parte importante da atuação dos mesmos, porque são nesses momentos que eles se tornam visíveis e reconhecidos socialmente.

Castro (2008) ainda destaca os conflitos que surgem na vida pessoal em virtude do investimento na militância, o qual eles/as não querem abdicar. A eleição da construção e participação no movimento como prioridade, por um lado, faz ressaltar o sentimento de contribuição social, reforçando o sentimento de pertencimento e, por outro, gera um efeito de “aprendizado para a vida”, tanto social como pessoal.

Por fim, tendemos a consideramos que os movimentos sociais aqui referidos poderiam ser considerados classistas – ou seja, apresentam um recorte de classe social – uma vez que são constituídos majoritariamente por jovens das classes populares e articulam suas ações e estratégias políticas com a perspectiva de transformação da realidade, indicando que a manutenção do *status quo* não os interessa e algo precisa ser feito no sentido de modificar as estruturas que contribuem para essa manutenção. Nesse sentido, concordamos com o posicionamento de Pinheiro (2010) ao destacar que o que vai dar legitimidade a essa “classificação” é a crítica produzida a partir do lugar social que a sua base ocupa na dinâmica da produção, assim como, a proximidade entre as



demandas sustentadas pelos movimentos e as orientações teórico-ideológicas que lhes dão sustentação. Pinheiro (2010) assim como Gohn (2011) sustenta a noção de que os movimentos sociais espelham a realidade, surgindo e se proliferando em virtude da insatisfação, indignação e descontentamento com determinada ordem.

#### **4.2 Eixo 2 - Estrutura do movimento**

No eixo de estrutura do movimento, os códigos construídos foram divididos em dois sub eixos, quais sejam: 1. conformação geral do movimento, que engloba: organização; pautas ou bandeiras; representatividade; financiamento; e dificuldades e 2. aspectos teórico-práticos, que dizem respeito às: ações/atividades; estratégias e metodologias; materiais ou documentos; e formação.

Pensar a estrutura, a linha dorsal do movimento, é importante na medida em que estão presentes elementos da perspectiva teórico-metodológica e aspectos da prática e atuação, de forma conectada, conformando a práxis social de cada movimento. Nesse sentido, acreditamos que uma atuação bem sucedida, capaz de atingir os objetivos postos e gerar algum processo de transformação envolve, necessariamente, a articulação entre esses dois elementos.

##### **1. Conformação geral do movimento**

Como já dito, *a organização do movimento* é o que garante a forma como ele vai se apresentar a sociedade, vai pensar sua atuação na mesma e construir seus processos internos. Nesse sentido, consideramos que a organização engloba o modo como os coletivos e movimentos sociais de juventude se articulam em núcleos, setoriais e/ou células, em termos local, regional e nacional. A representante do Rua aponta a organização da própria vida e cotidiano a partir do engajamento militante, ou seja, a perspectiva de estar organizada leva a reformulações em várias esferas da vida dos sujeitos: *“a ideia do movimento, de você se organizar é justamente passar a pensar sua vida e as suas resistências em coletivo, né? E aí acho que o movimento tem muitas funções, seja fazer as formações [...]seja ter um núcleo para você se organizar, pra você poder debater onde vai intervir na realidade”*.

Um movimento social, a princípio, pressupõe a ideia de horizontalidade entre seus membros, autogestão financeira, fortalecimento das bases, entre outros pontos; no

entanto, as formas de atingir tais resultados podem variar a depender de fatores regionais/territoriais, características dos seus membros e finalidade de existência. As falas abaixo dão a dimensão de como os movimentos se organizam local e nacionalmente:

Os nossos acampamentos nacionais acontecem de dois em dois anos [...] os estados também tendem a se organizar com acampamentos de dois em dois anos [...]. No primeiro acampamento a gente sai com o lema "Juventude que ousa lutar constrói o poder popular", nesse intuito de nacionalizar essa experiência, construir essa identidade comum de um movimento social de juventude, essa ideia de juventude que ousa lutar, de construir um projeto popular para o Brasil, né? No segundo acampamento a gente saiu com o lema "Ousar lutar, organizando a juventude pro projeto popular", porque a gente tinha uma necessidade muito grande de consolidar o Levante enquanto movimento social nacional (Levante)

Nesse primeiro trecho, o Levante apresenta uma forma de funcionamento que é a realização de acampamentos nacionais e regionais com o objetivo de construir uma identidade comum. Os lemas apresentados dão a dimensão das conquistas que foram alcançadas e dos desafios que estão postos. Já nos trechos seguintes, há mais informações sobre cada um dos espaços que conformam o Levante: células, coordenações, secretaria operativa, coletivos e setoriais, como pode ser visualizado:

Nossos espaços prioritários é a construção das células, que são grupos pequenos que tem esse intuito de multiplicação mesmo, de fazer um trabalho de base nos territórios que atuam [...] Nos municípios eles também constroem uma coordenação municipal, né? Alguns municípios têm coordenação municipal, outros não. Alguns têm apenas uma secretaria operativa, que não é um espaço que ele é representativo dessas células, ele é dividido a partir de tarefas, então, por exemplo, tarefa de finanças, de comunicação, tarefa de formação política, tarefa de agitação e propaganda e essas é um grupo mais reduzido de pessoas que é quem faz essa comunicação com o conjunto das células e faz essa ponte com a dinâmica do movimento no estado, a nível nacional, e com os trabalhos locais que estão sendo construídos. Então, nós temos as células, as secretarias operativas naqueles municípios mais consolidados, a gente tem uma coordenação municipal mais ampla, as coordenações municipais costumam ser compostas por representação das células, né? E a gente tem também setores no

Levante e coletivos, que não são instâncias de decisões, mas são espaços de aprofundamento de debates, são espaços de formulação, são espaços de encaminhamento de algumas tarefas, então a gente tem coletivo de finanças, coletivo de comunicação, coletivo de agitação e propaganda, coletivo de formação, e nós temos setor de mulheres, setor de diversidade sexual e de gênero e setor de negros e negras [...] Esses setores são espaços de aprofundamento de organização e de acúmulo sobre essas pautas [...] E os coletivos são grupos menores que são pessoas mais dedicadas a ter tarefas específicas [...] Isso acontece a nível estadual, aí a nível estadual também temos coordenações estaduais, que em geral são compostas por militantes das cidades de cada estado. E, a nível nacional, nós temos uma coordenação nacional, que ela é composta por três pessoas de cada estado, essas três pessoas de cada estado elas são indicadas a partir das frentes de atuação, que o Levante tem três frentes de atuação prioritária: no campo, nos territórios e nas universidades. [...] Cada estado vai indicar três pessoas observando a paridade de gênero e observando a indicação dessas frentes, né? Dessa coordenação nacional a gente tira uma coordenação executiva. [...] A gente tem um tripé organizativo. Nosso tripé organizativo é formação, organização e luta. Agitação e propaganda recorta isso tudo (Levante)

Em uma primeira aproximação, pode parecer que há muitas instâncias dentro de um mesmo movimento o que pode criar uma “estrutura engessada”, como é mencionado por uma das representações entrevistadas. No entanto, é preciso refletir que o Levante já passou por momentos de repensar sua estrutura ou linha dorsal e fazer os ajustes que, naqueles momentos, foram considerados necessários, como pode ser observado:

Por mais que pareça ter uma estrutura engessada porque tem uma coordenação nacional, assim vertical, mas ela começa da base, são as células. [...] Tem os coletivos né? Que são quatro: comunicação, agito e propaganda, informação e comunicação [...] Então, pra gente se não tiver célula não tem nem coordenação [...] A principal tarefa da célula é o trabalho de base. De cada célula a gente tira um coordenador. Ai debaixo da coordenação municipal tem uma instância menorzinha que ela se reúne semanalmente, que é um operativo. Ai ela tem cinco pessoas. Essa operativa é como se fosse... é um grupo de direção, mas que ela ajusta o que a municipal tirou como um acordo coletivo. (Levante)

Já o FONAJUNE apresenta uma organização com menos instâncias, talvez pelo fato de ser um Fórum com uma estrutura mais desenhada. De toda forma, é possível perceber que a atuação é diferente, ainda que os objetivos e finalidade do movimento possam ser parecidos com os dos demais aqui analisados:

[...] A nível nacional o FONAJUNE tem 4 coordenações temáticas, elas são: LGBT, Quilombola, de matriz africana e de deficientes físicos. [...] São 2 coordenadores estaduais na coordenação nacional, a coordenação nacional é composta pelos coordenadores de cada estado que tem o fórum. Cada fórum tem total autonomia pra decidir quanto a periodicidade das reuniões.

A PJ vai funcionar de acordo com a organização para grupos que a igreja determina, isto é, primeiro é necessário que naquele local/comunidade exista uma igreja de referência para que os grupos possam ser criados. A partir disso, tem-se:

A nossa organização ela acontece a partir de pequenos grupos, né? Como é uma organização eclesial, ou seja, então, ela acontece nas comunidades em que tem uma igreja instituída. [...] A nossa organicidade ela se dá: o grupo de jovens, que seria em círculo, as coordenações do grupo, as coordenações paroquiais, diocesanas, regionais e a coordenação nacional. Então, perceba que as coordenações estão como uma estrutura para ajudar o grupo de jovens a sobreviver. [...] O nosso objetivo é fomentar materiais, debates, para que esses grupos respirem a identidade da PJ. [...] Toda a nossa ação é focada se o grupo está sendo esse lugar de felicidade, que é o termo que a gente usa, e que está construindo uma nova sociedade. A civilização do amor, que é o termo que a gente utiliza pra dizer dessa nova sociedade que a gente quer construir.

Como pode ser observado na fala acima, existe uma grande preocupação com os grupos de jovens e toda a estrutura subsequente parece ser organizada para fazer esses grupos funcionarem. Abaixo, a representação da PJ discrimina como esta Pastoral se encontra espalhada pelo país:

E a gente se divide em nível de Brasil, por 18 regionais. A gente segue o que a CNBB institui. [...] Por exemplo, aqui no nordeste nós temos 5 regionais. O nordeste 1, que é o Ceará; O nordeste 2, que pega Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. O nordeste 3, que é Bahia e Sergipe; o nordeste 4, que é Piauí. O nordeste 5, que é o Maranhão.

A mesma ideia de organização é seguida pela Pastoral do Meio Popular, na perspectiva de divisão das funções e regionalização dos grupos. Nesse sentido, após os

grupos de base, são formadas comissões (paroquial, diocesana, regional e nacional), que vão garantir a continuidade da linha política apontada pela base. A fala da representação da PJMP ajuda a esclarecer melhor como esse movimento está organizado:

Como a gente tem um processo de organização de base, diocese, regional e nacional, comecei a conhecer um pouco mais da diocese, né? A gente tem uma forma de organização que é um representante por estado. Acredito que a gente tá em 12, presente em 12 estados articulados, e tem mais uns 3 que estão em processo de articulação e que tem contatos, e que estamos tentando rearticular. De instâncias é: coordenação do grupo de jovens, a base, depois da base, quando tem muito mais de um grupo numa paróquia, aí a base tenta organizar uma comissão paroquial, que é pra dar andamento nos processos, daí a comissão diocesana, aqui no nordeste dois é o único nordeste que é organizado por regional, que a gente, por mais que tenha representante do estado, a gente não realiza atividades estaduais, a gente realiza atividades regionais, aí tem uma comissão regional de jovens e uma comissão nacional de jovens (PJMP)

A PJR se diferencia um pouco das outras Pastorais, uma vez que possui algumas especificidades, em virtude de ser uma juventude do campo, com demandas que podem ser respondidas de formas outras. Um exemplo disso é a criação dos grupos de produção e resistência, que é construído pelos/as jovens da PJR com objetivo de gerar renda e se organizar no meio rural. No mais, a perspectiva de grupos de base, seguidos de coordenações, permanece:

Uma das nossas atividades práticas e que tá dando certo são esses grupos de produção e resistência (GPR), que a gente fez essa rede GPR Brasil [...]. Então, a gente tem 3 grupos de jovens na comunidade, o primeiro se chama o “grupo de base”, que é onde os jovens se reúnem pra discutir a realidade da comunidade, discutir o evangelho, mas de uma forma mais libertadora, com relação de “práxis”, que é a questão do ver, agir e ver, que é a questão da prática [...]. Temos esses grupos de produção de resistência, que é quando o jovem já tá mais avançado nesse grupo de base e resolve produzir para ser uma forma de renda e alternativa para eles se organizarem no campo. Tem o terceiro grupo que é de vivência, que são os jovens que saíram do campo/zona rural e foram para a cidade, mas geralmente para estudar. Então eles se reúnem mesmo estando na cidade, se unem e se reúnem enquanto PJR e também quando terminarem seus estudos e se formarem, eles voltarem a atuar no campo. Tem a coordenação dos

grupos de base que é um jovem homem e uma mulher; coordenação municipal, que é onde se reúne todos os grupos de base, aí tiram um homem e uma mulher [...] tem uma coordenação estadual e dentro dessa estadual, tem uma regional [...]. Temos equipes também: de formação, comunidade, finanças, produção, diversidade e gênero – que é nova na PJR, de assessoria. As equipes são só estaduais e dentro dessas equipes estaduais vai uma pessoa para a nacional (PJR)

Por fim, o Rua é um dos movimentos mais recentes de aglutinação de jovens, com expressão nacional. Essa recenticidade faz com que alguns ajustes ainda estejam acontecendo - como pode ser visto nas falas das representantes -, no entanto, a perspectiva do movimento está revendo sua estrutura é coerente e indica que eles/as estão atentos aos desafios para consolidar o coletivo. Atualmente, o movimento se organiza em Frentes (inicialmente eram 10 – estas Frentes seriam revistas no segundo acampamento, realizado em 2017):

A gente estrutura o movimento por frentes de atuação, então quando a gente fundou o Rua ele tinha: frente de movimento estudantil universitária, estudantil secundarista, antiproibicionista, frente de mulheres, frente de negritude, frente LGBT, frente das torcidas organizadas, frente do campo, meio ambiente e frente de cultura e favela. [...]. Mas acho que o objetivo de tentar juntar todas essas pautas dos movimentos específicos com uma vértebra mais anticapitalista, porque a gente sabe também que muitos desses movimentos hoje eles, por exemplo, o movimento de combate as opressões eles também são disputados por uma lógica liberal, tipo um feminismo liberal, um movimento LGBT que não necessariamente seja anticapitalista e a gente acha que esse encontro anticapitalista com todas essas frentes de movimentos é crucial para a nossa perspectiva de classe, né? Porque é isso, a gente tem um lado nessa história... Na luta de classes tem dois lados, e o Rua escolhe e constrói o lado dos oprimidos e dos explorados [...] Atualmente todas as frentes existem, mas a gente agora no segundo acampamento nacional [abril/2017]do Rua vai passar por um processo de reformulação da nossa estrutura organizativa interna (RUA).

Nossa ideia era construir essas 10 frentes, sendo que 3 delas são setoriais auto-organizadas, isso significa que cada uma dessas frentes teria uma coordenação nacional com representação dos estados todos, e coordenações estaduais, mais núcleos de base ou grupos de trabalho em cada local, mais coordenações

municipais aonde houver necessidade, mais coordenações estaduais aonde houver necessidade [...] Só que a gente foi percebendo de 2014 até aqui que esse espírito de fundação era importantíssimo, mas que a nossa capacidade de concretizar todas essas instâncias, manter todas elas em funcionamento é bastante difícil. Então, nem todos os locais, por exemplo, tem relação política com torcidas organizadas ou tem uma militância na área da saúde pública, nas frentes de defesa do SUS mais específica. Então, cada estado nosso, a partir da sua realidade, vê quais são as frentes que têm condição de fato de manter funcionando, o que eu posso dizer é que em todas as regiões do país existem núcleos de base territoriais, ou seja, numa universidade que tem muita gente, ou núcleos por curso ou numa escola ou num bairro (RUA)

O Rua também apresentou uma estrutura parecida com os demais movimentos, para além das Frentes, existem núcleos, setoriais e coordenações, como descrito: “*O Rua tem seus núcleos, setoriais, enfim, espaços onde todo militante se organiza e organiza a vida dele [...] nós temos uma coordenação geral [...]. Aí também os estados que tem vários municípios, a gente tem coordenações estaduais e coordenações das frentes e a gente faz as plenárias do Rua também*”. Por fim, o movimento ainda menciona a questão da paridade de gênero e uma determinada porcentagem de participação de negras/os e LGBTQs. A pluralidade da juventude fica assim representada no Rua:

Por ser um coletivo nacional, a nossa ideia é que todas essas frentes pudessem ter uma coordenação nacional com representação de todos os estados e buscando em cada uma compatibilizar um critério que responde ao nosso entendimento estratégico do combate as opressões que é: paridade de gênero em todas as nossas instâncias, que é a participação de negros e negras e LGBTQ, sendo que negros e negras a gente tem avançado ao longo do tempo na discussão e nossa última instância nacional eleita pela base, ela teve o critério de 40% mais 1 de negros e negras dentro da instância. Esses percentuais, com exceção de mulheres que é muito consolidado, a gente tá ainda amadurecendo como vai se dá, mas de toda forma, o Rua existe em 20 estados.

Como já mencionado, em várias falas fica evidente a importância da existência dos grupos de base, podendo aparentar que é o trabalho de formação das bases que justificava a vida e organicidade do movimento. Nesse sentido, é como se as instâncias fossem pensadas para garantir a existência da base e fornecer todo o suporte necessário



para que o grupo se desenvolva, entendendo que é a existência desses grupos que faz o movimento ter sentido prático e apresentar uma práxis social contextualizada com a realidade. Na fala da PJMP essa questão é bastante ressaltada: *A base faz esse trabalho meio que de organização [...]. A base é o que alimenta, porque se não existisse a base não existia as outras instâncias, então a base é quem é o alicerce da PJMP, diríamos assim.*

Com relação às **pautas ou bandeiras**, vimos que, de modo geral, os movimentos possuem bandeiras que se articulam com a conjuntura política, social e econômica do país, assim como, a formação social. Com exceção do FONAJUNE e da PJR, que apresentam pautas mais direcionadas, de acordo com o que identificam de demandas da juventude que constrói estes movimentos, o que faz sentido se pensarmos que são movimentos que aglutinam jovens com uma identidade mais definida. Nas falas abaixo é possível perceber essas especificidades e contextos:

A bandeira principal do FONAJUNE é pela vida da juventude negra brasileira, essa pauta surgiu devido ao alto índice de mortalidade da juventude negra por arma de fogo, mas também educação, a pauta quilombola também é uma pauta do FONAJUNE, pela vida das mulheres negras, pessoas negras com deficiência, articular politicamente a juventude negra (FONAJUNE).

Contra o agronegócio, a saída do jovem do campo é que é uma das bandeiras de luta principal da PJR... [dar] alternativas para que o jovem fique no campo com dignidade. Os jovens ainda continuam saindo muito do campo, porque não tem condições de ficar, não tem dignidade. Desde a renda – que é o trabalho – ao lazer, toda a forma que o jovem não encontra pra ficar e continuar no campo. Então, a PJR luta para que isso não aconteça né? Ao contrário, para que o jovem fique no campo, mas fique com dignidade, com renda, trabalho, formação em agroecologia, com lazer, com comunicação (é muito ruim no campo) – celular, internet [...]. As pautas são combate ao agronegócio, acesso a terra e garantia de território, acesso a trabalho e renda, educação do campo e no campo, melhoria de qualidade de vida no campo (PJR).

Já o Levante, PJ, PJMP e RUA, apresentam pautas e bandeiras mais gerais, mantendo a relação com a conjuntura social e política do país. De acordo com os representantes, o Levante é um movimento que aglutina uma juventude diversa, tanto de contextos urbanos quanto rurais, de classe média e das camadas populares, brancos e



negros, e com níveis de escolaridade os mais variados. Nesse sentido, construir um projeto que dê conta de toda essa diversidade e de um conjunto imenso de reivindicações só seria possível ampliando o olhar e pensando que todas as demandas da juventude possuem como pano de fundo a estrutura social brasileira, muito alicerçada na cultura machista e patriarcal, além de extremamente racista, LGBTfóbica e centrada no individualismo. Parece que a percepção de como a sociedade se organiza e como as relações sociais são estabelecidas, ajuda a pensar um projeto de movimento que vá além das próprias demandas e reivindique uma sociedade capaz de contemplar a todas e todos. O trecho abaixo é bastante extenso, no entanto, traz muitos elementos para que possamos refletir sobre a articulação entre as lutas e a conjuntura do país:

Cada acampamento a gente faz uma **carta compromisso**, e a carta compromisso ela sintetiza um pouco a nossa leitura sobre aquele momento e os nossos compromissos enquanto juventude, o que a gente se compromete com o povo Brasileiro, com a juventude Brasileira, qual que é o nosso projeto pra essa juventude, o que é que a gente luta e tal. Nesse último período nós tivemos um esforço de construir o que a gente tá chamando de programa popular pra juventude, que é um programa que sintetiza o que a gente acredita que são os anseios da juventude Brasileira, que representa o que a juventude Brasileira precisa lutar, né, pra construir uma vida justa, pra romper coma desigualdade, pra acumular pra um projeto mais amplo. A gente tem como prioridades: lutar pelo fim do extermínio da juventude negra, [...] Um segundo eixo é a luta pela universalização da educação, né? [...] Outro pilar fundamental desse programa é o direito a cidade [...] Um outro aspecto é o direito a cultura, também fundamental, né? Resgatar as experiências de cultura popular, valorizar as experiências de cultura da juventude [...]. Outro aspecto fundamental é a terra, a juventude precisa também ter acesso a terra, a juventude precisa ter o direito de permanecer no campo [...]. Precisamos também construir uma sociedade, que ela pense que o jovem ele tem uma diversidade muito grande, isso implica reconhecer que essa juventude ela é marcada pelo racismo, pelo patriarcado, pelo heterossexismo, então a gente precisa construir um programa pra juventude que também combata a LGBTfobia, o machismo e o racismo nas suas outras dimensões que não só o extermínio da juventude negra, mas combater o racismo nas suas múltiplas dimensões, entendendo que o racismo, o patriarcado, o heterossexismo, eles são vinculados, e numa sociedade de classe, inclusive, faz

com que perpetue essas desigualdades de classe, né? [...] Ah, e trabalho! Trabalho digno pra juventude, acesso ao trabalho, acesso ao mercado de trabalho, direitos trabalhistas [...]. A gente tem se colocado a partir desses grandes eixos em algumas lutas que foram fundamentais no período, vou destacar algumas delas: a primeira é a luta de resistência ao golpe [...]. A resistência ao golpe, a luta pela democratização dos meios de comunicação, que é algo que o Levante vem tocando muito associado, quando começou, a luta pela memória verdade e justiça, que culminou nos nossos escrachos, a luta pela instauração da comissão nacional da verdade, isso muito associado também a questão democratização da comunicação, acho que é impensável pra realidade Brasileira [...]. A bandeira da reforma política é uma bandeira que abre possibilidades pra uma série de outras bandeiras, né? (Levante)

Nesse sentido, como pode ser visto na fala acima e complementado na fala abaixo, o Levante não possui uma bandeira ou pauta principal, uma vez que todos os elementos e temas citados se articulam com a perspectiva de uma luta maior, tendo como atores os/as jovens. Pelo que podemos observar a prioridade é sempre organizar a juventude para contribuir na disputa de um projeto de sociedade:

O Levante é um movimento que não tem uma pauta principal. Tem um segmento principal, que é a juventude. Então, a gente constrói as pautas diante da conjuntura, né? A gente meio que corre atrás da conjuntura pra colocar pra juventude uma alternativa de luta, de organização. Hoje a principal pauta que a gente coloca como bandeira de proposição política é a constituinte, pela reforma política. [...] Então Memória, Verdade e Justiça é uma pauta que a gente vai sempre atrelar as lutas do Levante.

Com relação à PJ, as prioridades são eleitas nacionalmente, a partir do que é avaliado que, naquele período, se mostra como algo mais urgente para a juventude e a sociedade, em geral. As intervenções nas pautas eleitas são pensadas a partir de quatro eixos, como mencionado abaixo:

Nós trabalhamos com prioridades. Nós delimitamos 4 prioridades dentre os eixos que nós já atuamos, que é: "ação, formação, espiritualidade e articulação". Então, são 4 eixos e a gente criou 4 prioridades, uma para cada eixo. O que surgiu muito forte com o grito da ampliada foi a questão da juventude encarcerada. E a outra pauta foi a das mulheres. Nós trabalhávamos com uma campanha, que era a campanha contra a violência e o extermínio dos jovens. Que

era uma campanha das 4 PJs, mas que em 2015 teve fim e as PJs ficaram de 'se organizarem' para ver agora qual é o próximo passo a partir daí. [...] Nós, da Pastoral da Juventude, optamos 'em' focar nessa dimensão e continuar tratando da violência, dessa vez com um recorte para as mulheres, né? A violência contra a Mulher entrou como prioridade transversal, que seria a grande prioridade. Então, todas as nossas ações, sejam elas quais forem elas vão ser voltadas para as vidas das mulheres. (PJ)

A fala abaixo exemplifica como as bandeiras de lutas são articuladas com a conjuntura e com as bandeiras de outros movimentos sociais de massa e que, em alguma medida, têm relação com as expressões da “questão social”. Nesse sentido, há abrangência de situações e contextos:

Nós temos as nossas bandeiras de luta. Uma delas é pela Redemocratização da Mídia, a Desmilitarização da Polícia Militar, a questão da Reforma Política. Então, as pautas que atingem diretamente... A Reforma do Ensino Médio, tentar contrapor a PEC... Enfim, todos esses assuntos que são, assim, pauta dos movimentos sociais, a gente tem como bandeira de luta, né? A demarcação das terras indígenas, enfim, todas essas pautas elas são 'pra' nós, prioridades. Estão sempre presentes nos nossos debates. Outra coisa também que apareceu muito forte, o suicídio, AIDS, drogadição. Apareceram muitos... Muitas expressões da questão social que eles vivem no grupo (PJ).

A mesma lógica e pensamento é apresentada pela PJMP, no que se refere à perspectiva de atuar e eleger como prioridades aquilo que está em maior destaque na conjuntura, como é dito pela representante do movimento:[...] *uma das principais pautas é sempre a conjuntura. Tem várias bandeiras de luta que a gente acaba abraçando, como o movimento negro, como as lutas indígenas, LGBTs, têm várias assim. Agente é diluído na conjuntura, na pauta da conjuntura atualmente [...]*.

Já o Rua, construiu as suas pautas e bandeiras relacionadas às Frentes que foram criadas na constituição do movimento; no entanto, é possível identificar que não são prioridades rígidas, pelo contrário, há uma conexão com a conjuntura social e política do país também, o que faz um *link* com o momento em que o movimento foi criado: [...] *A proposta do Rua, hoje a gente avalia como uma proposta bastante ousada inclusive, era de construir 10 frentes de intervenção que seriam, digamos, as nossas prioridades, que era a frente de movimento estudantil universitário, secundarista, saúde, cultura e periferia, mulheres, negros e negras, LGBT, torcidas organizadas [...]*

(RUA). Uma das representantes do movimento chama a atenção que, dada a necessidade de unir forças em todas as lutas progressistas em curso, o Rua se insere em todas as pautas e bandeiras que tenha alguma relação com o enfrentamento ao modo de produção capitalista, como pode ser visualizado no trecho abaixo:

[...] É necessário que a gente aglutine, inclusive, em pautas do cotidiano o máximo de pessoas possível, que a gente crie uma nova correlação e forças nas ruas, com movimentação, com pautas concretas. Então, a gente acha muito importante se aliar a todo tipo de luta progressista que tenha, a gente acha que possa contribuir nesse caráter anticapitalista, seja do aumento do busão, seja uma luta por direitos dos setores oprimidos, seja uma luta contra a precarização da universidade (porque a gente sabe a quem essa precarização serve), então a gente se insere em todas essas lutas como método para poder construir essa compreensão maior do anticapitalista. Nesse sentido, a ideia de vertebrar todas essas frentes em torno de uma bandeira anticapitalista, mas a gente também defende muitas pautas de direito a cidade, dos direitos da juventude, enfim, pautas mais gerais também (Rua.)

Com relação às pautas e/ou bandeiras que são eleitas como prioridades pelos movimentos, vimos que há tanto permanência de temas que são recorrentes, porque aquela pauta ou assunto não foi resolvido/esgotado ou encaminhado pelo poder público, quanto temas relacionados à conjuntura social, econômica e política do país. Essa dinâmica faz parte de um processo de leitura da realidade que está presente nos mesmos e que possibilita que as intervenções e ações sejam planejadas de forma estratégica, sem desperdício de força, criatividade e energia. Mesmo os movimentos com pautas mais específicas realizam análises de conjuntura e buscam se inserir, de forma articulada, nas lutas que apresentam as reivindicações das massas.

Sobre a *representatividade*, o Levante chama a atenção para o desafio que é organizar uma juventude – como já dito – bastante diversa que, inclusive, possui questões muito específicas, às vezes. Mas, por outro lado, é preciso garantir espaço para toda essa diversidade e perceber os pontos de aproximação e os pontos que diferenciam a condição e as vivências juvenis. Há um destaque para a juventude da periferia, pela falta de acesso às políticas sociais e aos direitos básicos, então, a comunidade acaba sendo um espaço prioritário de ação e intervenção do Levante, com o objetivo de organizar essa juventude, por exemplo:

Qual que é o perfil da juventude que a gente se propõe a organizar, e todos os limites e desafios que esse perfil tem, é... E pensar o que é que é construir um movimento social de juventude com toda a diversidade que é a juventude brasileira, né? Cê conseguir colocar o jovem da universidade, da periferia, as mulheres, os LGBTs, negros e negras, do campo, conviver com toda essa diversidade trazendo todas as suas amarras. Os demais estados já estavam representados na coordenação nacional. Só faltava Roraima e Acre. Dessa vez o Acre foi para o acampamento, só que eu não sei se a gente vai conseguir ainda, nessa primeira coordenação é que a gente vai fazer esse balanço, pra saber disso direitinho (Levante).

Por mais que o Levante tenha três frentes específicas de atuação, que é campo, cidade, e dentro da cidade, universidade, escola e periferia, a prioridade é a periferia. Então assim, onde a gente tem mais foco de atuação é a periferia, por mais que na universidade tenha mais possibilidade de organização. [...] A periferia ela ainda não tem essa relação de organicidade, por exemplo, quem tá lá na UFRN tá no DCE, no CA, no projeto de extensão que tem um cunho político, por mais que não possa dizer. Mas dá um sentido organizativo. Mas a periferia não tem nenhum tipo de referencial político, talvez das esquerdas. Um grupo cultural ou outro que se organiza, mas que politicamente ainda não tem um norteamento. Assim pra tá na luta, se dispor a organizar o jogo.[...] A gente fala muito mais da relação de classe no movimento, que é a juventude da classe trabalhadora, filha da classe trabalhadora, oriunda da classe trabalhadora [...] (Levante)

O FONAJUNE demarca a identidade jovem do fórum e o caráter de cor/raça, isto é, é preciso que os/as jovens se identifiquem como negros/as. No mais, há presença da juventude do meio urbano e rural, a depender das condições e contextos de cada estado e município em que há fórum: *“O FONAJUNE está em quase todos os estados do Brasil, em sua maioria quem compõe o FONAJUNE no estado são jovens de até 29 anos, negros e negras [...]. Eu não tenho muito conhecimento de como funciona em outros estados, mas sei que tem jovens do FONAJUNE que são do campo”*.

A mesma lógica segue a PJR, no que diz respeito à construção da identidade, nesse caso, é preciso ser “jovem do campo” ou está inserido em um contexto rural. Entendemos que, para o movimento, os/as jovens podem ter um cotidiano fora desse contexto, mas precisam carregar essa identidade, como dito na fala da representante:

*“Olha os jovens da PJR é bem diversificado. Tem os que estão no campo, os que estudam em escolas técnicas e universidades também, mas todos são rural. Trabalham e estudam, muitos no campo mesmo. Tem mais estudando, ainda terminando o ensino médio”*

Por sua vez, a PJMP, destaca que a juventude que constrói o movimento pode está em qualquer lugar, desde que tenha a identidade da PJMP. Nesse sentido, não há um lócus privilegiado da ação, depende de como essa Pastoral se desenvolveu nos estados e municípios que atua, o que aglutina é a identidade e o fato de ser uma juventude que se encontra incluída de forma perversa na sociedade, como pode ser lido abaixo:

A gente hoje, se a gente fosse dizer que a juventude da PJMP é uma juventude apenas da periferia, a gente se questionava "que periferia é essa?", né? Porque não é apenas a periferia das zonas urbanas das grandes cidades, mas a gente tá no campo, e por mais que tenha outra pastoral de juventude, a juventude que tá no campo com identidade de PJMP é uma juventude que se identifica como PJMP, né? Que tem atuação no campo, mas que também enxerga o campo como um espaço periférico, de exclusão e de tudo mais. Não tem com o focar um público alvo, e tem, porque é a juventude excluída, marginalizada, né? Mas essa juventude tá em todos esses espaços, então não tem um campo específico de onde se esta inserida essa juventude, né? (PJMP)

Já o Rua, chama a atenção para dois pontos: o primeiro é a forma que as células ou grupos tomam/desenvolvem, a partir do local em que elas se estabelecem – algo que já apontamos –, e o segundo se refere ao tempo em que aquele grupo existe, o que faz com que suas intervenções sejam mais consolidadas e tenham maior capilaridade em determinado estado ou município. A outra representante entrevistada do Rua fala sobre o caráter diverso da juventude que compõe o movimento, mas chama a atenção para uma parcela grande de jovens que estão no ensino (básico ou superior) e que, nesses casos, há uma associação da militância estudantil com a militância mais “generalista”:

Varia um pouco de cidade para cidade, né? Hoje o Rua tá presente na maioria dos estados do Brasil, aí assim, nos lugares em que a gente existe a mais tempo, tá mais estruturado a gente tem intervenção em todas as frentes, em bairros e universidade, escolas, etc., mas tem cidades, por exemplo, que a gente tem só trabalhos em bairros, trabalhos mais de movimento popular e lugares que a gente

tem trabalho, por exemplo, só em uma universidade. Então isso varia bastante, acho que é bem equilibrado [...] (Rua)

Considerando essa aposta de várias frentes, a gente tem, digamos, uma militância e uma juventude muito diversa, então, é possível dizer que ao olhar para os sujeitos do Rua não só a característica da diversidade é importante, mas também que a maior parte sim da nossa militância é estudantil, ou vem de escolas ou universidades ou está em escolas e universidades, mesmo quem atua em núcleos de bairros, da periferia aqui em SP, no Rio ou no Ceará que é onde tem mais consolidado núcleos periféricos de atuação em bairros, mesmo nesses locais uma parte da militância estuda em faculdades privadas e também associa o movimento estudantil a sua militância barrial (Rua)

Como podemos observar, pelas falas, a questão da representatividade varia de acordo com as regiões nas quais há células ou grupos/coletivos pertencentes a determinado movimento. Em uma região ou um contexto com características mais rurais, é mais provável que o grupo seja formado por jovens do campo, com demandas e especificidades desse contexto e o mesmo acontece em localidades mais urbanizadas. Assim como, em movimentos ou coletivos em que as pautas e bandeiras são mais específicas, é possível verificar que aqueles grupos apresentam uma identidade mais delimitada, é o caso da PJR e do FONAJUNE.

O Levante menciona a questão do *financiamento*. Consideramos que é importante refletir sobre esse tema, uma vez que muitas das críticas que surgem aos movimentos sociais se referem a uma relação de dependência financeira com os governos. Nesse sentido, outros movimentos sociais, sindicatos, partidos e pessoas que conhecem o movimento podem contribuir, tanto financeiramente quanto fornecendo locais/estrutura para reuniões e formações ou apoiando campanhas coletivas de arrecadação de recursos. Também é possível que os movimentos realizem outras ações e atividades para captação de recursos, como venda de camisetas, rifas e outros objetos – campanhas financeiras –, como apontado na fala de uma das representantes do Levante:

É bem artesanal. Hoje tem uma avaliação de que é preciso se profissionalizar mais, em termos de organização de projeto e tudo. Mas é muito do financiamento individual. É sindicato, são os partidos, é o próprio MST que dá dinheiro mesmo que não tenha muito, mas dá né? O MST dispõe muito da estrutura deles pra gente, entendeu? As escolas, a militância. Que não é só



dinheiro que faz com que o movimento exista. É contribuições, por exemplo, tem professores que apoiam o Levante e dão dinheiro, a gente vende material. Mas é isso, é bem artesanal. Não tem uma fonte viva de contribuição, entendeu? É rifa, venda de copo, camisa, adesivos, bottons, é o que aparece de ideia. Por exemplo, os meninos já fizeram dindim de cachaça, sabe? Pra vender em festa, pra arrecadar dinheiro. Bingo, enfim, vai inventando e a gente vai conduzindo assim (Levante).

Outro aspecto interessante, que nos faz refletir e que surgiu nas entrevistas, se refere às **dificuldades** encontradas pelos movimentos relacionadas a um crescimento do conservadorismo em alguns estados, como indicado na fala da representante da PJ: “Então, esses grupos estão crescendo [petencostais] e a gente tem sido grupo de resistência dentro da igreja”. Por outro lado, a baixa presença de grupos que dão o norte ou linha política dos movimentos também dificulta um trabalho mais consolidado e permanente, como observado pelo Levante: “O Amazonas não tem MST, nem PJR. É um solo da direita basicamente, entendeu? Então, não tem, assim, inclusive eles têm muita dificuldade de articular um trabalho mais consolidado porque quem dá a linha do Levante é o MST e a Consulta”. Outra dificuldade se refere à legitimidade do movimento, a PJMP ressalta a pouca credibilidade que a Igreja dá as pastorais, especialmente, as de juventude: “Tem poucos padres que apoiam a PJMP aqui na arquidiocese principalmente” e, além disso, há a questão do próprio grupo que ora está mais organizado e ora está disperso:

Na época o grupo passava por um processo de desarticulação, tinham pouquíssimas pessoas. O grupo de riacho do sangue foi acabando, por conta da estrutura da igreja mesmo que foi sufocando o grupo e os jovens começaram a dispersar e não quiseram mais reunir. Com o passar do tempo a gente conseguiu articular um grupo no assentamento que eu morava, começou a reunir algumas pessoas e aí o grupo não carregava muito, não tinha muito compromisso, não tinha uma identidade muito forte, aí reunia e depois dispersava [...]. Todos os outros movimentos de juventude estão passando por esse desafio, de que quando a juventude se insere em alguns espaços e às vezes se esquecem de outros, ou até mesmo de sua base, que seja grupo de jovem de pastoral [...] (PJMP)

Sobre as dificuldades, há inúmeras situações que podem causar entraves para que os movimentos existam e resistam de forma autônoma e independente, como a formação de novos quadros, a unidade, a própria conjuntura – como explicitado – e a



questão do autofinanciamento. Por isso, não é fácil manter um movimento social, que é dinâmico, em funcionamento e realizando ações, formações e mobilizando novos membros. No entanto, também existem ganhos individuais e coletivos que tornam esses desafios algo possível de enfrentar.

## **2. Aspectos teórico-práticos**

Ao longo das entrevistas percebemos que falar em ações que os movimentos desenvolvem e estratégias para que essas ações se realizem são aspectos que estão relacionados, ou seja, não há como falar dessas coisas separadamente. Mas, a título de tornar o entendimento mais acessível, subdividimos algumas discussões. Sobre as *ações/atividades*, entendemos como: tudo que os movimentos realizam interna e externamente – atividade política, campanhas, grupos, etc.

O Levante foca as intervenções e atividades nas comunidades da periferia, na tentativa de fortalecer aquela comunidade e fomentar na juventude a perspectiva da auto-organização e do trabalho coletivo, nos quais os próprios jovens podem protagonizar mudanças. Outro aspecto que surgiu nas entrevistas é que as ideias que surgem em algum estado ou município podem ser replicadas em outros contextos, como as experiências dos cursinhos populares e a própria semana “nós por nós”

Nós organizamos [...] uma atividade na periferia que se chama semana "nós por nós", que é uma iniciativa de construção do Levante nos territórios que a gente atua de construir ações que a juventude protagoniza mudanças e transformações no seu próprio território, que envolve a comunidade, que envolve outros atores, mas que coloca a juventude pra movimentar, pra fazer alguma coisa. Um exemplo que a gente fez, a gente fez campeonato de futebol aqui no Rio de Janeiro [...] O campeonato de futebol feminino foi o ápice da história, porque assim, construir um trabalho com mulheres nas grandes periferias é bem diferente de um trabalho com mulheres na universidade [...]. A gente fez outras iniciativas de ter cine debate [...] A gente construiu, e aí já estamos na segunda experiência de um cursinho popular preparatório pro Enem, então você vai criando uma série de ações. Lá a gente ficou, a gente fez oficinas de maracatu e tal.[...] Então, assim, são iniciativas que a gente vai construindo e cada vez mais você vai percebendo que esse jovem vai se vinculando nesse projeto, vai se reconhecendo nesse projeto, esse jovem não vai só no ato [...]. A gente constrói,

além dessas aulas, constrói uma ciranda pras mulheres jovens que tem filhos que estão lá no pré vestibular poderem levar seus filhos e ter quem olhe os meninos enquanto ela tem aula, então são formas que a gente foi criando e isso vai se repetindo no Brasil inteiro. Assim, são inúmeras experiências de cursinho popular que a gente tem Brasil a fora (Levante)

Além das iniciativas próprias, o Levante também segue um calendário de ações do MST e da Via Campesina, então, a ideia é realizar seminários e outras ações vinculadas às datas que esses movimentos realizam seus processos internos: “[...] *Aí, paralelo a isso, tem as campanhas do MST e da Via Campesina [...] Aí, é durante todo ano esse calendário. Então, seminário territorial, seminário estudantil, o primeiro seminário da frente camponesa vai ser agora, “abril né”? Por causa do ‘abril vermelho’*”.

O Rua também destaca algumas ações que realiza tanto nas comunidades periféricas quanto em articulação com outros movimentos e ressalta as especificidades de cada localidade e os desafios para organizar a juventude:

A gente tem muita intervenção também em periferias e comunidades, acho que cada local, cada estado, cada município que o Rua faz parte tem sua particularidade, mas tem muitas intervenção no movimento popular também, com ocupações e com a intervenção a partir da cultura, outras formas de resistência.. São desafios muito maiores para poder organizar essa galera, né? (Rua)

De modo geral, sobre as ações e atividades que os movimentos realizam podemos dizer que o que foi descrito pelo Levante e pelo Rua são exemplos de possibilidades de intervenções que surgem a partir das demandas e necessidades que são verificadas em cada contexto. Ressaltamos que essas demandas só podem surgir conhecendo as juventudes desses locais, isto é, não basta se inserir em uma comunidade e achar que é possível desenvolver qualquer tipo de trabalho – muitas vezes, os programas e ações realizados pelo Estado chegam dessa forma nas comunidades, sem nenhum diagnóstico prévio e já concluindo quais são as demandas e necessidades das pessoas que ali vivem – é preciso ter um olhar atento e abertura para conhecer os/as jovens e seus interesses, sonhos, demandas.

Com relação às *estratégias e metodologias* adotadas pelos movimentos para mobilizar a juventude ou dar visibilidade as ações e atuações dos mesmos, são pensadas vários tipos de ferramentas sociais e tecnológicas. Nesse sentido, observamos que há já

aí uma perspectiva de superação de ferramentas e modelos tradicionais, buscando reconhecer a criatividade e o potencial que a juventude traz e representa, como esboçado na fala de um dos representantes do Levante:

O Levante ele é marcado pela agitação e propaganda. Ele é um movimento que a ausência de agitação e propaganda é a ausência do Levante, então, a gente entende que fazer luta e organizar a juventude é fazer algo que dialogue com a realidade do jovem. Aquela visão estreita, tradicional da política, né? Que a pessoa levanta a mãe, bate a mão, sobe no carro de som, grita, não agrega a juventude. A gente foi entendendo que era necessário criar inclusive forma de dialogar com aquele jovem que não está organizado. Construir um movimento de juventude de massa significa você construir um movimento com jovem que nunca se organizou, temos que criar essas estratégias, estratégias de luta, né? Que envolve desde o trabalho de base com esse jovem até as formas de luta. Primeiro, trabalhar com o teatro, trabalhar com as experiências do teatro do oprimido, do teatro de rua, até com fantoches e tal. A questão da batucada foi algo essencial e algo que singularizou muito o Levante no Brasil inteiro. Os estêncil, as pichações, os muralismos, resgatando muito essa tradição da esquerda latino-americana, assim como, os escrachos também são um resgate da esquerda latino-americana, que os jovens já faziam na Argentina, já faziam no Chile, né? Em denúncia as ditaduras. A questão da musicalidade, né? As paródias ou até mesmo criar músicas, a gente vem de um movimento também de criação de músicas e tal, e isso extrapolando esse elemento criador, que é o potencial da juventude, que muitas vezes a juventude não extrapola (Levante).

O Levante também aponta como utilizar a própria energia e criatividade da juventude nas estratégias de mobilização e luta, além de dar o tom da produção visual e material do movimento:

Galera que desenha, galera que pinta, a galera que faz murais maravilhosos, a galera que manja de comunicação, a galera que faz design, a galera que faz artes gráficas, e às vezes não é profissional desse ramo, aí cê pega a pessoa ali da comunicação, não faz jornalismo, artes ou design, mas super manja. A gente foi criando essas formas de diálogo assim, e foram estratégias de luta muito importante que, assim, é algo que ao mesmo tempo é nosso método de trabalho, é também as nossas estratégias de fazer luta. Então, as nossas mobilizações vem recheadas disso, né?

Outro aspecto que as entrevistas do Levante trazem é a análise da forma de participação tradicional, que gera dificuldade em atrair os/as jovens das comunidades, porque eles/as não se identificam com esses modelos e, nesse sentido, esse tipo de atuação baseada em modelos convencionais acaba não tendo significado para eles/as. O fazer político pode ganhar outros contornos, como descrito:

Como que a gente chega nesse perfil de jovem que não tá inserido naquela dinâmica da política geral, é um jovem que, por exemplo, não vai fazer política como se faz no sindicato hoje, né? Não tô aqui desqualificando a forma de um sindicato fazer política, mas assim, pra essa juventude hoje que não se sente representada nas organizações populares, nos movimentos sociais sindicais. [...] Você precisa dialogar com essa juventude de outras formas, né? Fazer com que a política seja atraente, fazer com que a política seja interessante, fazer com que a política não seja distante da vida do jovem, e a política não é uma coisa que jovem faça em reunião, não é uma coisa que o jovem faz só em ato, a política é feita com o potencial da juventude Brasileira. Se a juventude sabe desenhar, ela desenha uma charge, a gente torna quilo um mural, tona aquilo uma camisa, torna aquilo um estêncil, a gente picha um muro, um asfalto, um poste, significa que aquele jovem também está fazendo política, e ali a gente tá refletindo sobre aquilo, tá fazendo informação política (Levante)

O Rua ressalta algo sobre “analisar o momento”, por isso a importância das análises de conjuntura: para saber as táticas e estratégias que vão se utilizadas, as articulações que serão feitas, os objetivos daquele ato/ação/mobilização, como apresentado abaixo:

A gente sempre tem, essa coisa que é a gente acha que é muito importante na juventude que é essa capacidade de radicalizar as lutas, porque se o sistema é podre, acho que quanto mais a gente puder escrachá-lo, radicalizar esse processo de enfrentá-lo, mais a gente ganha com isso, mas é claro que a gente tem que sempre medir com as condições da realidade, porque nosso objetivo é também fazer isso com o máximo de pessoas possíveis, com milhares, com milhões. Então, acho que nas nossas reuniões, a gente tá sempre fazendo análise da conjuntura e do momento que a gente vive e pensa cada luta dentro desse contexto, né? Então, é isso, a gente tá sempre puxando atos, atividades, escrachos, mas sempre medindo tudo isso com as táticas para o momento, porque é isso, varia muito cada momento, qual é o local, qual é a luta, qual a

pauta, quem a gente tá envolvendo, quais são os setores, quem são nossos aliados, acho que são todas perguntas que perpassam quando a gente tá se preparando e armando uma nova ação (Rua).

No trecho abaixo, uma das representantes do Rua fala sobre o aprendizado que veio a partir das experiências de outros movimentos e a importância de saber reconhecer o lugar de fala, de escuta e apostar numa construção do conhecimento e práxis a partir de uma relação horizontal:

Tem um debate histórico dentro da esquerda, que é o debate sobre trabalho de base, né? [...] Muitos aprendizados, inclusive, que se desenvolveram dentro da igreja católica, da teologia da libertação, da atuação barrial, enfim... Então, a gente procura beber dessas experiências para usar como estratégia, em primeiro lugar, o diálogo permanente, trabalhando o local de fala, o local de escuta, trabalhando elementos de formação política, de debates coletivos, com perguntas, procurando construir um ambiente de politização nos espaços que a gente atua e com as pessoas que a gente quer mobilizar, procure romper com a lógica que tudo vem pronto, de cima para baixo e a gente mais reproduz do que estimula criticidade, a formulação, a reflexão (Rua).

O FONAJUNE chama a atenção para a utilização da internet com o intuito de dar visibilidade para as pautas e gerar uma maior aproximação com as pessoas, assim como, apostar na formação de base:

O ciberativismo é uma forma de conseguir fazer com que nossas pautas tenham maior alcance, campanhas na internet, e formação de base que é a nossa principal forma de atingir nossos objetivos, sem conhecimento a gente não vai a lugar nenhum, então a base é a principal forma de fazer alguma coisa (FONAJUNE).

A PJ fala na organização e sistematização dos conteúdos que vão ser necessários para discutir determinado tema/assunto com os grupos de base. Por isso, existe a produção de material que serve de subsídio para as rodas de conversa, além da realização de campanhas, caminhadas e da semana de cidadania e semana do estudante, que também servem para aprofundar conteúdos, como pode ser visualizado abaixo:

Já sabendo das prioridades a nossa missão agora é pensar de que forma nós vamos dinamizar isso para eles, quais são as atividades? [...] Porque a gente tem que pensar, essa equipe tem que pensar quais são as estratégias que a gente vai traçar. Então, é tudo muito organizado. É tudo muito sistematizado. "O que é que

a gente vai fazer pra que as jovens mulheres não morram mais nas comunidades?" Então, o que a gente vai fazer pra que o jovem não seja preso, ele não entre na criminalidade?" [...] Uma questão muito forte é a produção de material de subsidio, seja roda de conversas que é o que eles fazem nos grupos de base nas comunidades semanalmente [...]. Então a gente pensa roda de conversa, o nosso foco maior é esse produzir material pra que as lideranças do grupo eles deem conta de discutir isso no grupo e não fique de uma forma rasa, além disso, a gente pensa em eventos de massa também que seriam: campanhas, caminhadas, romarias que é um termo muito forte pra gente que seria as caminhadas. Nós temos duas atividades que é a semana da cidadania e a semana do estudante são dois eventos fixos que a gente chama de atividades permanentes que é em parceria com as outras PJ's. [...] Então, as semanas elas servem para intensificar um trabalho que já acontece. Seria algo mais pra fora no bairro, enfim na comunidade. É as estratégias que a gente utiliza são essas, é garantir que a nossa identidade seja preservada a partir dessas iniciativas (PJ)

A PJMP segue o que foi construído coletivamente como diretriz ou plano de ação, uma vez que esses direcionamentos vêm da base: *“As linhas de ações foram construídas pela base, se a gente foge daquilo a gente tá fugindo do que a base, que foi quem nos escolheu para representar, decidiu, né? então a gente tá sempre trabalhando dentro dessas linhas do plano político pastoral”*.

De modo geral, há um destaque para a utilização da criatividade da própria juventude e para a necessidade de superar modelos engessados ou tradicionais de participação como uma estratégia, inclusive, de mobilizar as/os jovens. Também há a utilização da internet e redes sociais, como ferramenta de visibilidade e mobilização e, nesse sentido, vimos que todos os movimentos possuem *sites* com informações atualizadas, acessíveis e disponíveis para consulta. Ainda que uma grande parcela de jovens não tenha acesso fácil e rápido as redes sociais e internet, é fato que tais ferramentas se tornaram parte da estratégia de divulgação dos movimentos e arregimentação de novos membros, além de facilitar a produção de conteúdo audiovisual e garantir a propagação de informações de forma rápida e a baixo custo.

O código de **mobilização** está associado às estratégias que os movimentos utilizam para agregar novos jovens/militantes, por isso, já foi um pouco evidenciado nos trechos sobre estratégias. No entanto, achamos por bem apresentar mais elementos sobre esse código, entendendo que é uma das atividades que envolvem um dispêndio de

tempo e preocupação dos movimentos. O Levante fala em dois tipos de mobilização (interna e externa) e como eles pensam formas de atrair a juventude:

De mobilização o Levante ele tem dois tipos de mobilização, uma mobilização interna que é dentro das células, então nós sempre colocamos uma meta de quantos militantes por células nós queremos levar para determinada ação [...]. Como mobilização externa, então é fazer atividade, né? Trabalho de base, dentro das próprias bases, passar em salas de aula. Então, de mobilização é mais ou menos isso. [...] Como é que a gente passa em sala de aula, sem ser aquela mesma coisa de passar em sala de aula? Que aí é uma ferramenta que a gente utiliza que chama agit&prop. O agit&prop que é agitação e propaganda, é como a gente propagandeia a nossa mensagem, é como a gente consegue agitar as massas para ela. Então agite é algo que a gente faz pra massa e a propaganda é pra menos gente, então... A propaganda é através da passada em sala de aula, do trabalho de base com poucas pessoas, formação política, enfim é do dia a dia. A agitação é que a gente faz no ato assim, por exemplo, pra gente o ato ele não é tão importante quanto o trabalho de base. Se a gente vai pra um ato só fazer batucada é porque um processo anterior (Levante).

O Levante também chama atenção para as táticas utilizadas em atos de rua, no sentido de que é preciso ter clareza do que se busca ao participar desses momentos: *“E quando a gente vai pra rua é só porque é legal ir pra rua, mas não porque é o mais importante. Lá a gente não faz trabalho de base, a gente se projeta, a gente se mostra, vamos dizer assim, aparece. [...] O processo tá sendo antes, nas escolas, nas cidades, nos bairros, entendeu? Nas reuniões com o conselho comunitário, posto de saúde, com as famílias das escolas”*.

Já o FONAJUNE aposta na formação política, depois que esse/a jovem já viu o Fórum atuando ou viu notícias na internet e se interessou em participar ou, ainda, depois que participou de alguma atividade a convite de outro membro, como descrito abaixo:

Formação política, penso eu que seja a melhor estratégia (para mobilizar a juventude). O fórum é aberto para pessoas negras, jovens negros de 15 a 29 anos, às vezes, tem gente que tem conhecimento por meio da internet, de palestras, tem gente que entra a convite, tem várias maneiras de as pessoas terem conhecimento do fórum e de se inserirem (FONAJUNE).



A PJMP destaca a liberdade que os grupos têm para se organizarem e atuarem, de acordo com o que elegem como necessário ou pertinente. Nesse sentido, a perspectiva é que sempre exista um trabalho de formação política e de evangelização, mas a forma como isso vai acontecer, depende do grupo:

Os grupos são bem livres pra atuarem de acordo como que eles acharem necessidade assim mesmo, de acordo com sua realidade, cada grupo tem uma realidade diferente. Tem grupo que se reúne semanalmente, tem grupo que se reúne quinzenalmente, tem grupo que se reúne mensalmente, e tem grupos que se reúnem pra trabalhar teatro, dentro do teatro conseguem trabalhar essa visão profética de evangelização e conseguem trabalhar cultura. Tem grupo que se reúne pra trabalhar apenas formação política, então, dentro dessa formação política, normalmente nas reuniões se consegue fazer esse elo, tipo, ah, tem uma passagem bíblica, então dentro dessa passagem vamos trazer pra interpretação da nossa realidade, como é que essa passagem consegue atender a nossa realidade aqui, como é que naquela época, pra aquele contexto, a gente trás pra atualidade. Então, em quase todas as reuniões existem esses dois processos, porque a coordenação que vai assumir a reunião tem essa tarefa de trazer esse olhar na realidade e de trazer esse olhar para a igreja [...]. E é muito do boca-a-boca, muito do um que puxa o outro, é muito do boca-a-boca muito da escola de um falando pro outro que o grupo é bom, e o colega gosta e vai lá conhecer, se identifica e fica (PJMP).

A PJR diz que ainda são poucos grupos e que são os próprios membros que convidam jovens que acham que podem ter interesse em construir a Pastoral. A representante da PJR destaca que, em geral, os/as jovens que se interessam são aqueles/as que já estão inseridos em algo, mas não possuem bandeira de luta ainda, como pode ser visto:

Por enquanto ainda não existem muitos grupos da PJR. A gente mesmo convida os jovens da zona rural para participar dos cursos de formação de liderança, das escolas de formação regional e a partir desses momentos que vão se formando os grupos nas comunidades. Geralmente são jovens que estão participando de alguma coisa já, mas não tem bandeira de luta ainda... Tipo dos comitês de juventude que tinham nos territórios (PJR).

O Rua fala em diversas formas de atrair e mobilizar a juventude, tanto a partir de atos de rua animados, com muita agitação, até pessoas que se aproximam porque um



amigo/a falou ou foi convidado/a por alguém que já participa. São formas parecidas com as utilizadas pelos outros movimentos, a apresentação do coletivo em universidades, escolas, etc., também contribuem para a visibilidade do mesmo, como descrito:

A luta ela forma e mobiliza também, então, muitos jovens se aproximam do Rua de diversas formas, seja porque tem pessoas do Rua atuando num centro acadêmico e as pessoas acham interessante, vão perguntar, quer conhecer; seja pela nossa intervenção nos atos, que a gente faz... A gente acha muito importante também, que os atos sejam pra cima, que tenha muita agitação, que chame todo mundo. Então, muitas pessoas veem a gente nos atos e participam com a gente e depois querem saber melhor como se organiza, né? Que quer essa vida militante... Ou é isso, nas nossas atividades periféricas... Tem muitas formas diferentes que essa galera vai se aproximando, enfim, e a gente sempre busca fazer apresentação nos coletivos, em vários lugares diferentes, assim, apresentar um pouco as nossas ideias do que é ser anticapitalista, qual a nossa análise de conjuntura hoje e como as pessoas se organizam, porque acho que o principal objetivo do Rua é esse, né? É organizar jovens, é organizar as pessoas, é disputar a vida das pessoas contra o individualismo (RUA)

As falas dos/as representantes dos movimentos indicam que eles/as estão sempre atentos a formas de mobilizar a juventude, a que já constrói o movimento, para que continuem engajados/as e também atentos a formas de atrair outros/as jovens. Esses momentos de mobilização interna e, principalmente, externa também são possibilidades de mostrar o movimento, de falar quem são, o que pretendem e passar uma mensagem.

Outro código discutido foi o de *formação*, buscando entender como ocorrem as formações: se são continuadas ou não e como é feito esse trabalho com os membros novos. De acordo com a entrevista do Levante, é perceptível a tentativa de tornar a formação algo interessante para os/as jovens, nesse sentido, o movimento busca formas alternativas de promover esses momentos, até porque em um mesmo encontro vai existir uma grande diversidade e é preciso que todas/os se sintam integradas/os:

A gente não vai fazer formação política e pedir pro jovem ficar lendo 8h por dia sentado, nós vamos fazer formação política agitação, nós vamos trabalhar cultura popular, vamos trazer filme, vamos trazer música, vamos trazer artistas populares, vamos trazer pessoas que trabalham com educação popular [...]. Nós já fizemos encontro de formação que se tem jovem universitário, às vezes, tem

até um pós-graduando, onde tem um jovem quase semianalfabeto, então como é que cê faz, como é que cê dá unidade pra isso tudo se você não consegue fazer um esforço de dialogar com essa diversidade. Então, agitação e propaganda também cumpre esse papel, cumpre esse papel no nosso trabalho de base e cumpre esse papel nas nossas formas de luta (Levante).

No trecho abaixo um dos representantes do Levante fala um pouco mais sobre como acontecem os momentos formativos, estes podem acontecer tanto nas células, que são os grupos de base, quanto em eventos maiores – como os acampamentos e a Escola Nacional de Formação:

O primeiro espaço que esse jovem vai participar é a célula que seja da região que ele mora, de onde ele estuda, da escola que ele estuda, enfim...[...] Essa célula ela é dinâmica, ela organiza atividades, essas atividades são de formação, organização e luta. Mas a gente também tem uma escola só de formação política, essa escola central de formação política ela acontece em módulos de toda a militância do Levante participa dessa escola de formação política, aí a gente divide em módulo: quem somos - que explica um pouco como a gente surgiu, quem a gente é -, como nos organizamos - que explica não só esse modelo orgânico mas sim a importância da organização, do trabalho popular, da educação popular, né? Da atuação dos territórios e tal, é... O mundo que vivemos - que é uma leitura mais da realidade Brasileira, né? De como que... nesse "quem somos" ainda discute o perfil da juventude Brasileira, esse "o mundo que vivemos" é pra discutir a sociedade Brasileira, que sociedade é essa, como ela se forma, qual que é o caráter, quais que são os desafios que nós temos pra superar essa sociedade que a gente vive, o sistema capitalista e tal, né? E "como lutamos", que é o último ponto, que é mais voltado a nossas experiências de luta, nossas formas de luta. Então, ainda tem essa escola nacional de formação, a escola chama Emerson Pacheco, é em homenagem ao militante do Levante que foi assassinado lá em Fortaleza [...]. Essa escola é nacional, ela aconteceu primeiro uma etapa nacional e depois etapa nos estados. Alguns estados maiores fazem etapas regionais, os estados menores fazem etapas estaduais [...]. As atividades de formação elas acontecem nesse espaço da célula, que é um espaço também formativo, mas a célula tem essa maior dinâmica, então ela não fica só nessas reuniões de formação. Então, a gente foi e construiu essa escola nacional pra dar uma unidade a esse programa básico, o quê que todo militante do

Levante passa pra entender o que é esse movimento, como a gente luta, qual que é nossa visão sobre a sociedade (Levante).

A outra representante do Levante fala que também vai começar uma escola de formação de novos quadros, que são para as/os jovens que estão ocupando as coordenações (municipais e estaduais), naquele período:

Tem a formação de quadros que a gente tá começando esse ano também, que ai é mais pra coordenações municipais e estaduais. É pra quem tá meio que segurando o Levante nas pontas, né? Ai a gente vai começar esse ano a formação e a gente tá chamando formação de quadro. E ai também pra esses quadros a gente também chama coluna auxiliar, que é um corpo de direção que pouco aparece [...]. Pra gente, essa coluna auxiliar, esse corpo de direção ele é muito maior. Às vezes, há militantes muito mais importantes na condução do movimento do que quem tá dando entrevista, por exemplo (Levante).

O FONAJUNE não menciona um processo formativo mais organizado, diz que é realizada a leitura do regimento interno, no entanto, não fica claro se esse processo ocorre nos Fóruns Estaduais e municipais ou se acontece individualmente, por exemplo: *“Não exatamente [sobre formação inicial], temos um regimento interno onde é necessário que se leia para entender de fato o que é o FONAJUNE, quais são as frentes do FONAJUNE, quais os objetivos, essas coisas”*.

A PJ fala em alguns processos no qual o novo membro é inserido, desde o entendimento do que é o grupo até formação para lideranças, indicando que a formação é algo importante e presente para o movimento, como pode ser visto no trecho abaixo:

A gente tem um termo usado na PJ que é o processo de educação na fé. Seria mesmo um processo de educação sendo na fé, então a gente tem uns processos dentro do grupo. A jovem quando entra grupo entra no processo de nucleação, o que é isso? É de compreender o que é o grupo? Que lugar é esse? Que espaço é esse? Só que o grupo ele não é fixo [...]. Existe muita formação assim na arquidiocese, a gente faz muito momento pra lideranças porque a gente acha que as lideranças elas precisam estar bem preparadas justamente pra trazer esses jovens pra essa realidade. Em algum momento da vida do jovem ele vai ter alguma formação, porque é muito comum a gente proporcionar momentos, seja encontrões de paróquias, junto as paróquias a gente vai ter formação, diocese [...]. A nossa formação é integral ela não é uma formação apenas da fé, não é algo assim, não é o catecismo, mas é a formação do jovem que estuda que quer

trabalhar, que quer ter seus direitos, que quer ter o lazer, que quer ter... Porque essa é a integridade do jovem que a gente quer garantir [...]. E nós temos um material que nos norteia. São rodas de conversas, que é uma coleção de livro que tem na trilha do grupo de jovem, que é o material mais atualizado que tem que são seis livros que trabalham tudo que você imaginar. Desde projeto de vida, como pensar projeto de vida até namoro, sexualidade, afetividade, família, trabalho, políticas públicas, enfim. (PJ)

A PJMP fala em módulos de formação, que seria a principal atividade formativa uma vez que a formação política é uma prioridade para o movimento e também fala em outros momentos que ocorrem durante a semana de cidadania. A escolha do conteúdo das formações acontece a partir do que é identificado como necessário nos grupos de base, como visualizado abaixo:

A gente tem uma prioridade que é a formação política, então se a formação política tá no campo, tá na escola, tá na periferia, então a gente tá em todos esses espaços. Tem dois módulos de uma escola de formação, vai ser uma em abril e uma em outubro, fora esses dois módulos a gente não tem. [...] A formação a gente abre mais vagas, porque os jovens que vem a ideia é voltar e dar um retorno na base, então são 10, 15 vagas por cidade, de acordo com quantidade de grupos também. Então, a escola é algo mais amplo, mais aberto, e vai mais nessa linha de formação mesmo, de... aí os temas pra essa escola a gente ainda não definiu, mas é de acordo com o que a gente vê que tá necessitando, aí quem organiza essa escola é a comissão diocesana. Então, se a comissão diocesana, de acordo com seu olhar na base, vê que "ah, o grupo tá precisando vivenciar mais a espiritualidade" "ah, o grupo tá precisando de formação política", então, a gente vai trazer de acordo com o que os grupos necessitarem (PJMP).

A PJR produz cartilhas de orientação que servem de base para os grupos em todo o país, e aí o que vai ser discutido e estudado depende do que os grupos elegem. Além das cartilhas, há formações regionais e estaduais e curso de formação de lideranças, como descrito:

Temos cartilha de orientação para os grupos de jovens de todo Brasil. Então, temos cartilha de orientação com alguns temas já, mas esses temas não têm que ser obrigatoriamente discutidos no grupo. O grupo pode decidir discutir o que quiser, dentro de nossas orientações, né? Não vai discutir sobre o agronegócio, mas tem autonomia para discutir os problemas da comunidade e também tem

algumas cartilhas explicando alguns temas. Nós nos organizamos enquanto estado em escolas de formação regional e estadual. Tem curso de formação de lideranças... a gente tá fazendo agora as escolas de formação regional e depois dentro da escola de formação regional, escolhe para a estadual. [...] Dentro dessas quatro escolas de formação regional, vamos escolher as pessoas para irem a [formação] estadual. E o curso de formação de lideranças são duas pessoas por comunidade ou por cidade, que a gente também debate alguns temas que é pra ser discutido nos grupos. O curso de liderança tem a tarefa de levar para os grupos [de base] os temas debatidos no curso (PJR)

Por fim, o Rua aponta a construção de uma formação mais ampla e diz que, por enquanto, há um caderno de textos para novos membros, além de boletins internos que circulam por toda a militância:

A gente ainda tá elaborando uma formação mais tematizada e nacional, mas a gente tem um caderno de textos para novos militantes, pra galera que tá se aproximando e aí esse processo do acampamento nacional, a gente faz boletins de debates internos, que são textos que são encaminhados pela comissão organizadora do acampamento e também as regionais contribuem, que a gente fecha esses cadernos com prazos e circula por toda a militância (Rua).

De acordo com os trechos acima, é possível identificar que existe uma preocupação com a formação militante, tanto de conteúdos que tenham a ver com o dia a dia e as experiências dos/as jovens, quanto conteúdos que sirvam de subsídios teórico-práticos para a ação e intervenção na sociedade. Além dos momentos formativos que envolvem todos/as os/as militantes, há a preocupação com a formação de lideranças que são responsáveis pelos grupos de base e que possuem um papel de destaque no movimento.

Com relação aos *materiais e documentos* que os movimentos utilizam para trabalhar internamente e também para garantir que exista uma documentação que aglutine as pautas, demandas, objetivos, reivindicações e “missão”, vimos que alguns coletivos organizam melhor esses materiais, constroem cartilhas, artigos e outros registros. O Levante fala na importância desses materiais para garantir o registro e também como ferramenta ou subsídio teórico:

A produção de materiais, cartilhas, livros, artigos, cadernos etc., é importante para além do registro do que é o movimento, mas também para fornecer

subsídios gerais e específicos para a atuação e descentralização e capilaridade dos movimentos nos mais variados contextos (Levante).

No trecho abaixo, um dos representantes do Levante fala mais detalhadamente sobre a produção de cartilhas e caderno de debates:

[...] Cadernos de debates. [...] A ideia do caderno de debate é que a gente, durante um período, a militância escreva a parte dos eixos que a gente delimita. [...] No site tem as cartas compromisso, e a gente também tem cartilhas dessas escolas de formação, a primeira é bem importante porque traz todo balanço do histórico e tal... é... a gente construiu algumas cartilhas, assim, por exemplo, "projeto popular pra educação" sobre grêmios nas escolas, como fazer grêmios nas escolas, algumas orientações, assim, que não necessariamente são orientações mais gerais sobre o Levante, são assim mais sobre temas específicos. E tem a última cartilha preparatória pra o acampamento, que eu acho que ela traz o desafio conjuntural mais, assim, como a gente se coloca, desafios políticos do Levantes, desafios políticos da juventude Brasileira, desafios organizativos do Levante e desafios da conjuntura, foram esses quatro eixos. [...] Essa cartilha talvez representa um pouco mais a atualidade desses nossos desafios, e foi entregue, né, pros militantes fazerem os encontros estaduais, os preparatórios pro acampamento nacional (Levante).

O FONAJUNE fala bem sucintamente sobre um documento que está disponível no site do Fórum e que contém os objetivos do mesmo: *“Temos o documento do primeiro encontro nacional de juventude negra que está disponível na internet onde qualquer pessoa pode ter acesso para entender como surgiu o FONAJUNE, o que ele representa, quais são seus objetivos”*.

A PJ armazena o material produzido no site que também contém várias informações sobre a Pastoral, além de ser uma ferramenta que é alimentada constantemente, portanto, as informações são atualizadas. A representante da PJ também fala em uma cartilha, que é um material mais sucinto e que explica um pouco do movimento:

Temos. Nosso site oficial que o [www.pj.org.br](http://www.pj.org.br). É o site da PJ nacional lá é onde tem todo o material. Quem somos? De onde a gente vem? E lá é um espaço alimentado cotidianamente. Todos os dias ele tá sendo alimentado, seja por materiais próprios da PJ, seja por um artigo sobre juventude, seja compartilhando alguma ação legal que aconteceu com algum parceiro nosso, sei

lá, algum movimento social que realizou alguma coisa [...]. Então, lá é uma fonte muito massa, é o site. Temos um material mais compacto que é o “Bora falar de pastoral da juventude?” seria tipo uma cartilha mais explicativa (PJ)

A PJMP está presente também no meio virtual, a partir do site e das redes sociais, assim como, produz conteúdo que é utilizado pelos grupos de base nos momentos formativos:

Esse material que foi construído em conjunto, mas que os grupos executam nas bases, vamos supor assim. Então, vamos supor assim, tem a semana da cidadania, na semana tem um tema, tem um lema e tem um material pronto já, então o grupo é só pegar, preparou ali e aplicou. A gente tem muito mais nas redes sociais ou quando tá próximo ao DNO [Dia Nacional da Oração], que os grupos quando tem condições imprimem e vão divulgar nos espaços onde tem juventude. Tem o site, tem fanpage, tem instagram [...] (PJMP)

Já a PJR destaca que eles/as possuem uma cartilha e um caderno que fala sobre esta Pastoral e que é disponibilizada para os grupos de jovens, como pode ser visualizado: *“Temos cartilha de orientação para os grupos de jovens de todo Brasil. Temos até um caderno falando só sobre a PJR”*.

De modo geral, os movimentos se preocupam em construir documentos que sirvam de subsídios teóricos para os grupos de base. Como dito nos trechos apresentados, esses documentos são tanto textos produzidos pelos próprios membros, quando textos de análise política ou análise de conjuntura que eles/as compactuam. Para além desses documentos, também está presente o registro das ações, atividades e intervenções, para que a memória do movimento não se perca. Demais textos e artigos são postados nos referidos sites, que não só armazenam conteúdo, mas garantem que quem tiver interesse possa acessar e ler as informações. Ressaltamos que os sites dos movimentos estão atualizados e que, inclusive, serviram de subsídio para as informações que reunimos dos mesmos e inserimos no método.

#### **4.2.1 Organizar para transformar: algumas considerações sobre a conformação que os movimentos apresentam e a perspectiva de práxis social.**

É preciso lembrar que a juventude de hoje cresceu, praticamente, com os governos do PT consolidados e durante um momento em que o país estava em pleno desenvolvimento econômico e social, o que faz com que a memória sobre os períodos



anteriores seja algo distante para muitos desses jovens. De todo modo, é preciso pensar que a conquista de direitos deve ser entendida como um campo de disputas que não estão dadas, então, por mais que a juventude tenha crescido em um contexto de mais acesso a educação superior, saúde e assistência, a perspectiva é que esse acúmulo precisa ser o tempo todo reafirmado e legitimado. Quando isso não acontece, quando o Estado entra em crise e oferece como resposta um enxugamento dos "gastos" sociais e a retirada dos direitos, nesses momentos, a juventude – atenta a uma análise de conjuntura – entende que precisa se organizar e construir coletivamente um enfrentamento capaz de provocar tensões e fazer o Estado recuar.

De modo geral, as falas sinalizam uma semelhança em termos de estrutura, ou seja, os movimentos possuem nas suas bases aquilo que serve de alicerce para suas existências. A partir dos grupos de bases – que dá a “liga” aos coletivos –, outras instâncias vão sendo constituídas em um processo de complexificação, tentando fazer com que não se perca o contato entre as mesmas. Sobre o aumento da complexidade dos movimentos em virtude do crescimento dos mesmos, refletimos sobre até que ponto é possível manter uma linha política que seja reconhecida pela base e por todo o restante da estrutura, em que pese a necessidade de ir acrescentando instâncias (coordenações municipais, estaduais, regionais, etc.) para que os movimentos consigam atuar com certa autonomia em cada região.

Percebemos que os códigos acima trazem a preocupação em construir movimentos e coletivos que sejam capazes de organizar a juventude para entender o momento que vivemos e saber intervir. Nesse sentido, outro aspecto importante é a perspectiva de uma formação contínua e integrada com a realidade social, que tanto serve de subsídio para estudos, análises e intervenções quanto produz novas lideranças que irão renovar esses coletivos. Ainda sobre esse processo, há várias possibilidades de fazer com que a base e “o topo da estrutura” do movimento permaneçam conectados, como a valorização do que é produzido ou demandado pela base e que, em certa medida, direciona os conteúdos e/ou as ações e projetos que vão ser pensados e executados.

É interessante perceber que os movimentos aqui entrevistados estão espalhados por todo o país, mas entendem que em cada contexto ou região aquele núcleo terá uma atuação de acordo com as demandas e necessidades dos/as jovens que ali vivem. Muito além de um conhecimento pronto e de cima para baixo, a perspectiva é construir coletivamente o que é importante para os membros daquele grupo, em grande medida,



essa ideia contribui para solidificar o sentimento de pertencimento e integração entre os membros, como ressalta Gohn (2011). Também foi possível perceber que além dos movimentos estarem espalhados pelo país, eles conseguem aglutinar uma juventude bastante diversa, do meio urbana e rural, LGBTs, negros/as, mulheres e homens preocupados em construir uma nova sociabilidade.

Como mencionado, os movimentos conseguem aglutinar as juventudes oriundas de diversos contextos e com distintas condições materiais, no entanto, gostaríamos de ressaltar que em muitos estudos e pesquisas, a juventude do campo ainda é invisibilizada. Como aponta Castro (2009), ainda que essa população seja minoria no universo da juventude, não é um número pequeno, nesse sentido, é preciso refletir sobre os processos de migração campo-cidade e problematizar o “desinteresse” desses/as jovens pelo campo, assim como, reconhecer os movimentos juvenis que são protagonizados pelos mesmos. Não só a juventude rural é invisibilizada pela academia, mas também pelas políticas públicas, que não se preocupam com as especificidades do que é viver essa fase no contexto rural, segundo Castro (2009), a questão da escolaridade ainda permanece como um desafio para essa juventude – o comum é ter escolas nos assentamentos até o 4º ano do ensino fundamental –, no ensino médio e superior, os jovens precisam percorrer grandes distâncias para ter acesso à educação, quando esta é um direito básico.

Outro aspecto interessante se refere à forma como as pautas e bandeiras são elencadas, muito em consonância com o que está posto na conjuntura social e política do país, buscando integrar esforços e unir forças a outros movimentos e coletivos. A leitura que os movimentos fazem da realidade também contribui para pensar estratégias e metodologias que sejam mais eficazes na mobilização e engajamento da juventude, com a utilização de ferramentas que dialogam com os/as jovens e que os permitem utilizar a criatividade e o potencial criador que eles/as possuem. Esse reconhecimento é fundamental no processo de identificação dos/as jovens com o coletivo, assim como, a inovação das formas de participação possibilita explorar todos esses aspectos.

Como já mencionado, a conjuntura social e política do país pode influenciar a existência do movimento e a sua atuação, tanto uma realidade mais difícil e de restrição de direitos pode prejudicar a permanência dos militantes quanto pode produzir o engajamento necessário. Klandermans (2002) fala que, com o tempo, o movimento pode se expandir/crescer ou se contrair, e um dos fatores para isso é a presença de apoiadores ativos e de simpatizantes que ora estão mobilizados e ora estão

desmobilizados, uma vez que o número de militantes centrais – que compõe o núcleo duro – é mais reduzido. O mesmo raciocínio pode ser feito no que se refere ao comprometimento, que varia de acordo com o tipo de envolvimento que os membros daquele grupo têm, o interessante é que nos casos dos movimentos sociais de juventude, os quadros estão sempre tendo que se renovar, já que os militantes vão deixando de ser jovens e se inserindo em outros espaços.

Por fim, destacamos a perspectiva de construir uma estrutura e organização que tentam fugir de um modelo mais engessado e rígido, mas que pode acabar recaindo nisso se os movimentos não estiverem atentos. Por exemplo, o fato do Levante e do Rua mencionarem que a estrutura foi revista ou está sendo repensada é algo que se mostra coerente com a atuação dos mesmos, uma vez que são jovens que representam diversas “juventudes”.

### **4.3 Eixo 3 - Movimento Social de Juventude, Estado e Sociedade**

Nesse tópico, iremos abordar os seguintes códigos: MSJ e Estado, análise das políticas públicas de juventude, articulações, participação social e análise de conjuntura. Todos os códigos presentes nesse eixo buscam discutir e apontar o tipo de relação que os movimentos estabelecem entre si, com o Estado e com a sociedade, além de revelar como eles enxergam e analisam o atual momento do país. É a partir desses entendimentos que novas formas de participar, resistir e construir uma práxis social vão se moldando e passam a dar identidade aos mesmos, conferindo credibilidade e visibilidade. Portanto, tais discussões são importantes uma vez que nos ajudam a perceber se existe uma coerência política que, em última instância, pode contribuir para o alcance dos objetivos e metas dos mesmos.

A seguir, iremos abordar o primeiro ponto, que se refere à *relação entre o movimento social de juventude e o Estado*, entendendo que essa relação é permeada por contradições e por uma dinâmica dialética, uma vez que a própria noção de Estado no capitalismo contemporâneo e na perspectiva da sociedade moderna envolvem essas dimensões.

O Levante deixa muito claro que o Estado é disputável uma vez que está permeado por um conjunto de relações sociais e políticas que implicam uma correlação de forças. Nesse sentido, não cabe a um movimento social assumir as funções

administrativas do Estado ou executar políticas, mas sim, procurar entender o que está em disputa e como pressionar o Estado para atender aos interesses e demandas da classe trabalhadora e juventude:

E por ser um movimento social na realidade Brasileira, a gente é obrigado, é compelido a fazer permanentes disputas que envolvem o Estado, né? As suas múltiplas expressões, né? Então, entendendo aqui o Estado não só como executivo, mas como esse aparato judiciário, aparato legislativo, o Levante é um movimento que obrigatoriamente se coloca no embate a questões que são decididas nesses distintos âmbitos aí, né? Lutas que vão contra decisões tomadas pelo legislativo, lutas que vão contra decisões tomadas pelo executivo, e aquelas inclusive tomadas pelo próprio judiciário, então a gente precisa construir uma relação de enfrentamento, uma relação de autonomia. Uma relação em que você não nega o papel que o Estado e que as instituições, né, da nossa democracia, o papel que elas cumprem na sociedade [...] Não há uma relação de negação desse espaço, mas é uma relação de entender o que esse Estado significa, e, numa perceptiva mais ampla, não sei se é muito o objetivo também da questão, numa perspectiva mais ampla nós vamos entendendo que a nossa construção de um programa popular para a juventude tá totalmente associada a construção de um projeto popular para o Brasil, né? [...] Então, disputar os rumos desse Estado é fundamental, então a gente entende que qualquer projeto de transformação social na realidade Brasileira não vai prescindir da disputa do Estado, né? (Levante)

O “CPIS” sempre nos orientou a não ser totalmente atrelados ao governo, porque se acontecesse alguma coisa a gente iria acabar, como muitas organizações vão acabar, com o fim do governo Dilma. A ideia de Estado é muito mais para análise do governo do que da análise da burguesia, por mais que a gente faça, a gente debata Estado, debate poder, debate capitalismo, mais-valia, mas na base do movimento, se você perguntar a uma pessoa da base do movimento ela não vai saber diferenciar, por exemplo, Estado Governamental e o Estado do Poder Burguês (Levante)

As Pastorais ressaltam a ausência de diálogo com o governo – representante do poder no Estado – após o golpe em agosto de 2016. A PJMP destaca que “*a relação não é tranquila*” e a PJ indica que “*A gente não quer dialogar com esse governo, a gente não quer conversar, a gente não quer papo, sabe a gente não quer mesmo, mas, se o*

*CONJUVE, ele continuar a gente vai batalhar para estar nesse espaço com enfrentamento mesmo. E localmente é a mesma realidade”.* É importante registrar que o abalo dessa relação se deu após o golpe e que durante os governos do PT, as Pastorais – de forma geral – e alguns outros movimentos sociais obtiveram ganhos importantes, como construir o mandato de Conselhos Nacionais ou compor comissões e cargos estratégicos, por exemplo.

O Levante e o Rua partem de um entendimento parecido sobre o conceito de Estado, no qual este representa os interesses da classe dominante, no entanto, também é capaz de atender reivindicações das classes populares. É essa possibilidade da existência de correlação de forças que permite que ele seja disputável e aqui é preciso fazer a ressalva de que isso não significa aceitar que o Estado financie o movimento ou o movimento adentrar as estruturas e imbricações do Estado. A fala das representantes do RUA esboçam bem essas ideias:

O Estado é a superestrutura, que serve a lógica do sistema, né? O Estado é a superestrutura que serve a lógica capitalista. Então, assim, a gente não tem nenhuma ilusão sobre o papel que o Estado cumpre hoje na sociedade brasileira, mas nas outras realidades pelo mundo, de corroborar com a lógica da opressão, da exploração, etc. Mas a gente entende que o papel do movimento é fazer disputas e aí disputas também que alterem a correlação de forças para conseguir arrancar coisas desses espaços de superestruturas. [...]. A gente acha que os movimentos sociais têm que ter muita independência com relação a essas estruturas, porque essas estruturas tendem a ser também mecanismos de cooptação [...]. Então, a gente entende ter essa independência e aí essa independência do ponto de vista financeiro, do ponto de vista político, do ponto de vista de relação, enfim... pra conseguir fazer o enfrentamento e alterar a correlação de forças da sociedade (Rua)

O nascimento do Rua ele se dá por uma necessidade de combater o que a gente chama de burocracias do movimento social que, na nossa opinião, atrapalham o desenvolvimento da luta anticapitalista e impactam na situação da esquerda hoje e nas dificuldades que a gente tem, particularmente com o fim desse ciclo petista, então, a gente tem como princípio a independência política, ao Estado, as reitorias, aos governos [...] (Rua)

É preciso refletir que uma relação tão imbricada entre movimento social e Estado produz não só desgastes políticos, mas pode acarretar no afastamento dos princípios e objetivos originais do próprio movimento ou até mesma a cooptação do movimento pelas instâncias do governo. No entanto, alguns movimentos sinalizam possibilidades atuar por dentro da maquinaria do Estado ou se utilizando dos órgãos e instituições com o objetivo de atender os interesses e demandas específicos, no caso, da juventude.

Com relação à *análise das políticas públicas de juventude* que os movimentos fizeram, há de modo geral, o entendimento que as políticas efetivadas pelos PT, específicas para a juventude ou mais gerais, surtiram efeito em termos de inclusão social de várias camadas da população. O que se discute é que ainda assim, em que pese os avanços em garantia de direitos, distribuição de renda, acesso a universidade, essas políticas ainda são insuficientes dada à dívida histórica do país com a população negra, ou dado o abismo social que separa ricos e pobres.

Há uma reflexão no Levante sobre a importância da aprovação do Estatuto da Juventude, mas que avanços como esse ainda convivem com medidas como, por exemplo, os “autos de resistência”, que funcionam como uma “licença para matar” a juventude pobre e preta. Outra avaliação também do Levante é que um governo de coalizões que precisou atender aos interesses do empresariado e da classe trabalhadora, em 12 anos, não ia conseguir promover grandes alterações, mas fez o suficiente e o que foi possível nesse período, mediante a situação e adotando a perspectiva de conciliação de classes:

A gente tem uma leitura de que algumas políticas públicas construídas no último período, embora elas não fossem todas específicas para a juventude, beneficiaram a juventude em alguma medida [...]. A própria aprovação do estatuto da juventude foi um... É um momento significativo, do ponto de vista de reconhecer a juventude enquanto sujeito de direitos, alvo de políticas públicas, ações de Estado, responsabilizar o Estado Brasileiro, do ponto de vista dos direitos dos jovens e das jovens, porém, são políticas ainda muito incipientes, incipientes porque a juventude Brasileira ela é muito mais ampla e diversa e tem muito mais anseios do que esses [...]. Nós precisamos nos perguntar se essas políticas públicas atendem ao que a gente acredita e tá formulando com nosso programa popular para a juventude. [...] Nós temos ainda em vigor os autos de resistência, como que você constrói política pública pra juventude, pensa um

projeto de vida pra juventude brasileira com o vigor dos autos de resistência. Então, é contraditório, né? [...] O acesso do jovem a cultura, o acesso do jovem a políticas públicas ainda é extremamente incipiente, então a gente acredita que essas políticas públicas estão muito aquém do que a juventude Brasileira demanda, e agora no cenário de golpe os retrocessos são maiores ainda. (Levante)

Eu acho que as políticas que o governo PT construiu pra juventude foram boas, porque não tinha nada. [...] Pela vida da juventude negra, pela juventude da periferia, creche pras mães jovens, né? Tudo isso poderia ter melhorado. Mas acho que pelo tempo que o governo passou, 12 anos ainda é pouco pra conseguir consolidar determinadas políticas públicas pra juventude [...]. Teve muitos retrocessos, assim, coisas que a gente já vinha querendo ter com a constituição de 1988. Mas eu acho que pra 12 anos foi o suficiente, entendeu? (Levante)

A PJ faz uma análise semelhante, considerando positivamente as políticas criadas, mas fazendo a ressalva de que ainda não é o ideal:

A gente avalia que foram positivas, houve um avanço, nessas questões das políticas públicas, mas a gente acredita que não foi o ideal, não é o ideal, está longe de ser o ideal [...]. Que na nossa época de grupo de jovem antigamente, quase ninguém fazia faculdade, faculdade era um sonho, ninguém fazia faculdade nos grupos de jovens. Hoje os nossos grupos estão cheios de pessoas que estão na faculdade, então isso é legal [...] Eu particularmente posso avaliar mais precisamente e vejo também que tiveram avanços que dão conta da vida da juventude, mas, não foram suficientes (PJ)

Abaixo as representantes do FONAJUNE e da PJMP argumentam que as políticas públicas foram criadas para serem paliativos, dessa forma, não chegam a raiz dos problemas sociais e ao fazer isso permitem que problemáticas se reproduzam e continuem existindo na sociedade. Para elas, as políticas foram:

Pouco eficientes, muita coisa não é colocada em prática. A grande problemática das políticas públicas de juventude são que elas não são pensadas para resolver o problema pela raiz, são políticas que são frágeis pelo fato de não serem pensadas para serem políticas de prevenção, não são pensadas de forma aprofundada em relação aos impactos das mazelas sociais que atingem a juventude (FONAJUNE)

São muito falhas [...] Mas a gente tem acesso a algumas políticas públicas, mas é muito escasso, é muito difícil... Agora tende a piorar, né? Mas é muito falho o acesso a políticas públicas que a gente tem... Tanto a cultura, a esporte, a lazer... As brechas... não há como negar, assim, a gente teve muito acesso às políticas públicas, mas precisava de algo mais pra poder complementar (PJMP).

Outro ponto que merece ser comentado se refere às especificidades do campo. Como é possível visualizar abaixo, pela fala da representante da PJR, a juventude rural acaba sendo beneficiada com a criação e consolidação de políticas mais genéricas, como a questão da energia e do transporte:

Olha não teve muitas políticas públicas direto para juventude, mas fomos beneficiados com algumas outras. A questão do estudo avançou muito, pois temos vários filhos de agricultores nas universidades; a chegada da energia foi muito bom; transporte também melhorou; alguns programas sociais, que não são só para a juventude, mas melhorou a vida da família num todo (PJR).

Entendendo que as ações e programas não são suficientes para as necessidades e demandas da juventude, o FONAJUNE alerta para o que seria necessário criar e a representante da PJR complementa, com as especificidades do campo, para que a juventude possa ter condições de viver essa fase com dignidade e igualdade de oportunidades:

Mais oportunidades de trabalho, programas voltados a profissionalização, mas em amplas áreas do conhecimento, não apenas voltados à indústria, programas voltados à educação também, ao esporte, lazer, maior preocupação com a saúde da juventude, em especial a juventude negra e periférica, pensar com seriedade em como combater alto índice de mortalidade da juventude negra, de mulheres negras que vem crescendo ainda mais o índice de feminicídio para essas mulheres, no alto índice de jovens encarcerados, no aumento do índice de mulheres encarceradas (FONAJUNE)

Que os jovens tenham acesso a terra, pois geralmente depende dos pais e não tem autonomia; ter acesso a trabalho e renda, melhorando as linhas de crédito; tendo uma assistência técnica de qualidade; comercialização dos produtos; educação no campo, pois os jovens estão estudando, mas não tem educação adequada para quem mora no campo (PJR)

A representante do RUA destaca a aprovação do Estatuto da Juventude como um ganho em termos garantistas, no entanto, ressalta que foram feitas concessões para que



isso acontecesse que não beneficiam a juventude, pelo contrário. Análise parecida com as demais, mas que avança no sentido de indicar que em períodos de desenvolvimento a situação da condição juvenil fica, em certa medida, estabilizada, mas nos momentos de crise econômica, a juventude continua sendo o grupo mais penalizado, a partir da atuação de um Estado penal, em que se privilegia a repressão em detrimento do investimento em políticas sociais. Dessa forma, a juventude se torna o grupo que mais sofre com o desemprego ou situações degradantes de subemprego e trabalho informal, como mostram os estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT):

Acho que as políticas públicas para a juventude e aí também do ponto de vista de Estado, elas são também ainda muito limitadas [...] A posição do Rua sempre foi de defender que houvesse Estatuto da Juventude, que houvesse política pública de Estado para a juventude, porque acho que é uma forma também de consolidar direitos e sempre que a gente for no caminho de consolidar direitos a gente tem que buscar construir esses processos, só que na nossa avaliação, o EJ acabou sendo um acordo que, em algum grau, rifou os direitos que já existiam por conta de algumas negociações e acordões que foram feitos para que ele fosse aprovado. [...] Então, a gente acha que precisa ser repensado essas políticas que avancem do ponto de vista das lutas que a gente já conseguiu e que deem cada vez mais segurança para as nossas juventudes que é um dos setores mais vulneráveis hoje, né? Quando chega a crise é isso, o desemprego maior é na juventude [...]. Os/as jovens LGBTs também numa situação de que muitas vezes não tem nem a opção de estarem em casa ou não, né? São expulsos, enfim, acho que é toda uma situação de vulnerabilidade, que as políticas públicas têm que atuar no sentido de combater (Rua).

As falas expressam uma série de preocupações com grupos específicos da juventude, como os/as jovens do campo, LGBTs, negros/as, que estão em uma situação de dupla vulnerabilidade, pela associação de mais de uma vulnerabilidade ou opressão. Há, em certa medida, nas entrevistas a exposição de um panorama ou diagnóstico da juventude, no qual apresentam o que foi construído, em termos de políticas e conquistas de direitos, e as fragilidades que persistem na efetivação dessas políticas e direitos. Essas falhas não só deixam de possibilitar a superação de uma condição de vulnerabilidade e/ou extermínio, como tornam tais fenômenos algo cotidiano e, para muitos, algo natural. Nesse sentido, é preciso refletir que as demandas da juventude rural, por exemplo, têm relação com as necessidades da juventude urbana, como a



questão da renda/trabalho, acesso a qualificação/educação e crédito, entre outros, ao mesmo tempo em que tais contextos possuem particularidades, que acentuam a diversidade que é a juventude e a situação juvenil.

Para além da formulação e execução de políticas públicas, é preciso pensar a *participação social da juventude*. Nesse sentido, perguntamos aos movimentos sociais como se dá a participação deles na política ou em espaços políticos. Vimos que alguns movimentos tendem a não dar muita prioridade ao processo de participação mais tradicional, em instituições e conselhos, por exemplo, e valorizar mais aspectos da autoconstrução do movimento, como apresentado no trecho abaixo que se refere à entrevista do Levante:

A gente tava na última gestão do CONJUVE, né? Em alguns lugares a gente conseguiu participar de conferências de juventude, conferências de educação, conselhos municipais, mas assim, uma experiência, do ponto de vista da nossa inserção, é também incipiente, porque esse espaço do controle social não é um espaço prioritário para o Levante popular da juventude, né? Então, não é um espaço que a gente nega, porém não é nosso espaço de prioridade de atuação. [...] A gente avalia que é importante que as organizações participem desse espaço (CONJUVE), mas a gente avalia que as organizações não podem se restringir a esse espaço. Então assim, os mecanismos de controle democráticos criados, após a constituição de 1988, conselhos, conferências, essas formas de que a sociedade encontrou de fazer o controle das políticas públicas é importante, mas não pode fazer com que os coletivos, organizações, movimentos sociais e populares estejam restritos a essa esfera de atuação, porque é insuficiente, né? A estrutura inclusive desses espaços tende muitas vezes a burocratização, tende muitas vezes a sucumbir a agenda dos movimentos a agenda do controle social. O controle social é importante, é fundamental, porém deve ser equilibrado com as ações de rua, com as lutas nas ruas, com a organização popular, com os trabalhos de base, pra que inclusive a gente tenha sustentação política nas massas, no povo, na juventude, pra conseguir pautar conquistas, reivindicações nos espaços de controle democrático, né? Então assim, a gente acredita que, se é importante que as organizações estejam participantes desses espaços, é igualmente importante que eles estejam com um pezinho na luta social, com um pezinho na rua, pra que isso se equilibre. Não

pode ter um descompasso. A gente acredita que esse descompasso não é benéfico, inclusive deseduca a luta popular (Levante).

O Levante avalia como importante está em espaços de construção coletiva com outros movimentos e coletivos, no entanto, entendem que a atuação do movimento não pode ser só essa e que, inclusive, esses espaços não devem ser prioritários.

A representante do FONAJUNE destaca algo importante, quando diz: *“A intenção é boa, mas infelizmente não temos força política e acabamos engolidos pelo Estado, pouco conseguimos fazer nesses espaços, mas não deixo de considerar importante e necessário”*.

Já a representação do RUA também considera a participação em lugares tradicionais importante, mas afirma que a prioridade é o trabalho de base e o fortalecimento do próprio coletivo. Inclusive, porque existe um entendimento de que esses espaços funcionam mais de forma simbólica ou ilustrativa, sem real poder de decisão, como o que acontece nas Conferências – diretrizes aprovadas não são implantadas ou cumpridas. No entanto, a própria representação do Rua diz que esse debate ainda está em aberto, que não é algo consensuado no coletivo:

Sobre os conselhos de juventude, isso é um debate também... É um pouco mais em aberto entre nós, que a gente ainda não se debruçou. Hoje, o Rua não participa formalmente dos conselhos de juventude, não nos espaços que a gente disputa. E aí por uma avaliação mais majoritária de que a nossa prioridade, no momento, é fortalecer as bases, é fortalecer as entidades estudantis, é fortalecer os espaços autônomos, enfim. [...] O balanço um pouco desses conselhos é que a maioria deles é um pouco de fachada, né? Acaba sendo muito controlado pela institucionalidade ou então aqueles que conseguem fazer um debate mais avançado não conseguem, de fato, intervir ou interferir no que vai ser aprovado, no que vai ser feito de política pública, pelos governantes, porque acaba virando um espaço de consulta, muito negligenciado. Então, é isso, acaba que a maioria dos conselhos foram muito por esses caminhos, né? Ou mais de cooptação, uma juventude muito carreirista, porque acaba que a disputa dos conselhos é muito individual, ao mesmo tempo essa crítica deles não servem para efetivar [...] a gente também defende o uso do espaço da institucionalidade combinado com as lutas para a gente cavar também esses direitos [...] (Rua)

Parte do descredito da juventude, inclusive, com as organizações políticas tem a ver com os processos de burocratização que houve, então, a independência para nós com relação ao Estado, aos governos e reitorias é bem importante [...] A gente não vê muito sentido em utilizar a nossa energia militante para essas conferências, que infelizmente, tiram diretrizes que não são cumpridas sistematicamente por parte dos governos e ainda legitimam o Estado como se houvesse democracia e participação por parte da sociedade civil quando na verdade é extremamente limitado, enfim [...] fazer um exercício coletivo dessa atuação e mais, que a gente não perca de vista que todos esses instrumentos de participação do MS [Movimento Social] e da sociedade civil eles são muito limitados para fazer pressão política, de fato, porque pressão de fato para atendimento de demandas ou para que não ajam cortes de direitos se faz, é com o jeito mais tradicional possível é colocando gente na rua, fazendo pressão, é com ação radicalizada, é com o que são as ocupações nas escolas hoje (Rua)

Outra representante entrevistada do Levante já menciona que, por ser importante, a participação política tem que acontecer onde houver espaço, onde for possível, como visualizado na fala abaixo:

A gente acredita na participação política da juventude em qualquer espaço, então, por exemplo, CONJUVE, Fórum Social Mundial, encontros de juventude é bom pra mobilizar, pra fazer com que o jovem tenha a primeira possibilidade de entrar na militância. O Levante que já tá organizado noutra relação de luta, a gente não bota tanta força, por mais que a gente tenha participado dos conselhos, a gente participou das conferências. Não quis botar delegados pra nacional, mas votou, participou, tirou delegado municipal. [...] A gente não disputa muito o espaço, a gente participa mais que disputa. Disputa outros espaços, são espaços mais de unidade, a gente acha mais unidade. (Levante)

A fala da representante da PJMP agrega algo importante ao questionar: “*se a juventude não ocupa os espaços que são propriamente ditos para juventude, quem é que vai ocupar? Quem é que vai fazer pela juventude se não ela mesma?*” Ela mesma responde ao indicar se tratar de espaços estratégicos para a juventude: “*então, é importante, é estratégico, porque você estando lá, depende também da juventude que está lá [...] Então, é importante ocupar esses espaços até para que possa ser construído algo que possa prevalecer pra juventude*” (PJMP). O processo de impedimento da

presidente Dilma Rousseff também teve reflexo na manutenção de alguns processos participativos, como a permanência de Conselhos:

A gente tava e tá ainda no "CONJUVE", só que o CONJUVE passa por um processo assim, de golpe também, né? Porque com o golpe todos os espaços de secretarias e tudo mais que diz respeito a governo, que era, que tinha uma linha mais de esquerda, tá sofrendo processo de escanteio [...] Fora o CONJUVE, a gente tá em outros espaços, a gente tá nas comunidades indígenas, tá no movimento negro e tá em outros movimentos que acabam também sendo uma bandeira de luta nossa [...] A gente tá sempre nesse embate porque a gente acredita num projeto popular que seja do povo mesmo, né? Que buscam por um projeto popular de verdade pro brasil. [...] Quem não ocupa os espaços não é visto (PJMP)

Por fim, abaixo a PJ salienta uma maior participação da juventude nos últimos anos, o que talvez possa demonstrar que em anos de instabilidade econômica e estagnação do desenvolvimento socioeconômico há uma efervescência social que faz oposição ao que está posto na sociedade. Nesses momentos, é possível perceber maior envolvimento da juventude com as “causas sociais”, mas é uma indignação que também faz eco em outros grupos sociais, uma indignação generalizada, como foi nomeada nas manifestações de junho de 2013:

Percebi nos últimos anos um engajamento maior da juventude dessa questão. Sobretudo de movimentos sociais, de organizações, eu não sei se é impressão minha, mas olhando assim algo mais macro, observo que a juventude tem tido um olhar, talvez porque os espaços estão mais politizados também, sejam as universidades que também foi, tem muito forte isso, né? (PJ)

O código a seguir trata das *articulações* que os movimentos estabelecem com outros coletivos, grupos e movimentos, de juventude ou mais amplos. Nesse sentido, é preciso refletir que mesmo os movimentos mais focados na própria autoconstrução ou em trabalhos de formação política com as bases, precisam em algum momento, articular suas ações e atuações nos espaços públicos, em manifestações e outros momentos em que é necessário produzir uma unidade na luta programática e estratégica:

A gente tem uma permanente parceria com movimentos como o MST, o próprio CEPIS [ Centro de Estudos de Educação Popular] [...] que é o centro de estudos de educação popular lá de São Paulo, que assessora movimentos sociais desde a década de 80, assessorou o MST e assessorou vários movimentos da via

campesina, assessora o Levante inclusive, na formação política e tal. É nesse momento em que as construções unitárias são fundamentais, nós do Levante temos construído a experiência da Frente Brasil Popular, né? A frente Brasil popular tem sido esse espaço que aglutina setores desse campo que fazem uma... faziam uma análise crítica ao governo, mas que não faziam uma análise de negação ao governo. Que entendia as contradições que estavam colocadas por esses anos de governos PT, mas a gente acredita que precisa ir além também, né? Que precisa construir as bandeiras ofensivas. [...] Na Frente Brasil Popular nós temos um segmento bem diverso de juventudes, né? É... juventude ligada ao movimento negro, ao movimento LGBT, ao movimento de mulheres, a juventude ligada a organizações partidárias, juventudes ligadas a outros movimentos sociais como é... Os movimentos da Via, os movimentos sindicais, então, por exemplo, a juventude da CUT, a UJS, Juventude do PT, é... Juventude de movimentos populares como a CMP, tem uma série de movimentos que estão compondo essa frente [...] Notadamente é esse campo de alianças que a gente tem priorizado hoje com esses movimentos que compõe a Frente Brasil Popular. (Levante)

Assim como o Levante, o Rua também está presente em redes e frentes, como a Frente Povo Sem Medo, que aglutina outro setor de movimentos sociais, sindicatos, coletivos e partidos que pensam a transformação da realidade a partir de outras linhas e estratégias, como pode ser visto no trecho abaixo:

A gente acha que a transformação social ela não vai se dar somente pelo Rua, não acho que nós somos a resposta da revolução, o único movimento que vai fazer isso. Então, a gente acha que é muito importante traçar vínculos com outros movimentos de acordo com a nossa proximidade estratégica, unidade de ação, etc. Então, tem os movimentos que a gente tem uma unidade estratégica maior: Juntos, UJR, Vamos a Luta, o MAIS, alguns movimentos sociais importantes, como o próprio MST, o ANDES. A gente reconhece que estão nesse campo de unidade mais estratégica, só que a gente compreende também que a mudança de período, a partir do golpe, ela traz uma necessidade de construir também unidades mais amplas de ação, unidades táticas, que são unidades mais pontuais, necessárias contra o governo do Temer, né? [...]. É muito importante ter sempre uma aliança proletária com os setores da classe trabalhadora, né? Então, o ANDES que é o sindicato nacional do ensino

superior, a própria FASUBRA, alguma centrais sindicais importantes, enfim... o próprio MST, MTST. A gente acha que essas alianças dos movimentos de juventude com a classe trabalhadora são fundamentais. Então, a gente busca sempre tá forjando espaços de unidade (Rua)

Nesse momento, a gente tá participando da Frente Povo sem Medo, desde a sua fundação – a gente entende que é uma frente política ampla que cumpre o papel de mobilização popular importantíssima no momento aonde os nossos direitos estão ameaçados, direitos históricos, inclusive, com reformas estruturais para o capital. Então, a Frente Povo sem Medo para nós, tendo o MTST como parceiro político do Rua, estratégico, importante, um parceiro, digamos, prioritário, é um espaço que a gente tem construído com muito carinho (Rua)

É interessante destacar a articulação entre os movimentos de juventude e os sindicatos e as associações da classe trabalhadora, pois demonstra a ideia de que a unidade deve ser construída tendo esses dois grupos articulados. A representante do FONAJUNE fala em casos de jovens do próprio movimento que também constroem outros espaços: *“muitos [jovens] participam de outras frentes, como coletivos de feminismo negro, ciberativismo, movimento estudantil, de cultura”*. E a Pastoral de Juventude destaca a articulação com movimentos populares e que, muitas vezes, o diálogo externo é mais “fácil” do que articular internamente:

Os movimentos que a gente tem mais proximidade são os movimentos que 'estavam' na conferência, né? Que é Levante, que é até os movimentos, as próprias organizações dos partidos políticos [...]. Então, foi movimento popular, a gente tá junto. As PJs, apesar de que a gente consegue dialogar mais pra fora do que pra dentro (PJ)

De modo geral, todas as representações entendem que é necessário formar rede ou frentes de atuação, assim como, construir espaços horizontais e mistos, porque sozinhos é muito mais difícil conseguir conquistar o que quer que seja, como sugere a PJMP: *“Formar rede, ninguém é só no universo, né? Então, formar rede é fundamental pra que a gente possa se fortalecer”*.

A **análise de conjuntura** parece ser uma atividade que os movimentos estão o tempo todo empreendendo, algo considerado importante em qualquer momento, principalmente, em situações de crise e instabilidade para entender o cenário e, a partir disso, poder intervir ou atuar. Sobre esse tema, podemos dividir as falas em uma análise

dos governos do PT; as manifestações de junho de 2013; o golpe, em 2016; desafios e as alternativas de construção de uma nova sociabilidade:

[...]Então, o PT chega ao poder não só como a alternativa da classe trabalhadora, mas chega ao poder também como a alternativa de seguimentos do empresariado, especialmente aquele setor empresarial que perdeu significativamente alguns ganhos em relação a uma burguesia mais voltada ao rentismo, mais voltada a associação com o capital internacional. [...] E isso se beneficiou numa conjuntura que era minimamente favorável. Favorável na América Latina, favorável na realidade brasileira, favorável com o crescimento da China, favorável com um cenário em que a própria América Latina vinha construindo alternativas locais como, por exemplo, o Mercosul, né? [...] Então, o PT surfa um pouco nessa onda, né? E constrói iniciativas extremamente contraditórias, né? [...]. Você vê: caiu os índices de desemprego, você amplia a população universitária, você coloca um conjunto de políticas públicas que, no mínimo, geram contradições nessa sociedade, né? Porque, se fazer luta na universidade com o jovem que vinha do setor médio era uma coisa, lá na década de 1990, agora fazer luta na universidade com o jovem que vem das políticas de cota coloca um outro desafio. Então, é... Você cria tensões nesse processo. (Levante)

A gente tem acumulado desde junho de 2013 que é preciso construir/erguer um novo bloco histórico/político no Brasil, que supere o que foi a estratégia política petista de conciliação de classes e que supere a referência no petismo como o principal símbolo da esquerda brasileira... isso porque, na nossa opinião, o que foi o programa político que se construiu no principal ascenso de greve no Brasil, na década de 1980, e que deu origem ao PT e também a CUT e também fortaleceu a UNE e deu origem ao MST, acabou se transformando em uma governabilidade conservadora e um exercício do poder político que foi incapaz de dar conta de pelo menos uma das demandas centrais da classe trabalhadora e da juventude, a partir de um governo que foi incapaz de enfrentar a necessidade de democratizar a comunicação, a reforma agrária e urbana, de fato, o peso a educação pública e a saúde pública e não a processos de privatização e terceirização, enfim.. na nossa opinião, essa estratégia política que a gente entende que é baseada no modelo neodesenvolvimentista e que prioritariamente significa a tentativa de conciliação de classes se provou incapaz de ser uma



estratégia de enfrentamento aos poderes estabelecidos, as elites e de transformação do sistema (Rua)

Sobre Junho de 2013, o Levante aponta a importância que foi esse momento tanto pela multidão que participou das jornadas quanto pelo que ela significava naquela conjuntura e, posteriormente, o que indicou de agendas mal resolvidas e disputas políticas:

Acho que julho de 2013 é um processo muito significativo, porque é um processo em que a juventude ela, em alguma medida, compartilha de uma indignação que ela: "quero mais. Sei que é pouco" "eu quero mais mobilidade" "(eu quero poder... quero não poder gastar...)" quero não precisar gastar duas, três horas da minha vida no sistema de transporte" né? "eu quero mais mobilidade", "quero mais acesso a cultura", "quero mais emprego", "quero mais política pública", "quero mais educação", "quero mais saúde". [...] A mídia disputou os rumos das mobilizações, mas a juventude, ela tencionava também por mais política pública, né? por mais acesso a saúde, por mais acesso a educação e tal. (Levante)

A leitura que um dos representantes do Levante realiza demonstra as contradições da conjuntura: se a situação de crise e instabilidade política e econômica chega a índices altos, essa situação pode ter o efeito inverso do esperado (mobilizações) uma vez que aquele/a jovem trabalhador/a que está numa situação precária de trabalho não irá aderir a greves e manifestações pelo receio de perder seu trabalho, ainda que este ocorra em péssimas condições e ainda que as mobilizações sejam, justamente, para melhorias de condições de trabalho:

No cenário de maior degradação, né... de maior degradação das condições de vida, é mais difícil de fazer luta, porque a pessoa precisa lutar pra sobreviver, e... pra lutar por seu emprego. Num cenário de desemprego é mais difícil de fazer greve do que num cenário de emprego mais estável [...] Fazemos uma análise que esse cenário ele foi se tornando insustentável, porque você não tem uma perspectiva de poder, você não tem uma perspectiva de transformação estrutural, por que você não tem uma perspectiva de transformação estrutural? Primeiro, o PT abre mão de um projeto de poder (do Estado); segundo, as alianças feitas em torno desse projeto neodesenvolvimentista são alianças que não permitem transformações estruturais [...]. A insustentabilidade disso ficou explícita agora no contexto do golpe, né? Ficou explícita no contexto do golpe, porque julho de



2013 escancara também pra burguesia brasileira a incapacidade das organizações que sustentam o governo, a própria incapacidade do governo, dos governos do PT, é... serem referência para os movimentos de massa. [...] O número de greves no Brasil, segundo o DIEESE, começa a crescer, inclusive, pós 2009, chega a patamares parecidos, em alguns momentos superiores, a década de 1980, que é período de reorganização do movimento sindical no Brasil. As lutas, elas aconteceram, continuaram acontecendo, mas esse cenário em que a... esse cenário da... das mobilizações, das jornadas de junho de 2013, escancara essa contradição e essa... Essa incapacidade do PT é... ser essa referência pro movimento de massa e consequentemente também escancara o processo de crise econômica que a gente vivia na realidade brasileira, né? [...] Os governos do PT não construíram alternativas de poder, não construíram estratégias pra democratizar os meios de comunicação, não construíram estratégias pra construir uma reforma Política, né? Não construíram estratégias pra consolidar os instrumentos de controle social, inclusive que eles próprios criaram, não construíram estratégias pra forjar uma consciência nos usuários das políticas públicas que eles próprios criaram (Levante)

A análise de conjuntura que os movimentos realizam também são acompanhadas por reflexões sobre os desafios que estão postos, tanto para a juventude quanto para a classe trabalhadora, de modo geral, e também um conjunto de possibilidades e alternativas para enfrentar a conjuntura e o desmonte de direitos, como pode ser visto nos trechos abaixo:

Esse desafio pra uma juventude que não vivenciou o auge do neoliberalismo, mas uma juventude que vivenciou políticas públicas e acesso a programas importantes, a uma conjuntura de queda do desemprego, de maior acesso a educação e outras políticas sociais, mas que agora não pretende abrir mão disso, né? Então, disputar isso, construir isso no dia-a-dia com juventude é fundamental, né? Então, acho que abre um cenário significativo pra luta Política, pra luta social. Temos o desafio aí, né... que é conseguir fortalecer as ações de massa, as lutas de massas, que envolva a parcela da juventude que não está organizada, porque só um movimento de massas é capaz de romper o cerco da burguesia e romper o retrocesso que tá colocado nessa conjuntura hoje (Levante).

A fundação do Rua já nasce a partir da vocação de erguer um novo bloco histórico, e na nossa opinião, esse novo bloco histórico ou essa referência de esquerda anticapitalista, estrategicamente anticapitalista, de fato, ela vai necessitar de um protagonismo da juventude muito significativo [...]. Por isso, nesse momento aonde todas as nossas táticas enquanto movimento social ela se colocam diante de um desafio que esse novo ciclo político, com o fim do que foi o peso do petismo no governo para um novo governo mais à direita ainda.. Enfim, nós estamos no desafio de recalar nossas táticas a serviço desse novo momento histórico (Rua).

A população, o povo brasileiro quer construir, projetos, programas, propostas concretas para os seus problemas, né? [...] Acho que eu já falei disso antes, mas o esforço de construção de uma bandeira Política de alternativa à crise, né? [...]. Uma constituinte, é algo que a gente tem colocado no horizonte como uma saída desse cerco político, né? É algo que você tenciona e que você explicita o... a correlação de forças, os reais interesses, né? Das classes sociais (Levante)

Outro ponto sobre a análise de conjuntura realizada pelos movimentos é justamente como todos esses processos políticos, econômicos e sociais que estamos vivenciando impactam a própria existência e resistência dos mesmos. Nesse sentido, é analisado tanto o fato da conquista de direitos que existiu no governo petista – maior inserção nas universidades, por exemplo – ter contribuído para o desenvolvimento e consolidação de alguns movimentos, como a possibilidade da conjuntura ir minando a atuação dos coletivos e grupos, a partir de processos de criminalização cada vez mais intensivos. Além disso, a conjuntura traz impactos também para a agenda que os movimentos constroem de formação e de lutas. As falas abaixo trazem um pouco desses entendimentos:

[...] Mas também foi um período que abriu a possibilidade de o Levante existir. Se não tivessem as cotas, se não tivessem PROUNI, se não tivesse bolsa, condições objetivas pra juventude viver, não existiria um movimento de juventude como o nosso. Assim, claro que a gente sempre tentou não ser completamente atrelado ao governo, até porque a gente é acompanhado pelo “CPIS” [...] Os jovens tão entrando pra dentro dos sindicatos, mesmo não sindicalizados, mesmo não militantes de sindicatos, pra construir a unidade e tal. E aí a juventude sendo a protagonista disso a gente acredita no primeiro cenário

que a mídia, que a burguesia pró imperialista vai construir um processo de definhamiento, de desconstrução do movimento. Então, acabar com as mobilizações de rua através da criminalização, que isso já está acontecendo. Isso aconteceu também no governo Dilma, né? Com a questão do projeto de antiterrorista e tal. Ou não, a possibilidade B é que não vai ter, vai ter uma intensa criminalização, como sempre teve, mas a mobilização popular vai persistir e a classe trabalhadora junto com a juventude estarão em uma só construção. [...] A gente tá trabalhando com esses dois cenários, definhar e a gente passar novamente por um processo de novamente, de quebra do movimento popular ou não assim, [incompreensível] que aí rememora a gente coloca aí o maio de 68 como esse processo de organização da classe como um todo (Levante).

Arelada a discussão dos possíveis impactos da conjuntura para a existência e manutenção dos movimentos, também cabe aqui refletir sobre os retrocessos na garantia e efetividade de direitos, como por exemplo, os cortes na educação e na cultura, que produzem desmobilizações e dificultam o cotidiano de atuação e atividades dos movimentos, na medida em que impedem seus membros de participarem das ações ou os colocam em situações em que preciso escolher para onde ir. Nessa análise, é preciso sair do binarismo e determinismo de que só pode acontecer uma coisa ou outra – desmobilização ou ação incidente –, até porque o cenário é muito complexo e envolve muitos atores. Como ressalta a representação do FONAJUNE: *“Os retrocessos que tem acontecido tem desarticulado e muito os movimentos sociais, não temos conseguido dar conta de lutar contra tudo isso, mas resistimos e seguimos”*, a perspectiva é de mesmo no pior dos cenários continuar a luta, continuar resistindo:

E agora tá voltando a ser criminalizado novamente [...]. Talvez as redes sociais tenha ajudado isso e ao mesmo tempo cresceu o conservadorismo, mas, eu também vejo que há uma juventude aí mais politizada, assim, os lugares que eu tenho ido, até mesmo os lugares que a gente não imagina [...]. A gente sabe que para construir isso a gente vai apanhar na rua [...]. Então, a gente tá nessa, a gente faz análise consciente de que não tá fácil, que a gente vai continuar com fora Temer, que a gente vai continuar dizendo não a esse governo, mas que a gente precisa pensar numa proposta, que o “volta”[“volta Dilma”] não vai resolver. Isso aí ficou muito forte pra gente: “O volta não vai resolver”. [...] Qual o projeto que a gente quer, e a gente tá assustado. Na verdade a gente tá assim,

sabendo que a gente tem que dizer uns não, os gritos que a gente tem que dar. Mas, dizer qual é o projeto que a gente vai fazer agora? É só mudar o governo? É o quê que a gente precisa fazer, entendeu? Ainda tá muito assim, a gente não tem essa resposta. (PJ)

A gente acha, assim, que a esquerda se afastou dos movimentos de base por achar que já estava tudo bem, né? [...] A gente observa que os movimentos de esquerda têm essa questão, né? Da formação de lideranças. Quem é que dá continuidade a isso? A gente olha e aí vem toda a questão: sempre são os mesmos que estão a frente dos diretórios, das questões, e a esquerda deixou mesmo, assim, de lado, e isso que nós estamos vivendo hoje é fruto. [...] Então, ou volta as bases ou o negócio não vai andar mais, ou a gente vai continuar com essa forma que a gente tá. Não vai ter saída, não vai ter Lula, não vai ter ninguém que dá. [...] A gente nunca abandonou, é uma prioridade nossa, não tem nem como abandonar. É uma prioridade nossa e o trabalho na base pra garantir a vida da galera, e a formação também. [...] E o trabalho de base é saída pra o fortalecimento da esquerda, digamos assim, né? Eu só não sei qual esquerda a gente tá falando (PJ)

O que a gente conversou a nível nacional da conjuntura em outubro pro que a gente já consegue enxergar hoje, muita coisa mudou, então todo dia a gente tem que estar fazendo esse olhar, todos os dias tem que estar atento ao que pode surgir de pior, né? (PJMP)

Porque os acordos que foram feito, as alianças políticas que foram feitas do governo Dilma principalmente, é... Esqueceu um pouco da população que lhe apoiou, né? Quando 2014 o povo foi pra rua, colocou Dilma no poder e quando chegou lá ela fez várias alianças que só prejudicou a população, então assim, também teve sua parcela para o golpe, mas assim, a gente teve muito acesso, falho, mas teve sim, não há como negar, principalmente o Nordeste, o Nordeste foi merecido, melhorou muito, ninguém precisou migrar pra poder ter acesso a comida, ninguém precisou sair de sua casa pra poder ter acesso a universidade, ter acesso à água, o programa 888 Mais um, próximo às comunidades rurais foi fundamental. Quantas casas não tiveram água em períodos de seca porque tinha cisterna? Quantas pessoas não saíram de casa de taipa pra morar em casa de tijolo? Tiveram acesso à energia, a gente teve avanços? (PJMP)

Nós somos uma geração, pós-queda do muro de Berlim, década de 1990, que cresceu vendo o capitalismo como sistema dado e qualquer outra possibilidade sistêmica sendo esmagada ou confrontada, então, no nosso imaginário ou imaginário dessa geração não existe outra possibilidade sistêmica e o que essa ideologia prega e nos disputa desde pequenos é que pra ser feliz/ a felicidade está condicionada a matéria, ao dinheiro, ao sucesso profissional e que pra você chegar nessa felicidade, você tem que estudar cedo, conseguir um trabalho o mais rápido possível, juntar dinheiro, construir sua vida, construir sua família. Nunca tá colocado um projeto coletivo, nunca tá colocado um questionamento disso. Então, eu acho que é muito revolucionário disputar as pessoas para a coletividade, né? [...] Aí a instabilidade política começa a ganhar um grau muito grande e que gera bases para o golpe institucional, teve, inclusive, muitos confrontos de leitura entre setores da [...] E a gente entende que a juventude [e aí acho que por isso que o debate ele é interseccional], pra nós, a juventude não é uma categoria abstrata que “ah, todo mundo que é jovem a gente tem que defender”, não é isso, mas é compreender como uma categoria social com maior vulnerabilidade, principalmente, dentro dos setores oprimidos, da juventude e da classe trabalhadora, que a gente fala. Então, essa juventude que tá sendo muito atacada pelas reformas e pelas políticas de austeridade que tá passando. A PEC 55, a reforma do ensino médio, a reforma da previdência, desmontam os nossos direitos de diferentes formas, mas é essa geração que vai sofrer com isso, né? Porque os próximos 20 anos, sendo os 20 anos em que essa geração vai se consolidar, vai começar a trabalhar, vai estudar, etc., vão ser os atacados pela PEC, né? Vão gerar uma situação de instabilidade social muito grande, a reforma da previdência é uma reforma que vai impedir a nossa geração de se aposentar; a reforma do ensino médio precariza muito a educação e a gente sabe que se na universidade, 80% dos jovens não fazem parte do ensino superior, no ensino médio, 85% da juventude está na sala de aula, então, é essa galera que vai se prejudicar essas reformas. [...] A gente faz um balanço de que a estratégia de conciliação de classes, que foi a estratégia adotada pelo PT no último ciclo, foi uma estratégia falha do ponto de vista da emancipação social, né? De uma ruptura sistêmica. Na nossa opinião, ela favoreceu o sistema vigente (RUA)

Algumas falas expressam a preocupação com a proliferação dos discursos de direita ou conservadores nas classes populares, o que reforça a ideia de que há uma polarização na sociedade, que indica uma intensificação do antagonismo de classes. A análise realizada pelos movimentos indica também que “faltou” trabalho de base o que, por sua vez, repercute na “ausência” de consciência de classe – reflexo da esquerda ter abandonado a formação política nas comunidades e periferias. Os trechos abaixo mostram essa preocupação das representações da PJMP e do Rua:

Ver uma quantidade de público que aplaude Bolsonaro e que... a quantidade de pobre que diz que é de direita sem ter uma consciência de classe é surpreendente. Onde é que esse povo tá que não se enxerga na sua situação econômica e de localidade, assim, é uma conjuntura muito complicada e que por mais que a gente dê, faça esse olhar na base, tem hora que a gente se perde, que a gente não consegue encontrar caminhos que a gente diga que "não, agora vamo por aqui que por aqui é melhor". Eu diria até que o governo, esses últimos 13, 12, 13 anos de governo que o Brasil viveu foi muito bom, porém faltou um algo essencial, que foi a formação política da base, então meio que os movimentos sociais como um todo se acomodaram e esqueceu a formação mais grosseira mesmo, a formação de ir de porta em porta, de ir nos grupos mesmo [...] O que a gente tem que fazer agora diante dessa conjuntura é bem isso, fazer o trabalho de formiguinha de tentar -não sei se é possível, mas eu ainda acredito muito- reverter esse quadro de consciência política, principalmente da população mais empobrecida que acreditou que o golpe seria melhor para o Brasil, é uma conjuntura que a gente tem que estar todos os dias de olhos e ouvidos muito abertos (PJMP)

Hoje nós [a esquerda] somos minoritários, hoje, a hegemonia do pensamento político, inclusive, por parte dos setores mais pobres da classe trabalhadora tem sido muito disputado pela direita... Infelizmente, quem tem se fortalecido, do ponto de vista ideológico e institucional no último período, é a direita brasileira, o que é lamentável (Rua).

#### **4.3.1 A práxis social da juventude e sua relação com o Estado e a sociedade.**

Para ajudar a entender o processo de descredibilidade da juventude para com a política, Castro (2008) faz uma distinção interessante entre “política” e “político”, na

qual o primeiro termo é entendido como uma forma legítima e organizada de fazer a sociedade funcionar, estabelecer reformas e levar adiante possíveis mudanças ou até mesmo atuar para reproduzir o *status quo*; Já o segundo, é entendido como uma construção coletiva derivada de uma práxis social, geralmente, contra-hegemônica. Nesse sentido, há tanto aspectos da política quanto do fazer político aqui refletidos, muito embora, as falas expressem muito mais a forma como os movimentos reconhecem as engrenagens ou superestruturas que conformam a sociedade e como atuam, a partir desse reconhecimento.

Em alguns trechos é possível perceber um tom de radicalidade – aqui entendida como ir a raiz da questão/problema/situação – nos discursos que pode ter a ver com o processo de consolidação do movimento, com a própria identidade do mesmo, com as pautas e bandeiras que são eleitas como prioridade e com a finalidade ou objetivos que o movimento possui. Esse tom diz do fazer político dos movimentos e daquilo que acreditam contribuir para a transformação da sociedade, em alguns trechos é possível perceber com mais clareza que a atuação política que eles desenvolvem tenta estar em consonância com o que é vivenciado na conjuntura do país. Nesse sentido, as falas dos/as entrevistados/as demonstram uma maturidade política desenvolvida, uma vez em que aspectos da conjuntura e da própria história de conformação da sociedade brasileira são utilizados para pensar a própria atuação, como militantes dos movimentos pesquisados e estabelecer conexões com o momento que vivemos.

A reflexão que é produzida sobre o Estado, o papel que ele tem e as possibilidades desse Estado atuar em favor da classe trabalhadora e juventude são realizadas a partir do entendimento de que esse Estado é disputável, em que pese ele ser tido e compreendido como “um comitê gestor da burguesia”, nessa relação há inúmeros atravessamentos que permitem fissuras e rupturas. A perspectiva de Estado como uma “instância” disputável nos remete a discussão de Estado ampliado em Gramsci, na medida em que a totalidade do mesmo é composta pela sociedade civil – junção de um conjunto de instituições que atuam política e culturalmente na sociedade – e a sociedade política – conjunto de aparatos repressivos que sustentam a ideologia dominante (Paiva, 2011). Nesse sentido, como aponta Mascaro (1976), por se espriar para além dos limites autodeclarados e se mesclar com os demais aparelhos sociais, o Estado pode ser lido como ampliado, em outras palavras, a correlação de forças entre trabalhadores e burguesia é algo que influencia a atuação do Estado e algo que tem sua dinâmica



alterada a partir da dinâmica das relações sociais que estão postas, mas que também são dinâmicas.

Diante do entendimento do que é o Estado, pensar o envolvimento do movimento na maquinaria estatal é algo delicado, porém é necessário de ser feito uma vez que pode significar uma linha tênue um movimento ser cooptado e, assim, aderir as determinações e forma de funcionamento do Estado e o movimento conseguir fazer uma leitura crítica desse Estado e buscar atuar não no enfrentamento, mas nas fissuras que são estabelecidas no processo de gestão. Isso gera consequências acerca da forma como as conquistas de direitos são obtidas, mas, muito mais na forma como esses direitos são efetivados. O maior exemplo do que estamos falando foi a implantação do Estatuto da Juventude – uma legislação repleta de controvérsias e contradições que exprime a disposição das lutas da juventude naquele momento. O Estatuto foi aprovado, mas não sem que tenham sido feitas restrições e abertas concessões, o que, por sua vez, não implica dizer que ele não se configura como um avanço. Ainda que ele também seja visto como um avanço legislativo, na prática, como já dito, uma série de reivindicações antigas ainda está pendente, como o fim dos autos de resistência, que tem implicação direta com o extermínio da juventude negra.

Em que pese às dificuldades de implantação e real efetivação dos direitos previstos no Estatuto, também é fato que houve avanços na criação de políticas públicas para/de juventude, permitindo um maior acesso aos direitos sociais, contemplando, em alguma medida a diversidade da juventude. O Plano Juventude Viva conseguiu funcionar durante um determinado período e produzir reflexões, tensionamentos e provocações na sociedade, muito mais do que ações efetivas de enfrentamento ao extermínio da juventude negra; outro exemplo é o ProJovem, que funcionou como uma injeção de recursos visando a melhoria da qualificação profissional dos/as jovens, em caráter de urgência, no primeiro momento e, em seguida, mesmo com a redução de recursos conseguiu alfabetizar e prover qualificação profissional, ainda que, em ocupações “desprestigiadas” socialmente e que reproduzem um determinado lugar social para a juventude pobre.

Ainda sobre as políticas públicas, as falas trazem o caráter incipiente das mesmas e a preocupação com o desmantelamento e descontinuidade dos programas e ações voltados para a juventude, principalmente, após o golpe (2016). Sobre o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, as análises começam com os governos do PT, em geral, apresentando tanto aspectos positivos quanto negativos do governo e a



perspectiva adotada pelo mesmo – governo de coalização – que se esgotou e influenciou, em alguma medida, o processo de golpe de característica parlamentar, jurídica e midiática. Como dificuldades, desafios e possibilidades, é apontada a necessidade de retomar o trabalho de formação com a base e, inclusive, alguns movimentos indicam que realizam isso e que entendem que a formação é a prioridade deles, até porque a análise que é feita é de que a esquerda deixou de fazer esse trabalho e acabou perdendo espaço para outras instituições, como a igreja evangélica e organizações que pregam um discurso mais conservador.

Dessa forma, as análises produzidas pelos movimentos indicam que houve uma proliferação desses discursos no seio das classes populares e uma incorporação de valores relacionados a eles por parte da população mais pobre. Nesse sentido, o desafio é voltar a ocupar esses territórios e disputar esses discursos, e aí entra a questão do estabelecimento de articulações, construção de frentes (Povo sem Medo ou Brasil Popular) e retomada da perspectiva do trabalho de base. Gonh (2011) aponta que a análise de conjuntura ou diagnóstico social realizado pelos movimentos é parte importante da ação, pois é a partir disso que surgem articulações, atividades, propostas, entre outras atuações, que dão identidade aos membros de um grupo e consolidam o sentimento de pertencimento.

Por fim, nesse eixo, há uma reflexão sobre o processo de participação da juventude em que observamos que não há consenso sobre como pode se dar esse processo. O que é visível e já apontado em estudos sobre os movimentos sociais produzidos pela estudiosa Maria da Glória Gohn e outros, é que a juventude tem inovado e optado por processos não convencionais de participação, que envolvem ocupar as ruas, escolas e instituições em detrimento de ter sua atuação restrita aos espaços tradicionais e clássicos, ainda que se reconheça a importância desses lugares e que se entenda a importância de se fazer presente neles.

Sobre esse tema, Carrano (2016) traz contribuições interessantes ao nos convidar a refletir sobre as novas formas de participação sem desprezar ou desconsiderar o acúmulo produzido pelo movimento estudantil, por exemplo, mas ampliando o olhar e buscando entender o que a juventude está sinalizando com essas novas formas de ocupar os espaços públicos, promover atos e manifestações e questionar o *status quo*. Além disso, é preciso pensar sobre o que esse modelo novo de participação indica, muito mais do que um descrédito com as formas tradicionais de participação institucional e com a política, de forma geral, é talvez a delimitação de um lugar para a

juventude, no qual ela pode se expressar e expressar suas demandas e necessidades de forma autônoma e independente de outros grupos. Em resumo, as reflexões de Carrano (2016) se associam as nossas no sentido de propor o debate sobre as novas possibilidades de enxergar esse fenômeno e fazer avançar as análises sobre as diversas formas de participação juvenil.

Ainda de acordo com Carrano (2016) existem, em debate na literatura nacional e internacional, duas principais visões sobre participação juvenil, quais sejam: a ideia de que a juventude não participa e a perspectiva de que os/as jovens participam de uma nova maneira – acreditamos que essa segunda visão reflete a construção e reformulação dos movimentos sociais contemporâneos, incluindo os identitários. Diani (1996), fala em sentido forte ou fraco da participação, se referindo às diversas situações que proporcionam o engajamento militante e que podem, em alguma medida, ter impactos na vida de indivíduos, grupos e instituições.

O primeiro tipo diz respeito à possibilidade real de influenciar determinada situação ou contexto, enquanto que o segundo se refere à um tipo de participação mais simbólica – já comentada anteriormente – na qual há pouco ou nenhuma interferência em processos de decisão, por exemplo, os plebiscitos que são realizados de forma “aleatória”, com a falsa ideia de que existe uma preocupação em consultar a população ou ainda o que se chama de “participacionismo pedagógico” (Magalhães, 2007) que consiste em jogos de cena que simulam participações reais.

O que é fato é que na nossa jovem democracia, a participação efetiva, real, concreta nunca existiu completamente. Assim como vários projetos de Lei e políticas, a participação social dos sujeitos estava bem formulada no papel – Constituição Federal e Estatutos –, mas não acontecia e nem acontece na prática. Ao refletir sobre isso, pensamos em alguns motivos que podem explicar a distância entre o que está previsto nas legislações e o que acontece na prática, por exemplo: 1. A perspectiva de participação não está bem internalizada pela população, tendo em vista que a nossa democracia é “jovem” e a existência de conselhos, conferências, etc., é relativamente recente; 2. Os mecanismos de controle social e participação são frágeis, quando não são simbólicos e/ou cooptados pelo poder público ou seus agentes; 3. A participação não está dada, ainda que seja um direito, é preciso muita luta e resistência para que os indivíduos possam atuar política e socialmente.

#### **4. 4 Eixo 4 - Movimento Social de Juventude e a transformação da realidade**

Nesse tópico, objetivamos discutir três temas que, ao nosso ver, podem ser entrelaçados, que é a questão da finalidade de existência do movimento, ou seja, com que fim o movimento existe; qual o papel que a juventude tem na atual conjuntura e qual a perspectiva de transformação da realidade os/as jovens trazem e/ou acreditam. Nesse sentido, vimos que é possível que o movimento deixe de existir com a superação do modo de produção capitalista, por exemplo, ou que não deixem de existir, mas ganhem novos significados. Outro ponto interessante é que as perspectivas se assemelham muito, indicando que há convergência entre os movimentos, mas falta articulação – como foi visto na discussão sobre as redes, frentes e parcerias que os movimentos estabelecem. Sobre a **finalidade**, os/as entrevistados/as dizem que:

Do ponto de vista mais estratégico, é entender que todas as nossas ações elas culminam com um projeto de transformação mais amplo, né? Então, as nossas ações de luta, na realidade atual, elas culminam proporcionando a tomada de consciência, a construção de unidade, a construção de movimentos de massa que tencionam a ordem e, com isso, apontam pra esse projeto mais amplo, que é o projeto da revolução (Levante).

A gente não tem pretensão de acabar agora não. Pode ser que a conjuntura nos leve a acabar. Muitos movimentos que eram de massa. O “MR8” ele se tornou de massa, assim ele era muita gente no Brasil todo construía, aí o poder político fez com que eles fossem definhando e entrando em outras organizações, PCdB, PCB, PT, e muita gente que foi do “MR8” tá nas organizações de esquerda, hoje assim, que tem hoje, né? Então, a gente ainda não tem pretensão de acabar, mas sabe que um dia pode acabar. E não tem medo disso, a gente acha inclusive que nosso futuro é outras organizações. Quem for do Levante e for completando a idade média do movimento vai pra Consulta, pra Marcha, pra o MST, pro “MAB”, muito militante nosso que ainda não completou os 30 anos já tá nessas organizações. [...] as pessoas que vão se profissionalizando na vida acadêmica, né? Precisa de emprego, o movimento abre ali uma possibilidade de bolsa, de salário, a gente passa esse movimento, essa pessoa que tá profissionalizada pra frente, vai ser usada em outra coisa. Esse movimento aqui ele já não serve pra você, ele vai contribuir em outro, então pra gente o que acaba é a vida do

militante no movimento, não o movimento, por mais que a conjuntura pode tirar esse movimento de cena. (Levante)

A construção de uma nova sociedade. Tem que mudar, não dá, né? E aí, por conta de um ensinamento de Jesus, que ele diz que "Eu vim para que todos tenham vida", e vida em abundância, não é uma vida qualquer, não é uma vida medíocre, não é uma vida de sofrimento, mas uma vida plena. Então, a gente quer garantir a vida plena e mudar o sistema é a única saída. Com esse sistema não dá e a frase é essa, né? "É hora de transformar o que não dá mais". Não dá mais. (PJ)

Acredito que por mais que a gente tivesse um objetivo final, de que quando a gente alcançasse, a gente não acabaria, porque é um espaço de conforto, de que a gente se unifique e que constrói mesmo relações que fica pra vida toda..(PJMP)

É que temos uma sociedade onde todos tem o mesmo direito, mas nossa luta principal é para que o jovem fique no campo com dignidade, tendo acesso a essas coisas que te mande (PJR)

Então, a gente acredita que a revolução brasileira, como ela vai se dar? Tem muitas hipóteses, mas acho que num país de 220 milhões de habitantes, com diferenças gigantes entre estados, entre realidades, é necessário que a gente tenha um movimento que consiga formar esses novos sujeitos, aglutinar esses novos sujeitos para que a gente consiga ter milhares e milhões e conseguir alterar a correlação de forças no país, assim, em conjunto com nossos aliados. Então, esse é um pouco dos nossos objetivos, mas a gente compreende as etapas que isso passa e o quão desafiador esse projeto é (Rua)

Nas falas acima aparece com destaque a questão da revolução ou de uma mudança estrutural que possibilite à juventude um desenvolvimento digno, mas que também seja de grande proporção afetando toda a sociedade e produzindo homens e mulheres diferentes.

O código **transformação da realidade** pode ser entendido como uma continuação do que as falas já vinham trazendo, no que se refere ao aspecto da construção de novos sujeitos/as e de uma nova sociedade. Se tal perspectiva fica evidente, também é perceptível o cuidado sobre esse assunto no que se refere ao entendimento de que essa transformação não vai acontecer do dia para a noite, que pode

ser fruto de um acúmulo de conquistas, realizadas a partir de contextos locais, inclusive, mas que tem a capacidade de causar pequenas rupturas e brechas, possibilitando uma maior consciência da juventude e alterações nas trajetórias de vida dos mesmos. A ideia de que é necessário o povo tomar o poder ou que o poder (do Estado) esteja nas mãos do povo é a radicalidade do que significa democracia do proletariado, o que também pressupõe o ideal de igualdade e coletividade, como pode ser percebido nas falas abaixo:

O Levante ele... Se comprometeu desde o início com o que a gente chama de construção de novos homens e mulheres, né? Tem uma inspiração leninista muito grande nisso, né? O Lenin fala, inclusive, de que a sociedade capitalista corrompe homens e mulheres, mas que é justamente desses escombros que nós vamos conseguir construir essa nova sociedade, né? Então, a gente se vincula a um processo de transformação. Esse projeto de transformação nada mais é que a revolução brasileira. (Levante)

É possível, por mais que pareça impossível. Mas não é pra agora talvez [incompreensível], e eu não consigo ver essa mudança estrutural. Mas eu acho que pequenas realidades a gente muda, sabe? No sentido que a gente consegue fazer com que o jovem que não tinha referência na esquerda consiga se comprometer com a classe trabalhadora e mudar completamente convicções políticas e ser gay, ser lésbica, conseguir entrar na universidade porque o movimento contribuiu, sair das drogas [...] (Levante)

Sim, autonomia política e da juventude negra, poder para o povo é a maneira como a gente acredita que podemos avançar, sem amarras política desse Estado que só quer nos exterminar. (FONAJUNE)

Então, eu acho que uma saída seja as organizações de bairro, sabe? Os movimentos de mulheres, de rendeiras, de, sei lá, de economia solidária, que acontecem nos bairros, de novas possibilidades, sabe? A juventude que quer fazer também outras coisas, que quer 'tá' na universidade, mas que quer fazer outras coisas também. Então, eu acho que esses novos jeitos que vão aparecendo também de se organizar, de dar respostas pra isso também são alternativas, assim, são alternativas dos bairros. E acontecem, né? Os trabalhos informais, sei lá, a cultura, sabe? Que também vai aparecer nos bairros e vai ser também fonte

de renda pra essa galera. Eu acho que é isso. [...] Mas, sabendo que, por agora, não vai sair daí [*não vai ser pelo Estado que a transformação da realidade vai acontecer*], que vai ter que ser de outras formas, outras alternativas. (PJ)

É uma utopia (risos). Se a gente não acreditar na utopia a gente não vive, né? São sonhos, a utopia é um sonho, a gente acredita num mundo melhor, acredita numa sociedade diferente. Num Brasil diferente... Num Brasil, um país igual para todo mundo, né? Não só no mundo, mas principalmente num país que não seja tão submisso à Europa... Que possa valorizar sua riqueza interna, não só econômica, mas a diversidade que a gente tem. Se a gente for levar em conta a juventude, a juventude é... é o mundo, diverso, e que... E diferente, assim... Tem muitas ideias boas, muitas ações produtivas, né? Se a gente não acreditasse num mundo diferente, eu acho que a gente não tinha mais sentido de tá existindo (PJMP)

Sem dúvida a gente acredita que é possível transformar a realidade, acho que a ideia de se movimentar em coletivo é perceber que o que nos ataca individualmente, na verdade, ataca muitas pessoas e que só coletivamente é que a gente consegue transformar o que nos ataca, lutar contra o que nos ataca. Mas a gente não quer só estar na defensiva, a gente não quer só se defender de ataques, mas sim também forjar uma nova sociedade, pensar um novo mundo e acho que o Rua ele é um embrião disso, é um movimento em que a gente coletivamente transforma a realidade, coletivamente transforma nós mesmos nos sujeitos que a gente acha que são necessários para essa nova sociedade, mas acho que assim, por ser anticapitalista, a gente acredita que no fim somente uma ruptura sistêmica é capaz de dar conta dos nossos sonhos, né? E essa ruptura sistêmica só tem como acontecer através de uma revolução (Rua).

De modo geral, os movimentos avaliam que não é via Estado que a transformação da realidade vai se dá, acreditam que é preciso romper com o Estado, mas também há aqueles que pensam que é possível ir ganhando espaço, ir avançando com reformas até que seja inevitável a ruptura. Nesse sentido, há duas perspectivas em jogo e ainda que a finalidade seja a mesma – superação do modo de produção capitalista – as estratégias são distintas.

Com relação ao **papel da juventude** na sociedade atual, a ideia era trazer as reflexões dos movimentos sobre a potencialidade que a juventude carrega, como um

grupo que atua na sociedade e que pode produzir mudanças. As falas demonstram uma consciência de que a revolução também perpassa ações da juventude organizada ou a presença desse grupo em outros movimentos e coletivos como algo estratégico e importante. Como destaca o Levante: *“Quando a gente canta nas nossas musicas ‘Juventude é revolução’ é pra fazer uma síntese, né? De que a juventude é fundamental num processo de transformação”*.

A representante da PJMP traz uma reflexão de que a juventude não deve ser considerada uma esperança para o futuro, mas deve ser entendida como uma potência no presente: *“Quando eu era criança escutava muito os adultos dizerem que a juventude é o futuro da humanidade, mas acho que a juventude não é o futuro da humanidade, a juventude é o presente. Se não fosse os jovens acho que os movimentos não teriam emergido como foi em junho de 2013, né? [...]”*. Outras falas também nos dão a dimensão desse papel:

Percepção de que todo o processo de transformação, todo processo revolucionário, envolveu massivamente a juventude. A revolução russa, a revolução cubana, são exemplos fundamentais de que a juventude foi protagonista de todo e qualquer processo de mudança, aqui no Brasil também, né? A resistência à ditadura, a luta pelas diretas já, pela redemocratização, foram movimentos que a juventude se envolveu majoritariamente (Levante)

Sim, há várias formas de se alcançar um objetivo, vejo a juventude como a renovação de estratégias de luta, há muito o que fazer, e a juventude é a perpetuação e continuação das lutas que não podem jamais deixarem de existir. (FONAJUNE)

A gente sabe que a juventude tem um papel importante. O que a gente tem feito é fomentar a análise conjuntura nos nossos grupos para que quando a gente chegue e diga assim é isso, que a galera saiba que é isso por que a gente não quer isso. Entendeu? Mas, hoje eu não sei. Não sei te dizer o que podemos fazer, o que a juventude pode fazer. Qual é a parcela da ajuda da juventude nessa realidade? Eu acho que uma coisa boa que a gente tem são os profissionais que a gente tá construindo, né? Tá saindo muita galera boa também das universidades, que vem desses nossos espaços. Que é uma galera que tá agora em sala de aula, né? Eu tenho muitos jovens que eu conheço que foram da PJ e hoje são professores e que hoje tem um olhar diferente pra sua sala de aula, pra

transformação desse espaço também, que é a educação. Então, eu acredito que a forma que a gente tem encontrado, minimamente, são essas formas de construir cidadãos e cidadãs que deem conta de atuar nos seus espaços ajudando no debate a construir outros jeitos. (PJ)

Acho que a juventude tem papel importante. [...] Embora, por mais que o jovem tenha... eu acho que o jovem tem papel importante, porém eu acho muito difícil, porque, mesmo que o jovem tenha esse papel importante de assumir esses espaços e de fazerem a diferença, eu acho que precisa ter um processo mais intensivo de formação mesmo, de preparo, porque por mais que o jovem tenha vontade, às vezes, quando chega em alguns espaços ficam perdidos, sem saber como lidar com determinadas situações, às vezes se frustram e voltam pra estaca a zero (PJMP)

De ir a luta né? O que estamos fazendo. De voltar a organizar mais ainda nossos grupos para ganhar mais força. As coisas estão difíceis, realmente. (PJR)

Então, transformar esse processo de ataque aos nossos direitos pra poder armar lutas por eles, acho que acaba sendo a tarefa do momento, né? Então, acho que o que a gente viu do processo de ocupações de escolas e universidades, desde a história da educação brasileira que aconteceu no final do ano passado contra a PEC, a grande marcha em Brasília e essas movimentações, acho que elas dão um pouco o tom do que vão ser esses levantes nesse próximo (Rua)

Na fala de uma das entrevistadas também aparece a preocupação com a formação desses coletivos e movimentos de jovens, para que os grupos não se percam na avalanche de acontecimentos e como reflexo do clima de instabilidade econômica, política e social.

#### **4.4.1 O mundo que temos e o mundo que queremos: algumas reflexões sobre o processo de transformação da realidade social.**

Como já dissemos anteriormente, ao analisar a participação da juventude em eventos históricos importantes, percebemos que há uma capacidade de mobilização e adesão imensas, tanto a causas e lutas próprias quanto relacionadas a pautas mais amplas, que envolve todo o conjunto da sociedade. Alguns estudiosos, conforme salienta Silva (2014), consideram que nessa fase da vida, os sujeitos estão, em geral,



mais disponíveis a abraçar as possibilidades e com menos amarras sociais. Quando há uma convergência entre a necessidade de uma ruptura com o *status quo* e a criação de um novo projeto ou a possibilidade de uma mudança em algum nível, vimos que esse processo acaba funcionando como um ímã que atrai fortemente a participação de jovens.

Em geral, é desafiador pensar quais os rumos dos movimentos sociais de juventude. Em certa medida o desafio é posto pelo fato de ainda estarmos atrelados a concepções de mundo, humanidade e de vida a partir de um modelo “adultocentrado”, o que dificulta sair desse lugar e pensar outras formas de conceber as relações e possibilidades desses tempos. Podemos atrelar a perspectiva de continuidade de existência do movimento com o que os entrevistados/as acreditam ser necessário para transformar a realidade, uma vez que há articulação entre propor uma ruptura com esse modelo de sociabilidade e realizar isso por meio de uma revolução – como exemplificam algumas falas – ou por meio de iniciativas mais locais/particulares. Seja qual for o “fim”, a juventude é colocada no centro dessa transformação, como um ator estratégico e importante e/ou somando força aos trabalhadores/as, que seriam os sujeitos revolucionários por definição.

Uma das falas esclarece e lança luz sobre a perspectiva de continuidade ou não da militância em virtude do definhamento do movimento. O “vazio” que surge é rapidamente preenchido pela inserção em alguma outra organização semelhante e com a qual o indivíduo se identifica, pode ser outro movimento, um partido político, coletivo, etc. Nesse sentido, há uma série de elementos que influenciam a continuidade da trajetória militante, os laços afetivos que são construídos e a crença em um novo mundo podem ser citados como exemplos disso.

Falando um pouco mais sobre a dimensão do afeto, ela aparece também na fala da representante da PJMP, ao relacionar o movimento com uma grande família, ali está incluída a perspectiva de pertencimento e identificação. Gohn (2011) vai dizer que o sentimento de pertencimento é algo importante por uma série de questões, como o fato de perceber que faz parte de algo coletivo que vai além de necessidades individuais e que é possível obter experimentações e vivências naquele espaço, porque se entende que também é um lugar de acolhimento. Guimarães (2016) acrescenta a dimensão da identificação por meio das experiências coletivas, onde não há perspectiva de segregações ou imposições. Esses fatores exercem uma força atrativa que contribui não

só para a permanência dos jovens nos movimentos e coletivos, como também para que a dimensão do afeto esteja sempre presente como um “valor” importante de ser mantido.

Castro (2008) realizou uma pesquisa com jovens engajados socialmente e destaca que, muitas vezes, a adesão da juventude a partidos políticos, por exemplo, se relaciona com a perspectiva de que ao transformar a realidade vai ser possível construir um mundo melhor, com mais justiça e menos desigualdades sociais. Continuando a análise, a autora vai apontar que os/as jovens entrevistados relataram que “um estado de coisas errado convocou-os a uma resposta no sentido de tomar uma atitude. Alguns afirmaram que se dar conta de que alguma coisa vai mal e não fazer nada seria ‘hipocrisia. [...] Tal visão teve o peso de uma convocação para o agir” (p. 258). Para os jovens entrevistados, a “conscientização” e a necessidade de “compreensão do mundo à sua volta” são expressões listadas frequentemente, ao analisarem sua inserção na militância.

Castro (2008) também aponta que, de modo geral, a juventude que está engajada em movimentos sociais ou partidos políticos, se preocupa com a transformação da sociedade, principalmente, para que se inclua grupos até então “excluídos” ou que estão incluídos de uma forma perversa. Nesse sentido, o entendimento é de retribuir o que foi ganho ou conquista, assim como contribuir para diminuir a dívida social e os reflexos dela na vida das pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Por isso, quando se fala em mudanças estruturais pressupõe-se um resgate da dívida com as populações negras, LGBTQs, indígenas, etc.

Silva (2014) também aponta “formas diferentes de engajamento político” que estão em evidência na sociedade contemporânea e que dizem de um novo fazer político por parte da juventude e de outros grupos identitários, como o movimento negro, LGBTQ ou de mulheres. Atualmente, existem novos recursos e tecnologias disponíveis que podem aumentar o alcance social e político dos grupos, tanto os que se intitulam de esquerda quanto os que se dizem de direita/conservador. Também concordamos com a autora quando ela reflete sobre a questão da apatia ou despolitização juvenil e, nesse sentido, acreditamos que toda vez que a juventude é convocada a agir, ela age; toda vez que há um chamamento na sociedade para a atuação de homens e mulheres jovens, eles/as respondem, mas quando a sociedade apresenta uma situação de maior estabilidade social, econômica e política, os movimentos e coletivos tendem a recuar, fazendo eco ao que acontece no país.

Alguns estudos apontam a juventude como um grupo apolítico e/ou desinteressado, pois esse segmento tem, repetidas vezes, rechaçado os espaços convencionais e os processos democráticos que se baseiam em uma frágil concepção de participação social. No entanto, como destaca Duarte (2016), a rejeição a um modelo mais tradicional de organização e participação não significa despolitização da juventude, o autor considera que:

A participação dos jovens no tempo presente, acontece por meio de eventos em contextos fluidos, supostamente não hierarquizados e decorrentes da sua própria iniciativa, não tendo direção de segmentos adultos ou instituições clássicas de participação política. Os espaços de atuação são bastante variados, a luta que antes era por problemas amplos, hoje se restringe aos problemas mais locais e almejam mudanças imediatas (p.).

Um exemplo do que Duarte (2016) aponta são os movimentos de ocupação das escolas públicas, em virtude de decisões do poder público e do governo federal as quais a juventude não concordava e que dizia respeito à organização dos seus cotidianos e das suas vidas, como já mencionado.

Na década de 1970, Foracchi (1972) analisou o que se convencionou chamar de “rebelião da juventude”, fazendo alusão aos levantes juvenis ocorridos pelo mundo afora a partir de 1968 e, ao estudar o movimento estudantil, o seu entendimento foi de que à juventude incide, em grande medida, tudo aquilo que é sinônimo de transformação, caos, ruptura do *status quo*, na sociedade moderna. Seria nessa fase que se torna evidente todo o conjunto de contradições, opressões e possibilidades de uma determinada configuração social, em um determinado período e contexto histórico. A partir da análise de Foracchi, Carrano (2012) observa que o que se convencionou denominar de “rebelião da juventude” é o resultado de uma crise que se expressa pela não realização de promessas de sucesso, desenvolvimento e ascensão, característico daquele tempo e que se reconfigura nos nossos dias. Ainda segundo o autor, superado o período da adolescência, os conflitos que antes eram endereçados à família e/ou escola passam a se direcionar a sociedade ou a tudo que com ela se identifica.

Resgatando um pouco o que dissemos na introdução, é possível ter uma dimensão do momento social político e econômico que vivemos e a partir disso entender as formas de resistência, participação e insurgências que surgem nesse momento histórico. Nesse sentido, alguns pesquisadores apontam a questão do acúmulo de fatores sociológicos e biológicos que influenciam a adesão da juventude em

determinados momentos, para além do que foi mencionado acima (“rebelião da juventude”) e da própria situação da juventude.

Se é fato que a juventude sempre esteve associada, em alguma medida, a perspectiva de inovação e transformação social (Mannheim, 1980), também é fato, como salienta Lênin (1903) no seu texto “As tarefas da juventude revolucionária”, que não existe um “instinto revolucionário juvenil”, isto é, algo inato que surge nos/as jovens ou inerente a eles/as, pelo simples fato de que é a consciência e clareza política e ideológica que permite essa leitura da realidade e essas premissas são possíveis mediante as relações sociais. Essa reflexão apareceu durante a partilha dos achados dessa pesquisa, na análise dos dados foi possível perceber tanto a perspectiva da juventude trazer atrelada a si a possibilidade de contribuir na transformação da sociedade quanto o fato de que é por meio das constantes formações e do fazer político cotidiano que esses movimentos carregam possibilidades reais de transformação social.

Dessa forma, parece redundante a ideia de que para um movimento social ser potencialmente revolucionário ele tem que ter no seu horizonte a transformação estrutural da realidade. Mas por mais óbvia que essa ideia pareça, muitos movimentos nas suas práxis perdem de vista essa intencionalidade, são cooptados ou passam a apostar suas ações em uma perspectiva mais local e/ou reformista. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de unir teoria e prática, visto que é essa indissociabilidade que permite que possamos produzir uma ação ou um fazer político que traduza e direcione a práxis dos movimentos sociais de juventude para o “horizonte” revolucionário desejado.

## **Considerações finais: Juventude que ousa lutar – sobre juventude, participação e transformação social**

Para construção das considerações finais, vamos resgatar as questões que suscitaram esse trabalho e os objetivos propostos no mesmo, assim como, faremos uma síntese dos principais achados da pesquisa. Durante a escrita da tese nos deparamos com uma intensificação das lutas sociais e com um cenário de instabilidade social, política e econômica que tiveram desdobramentos em várias áreas, inclusive, atingindo de forma incidente a juventude brasileira, como apresentado na introdução. Além dessas questões, também tivemos um aumento dos acirramentos políticos, com a intensificação de um projeto de sociedade ligado aos interesses do empresariado em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, situações que ainda estão em pleno desenrolar e que podem ter grandes repercussões em virtude das eleições em outubro de 2018.

Nesse sentido, aponta Lowy (2002) que o desenvolvimento teórico sobre determinado assunto depende da conjuntura política, social, econômica. Esses contextos precisam fomentar as condições de se desenvolver uma teoria que, por sua vez, vai tentar explicar algo ou o funcionamento de algo. O autor cita o exemplo da teoria marxiana/marxista que não poderia ter se desenvolvido antes de 1840 ou no período feudal, por exemplo, porque as condições ainda não estavam dadas. A partir dessa reflexão consideramos que estudar o que ainda está em pleno desenrolar é desafiador e traz aspectos tanto positivos quanto negativos para a nossa análise.

Hur e Lacerda Jr. (2016) apontam que, no atual contexto, novas discussões sobre as distintas formas de ação política e os novos movimentos sociais emergem, ao mesmo tempo em que, assistimos a uma intensificação da violência estatal, produzida por meio de um conjunto de aparatos repressivos. A resposta do Estado por meio de uma atuação que investe na repressão e no endurecimento punitivo (Paiva & Oliveira, 2014) não têm dado resultados satisfatórios no que concerne a redução de índices de violência e homicídios juvenis, por outro lado, no que diz respeito a perspectiva de “eliminação” dos sujeitos indesejáveis, essas estratégias têm funcionado bem. Nesse sentido, Hur e Lacerda Jr. (2016) também reforçam o potencial das lutas sociais, tanto para fazer avançar a garantia e efetivação de direitos e/ou denunciar e fazer emergir problemáticas sociais consideradas emergenciais quanto para reverter processos de retirada dos mesmos.

A capacidade de resistir e de insurgir diante de tantos processos, projetos e propostas que atacam os direitos sociais da população e colocam em xeque as conquistas civilizatórias é uma das intenções desse estudo. Os movimentos sociais não são novidade no Brasil e no mundo, mas eles costumam responder aos momentos históricos nos quais se localizam, dessa forma, vimos emergir uma série de novos atores e novos movimentos – como mencionado –, nos últimos anos, que contestam a ordem e que produzem novas formas de articulação e participação política e social. Compartilhamos da visão que Silva (2014) traz ao indicar que é possível conceber um alargamento da própria noção de política a partir das práticas sociais emergentes, isto é, a perspectiva do fazer político passa a ser, minimamente, repensada a partir da atuação desses movimentos. Reforçando essa perspectiva, Gohn (2011) aponta que:

Estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo latino-americano, sobretudo no caso do Brasil. As análises destacam o caráter educativo das ações coletivas, organizadas na forma de movimentos sociais, a ampliação desse cenário associativo para além da sociedade civil, adentrando em novas esferas públicas, a exemplo dos conselhos e conferências nacionais, e o surgimento de novos formatos desse associativismo, que agora trabalha essencialmente em rede (p. 356).

A autora traz a perspectiva da renovação dos processos de participação mesmo dentro dos espaços públicos, por meio de um maior engajamento dos coletivos e movimentos dentro de conselhos e em conferências, no entanto, é preciso ressaltar que essa forma mais convencional perde força, em parte, devido ao descrédito que esses espaços acumulam, como também devido ao desmonte e boicote que ocorre nos mesmos, principalmente, após o golpe, em 2016.

Se pensarmos na perspectiva de movimentos sociais como uma “*ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica uma ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere*” (Melucci, 2001, p. 35), faz sentido termos a proliferação de movimentos nos últimos anos, como sinalizado, pois em períodos de estabilidade (econômica, política e social) as contestações ao *status quo* são mínimas ou pontuais e as reivindicações ficam em suspenso devido ao receio de perder algo que foi recém conquistado.

Como vimos, a criação de movimentos específicos de juventude, com a configuração que existe hoje, tem relação com a insurgência dos chamados novos movimentos sociais que passam a atuar a partir de demandas identitárias, uma vez que estas passam a ser reconhecidas na sociedade. Associado a isso, vemos que, no caso da juventude, a existência de grupos juvenis dentro de movimentos mais amplos não era

suficiente para abarcar todas as reivindicações que ficavam, muitas vezes, represadas. Então, precisou existir uma conjuntura que permitiu e demandou uma atuação mais organizada e articulada da juventude e que fosse além da pauta da educação. Essa conjuntura, em grande medida, foi propiciada pelos primeiros governos do PT, quando se realiza um amplo diagnóstico da condição juvenil, identificando uma série de problemáticas que tinham/tem nos/as jovens seus principais atores. Paralelo às iniciativas do governo, existia também uma conjuntura internacional que cobrava ao Brasil medidas que enfrentassem a questão da vulnerabilidade socioeconômica da juventude e os altos índices de violência e homicídios.

Dessa forma, a conjuntura política, social e econômica nacional aliada às recomendações e exigências internacionais construíram a necessidade de emergência desses e de outros coletivos, grupos e movimentos. Os movimentos sociais de juventude que atuam hoje, no Brasil, podem, portanto, ser considerados herdeiros de experiências anteriores em que se reivindicava a transformação da sociedade, no entanto, ressaltamos que se trata de uma parte do conjunto de movimentos.

Na dinâmica dialética de repressão-resistência também há uma disputa pelos conteúdos e discursos que emergem da juventude. Um exemplo disso são os movimentos de juventude criados a partir de um viés conservador para ajudar a desestabilizar os governos – de perspectivas progressistas, que foram eleitos na América Latina –, como o Movimento Brasil Livre (MBL). Esses movimentos também não são novidades na arena política, no entanto, recentemente eles têm ganhado mais visibilidade ao se associar a partidos e representações políticas consideradas conservadoras – que atuam para a manutenção do *status quo* – na promoção de atos e manifestações de cunho liberal-conservador. Não é nosso objetivo problematizar a existência dos mesmos, no entanto, já existem reflexões que apontam o fortalecimento desses grupos e o financiamento dos mesmos por países imperialistas.

Com relação aos achados desse estudo, faremos uma síntese analítica problematizando e buscando refletir sobre alguns pontos. No **Eixo 1**, ressaltamos a análise sobre o surgimento dos movimentos sociais de juventude (estudados) e destacamos a apropriação que os mesmos realizam do acúmulo de lutas e reivindicações produzidas por outros movimentos. Ainda que a juventude seja considerada importante para a renovação da sociedade (e concordamos que é), apontamos a necessidade de reconhecer a importância da processualidade histórica, que nos afirma o imperativo de

romper com esse modelo de sociabilidade. Concordamos com Guimarães e Barros (2013) quando apontam que:

A organização política numa perspectiva crítica e de totalidade destaca-se como uma das dimensões da existência social capaz de desmistificar as formas reificadas de ser e de pensar, inclusive porque a própria condição de exploração suscita as possibilidades de rebeldia e de organização em movimentos sociais (s/p)

Dentro dessa lógica, a organização política – de cunho progressista e em defesa dos direitos e conquistas civilizatórias – em movimentos, partidos, associações e sindicatos não só é válida, como é necessária. Assim como, consideramos também ser relevante que esses movimentos estejam alinhados a luta das massas, nesse sentido, na discussão sobre o perfil dos movimentos analisados, refletimos que os movimentos estudados podem ser considerados classistas e, aqui nos aparece necessário reforçar que, além das características que os mesmos possuem que os identificam dessa forma, a nossa leitura, a partir de uma perspectiva marxista nos permite, em alguma medida, inferir tal coisa, uma vez que a base desses movimentos é composta pela juventude oriunda da classe trabalhadora, das classes populares e que, em muitos casos, se encontra em situação de vulnerabilidade social. Há, portanto, um perfil social, ainda que também exista um contingente considerável de jovens da classe média, estudantes universitários, etc., que constroem esses e outros movimentos.

Já adentrando a análise de alguns pontos do **Eixo 2**, além dos aspectos discutidos na seção anterior, gostaríamos de pontuar a questão da formação – em que há uma preocupação genuína com os militantes recém-chegados, como também com preparação de novas lideranças – e salientar a inovação que os mesmos trazem no aspecto da participação política com vistas a superação de modelos ou formas convencionais de participação que não dialogam com a juventude contemporânea. Ambos os tópicos foram pontuados, no entanto, gostaríamos de ressaltar a relação que existente entre eles, na medida em que o investimento na formação e inovação é uma característica forte dos novos movimentos sociais, que produz coerência teórico-prática; que os consolida como movimentos nacionais; e que os diferenciam de outros tipos de associação. Alguns desses movimentos também compõem Redes e Frentes e possuem grande incidência no mundo virtual, a partir da produção de conteúdo nas redes sociais – facebook, instagram, twitter –, o que possibilita também aumentar a visibilidade, divulgar a atuação e conquistar novos/as militantes.



Com relação aos pontos que gostaríamos de destacar do **Eixo 3**, algo que chama atenção é uma certa confusão entre a categoria Estado e o conceito do mesmo, muito identificado com a ideia de governo, além disso, destacamos a questão do tipo de relação que pode se estabelecer entre os movimentos e a gestão do Estado que é feita pelos governos. Sobre essas questões, refletimos que é preciso que os movimentos mantenham uma relação de independência e autonomia, fortalecendo a perspectiva da autogestão e do autofinanciamento, para não recair em situações nas quais suas ações são confundidas com as ações do governo. Também é necessário resgatar o teor e tom radical, no sentido de que não é possível se afastar daquilo que é o fundamento da existência dos movimentos, que é a luta pela transformação desse modelo de sociedade, baseado na exploração e opressão de homens e mulheres.

Também é necessário realizar uma leitura de como se dá os processos de reprodução das relações sociais, entendendo que existe aí uma dinâmica – entre Estado e movimentos sociais – que é dialética e que, dentro da noção de Estado ampliado, vão existir mecanismos de reprodução – aparelhos repressivos e ideológicos – que reforçam cotidianamente o papel político e social de cada sujeito e que contribuem para a internalização da ideia de que vivemos em uma sociedade democrática, na qual toda e qualquer pessoa tem direito a ter direitos, pois estão na condição de cidadãs/os.

Com relação ao **Eixo 4**, de modo geral, os movimentos avaliam que não é via Estado que a transformação da realidade vai se dá, acreditam que é preciso romper com o Estado, mas também há aqueles que pensam que é possível ir ganhando espaço, ir avançando com reformas até que seja inevitável a ruptura. Nesse sentido, há duas perspectivas em jogo e ainda que a finalidade seja a mesma – superação do modo de produção capitalista – as estratégias são distintas. A via reformista acredita que é possível fazer a transição para a sociedade comunista por meio de uma série de reformas ainda dentro do capitalismo, ou seja, a partir do avanço da luta democrática. Nesse sentido, há uma premissa de que a classe trabalhadora é maioria e, com a ampliação dos processos democráticos, os/as trabalhadores/as participariam em maior escala de tais processos. Discordamos dessa perspectiva e apontamos o que diz Marx, nas Glosas Críticas: “há uma distância infinita entre o homem e cidadão, assim como entre a vida humana e a vida política”.

Complementando o que diz Marx, Tonet (2005) aponta que cidadania não é o mesmo que liberdade e, nesse sentido, lutar por mais cidadania não pode ser confundido por lutar por uma sociedade livre e humana, por mais que as conquistas democráticas

sejam importantes. O autor finaliza dizendo que a democracia que vigora hoje é burguesa e, portanto, as reformas que possam vir a ser implantadas podem representar uma forma de liberdade, mas esta certamente é uma forma limitada.

Ainda nesse eixo, é dito por uma das representantes que a *“transformação da realidade pressupõe uma tomada de consciência”* e que é necessária a *“construção de um movimento que aglutine as massas e que esse processo todo culmine com a revolução”*. Essa fala é reforçada em outros momentos por outras militantes que também acrescentam a importância de mobilizar e formar novos homens e mulheres capazes de, nos momentos de disputa, atuar numa perspectiva emancipatória. A isso se soma a ideia de que *“se movimentar em coletivo é perceber que o que nos ataca individualmente, na verdade, ataca muitas pessoas e que só coletivamente é que a gente consegue transformar o que nos ataca, lutar contra o que nos ataca”*. Todos os trechos citados são recortes de falas dos movimentos e demonstram uma maturidade política, proveniente também de uma trajetória militante, evidenciando o potencial que essa organização coletiva pode ter na transformação da vida das pessoas e da sociedade.

Os movimentos também apontam, acerca do papel da juventude, que as/os jovens sempre se envolveram nos processos sociais mais amplos, nacionais e mundiais, que propunham algum tipo de transformação na sociedade, como a revolução cubana e a revolução Russa. No entanto, uma das falas chama a atenção para o cuidado com a formação militante, principalmente, quando os/as jovens vão representar os movimentos em alguns espaços e acabam sem saber muito bem o que podem ou não fazer, resultando em frustrações e anulando todo o trabalho que tinha sido feito anteriormente. Nesse sentido, não basta se inserir em determinados espaços, é preciso ter um propósito e saber qual o tipo de atuação possível, uma vez que a incidência política em espaços convencionais e não convencionais não está dada, é um processo que deve ser construído.

A ideia ao expor novamente alguns trechos das entrevistas e debates iniciados anteriormente era poder construir uma síntese e já aí começar a desconstruir alguns dos mitos que circulam o debate sobre juventude e a ação/participação política desse grupo. Com relação ao conceito de juventude, vimos que o mesmo é uma construção social e como tal está em disputa na sociedade, isso implica dizer que existe uma intencionalidade por trás de discursos que responsabilizam a juventude pelas problemáticas atuais, especialmente, quando se fala no crescimento dos índices de violência; assim como, discursos que depositam todas as esperanças nos/as jovens e que,

ao não se materializar os desejos de mudanças e transformações idealizadas, recai sobre esse mesmo segmento toda a frustração social reprimida.

É injusto atribuir essas responsabilidades à juventude, como salienta Carrano (2003), essa atribuição se torna um peso a mais, na medida em que são os/as jovens que precisam demonstrar que estão aptos, que são inovadores, criativos e que têm as respostas e o tal “espírito revolucionário”, capaz de transformar a realidade. O que refletimos sobre isso vai ao encontro do que diz Melucci (1996), no sentido de que muitas das problemáticas postas na sociedade são evidenciadas pela ação da juventude, ou seja, é a partir da visualização da condição juvenil e do conjunto de situações adversas que perpassam a juventude e/ou são enfrentadas pelos/as jovens que são expostas as contradições da sociedade de classes. Por outro lado, como afirma Castro (2009), a juventude também é relegada a um lugar de subordinação nas relações sociais, isso ocorre quando se privilegia discursos que reforçam características de transitoriedade, construindo uma imagem de pessoas que estão em formação, que não possuem vivências e/ou experiências, indivíduos incompletos e que precisam ser regulados. Como implicações desses discursos, a juventude tem apresentado dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e de ter sua participação nos espaços de decisão legitimada.

Concordamos com a análise que Castro (2009) faz e refletimos que essa visão acerca da juventude é um dos fatores que repercutem na perspectiva de emancipação desse grupo, isto é, ao não ser reconhecida e legitimada como um sujeito político, não é possível falar em cidadania e garantia de direitos para toda a diversidade de jovens. Em que pese a aprovação do Estatuto da Juventude (2013), ano após ano, vemos aumentar os índices de homicídio juvenis, o que tem demonstrado que o direito mais elementar – garantia do direito à vida – não é assegurado. A emancipação política é a conquista de direitos de cidadania e, como aponta Marx (2009), esse é o estágio máximo de conquistas democráticas possíveis dentro do capitalismo; portanto, nesse momento, falar em emancipação política para a juventude é falar também na formulação de políticas públicas (emergenciais e estruturais) que reconheçam a juventude como uma fase singular da vida, com demandas e necessidades específicas.

Dessa forma, também ressaltamos que a conquista da emancipação política é relevante e necessária, mas pode gerar resultados contrários ao que se pretende, ao significar um apaziguamento das lutas sociais. De acordo com Tonet (2005), a cidadania traz aspectos positivos e importantes para a vida de homens e mulheres, mas ela faz isso

ao tornar possível a existência de trabalhadores/as assalariados/as em condições de vender sua força de trabalho a capitalistas que detém os meios de produção. Nesse sentido, o autor evidencia que a busca que deve orientar a atuação de todas/os é pela emancipação humana, que significa uma sociedade de homens e mulheres livres, na qual vigora o trabalho associado, onde todas/os poderão ter acesso ao patrimônio da humanidade – o que significa ter acesso às objetivações materiais e espirituais –, poderão se desenvolver amplamente e se relacionar de forma afetiva e solidária uns com os outros.

Com isso posto e ainda que a nossa realidade esteja bem distante da emancipação humana e que estejamos lutando numa perspectiva garantista de direitos, não é nossa pretensão ao final deste trabalho recair em discursos pessimistas e/ou catastróficos, pelo contrário, acreditamos que as possibilidades estão em aberto. Pretendemos agora resgatar rapidamente as questões e objetivos que orientaram esse estudo e apontar algumas reflexões que podem contribuir para a realização de novos estudos e pesquisas relacionados a esse tema.

Sobre as questões iniciais desse trabalho – qual o papel dos Movimentos Sociais de Juventude na atual conjuntura social e política do Brasil? O que os movimentos sociais juvenis reivindicam? Como essas pautas e bandeiras de luta podem contribuir para a emancipação da juventude? –, de maneira muito resumida, identificamos e retomamos algumas das contribuições que os movimentos sociais de juventude apontam, quais sejam: contestar o *status quo*, a partir da ocupação das instituições e espaços públicos e de um fazer político que cobra respostas e que “escracha” as violências e violações de direitos dos quais o povo é vítima; provocar fissuras na estrutura do capital, parando as avenidas, dialogando com a população, realizando formação com as bases; constranger o sistema e contribuir na construção de novos modelos de participação social real, em que o povo tome as decisões e as rédeas do fomento de uma nova sociedade. Para isso, Fernandes (2008), aponta a necessidade de se investigar e compreender as articulações estabelecidas entre os movimentos sociais e a participação política, uma vez que as mesmas estão atravessadas pela dinâmica da realidade social, sendo importante desvendar as tendências dessa realidade.

Com relação aos objetivos desta tese – discutir a práxis dos movimentos sociais de juventude no Brasil, a partir da atuação política dos mesmos e, de modo mais específico, analisar em que medida a ação política desses movimentos contribui para a

construção de um projeto emancipatório para a juventude –, acreditamos que, ao longo desse estudo, os mesmos foram respondidos, ainda assim, faremos algumas ponderações.

Acreditamos que os avanços democráticos na garantia de direitos para a diversidade da juventude é importante, assim como, a existência de legislações que asseguram a implantação desses direitos e distinção de responsabilidade para os entes federados. Nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais é relevante e necessária, por alguns motivos, como por exemplo: expor as demandas, necessidades e contextos adversos que perpassam a condição juvenil; cobrar ações do Estado para que os direitos básicos sejam garantidos/assegurados pelas instituições e órgãos competentes; fortalecer espaços nos quais os jovens se identifiquem e que sejam capazes de desenvolver o sentimento de pertencimento e coletividade; possibilitar que a juventude se expresse das mais variadas formas e se sinta representada na sua diversidade; além disso, os movimentos são espaços que aglutinam pessoas que possuem interesses (individuais e coletivos) comuns e que juntas podem transformar realidades e contextos e propiciar o desenvolvimento da consciência política e do fazer político.

Com essas contribuições refletimos que os movimentos carregam na sua práxis social contribuições para um projeto emancipatório para a juventude brasileira, na medida em que ao pressionar pela garantia de direitos, pela vida da juventude e seu desenvolvimento pleno, os movimentos de juventude se reconhecem como atores políticos e sociais, ainda que o Estado, principalmente, atue de forma a tornar esse grupo o inimigo número um e alvo de constantes investidas repressivas. Em resumo, na dialética das relações e disputas, reconhecemos os limites da perspectiva da emancipação política para os/as jovens, mas também apontamos a importância da atuação de coletivos, grupos e movimentos para que cada vez mais possamos falar em garantia de direitos e efetivação de políticas que sejam capazes de minimizar o quadro de desigualdades, homicídios e violências para esse seguimento.

Nesse sentido, discordamos da ideia que subsidia algumas reflexões de que a juventude é, politicamente, apática. Já discutimos essa perspectiva na seção dos resultados, no entanto, reforçamos que ao se estudar a história dos movimentos sociais e do engajamento social e político da juventude, essa premissa é desmistificada. Como já dissemos, existem períodos em que a juventude está mais ou menos engajada e a partir disso se organiza coletivamente, assim como outros grupos. Em alguns momentos históricos essa organização se deu a partir da construção de movimentos com pautas mais abrangentes; em outros períodos, as/os jovens passaram a fomentar a construção

do movimento estudantil; e hoje, vivenciamos um novo processo, em que a juventude se organiza em uma construção própria que é possível de ser objetivada porque hoje existem as condições – sociais, culturais, políticas – para isso. Essa organização própria também é desafiadora, na medida em que os/as jovens em algum momento deixam de ser jovens, então, os movimentos de juventude estão sempre se renovando, a partir da renovação dos seus/suas militantes. De toda forma, concordamos com a análise feita por Duarte (2016), na qual o autor aponta, de forma certa, que a juventude, nos últimos anos, contribuiu e tem contribuído para reavivar o debate sobre o fazer político no Brasil.

Como diria Margulis (1996) em resposta a Bourdieu, a juventude é, sem dúvida, mais que uma palavra. Mas a juventude é uma fase e não uma classe, portanto, não é ela a responsável pela revolução. As/os jovens dos movimentos sociais parecem ter clareza de que não são os “sujeitos revolucionários”<sup>18</sup>, mas eles/as entendem que devem se colocar ao lado da classe trabalhadora nesse luta, até porque a conquista emancipatória almejada é aquela que significa a emancipação de todas e todos e não de grupos. Dessa forma, mais uma vez resgatamos as palavras de Lenin ao se dirigir à juventude, em 1903, afirmando que não existe um instinto revolucionário juvenil e, nesse sentido, o que existe é a construção de uma consciência política que, por sua vez, só é possível de ser desenvolvida a partir das relações que as pessoas estabelecem umas com as outras.

Como aponta Silva (2009), o comportamento juvenil está historicamente relacionado às mais diferentes contradições que vivenciamos, sejam elas: de classe, de gerações, de locais (territórios ou endereços), etc., portanto, os papéis assumidos pelos jovens estão condicionados pela própria realidade e conjuntura de cada sociedade. Nos baseando na perspectiva histórica e dialética, ressaltamos que esse trabalho não se encerra aqui, uma vez que vivemos um contexto em que a organização política deve ser a tônica para os próximos períodos e que, nesse sentido, é necessário fortalecer uma perspectiva de unidade na luta, a partir do entendimento do que cabe a cada ator social, especialmente, os movimentos sociais e classe trabalhadora.

<sup>18</sup> Marx, K, & Engels, F. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.

## Referências

- Abramo, H. (1997). Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. In *Revista Brasileira de Educação*, (5-6), 25-36.
- Abramo, H. W. (1994). *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.
- Abramo, H. W. (2005) O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In M. V. Freitas (Org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais* (pp. 19-35). São Paulo: Ação Educativa.
- Abramo, H. (2008). *Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude*. In: Ser joven en Sudamérica: diálogos para la construcción de la democracia regional. Santiago do Chile: Ibase, Polis, IDRC, CIDPA, pp. 77-100.
- Aquino, L. (2009). A juventude como foco das políticas públicas. In J. A. Castro, L. M. C. Aquino, & C. C. Andrade (Orgs.), *Juventude e políticas sociais no Brasil* (pp. 25-39). Brasília: IPEA.
- Araújo, P. H. F. (2013). Capitalismo, Estado e política: notas a partir do Chasin e do Gramsci de Carlos Nelson Coutinho. *Katálisis*, 16(1), 26-36.
- Bao, C. E, & Colognese, S. A. (2011). *A geração que nos critica é aquela que nos criou: gerações, juventude, mudança social*. Recuperado de [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1904&Itemid=170](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1904&Itemid=170)
- Barroeta, H., & Sandoval, J. (2014). Protestos, participação e educação pública: discursos sobre o público nas mobilizações estudantis no Chile. *Educar em Revista*, 53, 19-38.
- Bem, A. S. (2006). A centralidade dos MS na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educação & Sociedade*, 27(97), 1137-1157.
- Bizerra, F. A., & Gois, J. C. S. (2014). Estado e capital: uma ineliminável relação de complementariedade à base material. *Katálisis*, 17(1), 77-86.
- Braz, M. (2011). *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular.
- Caccia-Bava, A., Feixa-Pàmpos, C., & Gonzáles-Cangas, Y. (2004). *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras, CEBRIJ.
- Calil, G. (2015). *Estado, democracia e resistências: reflexões sobre as jornadas de junho de 2013 no Brasil*. Recuperado de



<http://www.teoriacritica.com.ar/eventos/congresos-jornadasencuentros/jornadas-internacionales-actualidad-de-la-teoria-critica/ponencias/602-2/estado-democracia-e-resistencia-sociais-reflexoes-sobre-as-jornadas-de-junho-de-2013-no-brasil?print=pdf>

- Carrano, P. (2007). Proposta pedagógica. In Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (Org.), *Debate – Juventudes em rede: jovens produzindo educação, trabalho e cultura* (Salto para o Futuro, Boletim 24, pp. 03-11). Brasília: Autor.
- Carrano, P. C. R. (2003). *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes.
- Castro, L. R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia Política*, 16(30), 253-268.
- Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção e um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Infância e Juventude* 7(1), 179-208.
- Cavalcante, C. P. S., Silva, J. A., & Santos, L. I. C. (2016). A juventude quer viver: sobre a violência letal contra a juventude negra no RN. In Hermes, I. (Org.), *Metadados 2016 Juventude Potiguar: a mortandade da juventude no Rio Grande do Norte*. (pp. 36-49). Natal: Ed. do Autor. Recuperado de [https://issuu.com/iveniodiebhermes/docs/metadados\\_2016\\_juventude\\_potiguar\\_\\_\\_/1](https://issuu.com/iveniodiebhermes/docs/metadados_2016_juventude_potiguar___/1)
- Cerqueira, D., & Moura, R. (2013). *Custo da juventude perdida no Brasil*. Recuperado de [http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Custo\\_da\\_juventude\\_perdida\\_no\\_Brasil\\_IPEA\\_jul\\_2013\\_0.pdf](http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Custo_da_juventude_perdida_no_Brasil_IPEA_jul_2013_0.pdf)
- Clarke, J., Hall, S., Jefferson, T., & Roberts, B. Subcultures, cultures and class. In Hall, S., & Jefferson, T. (Orgs.), *Resistance through rituals: Youth and subcultures in post-war Britain* (pp. 9-74). Londres: Hutchinson, Birmingham: Universidade de Birmingham.
- Conselho Nacional de Juventude. (2010). *Conselhos de Juventude: fortalecendo diálogos, promovendo direitos*. Brasília: Autor. Recuperado de [http://juventude.gov.br/jspui/bitstream/192/72/1/SNJ\\_conselhos\\_2010.pdf](http://juventude.gov.br/jspui/bitstream/192/72/1/SNJ_conselhos_2010.pdf)
- Coutinho, C. N. (2002). *O governo Lula ou o estreito fio da navalha*. Recuperado de <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=132>



- Cruz, A. V. H. (2014). *As raízes históricas da política criminal na legislação e nas práticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei*. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Dias, E. (1996). Hegemonia: racionalidade que se faz história. In E. Dias (Org.), *O outro Gramsci* (pp. 9-79). São Paulo: Xamã.
- Duarte, A. J. (2016). Juventude, Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil entre os anos de 2013 e 2015. *Revista Educativa*, 19(1), 884-901.
- Eisenstadt, S. N. (1976). *De geração a geração* (Estudos). São Paulo: Perspectiva.
- Engels, F. (1995). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Esteves, L. C. G., & Abramovay, M. (2007). Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In M. Abramovay, E. R. Andrade, & L. C. Esteves (Orgs.), *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade* (pp. 21-56). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO.
- Farias, L. (1994). Trinta anos depois. In E. Raposo (Org.), *1964: 30 anos depois* (pp. 273-276). Rio de Janeiro: Agir.
- Fernandes, F. (1989). *Democracia e socialismo*. Recuperado de [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo15Art1.1.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo15Art1.1.pdf)
- Fernandes, F. (2008). Mudanças sociais no Brasil. Aspectos de desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Editora Global
- Fonseca, I. F. (2015). Inclusão política e racismo institucional: reflexões sobre o Programa de Combate ao Racismo Institucional e sobre o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. *Planejamento e Políticas Públicas*, 45, 329-345.
- Foracchi, M. M. (1965). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Foracchi, M. M. (1972). *A Juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.
- Gohn, M. G. (2007). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361.
- Gohn, M. G. (2013). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes.

- Gramsci, A. (2001). *Cadernos do cárcere. Volume III: Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Groppi, L. A. (2015). Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Em Tese*, 12(1), 4-33.
- Gruppi, L. (1996). *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM.
- Guimarães, M. C. R.; Barros, I. F. (2013) *Os movimentos sociais como objetos de estudo: dilemas e desafios para a pesquisa neste campo temático*. (Trabalho completo, São Luís – Maranhão, VI Jornada Internacional de Políticas Públicas). Recuperado de: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaispoliticaspublicas/osmovimentossociaiscomoobjetodeestudo.pdf>
- Guimarães, C. A. G. (2016). *Jovens que ousam lutar: estudo sobre militâncias, trajetórias de vida e educação*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense, Niterói).
- Guimarães, M. C. R.; Guerra, E. C (2013). Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. *Katálisis*, 16(1), 63-71.
- Hur, D. U., & Lacerda Jr., F. (2016). Introdução: Psicologia política e as novas lutas sociais. In D. U. Hur, & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia, Políticas e movimentos sociais* (pp. 11-22). Petrópolis: Vozes.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1983). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Ianni, O. (1968). O jovem radical. In S. Brito (Org.), *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Recuperado de [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da violência 2016* (Nota técnica n. 17). Brasília: Autor. Recuperado de

- [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160322\\_nt\\_17\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_finalizado.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf)
- Islas, J. A. P. (2009). Juventude: um conceito em disputa. In M. T. C. Guimarães, & S. M. G. Sousa (Orgs.), *Juventude e Contemporaneidade: desafios e perspectivas* (pp. 17-46). Brasília: UFG Câne Editorial.
- Iulianelli, J. A. S. (2003). Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In P. C. P. Fraga, & J. A. S. Iulianelli (Orgs.), *Jovens em tempo real* (pp. 19-37). Rio de Janeiro: DP&A.
- Jaccoud, L., Hadjab, P. D. E., & Rochet, J. (2009). A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In J. A. Castro, L. M. C Aquino, & C. C. Andrade (Orgs.), *Juventude e políticas sociais no Brasil* (pp. 167-190). Brasília: IPEA.
- Keniston, K. (1971). *Youth and dissent: The rise of a new opposition*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Klandermans, B. (2002). The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement. *Psicologia Política*, 2(3), 83-114.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Texto original publicado em 1963)
- Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005*. (2005). Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n. 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Recuperado de <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2005/11129.htm>
- Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013*. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)
- Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016*. (2016). Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm)

- Lenin, V. I. (1903). As tarefas da juventude revolucionária. Recuperado de: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1903/09/juventude.htm>
- León, O. D. (2005). Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In M. V. Freitas (Org.), *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais* (pp. 09-18). São Paulo: Ação Educativa.
- Lima, R. (2016). *Boletim 07: a sociologia e o conceito de “juventude”*: duas perspectivas. Recuperado de <https://labjuv.wordpress.com/2013/07/16/boletim-07-a-sociologia-e-o-conceito-de-juventude-duas-perspectivas/>
- Lowy, M. (2002). *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes.
- Mandel, E. (1977). *Teoria marxista do Estado*. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/teoria.htm>
- Mannheim, K. (1980). O problema da juventude na sociedade moderna. In Diagnóstico do nosso tempo (pp. 69-94). Rio de Janeiro: Zahar.
- Marx, K. & Engels, F. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2009). *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2010). *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma de social” de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular.
- Margulis, M. (1996). *La Juventude es más que una plabra*. Buenos Aires: Biblos
- Mascaro, A. L. (2016). *Crise brasileira e direito*. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2016/02/29/crise-brasileira-e-direito/>
- Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 17, 49-66.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente – movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Morais, D. S., & Ramos, P. C. (2013). Juventude negra na construção democrática brasileira do século XXI. *Revista da ABPN*, 4(9), 107-125.
- Moura, C. P. (2006). *Whyte, William Foote. 2005 [1943]. Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 390pp. *Mana*, 12(1), 258-262.
- Netto, J. P. (2007). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez
- Novaes, R. (2012). *As juventudes e a luta por direitos*. Recuperado de <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>

- Novaes, R. (2013). Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias. In J. O. Beozzo, & C. B. Franco (Orgs.), *Juventudes em foco* (pp. 39-74). São Paulo: Paulus. Recuperado de [juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7079/0\\_regina\\_novaes.doc](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7079/0_regina_novaes.doc)
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise sociológica*, 25(105/106), 139-165.
- Pais, J. M., Cairns, D., & Pappámikail, L. (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 17(2), 109-140.
- Paiva, I. L., & Oliveira, I. F. (2015). Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de direitos humanos. In A. Scisleski, & N. Guareschi (Orgs.), *Juventude, marginalidade social e direitos humanos* (pp. 41-54). Porto Alegre: Edipurcs.
- Paiva, I. L. (2011). *Os novos quixotes da psicologia e a prática social no âmbito do “Terceiro Setor”*. Natal: EDUFRN.
- Parsons, T. (1968). A classe como sistema social. In S. Britto (Org.), *Sociologia da juventude, Vol. III* (pp. 47-76). Rio de Janeiro: Zahar.
- Paula, L. A. L. (2002). Movimento estudantil e trajetórias socio-culturais. In Sociedade Brasileira da História da Educação (Org.), *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN. Recuperado de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0728.pdf>
- Paula, L. A. L. (2014). Protagonismo juvenil e movimento estudantil: uma estratégia de distinção? In Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Org.), *Anais da 26ª. Reunião da ANPED*. Recuperado de <http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/luciliaaugustalinodepaula.rtf>
- Pinheiro, J. (2009). Quatro teses sobre movimentos populares urbanos. In Associação Brasileira de Educadores Marxistas (Org.), *Anais do IV Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo*. São José do Rio Preto: IBILCE/UNESP. Recuperado de <http://www.abem.pro.br/ebem/events/iv-encontro-brasileiro-de-educacao-e-marxismo>
- Pinheiro, J. (2010). Novos movimentos sociais classistas. *Aurora*, 4(6), 109-114. Recuperado de <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/PINHEIRO.pdf>
- Poupeau, F. (2007). *Dominación y movilizaciones*. Córdoba: Ferreyra.

- Reguillo, R. C. (2002). Cuerpos juveniles, políticas de identidad. In C. Feixa, F. Molina, & C. Alsinet (Orgs.), *Movimientos juveniles en América Latina: pachucos, malandros, punketas* (pp. 151-166). Barcelona: Ariel.
- Ribeiro, D. C. (2014). *Estado e capital em István Mészáros*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado de [http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl\\_id=480](http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=480)
- Rolnik, R. (2013). As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In E. Maricato et al. (Orgs.), *Cidades Rebelde: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 7-12). São Paulo: Boitempo.
- Rossi, R. (2016). Notas sobre “O Estado e a Revolução”. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 7, 88-107.
- Santos, L. I. C. (2013). *A relação juventude-trabalho no Projovem Integrado no município de Natal/RN*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Secretaria Nacional de Juventude. (2014). *Balanço da gestão 2011-2014*. Brasília: Autor. Recuperado de [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3646/Balan\\_o\\_Final\\_Gest\\_o\\_2011-2014.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3646/Balan_o_Final_Gest_o_2011-2014.pdf)
- Silva, A. B. P. (2014). “Nada é impossível de mudar”: juventude, participação política e o caso da militância juvenil na eleição para prefeito do Rio de Janeiro em 2012. *Enfoques*, 13(1), 206-224.
- Silva, J. A. (2015). *Juventude e Movimentos Sociais Juvenis em Natal/RN: caracterização, articulações e contribuições à política pública de juventude*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Silva, M. G. (2009). Juventude, marxismo e revolução. *Contra a Corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea*, 2, 58-61.
- Sinhoretto, J., Silvestre, G., & Schlittler, M. C. (2014). *Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e segurança pública – Sumário executivo*. São Carlos: UFSCar. Recuperado de <http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo FINAL 01.04.2014.pdf>
- Sirvent, M. T. (2004). *Cultura popular y participación social: una investigación en el barrio de Mataderos (Buenos Aires)*. Buenos Aires: Miño y Dávila.

- Soares, R (2005). Mortality Reductions, Educational Attainment, and Fertility Choice. *The American Economic Review*, 95(3), 580-601.
- Soares, F. L. (1975). Introdução à política. São Paulo: Editora Abril.
- Souza, O. M., & Domingues, A. (2012). Emancipação política e humana em Karl Marx: alguns apontamentos. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 4, 67-81.
- Tonet, I. (2005). *Espaço Acadêmico*, 44. Recuperado de <https://espacoacademico.wordpress.com/2012/05/26/cidadania-ou-emancipacao-humana/>
- Tonet, I. (2009). In L. F. P., Borges, & N. C. Mazzuco (Orgs.), *Democracia e políticas sociais na América Latina* (pp. 9-21). São Paulo: Xamã.
- Tonet, I. (2016). *Entre reforma e revolução*. Recuperado de
- Touraine, A. (1989). Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, 17, 5-18.
- Trotsky, L. (1938). Uma carta à juventude. Recuperado de: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/mes/carta.htm>
- Vainer, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In E. Maricato et al. (Orgs.), *Cidades Rebelde: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 35-40). São Paulo: Boitempo.
- Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(63), 153-155.
- Yamamoto, O. H. (2016). A atualidade do método de Marx. In Oliveira, I. F., Paiva, I. L., Costa, A. L. F., Coelho-Lima, F., Amorim, K. M. (Orgs.), *Marx Hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 25-42). São Paulo: Outras Expressões
- Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo*. Recuperado de [http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf)
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mortes matadas por armas de fogo. Brasília*. Recuperado de <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>
- Wood, E. (2003). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.



## **Apêndice 1**

### **Roteiro de perguntas**

#### **Entrevista por pautas com os/as representantes dos movimentos sociais de juventude**

##### **Pergunta de introdução:**

Me fale sobre você (nome, idade, o que faz da vida..)? A quanto tempo faz parte do movimento?

##### **BLOCO I: histórico e estrutura do movimento**

1. Como surgiu esse movimento?
2. O movimento/vocês têm pautas ou bandeiras? Quais são? Como elas surgiram/foram pensadas e construídas?
3. Quem constrói o movimento, atualmente? (quem são os jovens que participam)
4. Como vocês se organizam? (estrutura, núcleos, células, tem mais de uma frente de atuação?)
5. Quais as estratégias que o movimento utiliza para atingir suas finalidades/ações?
6. Existe alguma estratégia de mobilização da juventude? (se sim, quais?)
7. Se existe algum tempo de formação para as pessoas que entram? E para as que já estão? Se sim, como essa formação acontece?
8. Vocês têm algum tipo de material de divulgação ou que fale sobre o movimento?

##### **BLOCO II: participação dos MSJ nos espaços institucionais**

9. Como vocês veem a relação dos movimentos de juventude com o Estado (estrutura jurídica, executiva,...)? [e com relação ao seu movimento?]
10. Como avaliam as políticas públicas de juventude que existem hoje?
11. Existe algo que poderia ser feito para melhor as PPJ?
12. A juventude tem se inserido em alguns espaços do poder público (por exemplo, nos Conselhos), como vocês avaliam essa participação?

##### **Bloco III: participação dos MSJ na sociedade**

13. Como vocês analisam a conjuntura social e política atual?
14. A juventude tem algum papel nessa sociedade? Se sim, qual? (desenvolver)
15. Vocês acham que a juventude tem tido algum ganho/vitória em termos de conquistas de direitos? Como vocês avaliam essa situação?



16. Vocês dialogam ou se articulam com outros movimentos sociais? Quais? Me fale um pouco sobre como é esse processo.

**Bloco IV: questões finais**

17. O movimento que você constrói acredita que é possível transformar a realidade?  
Se sim, como?
18. A juventude tem algum papel na transformação da realidade?
19. Qual seria a finalidade última do movimento que você constrói?
20. Gostaria de acrescentar algo?

**Apêndice 2**



**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Projeto de Pesquisa:** “Juventude e participação política: analisando a práxis dos movimentos sociais de juventude”

**Coordenadora da Pesquisa:** Luana Isabelle Cabral dos Santos

**Natureza do Projeto:** você é convidado a participar deste projeto, que tem como objetivo investigar a ação política da juventude engajada em movimentos sociais juvenis.

**Participantes do estudo:** a amostra será constituída por representantes das coordenações nacionais dos movimentos sociais de juventude elencados, são eles: Levante Popular da Juventude; Rua Anticapitalista, Fórum Nacional de Juventude Negra, Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Rural, Pastoral da Juventude do Meio Popular.

**Envolvimento no projeto:** se você concordar em participar deste projeto, você participará de uma entrevista semiestruturada (por pautas) que discutirá temáticas relacionadas à juventude, movimento social, Estado, engajamento político. Caso você queira pedir mais informações, entre em contato com a coordenadora do projeto através do telefone (84) 98897-8178. Ressaltamos que é prevista a devolutiva aos movimentos que participaram desta pesquisa, no momento posterior a sua conclusão.

**Riscos e desconforto:** a participação neste estudo não traz nenhum risco ou desconforto. As informações produzidas serão divulgadas com a finalização do projeto, no entanto, os participantes não serão identificados.

**Pagamento:** você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste projeto. E nada será pago por sua participação.

Tendo em vista os itens acima apresentados,

eu, \_\_\_\_\_, de  
forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar deste projeto de pesquisa.

Local e data: \_\_\_\_\_.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_.

Assinatura

do

pesquisador:

Luana Isabelle C. dos Santos

---

Qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá se comunicar através do seguinte contato: Coordenadora da Pesquisa: Luana Cabral. Tel. (84)98897-8178 email: luanaicsantos@gmail.com

---